

SUMÁRIO

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA EM TEXTOS DO JORNAL O TAQUARYENSE

A ÁFRICA DE HERGÉ: OS POVOS AUTÓCTONES NA HISTÓRIA EM QUADRINHOS “TINTIM NO CONGO”.

A COMUNICAÇÃO DO RISCO FRENTE A ESCASSEZ DE ÁGUA NO VALE DO RIO DOS SINOS SOB O OLHAR DOS ORIZICULTORES

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA A DISTÂNCIA: O DESENVOLVIMENTO DE UMA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A PARTIR DO SEU PROCESSO HISTÓRICO.

A EXCLUSÃO DA PARALIMPÍADA COMO MEGAEVENTO

A EXTRAFISCALIDADE COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

A IGUALDADE DE GÊNERO COMO UM DOS 8 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: ALGUMAS DIREÇÕES POSSÍVEIS

A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO DIGITAL NA PRÁTICA DOCENTE DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

A MULHER AFRICANA NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

A PATOLOGIZAÇÃO DO BAIXO DESEMPENHO ESCOLAR: PERCURSOS E PROCESSUALIDADE DO SUJEITO NAS ESCOLAS DE CAMPO BOM/RS

A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL ATRAVÉS DAS FESTAS POPULARES

A PRESERVAÇÃO DE ACERVOS DE OBRAS RARAS NO RIO GRANDE DO SUL: A MEMÓRIA ATRAVÉS DA MATERIALIDADE

A QUESTÃO DO PROTAGONISMO HISTÓRICO NO FILME UMA HISTÓRIA DE AMOR E FÚRIA

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NA REVISTA RAÇA BRASIL

A RUA COMO ESPAÇO VIVIDO: CAXIAS DO SUL NARRADA POR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA E DA PSICANÁLISE.

ANÁLISE DA MEMÓRIA DOS IDOSOS ACIMA DE 60 A 79 ANOS DO MUNICÍPIO DE IVOTI-RS

ANÁLISE DO TEMA “ECOLOGIA” EM LIVROS DIDÁTICOS DO SEXTO ANO/ENSINO FUNDAMENTAL: APRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE HOMEM E MEIO AMBIENTE.

ANÁLISE DOS RESULTADOS DO MEEN DOS IDOSOS ACIMA DE 60 A 79 ANOS DO MUNICÍPIO DE IVOTI-RS

APONTAMENTOS SOBRE REPRESSÃO POLÍTICA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: O DOI/CODI/II EXÉRCITO E AS INICIATIVAS CÍVEIS DO MPF

AS DINÂMICAS CULTURAIS E OS POVOS TRADICIONAIS: OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE BELO MONTE

AS IMPLICAÇÕES TERAPÊUTICAS DAS VISITAS DOMICILIARES ÀS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN E SEUS FAMILIARES

BEM-ESTAR SUBJETIVO DE PESSOAS IDOSAS RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS

CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS EXPERIÊNCIAS NA MEDIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS NA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE SERTÃO/RS

CULTURA DE VESTIR: A MODA COMO CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA MASCULINA E DE NORMATIVIDADE DE GÊNERO

CURRÍCULO ESCOLAR E PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

DESIGUALDADES, POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES

DILEMAS DA ESCOLA NA SOCIEDADE LÍQUIDA: A IMPORTÂNCIA DOS TEMAS TRANSVERSAIS E A NECESSÁRIA FORMAÇÃO CIDADÃ, PARA ALÉM DA IMPARCIALIDADE.

DIREITOS HUMANOS DO IDOSO NO CONTEXTO BRASILEIRO

DRAMAS, PEREGRINAÇÕES E DESCONFIANÇAS: UMA ETNOGRAFIA DAS PRÁTICAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM UMA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

EFEITOS DO RITUAL E COMUNICAÇÃO NA CULTURA ORGANIZACIONAL – UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA DISTRIBUIDORA DE COLCHÕES LTDA

ENTRE O PALIMPSESTO DO TERRITÓRIO E OS MUROS DA ESCOLA: OS INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

ENVELHECIMENTO BEM SUCEDIDO E QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS

ESTIGMAS: QUANDO AS DIFERENÇAS COMPROMETEM O PROCESSO INCLUSIVO

FONTES DE APOIO SOCIAL A IDOSOS PORTADORES DE DOENÇA CRÔNICA E O IMPACTO DA DOENÇA PARA O CUIDADOR

GESTÃO EM SAÚDE NO ENVELHECIMENTO NAS UBS DA CIDADE DE NOVO HAMBURGO/RS

INFÂNCIA E O BRINCAR FRENTE AO MOVIMENTO DE EXPANSÃO DOS DIREITOS UNIVERSAIS

MUSEU DO TREM/RS: O PLANO MUSEOLÓGICO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS

NA BATIDA DO PÉ...AO SOM DO TAMBOR: O ENSAIO DE PAGAMENTO DE PROMESSAS DOS TEIXEIRAS DE QUICUMBI EM MOSTARDAS/RS

O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AD E SEUS REGISTROS: AVALIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO

O PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E O JOVEM: UMA DISCUSSÃO SOBRE ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA MELHORIA DO APROVEITAMENTO ESCOLAR DE ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

OS TABLETS NA SALA DE AULA: SELEÇÃO E ANÁLISE DE APLICATIVOS PARA PRODUÇÃO ESCRITA

PESQUISANDO NO PERIGO: A HOMOPARENTALIDADE E SEUS DILEMAS MORAIS

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO LECIONAR DE DISCIPLINAS DE REDES DE COMPUTADORES PARA DEFICIENTE VISUAL

SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: FACILITADORAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

SÍNDROME DA FRAGILIDADE: ANÁLISE DA DEPRESSÃO EM IDOSOS NÃO FRÁGEIS E PRÉ FRÁGEIS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS

UM HISTORIADOR NA HISTÓRIA: NOTAS SOBRE O PENSAMENTO DE JACOB BURCKHARDT

UMA ESCOLA, DIFERENTES PERSPECTIVAS

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA EM TEXTOS DO JORNAL *O TAQUARYENSE*

Karen Daniela Pires¹

Dra. Neli Teresinha Galarce Machado²

Dra. Magna Lima Magalhães³

Palavras-chave: Abolição. O Taquaryense. Vale do Taquari/RS.

INTRODUÇÃO

O Taquaryense é o segundo jornal mais antigo em circulação no Rio Grande do Sul. Foi lançado em 1887, na cidade de Taquari-RS, num cenário jornalístico marcado pela transição de uma tendência político-partidária para uma informativa-moderna no estado. Entre 1887 e 1888, o semanário publicou 66 matérias sobre a abolição da escravatura no Vale do Taquari-RS. As publicações mencionam as liberdades concedidas, possibilitando o conhecimento de nomes e, em certos casos, da quantidade de escravos e de seus respectivos senhores nos municípios em que a mão de obra escrava era utilizada. Tal pesquisa esteve vinculada ao projeto intitulado “Arqueologia, História Ambiental e Etnohistória do Rio Grande do Sul” ligado ao curso de História e ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário UNIVATES, Lajeado/RS.

O objetivo central deste trabalho é analisar a visão do jornal *O Taquaryense* sobre a abolição da escravatura no Vale do Taquari, desde o lançamento do periódico, em julho de 1887, até o mês da promulgação da Lei Áurea, em maio de 1888. Questiona-se a respeito da existência ou não de preocupações expressas no semanário sobre a condição socioeconômica dos negros na região, durante o processo abolicionista e após a sua consolidação. Considera-se a hipótese de que o jornal veiculou notícias e argumentos favoráveis ao processo de

¹ Licenciada em História pelo Centro Universitário Univates. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates. k.pires@universo.univates.br.

² Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Docente do Curso de História, do Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Programa de Pós Graduação em Ensino do Centro Universitário Univates. Coordenadora do Setor de Arqueologia do Museu de Ciências Naturais da Univates. ngalarce@univates.br.

³ Doutora em História pela Universidade do Vale dos Sinos. Docente do Curso de História e do Programa em Mestrado e Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. magna@feevale.br.

abolição da escravatura e silenciou em relação às questões sociais e econômicas relativas ao negro no âmbito nacional e local.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir das características jornalísticas observadas no *Taquaryense*, periódico que está sendo utilizado como objeto de estudo deste trabalho, e do uso do conceito de campo jornalístico, de Pierre Bourdieu, percebe-se que o jornal tinha elementos modernos, pois não dependia de um partido político para se manter, sendo que havia assinaturas e publicidade. Para Bourdieu (1997), mais que o campo político e o campo econômico, e muito mais que o campo científico, artístico ou literário ou mesmo jurídico, o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos vereditos do mercado. Ou seja, depende da aceitação e consumo da comunidade. Assim, considera-se que *O Taquaryense*, já nos primeiros anos de circulação, continha elementos importantes para se constituir num jornal atuante no campo jornalístico, pois não estava vinculado a partidos políticos nem a propostas essencialmente literárias, além de se preocupar com a conquista de maior número de leitores.

METODOLOGIA

Metodologicamente, utiliza-se as recomendações de Marialva Barbosa (1998), Cláudio Elmir (1995) e René Zicman (1985) sobre o uso da imprensa como fonte e objeto de estudo para a história. De acordo com os autores, é preciso levar em conta a subjetividade da produção de notícias, a caracterização geral do periódico estudado, a diferença entre a emissão e a recepção do conteúdo das publicações, a importância de se examinar uma quantidade significativa de matérias e a confrontação dos dados fornecidos pelo periódico com uma literatura crítica sobre o tema.

RESULTADOS

O semanário publicou informações sobre as liberdades concedidas por senhores da região do Vale do Taquari e, ao divulgar isso, elogiava tais atitudes e pedia que outros senhores também fizessem o mesmo. Partes de discursos de abolicionistas, como o de José Bonifácio, chamam a atenção no jornal, sendo mais uma forma de envolver o público leitor com o assunto abolição. Além disso, tem-se a existência de comissões abolicionistas, como a de Taquari, Santo Amaro e Estrela, com destaque para os nomes dos integrantes que possuíam cargos de certa importância. Destaca-se o envolvimento do clero na luta pela liberdade dos escravos. Em mais de um momento *O Taquaryense* elogia as redações de jornais conhecidos

na época, em função de suas notas relacionadas com situações de escravos em outras regiões do país. Outro aspecto interessante nas notícias expostas se refere à prestação de serviços que o ex-escravo mantinha com o seu antigo dono, recebia a alforria, no entanto precisava pagá-la. Conclui-se que o jornal em análise expõe um discurso favorável ao processo abolicionista no período denominado, ou seja, os anos de 1887 e 1888.

DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a partir das matérias selecionadas no *Taquaryense*, como os discursos abolicionistas podem se relacionar às palavras de Bourdieu, quando este enfatiza sobre a não dependência de um partido político pelo jornal, o que permite a livre expressão e apoio às variadas causas, no caso em específico, isso se dá através dos elogios aos senhores que concediam liberdade aos seus escravos, das veiculações com outros jornais do país que pensavam da mesma forma, da formação das comissões apoiadoras à abolição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se em um primeiro momento que *O Taquaryense* publicou matérias contendo elogios às atitudes praticadas pelos proprietários de escravos no Vale do Taquari/RS, em relação às cartas de liberdades concedidas, sendo elas plenas ou condicionais, no período de 1887 e 1888. Nas cartas de liberdade destacadas pelo jornal, têm-se os nomes dos escravos libertos e dos seus respectivos proprietários, a idade, a localidade e a quantidade de cativos. Em relação às liberdades condicionais, nota-se a obrigação de serviços impostos pelos senhores, com um tempo de três e quatro anos, após a data do recebimento da carta pelo escravo. Conclui-se que o jornal apresentou de diferentes formas seu discurso favorável à abolição da escravidão no Vale do Taquari e no Brasil. Ressalta-se que tal investigação ainda está em andamento, posto que é o objeto de estudo da dissertação de mestrado que está sendo encaminhada no Centro Universitário Univates.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: MOREL, Marco; DEVES, Lúcia M. B. P. das (Orgs). História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos: anais do colóquio. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998.

BOURDIEU, Pierre; A influência do jornalismo; MACHADO, Maria Lucia. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELMIR, Cláudio P. **As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica.** Cadernos do PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, nº13, p.19-29, dez.1995.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações e metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP.** São Paulo: PUCSP, n. 4,1985.

A ÁFRICA DE HERGÉ: OS POVOS AUTÓCTONES NA HISTÓRIA EM QUADRINHOS “TINTIM NO CONGO”

Josiani Job Ribeiro¹

Daniel Conte²

Palavras-chave: Colonização. Representação. Cultura. África. Autóctones.

INTRODUÇÃO

Representar é um ato natural dos seres humanos, toda a construção do sujeito social é estruturada a partir de suas representações de mundo, assim, representar é dar uma significação a algo, é produzir efeitos de sentido à vida. As representações são essenciais na construção e composição das sociedades, são elas que dão sentido aos acontecimentos sociais e eventos cotidianos, e que nos permitem construir conceitos e cenários que sequer conhecemos, como o caso da representação social da África, que se encontra inserida no imaginário dos indivíduos na atualidade. As políticas colonizadora, expansionista e escravocrata adotadas pelos países europeus nos séculos passados, tornaram a África familiar à sociedade contemporânea, mas não de forma positiva e benéfica, já que, tudo o que foi construído neste imaginário faz parte de um senso comum, embasado em uma representação eurocêntrica. Se hoje, com o advento tecnológico e global as representações de África se mantiveram estagnadas em noções inventadas pela ambição colonizadora, durante o período colonial a situação foi ainda pior. A partir desta perspectiva, será analisada a representação do africano na história em quadrinhos “Tintim no Congo” do escritor e desenhista belga Georges Prosper Remi, conhecido mundialmente como Hergé (1907 – 1983), pertencente à série “As aventuras de Tintim”, que retrata a ida do jornalista belga Tintim e seu companheiro canino Milu, para o Congo Belga, atual República Democrática do Congo, onde os dois se envolvem em uma série de aventuras, e nesta, serão analisados tanto as ilustrações, quanto os diálogos criados para a história.

¹ Licenciada em História, mestranda Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale (RS/Brasil).

² Orientador.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tintim visita o Congo em 1930, no ápice da colonização belga que se instaurou no país de 1908 a 1960, para uma viagem imersa em promessas de safaris e caçadas. Desde sua chegada ele se mostra receptivo à colônia e se integra aos autóctones, contudo fica evidente a perspectiva de branco colonizador, uma vez que, se posiciona como um indivíduo superior e faz uso da população local como serviçal, sobre isto Fanon (2008, p. 47) observa “Sim, do negro exige-se que seja um bom preto; isso posto, o resto vem naturalmente”, evidenciando que a população local para ser valorizada deveria servir ao colonizador, não apenas no que concerne à prestação de serviços, mas também no que diz respeito à conduta social, a cumprir as normas coloniais, e ser reconhecido como sujeito pelo branco. Tratando-se de uma ficção, em nenhum momento o personagem se depara com a barreira linguística, ele visita diferentes aldeias e se depara com diversos autóctones, porém todos dominam o seu idioma

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. (FANON, 2008, p. 34)

Deste modo, Hergé legitima o discurso colonial através da linguagem, e isso resulta em um grande impacto e influencia na cultura dos autóctones, pois, desautorizando a língua materna se deslegitima a cultura e explicita o movimento de abandoná-la. O autor instiga seu leitor a pensar que no Congo, todos são capazes de se comunicar através da língua da nação civilizadora, destacando um dos mecanismos civilizadores colonial. À medida que Tintim passa a ter contato com os autóctones, são retratados personagens dotados de pouca inteligência, covardes, que demonstram medo dos animais e vegetação do seu próprio território, pouco confiáveis e ingênuos.

A história também está repleta de ilustrações que remetem à política assimilacionista adotadas nas colônias, tornando perceptíveis os conceitos “assimilados” e “não-assimilados”, sendo aqueles os que corresponderam ao processo de aculturação imposto pelo colonizador e estes os que não se deixaram influenciar pelos elementos culturais oriundos da metrópole e mantiveram seus hábitos culturais de origem. Neste panorama, aos “assimilados” eram concedidos os direitos concernentes aos cidadãos metropolitanos, contanto que abdicassem à vida tribal. Neste sentido, Fanon (2008, p. 40) ao tratar do caso do negro antilhano explica como ocorre o processo de assimilação para os autóctones “É que o antilhano é mais “evoluído” do que o negro da África: entenda-se que ele está mais próximo do branco; e esta

diferença existe não apenas nas ruas e nas avenidas, mas também na administração e no Exército”, no momento em que o branco não reconhece nada na colônia como legítimo, e nega a existência de uma cultura à população, os indivíduos autóctones podem rebelar-se contra a metrópole ou acreditar neste discurso e buscar a cultura do outro. Para garantir o êxito do processo colonial os autóctones precisaram ser desfragmentados, são negados a eles identidade e cultura.

Durante toda a história Hergé não se preocupa em afirmar ou ilustrar a identidade dos povos autóctones, pelo contrário, ele se preocupa apenas em ressaltar a política assimilacionista, reforçando o que Woodward (2012, p. 11) afirma “A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares”. Damos-nos conta da nossa identidade através do outro, a partir de nossas diferenças em relação a ele. Na história da humanidade algumas destas diferenças se tornaram razões determinantes para conflitos, preconceitos étnicos e até mesmo guerras, sendo exatamente esta diferença identitária a fortalecedora do colonialismo, pois, foram nas diferenças de identidade entre os grupos étnicos que o discurso de superioridade em relação ao outro se intensificou e solidificou a funcionalidade perversa entre colonizador e colonizado.

METODOLOGIA

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa “Memória e Identidade” do PPG – em Processos e Manifestações Culturais (FEEVALE). Através de revisão bibliográfica será analisada a interlocução entre a história “Tintim no Congo” e a política colonial, bem como, a representação social de África e dos povos autóctones no período colonial até atualidade, tendo por base, os conceitos de representação, colonização, identidade, cultura, entre outros, através dos seguintes teóricos: Frantz Fanon, Edward Said, Kathryn Woodward, Patrick Charaudeau, Roy Wagner e Stuart Hall.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS

As representações de África e dos autóctones criadas por Hergé estão carregadas de preconceito étnico e social, uma vez que a representação do outro-africano é figurada desde uma rede simbólica colonizadora. Representação de África e não do Congo, pois, apesar do título da história ser “Tintim no Congo” nos diálogos da mesma, em nenhum momento é dito que ele irá ou está no Congo, mas sim, na África. A edição brasileira da história conta com

uma nota, em que é salientado que o autor reproduziu as atitudes colonialistas da época, e que o próprio garantiu que pintou o povo africano conforme os estereótipos burgueses e paternalistas do período. Assim, é possível questionarmo-nos se, estando ciente que estes eram olhares colonialista, paternalista e burguês, o autor tentou fazer uma crítica a esses olhares ou apenas corroborou com eles, pensando que a história teria maior aceitação do público se ele levasse em conta o que Charaudeau (2008) chama de “Saberes do Interpretante”, ou seja, levando em conta o conhecimento prévio do leitor para o qual a história era destinada, e idealizou que a sociedade para qual ele produziu a história compreenderia a conotação colonizadora.

Mesmo que tal perspectiva fosse real, Hergé estaria condicionado às “Circunstâncias do Discurso” defendida por Charaudeau (2008), em que ao produzir um texto o “EU comunicante (EUc)” projeta um leitor, neste caso o “TU destinatário (TUd)”, mas aquele que lê tal texto, pode não estar de acordo com as circunstâncias discursivas que “EUc” produziu e o leitor por sua vez, interpretará o texto a partir de suas referências, tornando-se, assim, o “TU interpretativo (TUi)”, que construirá uma nova imagem do autor, o “EU enunciador (EUe)”. Desta forma, Charaudeau nos permite indagar, que independente de Hergé ter construído uma história direcionada a um público apoiador do discurso colonial, ele não poderia ter garantias de que apenas este público teria acesso a história, do mesmo modo que, a política colonial era unanimidade em Bruxelas, ou que sua história não seria interpretada em outra ótica, como esta análise, e que seria compreendido que a produção apenas retratava um olhar, que não o seu.

Independente de Hergé ter construído uma história direcionada a um público apoiador do discurso colonial, ele não poderia ter garantias de que apenas este público teria acesso à história, do mesmo modo que, a política colonial era unanimidade em Bruxelas, ou que sua história não seria interpretada em outra ótica, como esta análise, e que seria compreendido que a produção apenas retratava um olhar, que não o seu. O fato é que o autor ignorou as consequências de sua história, tal como, não poderia imaginar o sucesso que seu personagem alcançaria mundialmente. Independente das condições de produção em que a história em quadrinhos foi escrita mostrou-se a favor das políticas coloniais e preconceituosa, do contrário ela não teria construído tais diálogos ou ilustrações, que permanecem intactas até a atualidade.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. [2. ed.]. São Paulo, SP: Contexto, 2008. 256 p.

FANON, Frantz. O negro e a linguagem. In: _____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 33-52.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba, PR: Positivo, 2009. xxiv, 2120 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Centauro, 2006. 222 p.

HALL, Stuart. The work of representation. In: _____. **Representation: cultural representations and signifying practices**. London/The London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/The Open University, 1997. (Trad. Ricardo Uebel).

HERGÉ. **Tintim no Congo**. 1º ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008. 64 p. (Série As aventuras de Tintim).

História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p.

SAID, Edward W. Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas. In: _____. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p.33-98.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2010. 27- 48 e p. 75-123.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

A COMUNICAÇÃO DO RISCO FRENTE A ESCASSEZ DE ÁGUA NO VALE DO RIO DOS SINOS SOB O OLHAR DOS ORIZICULTORES

Cíntia Gonçalves de Oliveira¹

João Alcione Sganderla Figueiredo²

Palavras-chave: Percepção do Risco; Meio Ambiente; Vale do Rio dos Sinos

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar como a comunicação do risco pode interferir na percepção e na construção social do risco referente a escassez de água no Vale do Rio dos Sinos, a qual foi exaustivamente atrelada a orizicultura local, Dessa forma se apresentará a percepção do risco ambiental sob os olhares dos e orizicultores aliadas a cultura do medo implantada nos últimos cinco anos no VRS.

As contendas relativas à disputa pela água envolvem vários setores da região, como o agropecuário, o industrial e de serviços, além dos poderes públicos municipais e das instituições representativas dos setores econômicos do VRS. Assim, um dos principais responsáveis pela escassez da água apontados, tem sido a orizicultura, fato que tem gerado discussões acaloradas, tanto que municípios da Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos³ se uniram, pedindo o fim do bombeamento para as plantações de arroz no Vale do Rio dos Sinos, ventilando na imprensa, inclusive, a possibilidade de extinção do setor orizícola regional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir da necessidade de informação sobre os riscos relacionados a escassez de água, percebe-se que blogs, sites e jornais apontam a culpabilidade dos arroteiros no processo de falta de água, não mencionando o consumo humano que é bastante alto e que invariavelmente,

¹ Doutoranda em Qualidade Ambiental (FEEVALE), Mestre em Ciências Sociais (UFPEL), Graduada em Ciências Econômicas (FURG).

² Orientador. Professor da Universidade Feevale.

³ De forma efetiva, as acusações ao setor orizícola no Vale tomaram forma, ao apresentar-se uma Carta Aberta em 13 de dezembro de 2011 para o Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que teve por finalidade solicitar uma audiência com o Governador, Sr. Tarso Genro, a qual apresentou-se como proposta a extinção da orizicultura no VRS, dando como alternativa outros tipos de cultivo que não requereriam tanto a utilização de recursos hídricos.

não são abordados para a conscientização da população, o que faz com que a sociedade ao falar de escassez de água remeta-se aos arrozeiros.

Dessa forma, a necessidade de dar respostas a sociedade, poder público, instituições representativas juntamente com a imprensa tem procurado retratar a postura dos órgãos e entidades, de forma que haja informação e participação de todos no que tange aos impactos na região. A utilização da “Comunicação do Risco”, é um instrumento fundamental para gestão quando bem utilizado.

Nessa perspectiva, segundo Ribeiro (2014), a comunicação do risco, pode vir a potencializar o risco que ocorre sobre a sociedade. Segundo a autora, invariavelmente, a imprensa se apropria deste tipo de comunicação para passar a diante informações sobre perdas e danos a sociedade, respaldados pelos conselhos técnicos e científicos. Este tipo de comunicação se divide em, concreto e ameaça, a primeira refere-se ao perigo de morte, e a segunda quando há a percepção dos riscos (LOPES, 2010).

No momento em que a sociedade discute a culpabilidade de riscos ambientais de um determinado setor, indivíduos ou órgãos, embasadas pela imprensa de forma que possam apontar um culpado de determinado risco ou catástrofe, pode-se estar tirando também sobre si parte da responsabilidade. Assim, “a sociedade pode ser orientada e/ou influenciada por intermédio de informações técnicas emitidas tanto pelas autoridades como pelas notícias divulgadas nos meios de comunicação” (POFFO et al. 2005 p. 9).

Ribeiro (2014), entende que a imprensa deve se abster de achar culpados em uma situação de risco, sobretudo, pois podem existir outros culpados para uma evento de risco. O discurso do poder “[...] não deve encobrir seus atos transferindo responsabilidades, culpabilizando aqueles que não participam das decisões sobre o risco em questão” (RIBEIRO, 2014 p. 79).

As diferentes percepções do risco podem oferecer ruídos a comunicação do risco, percebe-se problemas na comunicação quando; há conflito de interesses político-partidários, há diversos atores envolvidos, ocorre mortandade de animais, há presença de comunidade circunvizinhas ao ocorrido, há presença de mais envolvidos do que o necessário (POFFO *et al.* 2005).

No que concerne ao caso do VRS, o problema de escassez foi amplamente divulgado pela imprensa, assim como o conflito entre instituições e representantes municipais. Porém, assim como apontado por Beck (2003), somente algumas instituições foram ouvidas, que pouco falavam sobre a origem da escassez, trazendo ausência de informações, o que alardeou a sociedade e acentuaram-se as discussões, influenciando as percepções ambientais no VRS,

resultando em um desserviço às redes de comunicação informal.

No que se refere a comunicação do risco sob o olhar dos orizicultores, existe a preocupação de como a sociedade os estava percebendo diante das acusações e conflitos. Muitos disseram que sentiam-se “ladrões de água” dado a gravidade com que foi colocado a culpa pela imprensa e representantes públicos sobre a culpa da escassez. Mesmo para aqueles que não utilizam a água do Rio dos Sinos, mas por estarem na região, passaram pelos mesmos problemas, pois não se reconheciam como os “marginais” e degradadores apontados pela imprensa. “No entanto, a afirmação do eu não significa apenas um conhecimento de si próprio mas um reconhecimento de si por parte dos outros” (PAES 2007 p. 30).

Conforme exposto,

Meu Deus do céu! Nós tínhamos que roubar água, nós viramos ladrões de água! O produtor virou ladrão de água de uma coisa que o ser humano não é dono! O ser humano não é dono da água, o dono da água é a natureza. Eu não sou dono, mas eu tive que roubar! Porque eu tive que roubar? Por que eles estabeleceram uma hora, tantas horas para eu poder ligar a minha bomba. [...] Eu tinha que roubar água! Durante a noite, mesmo sabendo que eu não podia eu tinha que ir lá, botar um guarda ou uma pessoa e ficar escutando pra ver se não vinha nenhum barco do rio. [...] O que acontecia? Eu estava perdendo lavoura, somente essas oito horas não eram suficientes, eu não conseguia abranger a área toda e irrigar. (Entrevista concedida pelo Orizicultor A)

Assim, é comum que o indivíduo sinta-se coagido e perseguido, em momentos em que se acredita, que outros grupos na sociedade pretendem denegri-lo, tal percepção, prejudica qualquer processo e tentativa de aproximação e cooperação. (DOUGLAS; WILDAVISKY, 2012) Dado o risco de comunicação a imprensa contribui para o imaginário do indivíduo que soma-se a construção do risco.

METODOLOGIA

Este resumo expandido, trata-se de parte de uma tese, cuja pesquisa qualitativa é respaldada por 19 entrevistas abertas entre instituições representativas, representantes do poder público e orizicultores, baseadas em um roteiro cujas questões elencam a percepção do risco ambiental por parte dos citados atores-chave, somado a uma revisão bibliográfica e documental como atas, vídeos, jornais e artigos, que se encontram em consonância com o tema proposto, além de observação *in loco*. Também utilizou-se como instrumento a análise de conteúdo, que contou com fase de pré-exploração, unidade de análise, categorização e subcategorização dos discursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, entende-se que a imprensa no VRS, aliada a questões políticas, teve grande interferência na percepção dos indivíduos, e sobretudo na forma como este agricultor passou a perceber-se na sociedade, o que ocasionou em algum momento a uniformização de opiniões sem critérios técnicos de avaliação, o que alimentou o conflito perante a sociedade do VRS e fez com que estes orizicultores se sentissem perseguidos devido a pouca representatividade política no Vale.

Por ser uma região economicamente e politicamente importantes, e abocanhar um número expressivo de eleitores do estado, a escassez de água levou representantes municipais, empresas de saneamento, setores econômicos trocarem acusações, que foram nutridas pela imprensa que os colocou somente de forma unilateral, trazendo considerações somente do acusadores e não dos acusados.

As transformações e crises tem sido cada vez mais intensas e geram situações novas e sem controle. Em decorrência disso, acredita-se que comunicação do risco no VRS gerou, naquele momento, temor social em um momento de crise, mas também corroborou com a reflexão de governantes e instituições locais, sobre os valores da sociedade do VRS o que resultou na busca por novas respostas.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **Environmental Risks and the Media**. New York. Taylor & Francis. 2003.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risco e Cultura: Um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 205p.

LOPES, Rosane. **Comunicação de Risco**. Entrevista concedida a IHU (*On line*) 28 jun. 2010. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/33619-comunicacao-de-risco-entrevista-especial-com-rosane-lopes> > Acesso: 13 jun. 2014.

PAES, José Machado. **Cotidiano e Reflexividade**. Educação e Sociedade, v. 28, n. 98, p. 23-46, Capinas. 2007.

POFFO, Íris Regina; GOUVEIA, Jorge Luiz Nobre; HADDAD, Edson. **Acidentes Ambientais e Comunicação de Riscos**. Revista Meio Ambiente Industrial e AG Comunicação Ambiental, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/emergencia/artigos/artigos/ac_amb_comunic_riscos.pdf> Acesso: 23 abr. 2015.

RODRIGUES, Carla Daniela Rabelo. **Risco, Comunicação e Cinema: O documentário do risco como potência narrativa**. USP, São Paulo, 2014. (TESE) 170p.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA A DISTÂNCIA: O DESENVOLVIMENTO DE UMA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A PARTIR DO SEU PROCESSO HISTÓRICO.

Mariane D. Martins¹

Vera Martins²

Palavras-chaves: Educação à Distância. Tecnologias. Estado.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a história da Educação a Distância do Brasil. Esta modalidade cresceu muito nos últimos tempos, tornando-se um grande e importante campo de pesquisa da Educação. Muitas questões tencionam o processo de ensino e de aprendizado, já que o crescimento quantitativo e qualitativo não podem andar em descompasso. No entanto, compreendo que qualquer estudo nesta área precisa ser antecedido de uma compreensão histórica, de seu desenvolvimento, pois são estas condições históricas que vão impactar o desenvolvimento da modalidade e explicar seus desdobramentos. Além da dimensão institucional, também do ponto de vista pessoal sou motivada por este tema. Atuo na Educação a Distância na UNIJUÍ como gestora, e estudo este mesmo tema como mestranda de Educação na mesma instituição. Tudo isso me instiga a compreender o processo histórico que resultou na modalidade que ocupou no ano passado, segundo INEP³, 15% das vagas da educação superior do país.

Assim, este texto se propõe a responder o seguinte problema: quais aspectos, e baseado em quais fatores, do processo histórico brasileiro da Educação à Distância (EaD) impulsionaram seu desenvolvimento? O objetivo geral é compreender o processo histórico brasileiro da Educação a Distância (EaD), e identificar quais são os fatores que impulsionaram seu desenvolvimento. Como objetivos específicos busco: compreender a relação do desenvolvimento tecnológico e a EaD; identificar outros fatores que se

¹ É mestranda no PPG de Educação nas Ciências na UNIJUÍ. Bacharel em Administração e Sociologia. Atua como chefe da Educação a Distância da UNIJUÍ. E-mail: mariane.martins@unijui.edu.br

² Mestra em Ciências da Comunicação/Unisinos (2010) e docente do Depto. de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria - campus Frederico Westphalen/RS. E-mail: vera.martins@ufsm.br

³ http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8.

articularam no desenvolvimento da modalidade. Este trabalho está sendo feito através de uma pesquisa bibliográfica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste momento da pesquisa, ainda em andamento, compreendo que para o tema proposto, a história da EaD no Brasil, o principal marco teórico é seu conceito, pois ele é o resultado concreto do seu desenvolvimento histórico e social. Por se tratar de uma modalidade de educação que cresceu de forma muito diversa nos diferentes contextos sociais, vou privilegiar a abordagem elaborada por pesquisadores brasileiros. Outro conceito central para este estudo é o marco legal da EaD no Brasil.

Como a EaD não teve um crescimento uniforme, e foi se desenvolvendo a partir de objetivos e metodologias diferentes, também foram-se constituindo e concebendo conceitos e modelos diferentes. De forma geral, cada compreensão enfatiza aspectos diferentes. De acordo com sua constituição destaca-se o trabalho do professor, ou a forma de estudo, ou ainda a separação geográfica entre professor e aluno (ALVES, 2011). No entanto, apesar das diferentes abordagens é possível afirmar que os conceitos, não são contraditórios.

Desta forma optei pela proposta de conceituação brasileira, de Maia e Mattar (2007) em seu livro ABC da EaD, que define: “A EaD é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação” (p. 6, 2007).

Outra definição interessante para este debate, por se tratar da definição legal, é a do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, a definição oficial do Brasil (Brasil, 2005),

Art. 1º [...] caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Considerando como um dos marcos iniciais da modalidade no Brasil os cursos por correspondência (MAIA; MATTAR, 2007) do Instituto Brasileiro de Administração – 1967 - podemos afirmar que estes conceitos são o resultado de um movimento histórico de algo em torno de 40 anos. Este Instituto foi o primeiro órgão na área da educação pública a iniciar suas atividades de Educação à Distância. Os processos e desdobramentos destes anos são

importantes, pois exprimem e concretizam a história da Educação no país, na qual a modalidade a distância está inscrita.

METODOLOGIA

Este trabalho está sendo desenvolvido através de uma pesquisa Bibliográfica. A partir de leituras em livros e artigos de referencia para área, busquei compreender o processo histórico da EaD e os fatores que impulsionaram seu desenvolvimento. As reflexões decorrentes destas leituras serão organizadas em 3 categorias que correspondem aos principais fatores que implicaram o desenvolvimento da EaD. Categoria 1: Tecnologia; Categoria 2: Economia; Categoria 3: Estado.

RESULTADOS

Por se tratar de um trabalho que está em andamento, neste momento tenho afirmações prévias acerca dos resultados. A partir da análise na história da EaD, é possível perceber que esta modalidade acompanhou movimentos econômicos e sociais do país, assim como toda a educação. Os fatores como a tecnologia, a economia e o Estado, são fundamentais para seu crescimento.

DISCUSSÃO

O desenvolvimento da EaD no Brasil, a partir de Maia e Mattar (2007), segue bastante atrelado ao desenvolvimentos da tecnologia.

A partir das cartas, e posteriormente o Rádio e a TV, a EaD foi usando estes meios e na medida em que, estas ferramentas foram se desenvolvendo tecnologicamente, propiciaram o aumento de possibilidades metodológicas da modalidade. Nos anos 1990 o governo fez grande investimento na internet no país, a partir de então a modalidade usou este meio como principal ferramenta (MAIA, MATTOS 2007).

Além disso, a história da educação revela que desde a industrialização, sempre que a economia exigia mão de obra qualificada, o Estado interferia com políticas educacionais de fomento (ROMANELI, 2010). O movimento que acontece com a EaD não é diferente, ela cresce exatamente quando a economia está aquecida, assim, o governo fez grandes investimentos, pois esta modalidade se apresentava como uma maneira de suprir um déficit na educação, tanto em curso superior, quanto em cursos técnicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento é possível afirmar que o crescimento, tanto em escala de cursos e alunos, quanto em possibilidades metodológicas é um reflexo do desenvolvimento econômico e social do país. O aquecimento da economia exigiu uma qualificação de mão de obra, que refletiu em políticas de Estado, isso facilitou e aumentou o acesso à educação. A EaD se efetivou como uma possibilidade concreta de acesso, assim, a partir de fomento governamental, universidades públicas e privadas aumentaram a oferta de cursos, além disso, o desenvolvimento tecnológico possibilitou o crescimento em escala do número de alunos, bem como de alternativas de interatividade.

Esta compreensão ajuda no entendimento das dificuldades encontradas por alunos e professores e das próprias instituições de ensino hoje. O desenvolvimento tecnológico, associado com o fomento do Estado e a busca por aperfeiçoamento, tornou-se uma possibilidade concreta de expansão e ganho em escala de muitas destas instituições: efetivamente, a EaD tornou-se uma possibilidade lucrativa de negócio. Hoje grupos como a Kroton Educacional, maior empresa privada no ramo de Educação do Brasil, já dominam o cenário educacional⁴. Este tipo de fomento econômico, se for feito de forma isolada, dificilmente poderá garantir um processo pedagógico de qualidade nas instituições.

REFERENCIAS

ALVES L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. ABED, v. 10, 2011. Pesquisado em:
http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf
http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf. Acessado em 03 de jun. de 15.

BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 15 mai. 2015.

MAIA, C. Mattar, J. A BC da EaD. 1º ed, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ROMANELI, O. O. História da educação no Brasil. 35º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

⁴ http://www.istoe.com.br/reportagens/294090_GIGANTES+DA+EDUCACAO

SALVUCCI, M. Lisboa, M. J. A. Mendes, N. C. Educação a Distância no Brasil: Fundamentos legais e implementação. ABED. v. 11, 2012. Pesquisado em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2012/artigo_04_v112012.pdf. Acessado em 03 de jun. de 15.

VIDAL, E. M. Maia, J. E. B. Introdução à Educação a Distância, RDS Editora, 2010. Pesquisado em: file:///D:/Downloads/texto_3.pdf. Acessado em 03 de jun. de 15.

A EXCLUSÃO DA PARALIMPÍADA COMO MEGAEVENTO

Alessandra Fernandes Feltes¹

Aline de Carvalho²

Gustavo Roese Sanfelice³

Regina de Oliveira Heidrich⁴

Palavras-chave: Paralimpíada. Megaevento. Exclusão.

INTRODUÇÃO

Os megaeventos esportivos ingressaram na agenda da mídia brasileira desde os Jogos Pan-americanos do Rio 2007 e a partir disso, se envolve no circuito internacional de competições, como a Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio em 2016. Estes grandes eventos esportivos se constituíram como uma ferramenta decisiva para a evolução e o desenvolvimento dos meios de comunicação desde 1982 (Mundial de Futebol na Espanha), promovendo um grande impacto sociomidiático, ocasionando uma projeção internacional no campo dos esportes e igualmente a transformação de suas estruturas econômicas e sociais (SANFELICE *et al*, 2014).

Os megaeventos caracterizam-se como um dos acontecimentos mais significativos, relevantes e complexos da sociedade contemporânea. Seu destaque resulta em grande parte da cobertura midiática, “por sua capacidade de construir sentidos e significados no interior de cada cultura” (MEZZAROBA; PIRES, 2011, p. 338). A partir disso, o presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa básica, quantitativa, exploratória e bibliográfica (PRODANOV; FREITAS, 2013) referente a exclusão da Paralimpíada como megaevento e reflexões apresentadas em artigos analisados referentes a esta temática.

O critério de escolha ocorreu a partir de uma pesquisa e uma seleção na base de dados Scielo que evidenciava a inclusão e exclusão em relação ao esporte e seus envolvidos, bem como suas implicações para o espectador. Para fundamentação teórica foram abordados os

¹ Graduada no curso de Licenciatura em Educação Física – Universidade Feevale. Bolsista CAPES e mestranda do Curso Diversidade Cultural e Inclusão Social – Universidade Feevale.

² Graduada no curso de Licenciatura em Educação Física – Universidade Feevale. Bolsista CAPES e mestranda do Curso Diversidade Cultural e Inclusão Social – Universidade Feevale

³ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

⁴ Pós-doutora pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL) no laboratório de Realidade Virtual – Ergo VR

seguintes temas: o que são megaeventos esportivos, esporte espetáculo e suas abordagens midiáticas bem como a sua relação com a inclusão social. Logo, o artigo objetiva apresentar reflexões acerca do processo de inclusão e exclusão ligadas à paralimpíada.

Desta forma, apresentaremos a seguir um breve histórico das paralimpíadas e sua constituição como fator de exclusão social a partir dos discursos midiáticos relacionados ao Megaevento esportivo.

PARALIMPÍADA E OS DISCURSOS MIDIÁTICOS

O esporte paralímpico teve seu primeiro registro de inclusão de pessoas com deficiência por volta de 1918, na Alemanha, e se originou através de finalidades terapêuticas e recreativas. No entanto, no século XXI, começou a apresentar características próprias do alto rendimento (MACHADO, 2014; BAILEY, 2008). Desde o final da década de 1990, a grande expansão dessa forma de manifestação esportiva passa por um processo de afirmação como prática espetacularizada e de crescimento de sua comercialização com base em uma das leis do mercado, a lei da oferta (MARQUES *et al.*, 2009).

Tal circunstância tem acarretado certa transformação social no que diz respeito à participação e reconhecimento de pessoas com deficiência (PCD) em posições evidentes na sociedade (BRITAIN, 2004). Neste sentido, percebe-se que alguns agentes atuam neste processo, como disseminadores de ideias, modificando hábitos e por vezes, até formas de pensarem (DUARTE; SANTOS, 2003). A Paralimpíada oportuniza e sujeita as pessoas com deficiência que não estão se exercitando ou praticando esportes de modo que percebam suas “potencialidades e capacidades” e, instigando-os a participem mais efetivamente da sociedade (MACHADO, 2014).

Nesse cenário, existe uma interdependência entre mídia, exposição e acúmulo financeiro no esporte-espetáculo. Os meios de comunicação precisam do esporte como conteúdo a ser comercializado e o esporte precisa ser divulgado de modo a gerar lucros (COAKLEY, 2008).

Assim, as Paralimpíadas como fator social cria uma relação complexa em que o espectador não conhece o esporte executado e por isso não o consome e não se interessa, ao passo que, por essa razão, os veículos de comunicação não o privilegiam por temer o risco de obter somente uma pequena audiência e o retorno comercial insatisfatório. Midiaticamente não importa o lugar que esses sujeitos ocupem na sociedade ou tampouco se as suas diferenças serão exaltadas e marcadas; o importante é haver a possibilidade de eles passarem

a fazer parte da lógica do consumo, pois, inclusive, as diferenças podem ter um grande efeito quando se fala em mercados-alvo (COSTA, 2008).

Todavia, atingir suas vidas é utilizar um instrumento de poder sobre aqueles indivíduos, é garantir sua inserção num meio social e torná-los passíveis de intervenção e controle. A Paralimpíada está na norma, mas em outro lugar, com outro papel e com outra representatividade em relação às Olimpíadas (MACHADO, 2014).

Por outro lado, ao destacar a ênfase nos feitos esportivos e tratar atletas olímpicos e paralímpicos sob a mesma perspectiva, a mídia pode ajudar a fortalecer a inclusão social e diminuir o preconceito (FIGUEIREDO; NOVAIS, 2010; VON SIVORSKI; SCHIERL, 2012). Assim, a deficiência daria lugar à eficiência e a limitação à potencialidade (MORATO *et al*, 2011).

Desta maneira, a divulgação midiática do esporte paralímpico é uma forma de expandir ideais inclusivos, esportivos e comerciais, e o coloca em um mercado altamente competitivo, no qual disputa espaço com outras formas de manifestações esportivas (PURDUE; HOWE, 2012). Ainda que o esporte, em sua essência, seja um exercício corriqueiro e temporário, também manifesta, de maneira pública, alguns dos relatos e das histórias que amparam grupos e identidades que dão significado a uma sociedade, tanto local como global e da importância de ser refletida (BOYLE, 2006).

Por fim, se os megaeventos mobilizam diversos valores, sejam eles simbólicos, políticos, ideológicos ou econômicos que se alternam com o acontecimento esportivo em si, existiria oportunidade melhor para incluirmos a Paralimpíada no contexto social? Há a possibilidade de ampliar as significações para algo que extrapola o campo esportivo, estabelecendo uma ampliação na cultura do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte se transformou em um grande investimento financeiro por suas particularidades e pela habilidade de atrair espectadores de todas as idades e condições sociais, tornando-se uma fonte interminável de notícias, de público e de lucro, mas pode – e deve – ser utilizado como ferramenta para fortalecer a inclusão social. Se a mídia brasileira evidencia e move o espectador a partir dos Megaeventos Esportivos, especificamente a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, podemos considerar uma representação midiática exclusiva, onde as Paralimpíadas perdem sua importância e visibilidade, tornando-se apenas um reflexo de uma sociedade excludente.

Deste modo, as mídias somente procuram estabelecer relações com a sociedade discutindo aquilo que ela acredita ser mais significativo para o espectador, incorporando e refletindo os valores comuns objetivando alcançar um sucesso lucrativo. Neste contexto, a diferença, como possível concretude do preconceito, constitui-se por ignorar afetivamente e intelectualmente que estamos excluindo o outro por desconhecer a diversidade.

REFERÊNCIAS

BAILEY, S. **Athlete first**: a history of the paralympic movement. West Sussex: John Wiley, 2008.

BOYLE, R. **Sports Journalism**. London: Sage, 2006.

BRITTAIN, I. Perception of disability and their impact upon involvement in sport for people with disabilities at all levels. **Journal of sport and social issues**, Boston 28(4): 429-452, 2004.

COAKLEY, J. **Sports in society**: issues and controversies. 10th ed. New York: McGraw-Hill, 2008.

COSTA, M. V. Cartografando a gurizada da fronteira: novas subjetividades na escola. In: VEIGA-NETO, A.; ALBUQUERQUE Jr., D.; SOUSA FILHO, A. (ORG.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 269- 294.

DUARTE, E.; SANTOS, T. P. dos. Adaptação e inclusão. In: DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. **Atividade Física para pessoas com necessidades especiais**: experiências e intervenções pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p. 93-99.

FIGUEIREDO, T. H.; NOVAIS, R. A. Atletas com deficiências na mídia: a cobertura noticiosa dos jogos Paraolímpicos de Atlanta a Pequim nas imprensas portuguesa e brasileira. In: **Anais eletrônicos...**, São Paulo: USP, 2011. Disponível em < <http://confibercom.org/anais2011/pdf/354.pdf> >. Acesso em: 2 jul 2013.

MACHADO, R. B. **Paralimpíadas e olimpíadas**: um olhar sobre os discursos. 2013.

Disponível em:

<<http://congressos.cbce.org.br/index.php/7csbce/2014/paper/viewFile/5970/3241> > Acesso em: 3 jun. 2015.

MARQUES, R. F. R. *et al.* Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, 23(4): 365-377, 2009.

MEZZAROBBA, C.; PIRES, G. L. Os jogos pan-americanos rio/2007 e o agendamento midiático-esportivo: um estudo de recepção com escolares. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, 33(2): 337-355, abr./jun. 2011.

MORATO, M. P. *et al.* A mediação cultural no futebol para cegos. **Revista Movimento**, Porto Alegre, 17(4): 45-63, 2011.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.E. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PURDUE, D. E. J.; HOWE, P. D. See the sport, not the disability: exploring the Paralympic paradox. **Qualitative research in sport, exercise and health**, Loughborough, 4(2):189-205, 2012.

SANFELICE, G. R. *et al.* Análise comparativa entre os Jornais *El País* e *Folha De São Paulo* na final da Copa das Confederações. **Revista Movimento**, Porto Alegre, 20(esp.): 177-196, 2014.

VON SIKORSKI, C.; SCHIERL, T. Effects of news frames on recipients' information processing in disability sport communications. **Journal of media psychology**, Colonia, 24(3): 113-123, 2012.

A EXTRAFISCALIDADE COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

Marciano Buffon¹

Carolina Schröder Alexandrino²

Palavras-chave: Extrafiscalidade. Tributação. Direito Ambiental.

INTRODUÇÃO

A necessidade de mecanismos que contribuam para com a proteção do meio ambiente e gerenciamento dos riscos ambientais são de suma importância, haja vista a atual sociedade ser considerada reflexiva, onde os riscos e os perigos são globais e suas consequências impossíveis de prever e descrever aos sentidos humanos. A Constituição Brasileira de 1988 tem capítulo próprio para tratar sobre o meio ambiente, no entanto, acaba sendo complementada por outros dispositivos esparsos que, de forma direta ou indireta, têm como intuito a preservação ambiental.

Nessa ótica, a busca por um meio ecologicamente equilibrado pode ser perseguida por outros ramos do direito, como o Direito Tributário, que tem de estar em sintonia com o Direito Econômico, Social e Ambiental, para o alcance do desenvolvimento sustentável. Dentro desse contexto, dar-se-á maior atenção à proteção ambiental mediante a utilização da denominada extrafiscalidade, a fim de demonstrar que a tributação assume papel importante, quando utilizada para efetivar direitos e garantias fundamentais, como o meio ambiente ecologicamente equilibrado que, contemporaneamente, passa a ser de extrema necessidade para manutenção de qualquer espécie de vida.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Direito Ambiental tem como objetivo estudar a relação entre o Homem e o mundo, analisando os problemas existentes nesta relação. Por tal motivo, transmite uma mensagem de antecipação, gerenciando riscos mediante a prevenção, a precaução e a equidade

¹ Doutor em Direito - ênfase em Direito do Estado - pela UNISINOS, Mestre em Direito Público. Advogado Tributarista. Professor.

² Pós Graduanda em Direito Cível e Processo Civil pelo Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC). Bacharel premiada como destaque no curso de Direito pela UNISINOS. Advogada.

intergeracional, haja vista a impossibilidade de recuperação de alguns ecossistemas, quando afetados. Uma das características da disciplina é ser um direito sistematizador, pois ainda que haja tutela de bens juridicamente considerados (água, solo, ar, etc), eles se relacionam,³ o que faz do Direito Ambiental um grande sistema. Há uma interligação de seus temas e, por tal motivo, ele busca elementos em outras disciplinas do direito.⁴ No entanto, a proteção ambiental não se delimita àquela prevista na legislação e princípios típicos da matéria. Devido ao fato do meio ambiente ecologicamente equilibrado ser um direito fundamental de terceira dimensão, outros ramos do direito podem conter instrumentos aptos à proteção, dentre eles o Direito Tributário.⁵ Sabe-se que expressivo percentual da parcela econômica estatal só é possível através da arrecadação tributária e,⁶ portanto, a tributação pode intervir na economia com estímulo ou desestímulo de determinadas atividades ou condutas, de forma direta ou indireta, a fim de buscar concretizar objetivos constitucionais. Por tal motivo, também compete ao Direito Tributário orientar a atividade econômica para que ela possa trazer benefícios à sociedade, o que ocorre quando a tributação deixa de estar voltada exclusivamente para a obtenção de recursos ao Estado.

Dentre as possibilidades do Direito Tributário contribuir para com a preservação ambiental, a mais adequada é aquela que tem como objetivo intervir no domínio econômico, estimulando ou desestimulando determinados comportamentos na busca de resultados diversos da simples arrecadação,⁷ tal mecanismo é chamado de extrafiscalidade, que pode ser vista nas renúncias de receitas (benefícios fiscais), bem como nas onerações dos tributos, principalmente dos impostos.

METODOLOGIA

O presente estudo é baseado em pesquisa doutrinária, visando demonstrar como a tributação, com finalidade não fiscal, pode consubstanciar-se num meio eficaz de proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse escopo, analisa-se a extrafiscalidade, que objetiva a realização de valores que ultrapassam a mera arrecadação de tributos; como instrumento de preservação ambiental dentro de uma sociedade reflexiva, de risco. Para tanto, a extrafiscalidade é demonstrada em dois principais segmentos: a) pelos impostos e b) através

³MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 54-55.

⁴MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 55.

⁵BUFFON, Marciano. **Tributação e dignidade humana: entre os direitos e deveres fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. p. 218.

⁶MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Teoria da imposição tributária**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 1998. p. 48.

⁷MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 31. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 56.

dos benefícios fiscais. Assim, a partir de uma análise bibliográfica, traça-se um elo entre o Direito Tributário e o Direito Ambiental a partir do estudo da extrafiscalidade como ferramenta de proteção do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os direitos transindividuais estão amplamente respaldados na Constituição Brasileira de 1988. Com o Direito Ambiental não seria diferente, haja vista ser considerado direito transindividual, sendo de todos e competindo a todos sua proteção. Verificou-se que o Direito Ambiental e sua utilidade para com a proteção do meio ambiente são de suma importância para a satisfação da vida em todas as suas formas.

Com o advento de uma Constituição considerada a primeira “Constituição verde”, a proteção ambiental passou a ser obrigação de todos e não ficou limitada em dispositivo próprio, ou seja, no art. 225 da Carta. A interação de conjuntos que compõem o meio ambiente e regem a vida em todas as suas formas, demonstram a importância de sua tutela, que não pode se limitar nas diretrizes e princípios do Direito Ambiental, cabendo, também, a influência do Direito Tributário, Econômico e Social, compreendendo o Direito Ambiental como disciplina de característica sistêmica. A partir da ideia de que a proteção do meio ambiente não é restrita a matéria ambiental, bem como a existência do compromisso ético entre o homem e o meio ambiente, operando aquele como agente transformador, foi demonstrado que outros ramos do direito, como o Tributário, possuem mecanismos voltados para a proteção ambiental.

O Direito Tributário expressa o exercício do direito impositivo através do poder público, retirando compulsoriamente do contribuinte parcela de seu patrimônio, com o objetivo de que o Estado possa alcançar seus fins. No entanto, a referida finalidade fiscal, a partir da instituição do Estado Democrático de Direito, deixa de ser o único fundamento da tributação, pois esta acaba se desvelando não apenas como um mecanismo arrecadatório para suprir os cofres públicos, mas também como instrumento que contribui para construção e efetivação de direitos fundamentais previstos na Constituição Brasileira. Por tal motivo, a utilização da tributação sem fins fiscais pode contribuir para preservação ambiental em dois domínios: os benefícios fiscais e as onerações dos impostos. Benefício fiscal é medida de caráter político, econômico e social, com o objetivo de amparar interesses públicos.

REFERÊNCIAS

BUFFON, Marciano. **Tributação e dignidade humana:** entre os direitos e deveres fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário.** 31. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2010.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Teoria da imposição tributária.** 2. ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 1998.

A IGUALDADE DE GÊNERO COMO UM DOS 8 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: ALGUMAS DIREÇÕES POSSÍVEIS

Mariane Camargo D'Oliveira¹

Denise Regina Quaresma da Silva²

Palavras-Chave: Cidadania. Exclusão. Inclusão. Mulheres. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A igualdade de gênero tem se constituído em escopo que vem sendo perseguido por todas as sociedades com viés democrático, ao considerar que a igualdade é, sim, um dos indicadores possíveis, concretizáveis e viáveis para mensurar níveis de cidadania, participação, inclusão/exclusão social e desenvolvimento. Ocorre, entretanto, que o Brasil ocupa, no ranqueamento internacional, a 71^a posição no *The Global Gender Gap Index 2014*, ou seja, no Relatório da Igualdade de Gênero Mundial. Daí surge a seguinte indagação: esta colocação do país reflete que os avanços são consideráveis ou que os desafios são complexos demais para se atingir a efetividade em termos de igualdade de gênero?

Embasando-se nesta problemática, a presente pesquisa, de cunho essencialmente teórico, mas ancorada em dados quantitativos preliminares disponibilizados no Portal ODM, pretende verificar quais as direções possíveis para se trabalhar e se concretizar a igualdade de gênero, como um dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A meta número 3, “igualdade entre sexos e valorização da mulher”, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, tem como período de cumprimento o presente ano de 2015. Assim, pretende-se, de forma breve, analisar o que o Estado brasileiro realizou, principalmente, em implementação de políticas públicas para a concretude desta igualdade entre os sujeitos.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade FEEVALE. Mestre em Direito pela UNISC/RS. Bolsista PROSUP/CAPES. E-mail: maricamargod@gmail.com

² Pós-doutora em Estudos de Gênero na UCES, Doutora e Mestre em Educação pela UFRGS. Atualmente, é professora titular na Universidade FEEVALE e é professora adjunta no Centro Universitário La Salle.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A igualdade não é somente um princípio fundador dos direitos do gênero humano. É também o direito mais concreto e aquele que garante todos os outros, é a possibilidade, para as mulheres, de escolher e de dominar sua vida. A história do século XX demonstrou que não havia igualdade possível sem o acesso, para todas as mulheres, ao direito de voto e de representação política. Igualdade de direitos, igualdade de chances: em todos os países, as mulheres continuam na subalternidade. A educação deve ser instituída em todos os lugares como o motor da mudança, sendo que a revolução ainda está em curso, continua inacabada, tanto no plano do ensino quanto no da igualdade profissional e salarial. A igualdade impõe-se como a condição *sine qua non* do desenvolvimento econômico, social e pessoal. Necessário explorar, assim, o caminho que ainda é preciso percorrer para que a igualdade entre homens e mulheres possa, efetivamente, se estabelecer, conforme alerta Ockrent (2011).

Nesse aspecto, Canotilho (2003, p. 389-391) leciona que o princípio da igualdade não se dirige só ao próprio legislador, mas está vinculado à criação de um direito igual para todos os cidadãos. Assim, para viabilizar a criação de um direito igual, é crucial delinear os contornos do princípio da igualdade material. Isto porque a igualdade perante a lei oferecerá uma garantia bem insuficiente se não for acompanhada de uma igualdade na própria lei, isto é, exigida ao próprio legislador relativamente ao conteúdo da lei. Além disso, a igualdade pressupõe um juízo e um critério de valoração. Nesse sentido, o princípio da igualdade é violado quando a desigualdade de tratamento surge como arbitrária. Violação arbitrária da igualdade jurídica existe quando a disciplina jurídica não for baseada em elementos sérios, não tiver sentido legítimo e estabelecer diferenciação jurídica sem fundamentos razoáveis.

Seguindo tal entendimento e como refere Mello (2014, p. 38-40), por via do princípio da igualdade, o que a ordem jurídica pretende firmar é a impossibilidade de desequiparações fortuitas ou injustificadas. Para atingir este valor absorvido pelo Direito, o sistema normativo concebeu fórmula hábil que interdita, o quanto possível, tais resultados. Com efeito, a igualdade é princípio que visa a duplo objetivo: de um lado propiciar garantia individual contra perseguições e, de outro, tolher favoritismos. Então, é agredida a igualdade quando o fator diferencial adotado para qualificar os atingidos pela regra não estabelecer relação de pertinência lógica com a inclusão ou exclusão no benefício deferido. Logo, se o fator de discriminação não guardar adequação racional com a disparidade de tratamentos jurídicos dispensados, a distinção estabelecida afronta o princípio da igualdade. É por isso que a materialização da igualdade deve se dar por essa via de interpretação constitucional.

METODOLOGIA

Em tal ponto, busca-se refletir como está sendo realizada a aplicabilidade e efetivação do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio n. 3. Nesse plano, o método de abordagem utilizado é o dedutivo, sendo que o método de procedimento é o histórico, já que se pretende investigar a temática em suas múltiplas dimensões. Concernente à técnica, possui o estudo caráter bibliográfico, que decorre do estudo sobre a operacionalização das políticas públicas de gênero. Sob este prisma, o embasamento da pesquisa sustenta-se nas teorizações trazidas, especialmente, por autores como Canotilho (2003), Mello (2014) e Viana (2013), os quais articulam teorias sobre igualdade, gênero e políticas públicas. Além disso, a pesquisa é sustentada pelos indicadores e relatórios preliminares disponibilizados no Portal ODM.

RESULTADOS

Para que todos estes Objetivos sejam atingidos, parcialmente ou na sua integralidade, foi estabelecida uma Agenda de Compromissos do Governo Federal e Municípios 2013-2016, com o escopo de monitorar e avaliar o desempenho local, consolidando o processo democrático e fortalecendo a cidadania. No Guia de Apoio para o Alcance das Metas (s/d), em relação ao ODM n. 3, há duas políticas públicas em andamento. O “Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade de Gênero” e o “Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher”, o qual tem como indicador o total de serviços da rede.

No Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os Relatórios Dinâmicos ODM (2013), em 2013, o percentual de pessoas de 18 a 24 anos sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto, do sexo feminino, era de 11,7% e do sexo masculino 19,8%; com Ensino Fundamental completo e Médio incompleto, 26,6% feminino e 34,0% masculino; Ensino Médio completo e Superior incompleto, 57,5% feminino e 44,0% masculino; com Ensino Superior completo, 4,0% feminino e 1,6% masculino.

Já quanto ao “Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher”, o Brasil celebrou acordo federativo, que abrange as dimensões da prevenção, assistência, combate e garantia de direitos femininos. Atualmente, existem 1.011 serviços de atendimento. A Lei Maria da Penha n. 11.340/06, prendeu 4,1 mil agressores, instaurou 685,9 mil procedimentos e recebeu 2,7 milhões de ligações na Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), de acordo com o Portal ODM. Segundo o Relatório Nacional de Acompanhamento ODM (2014, p. 62), foram recebidas, no ano de 2012, 732 mil ligações válidas.

Com relação à inserção no mercado de trabalho, havia menor representação feminina. A participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 45,6% em 2013,

independentemente da escolaridade. Entre os de nível superior, a desigualdade salarial aumenta: o percentual passa para 58,7%. No que concerne à participação feminina na política, esta permanece muito restrita. No Estado, apenas 32,9% dos candidatos para a Câmara de Vereadores do Município de Porto Alegre, em 2012, eram mulheres, sendo que a proporção de eleitas foi de 14,1%, ainda de acordo com os Relatórios Dinâmicos ODM (2013). A partir destes dados é que se pode perceber o quanto é complexa a temática da igualdade de gênero.

DISCUSSÃO

Em conformidade com o Portal ODM (s/d), promover a igualdade é superar as disparidades entre meninos e meninas no acesso à escolarização formal e promover políticas que ofereçam oportunidades para mulheres ocuparem papéis cada vez mais ativos no mundo econômico e político, visto que estas são condições para atingir a superação das desigualdades de gênero. A Meta 4 da ONU prevê eliminar as disparidades no Ensino Fundamental e Médio, se possível antes de 2015, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015. No que diz respeito ao acesso à educação, o Brasil já alcançou a meta prevista: meninas e mulheres já são maioria em todos os níveis de ensino.

De acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento ODM (2014, p. 52), os lugares sociais reservados para cada um dos gêneros determinam fortemente o modo como os indivíduos constroem seus caminhos e fazem suas escolhas profissionais. Isso produz a segmentação sexual do conhecimento, que se manifesta principalmente na escolha de um curso de Ensino Superior. As mulheres, levadas pelas convenções tradicionais de gênero, escolhem em maiores proporções cursos considerados femininos, como os relacionados aos serviços de cuidado, o que termina por segregá-las em ocupações de remuneração mais baixa. Esta pode ser considerada apenas como uma das razões para não haver igualdade salarial. No entanto, a desigualdade de gênero ainda persiste no mercado de trabalho, nos rendimentos, na política e a violência doméstica continua atingindo milhares de mulheres brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas nem sempre consideram a complexidade e a especificidade dos diferentes sujeitos e, embora o feminismo historicamente defenda políticas de caráter universal, ao mesmo tempo chama a atenção para essa incapacidade das políticas públicas de contemplar necessidades e demandas específicas das mulheres, na visão de Viana (2013). Passados 15 anos, foi possível verificar, sucintamente, que o Brasil não tem estabelecido diretrizes efetivas na construção e implementação de políticas públicas que conduzam a uma

verdadeira igualdade de gênero. Hoje já se fala na Agenda Pós-2015, para que a igualdade seja colocada como meio e fim estratégico. Parafraseando Carvalho (2015), infere-se que tanto a cidadania quanto a igualdade de gênero encontram-se na encruzilhada de um longo e complexo processo histórico e sociocultural. Inúmeras são as direções possíveis para trilhar.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Agenda de Compromissos do Governo Federal e Municípios 2013-2016**. Disponível em:

<<http://www.agendacompromissosodm.planejamento.gov.br/>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

BRASIL, ODM. **8 Jeitos de Mudar o Mundo**. Disponível em:

<<http://www.objetivosdomilenio.org.br/mulher/>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

BRASIL, ODM. **O Brasil e os ODM**. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

BRASIL, ODM. **Relatório Nacional de Acompanhamento ODM**. Brasília, DF: IPEA : MP, SPI, maio 2014.

BRASIL, ONU MULHERES. **ONU Mulheres Celebra Acordo sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-celebra-acordo-sobre-a-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015/>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

BRASIL, PNUD. **8 Objetivos para 2015**. Disponível em:

<<http://www.pnud.org.br/odm.aspx>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

BRASIL, RELATÓRIOS DINÂMICOS ODM. **Rio Grande do Sul, Perfil Estadual, Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomia das Mulheres**. Disponível em:

<<http://www.relatoriosdynamics.com.br/portalodm>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

BRASIL, SPM. **Balanco Semestral Ligue 180**: janeiro a junho de 2012. Brasília-DF, 2012.

BRASIL, UNICEF. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em:

<http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9540.htm>. Acesso em: 09 ago. 2015.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

OCKRENTE, Christina (Org.). **O Livro Negro da Condição das Mulheres**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

VIANA, Raquel. Desafios e Limites das Políticas Públicas no Cotidiano das Mulheres. In: VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: SescSP, p. 377-391, 2013.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2014**. United States of America: Harvard University; University of California, Berkeley, 2014.

A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO DIGITAL NA PRÁTICA DOCENTE DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

Ana Maria de Oliveira Pereira¹

Acácia Zeneida Kuenzer²

Palavras-chave: Letramento digital. Prática docente. Formação de professores.

INTRODUÇÃO

Existe uma cobrança muito grande atualmente, referente ao modelo de escola necessária para promover as novas aprendizagens que a sociedade permeada pelas tecnologias digitais impõe. As grandes mudanças ocorreram pós década de 1970, principalmente com o advento das tecnologias da informação e comunicação, tendo como grande coadjuvante a rede internacional de computadores: a internet.

As mudanças são rápidas em outros setores, porém na educação são mais lentas, ou melhor dizendo, não estão sincronizadas com os demais setores da economia. E o mais interessante disso tudo, é que para que essa tecnologia toda esteja disponível, é necessário que os indivíduos tenham passado por uma escola. Por isso o questionamento: que mudanças são necessárias para que a escola dê conta das aprendizagens da sociedade tecnológica? Certamente, a formação dos professores desempenha papel relevante nessas mudanças, a par da adequação dos espaços, tempos e recursos tecnológicos das escolas.

Neste texto apresentaremos os planos de aula dos estagiários do curso de Geografia Licenciatura, para uma atividade a ser desenvolvida com recursos das tecnologias digitais da informação comunicação, doravante denominada TDIC. O intuito dessa reflexão é entender como a formação inicial dos futuros professores de Geografia influencia no planejamento de atividades de aula mediadas pela TDIC. Ressaltando que, segundo Warschauer (2006, pág. 75), o acesso as tecnologias digitais auxilia na promoção da inclusão social, pergunta-se:

¹ Licenciada em Geografia, Mestre em Educação e Doutoranda no PPG Diversidade Cultural e Inclusão Social da Feevale.

² Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pela PUC/SP, docente do PPG Diversidade Cultural e Inclusão Social da Feevale, orientadora.

como o letramento digital dos licenciandos influencia o planejamento de suas atividades docentes, com vistas à construção do conhecimento de seus alunos?

FUNDAMENTAÇÃO

Para o desenvolvimento das atividades profissionais, o professor coloca em prática uma série de saberes provenientes de diferentes fontes; neste trabalho nos ateremos à importância do desenvolvimento de competências para a aquisição do letramento digital e, como consequência, a integração das TDIC às aulas.

Segundo Freitas, letramento digital é

[...] o conjunto de competências necessárias para que um indivíduo entenda e use a informação de maneira crítica e estratégica, em formatos múltiplos, vinda de variadas fontes e apresentada por meio do computador-internet, sendo capaz de atingir seus objetivos, muitas vezes compartilhados social e culturalmente. (Freitas, 2010, p. 339 e 340.)

Dessa maneira destacamos que saber como as TDIC podem ser utilizadas como um meio pelo qual será possível a construção do conhecimento, é um grande desafio na sociedade da informação. Para Warschauer (2006), ser letrado sempre se refere a ter domínio sobre os processos, por meio dos quais a informação culturalmente significativa está codificada.

É importante ressaltar que o uso das TDIC em atividades regulares de aula só será capaz de contribuir para mudanças significativas na educação, se forem integradas às práticas, porém não como simples mudança de suporte, do quadro de giz para o projetor, mas sim, como espaços de protagonismo, construções colaborativas, compartilhamento e principalmente autoria.

METODOLOGIA

Para esse trabalho utilizamos a pesquisa bibliográfica para contextualizar e dar suporte às análises e para a interpretação dos planos de aula dos alunos utilizaremos a pesquisa documental, que conforme, GIL (2007, pág. 66) vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico.

RESULTADOS

Por solicitação da pesquisadora, os licenciandos prepararam seis planos de aula, utilizando as TDIC para promover a aprendizagem na área de Geografia. Desses, somente dois utilizaram as TDIC de forma a promover a autonomia e o protagonismo dos alunos na

construção do conhecimento. No primeiro plano o estudante utiliza um aplicativo disponível na internet para traçar trajetos, relacionar distâncias e entender localizações. E no segundo, a proposta é a elaboração de um jornal para que os estudantes possam vivenciar e associar os conteúdos da Geografia ao seu dia a dia e após, apresentar aos colegas suas conclusões.

As outras metodologias propostas, apesar de terem as TDIC como espaço de realização das atividades, não passam de revisão de conteúdo, e conseqüentemente, de mudança de suporte. É possível observar que o uso efetivo das tecnologias digitais para planejar atividades de aprendizagem, ainda deixa muito a desejar no que diz respeito à construção do conhecimento, pois entende-se que os licenciandos não se sentem seguros e ou não sabem como utilizar as ferramentas para mediar as atividades pedagógicas.

Cabe aqui um questionamento: estes universitários estão sendo preparados para usar as TDIC como ferramenta para mediar a construção do conhecimento? Será que não estão sendo estimulados somente para troca de suporte no qual se disponibiliza conteúdos? Ou seja, troca-se o quadro de giz ou de canetão, pelo slide e outras formas de apresentação disponíveis em rede?

ENCAMINHAMENTOS CONCLUSIVOS

A partir da apresentação dos dados acima é possível a compreensão de que, para a utilização das TDIC em atividades escolares que promovam as aprendizagens necessárias à inclusão na sociedade da informação, a formação inicial de professores precisa dar suporte científico- tecnológico e pedagógico.

O entendimento de que as demandas na formação inicial de professores modificaram-se e que para atuar na escola inserida na sociedade tecnológica e promover a inclusão social é necessário um profissional ativo e crítico ao processo é compartilhada com Cavalcante que diz:

[...] em uma sociedade complexa, em contextos instáveis e com conhecimentos que se ampliam e se desenvolvem constantemente, é preciso compreender as demandas prioritárias para a formação e a atuação do professor. A compreensão dessa sociedade complexa em seus múltiplos aspectos tem exigido, assim, novas formas de reflexão, novas categorias, o que coloca novas demandas para a educação e para a formação do profissional voltado para a tarefa da educação escolar – o professor (Cavalcante, 2012,p.17).

Entendemos que é a formação inicial que dará suporte à atividade profissional do professor, complementada pela suas experiências profissionais e formação continuada ao

longo da sua carreira; contudo, para que isso ocorra, assim como as mudanças na educação demandadas pela sociedade tecnológica, é necessário a reavaliação e a readequação dos cursos de licenciatura.

Para Warschauer (2006), ser letrado sempre se refere a ter domínio sobre os processos, por meio dos quais a informação culturalmente significativa está codificada; nesse sentido entendemos que a aquisição de letramento digital dos licenciandos em questão é um processo que precisa ser adequadamente tratado nos cursos de licenciatura; do contrário, o uso das tecnologias será uma mera mudança de suporte nas aulas e não é isso que preconiza a educação na sociedade tecnológica, em conformidade com o artigo 5º, inciso VI, da resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior para os cursos de licenciatura, que assegura a condução dos licenciandos “ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes”(Brasil, 2015, pág.6)

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Lana. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
FREITAS, Maria. T. **Letramento Digital e Formação de Professores**. Educação em Revista. Belo Horizonte, V. 26, n.03, p. 335 a 352. Dez. 2010. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21028&Itemid=866

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Brasília, 2015. Disponível em:
file:///C:/Users/user/Downloads/res_cne_cp_002_03072015.pdf

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e Inclusão Social: A exclusão digital em debate**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

A MULHER AFRICANA NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

Bárbara Jucinsky Schmitt¹

Daniel Conte²

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte integrante da dissertação denominada *As representações da Mulher e da Revolução nas obras As Aventuras de Ngunga e Mayombe, de Pepetela*. Objetiva apresentar um panorama sobre a história das mulheres em África durante o período pré-colonial, buscando evidenciar a importância da mulher neste continente. Esta pesquisa foi motivada pela vontade de “tirar” a mulher da posição de silenciamento dentro das narrativas históricas. Para a execução deste trabalho foi utilizado o Método Histórico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na construção deste trabalho foram utilizadas as autoras Achola Pala e Mandina Ly (1982), que trazem informações sobre a mulher africana durante o período pré-colonial. Gaston Bachelard (1993) foi pesquisado para a definição de questões do imaginário. Raphael Patai (1972) e Meletínski (2002), na figuração dos arquétipos, bem como utilizamos Edward Said (1996) e (1999) na representação do Outro.

METODOLOGIA

Investigação de natureza bibliográfica, contribuindo para o estudo da História. Assim, a sistemática do trabalho dar-se-á da seguinte forma: revisão de fontes bibliográficas e identificação de novas fontes no que tange às relações do feminino com a sociedade no decorrer do período pré-colonial em África.

RESULTADOS

Com a empreitada colonial disposta a terminar com as manifestações culturais e avassalando a condição humana e histórica dos sujeitos africanos, o *status* social da mulher que vivia no interior foi degradado, maculado e coisificado. A agricultura passou a produzir produtos destinados às indústrias, e, com a monetarização da economia, a mulher foi

¹ Mestre e Doutoranda em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale E-mail: basschmitt@gmail.com.

² Orientador. E-mail: danielconte@feevale.br.

perdendo sua independência simbólica ao dedicar a maior parte dos trabalhos de campo para os cultivos de exportação, e, ademais, eram os homens que tratavam com os intermediários coloniais. A mulher continuava trabalhando, porém a maior parte de seu trabalho lhe escapava, e, assim, foi perdendo sua posição de membro fundamental para a manutenção da família, no sentido de contribuir economicamente.

DISCUSSÃO

Achola O. Pala (1982) observa que a organização e o poder político em África eram considerados como um aspecto de diferenciação social. A maioria dos grupos era organizada por sistemas de idade. De acordo com a autora, existem diversas fontes de estudos etnográficos que afirmam que as mulheres africanas foram as principais produtoras de plantas comestíveis, em suas respectivas sociedades, bem como dominavam o tempo da colheita.

Aceitava-se a poligamia, que se tinha como vantajosa para as comunidades onde a agricultura era uma das atividades femininas, no sentido de que, quanto maior era o número de esposas, maior era a superfície que poderia ser cultivada, afirma Pala (1982). Um casamento poligâmico representava prestígio e riqueza aos homens que pudessem ter diversas cônjuges.

Os casamentos baseavam-se no respeito e na ajuda mútuos. A mulher auxiliava o marido na manutenção da família e na educação dos filhos. Os produtos dos pequenos campos da mulher (milho, arroz, fubá, amendoim, etc.) pertenciam-lhe por direito, porém ela os utilizava para o sustento familiar. As atividades domésticas também eram uma responsabilidade feminina, independente do grupo social ao qual pertencessem. Eram elas também as responsáveis pelo pagamento dos impostos.

Através da educação, a mulher acabava por perpetuar os papéis impostos pela sociedade pré-colonial, perpetuando arquétipos. Pensa-se os arquétipos, segundo definições de Meletínski (2002), que categoricamente afirma que estes são herdados genético-culturalmente. As mães desempenhavam um papel ativo na educação dos filhos, na formação dos costumes dos grupos e no comportamento que se esperava da criança e futuro adulto, observa Ly (1982). As filhas aprendiam a educar as crianças, a cozinhar, a realizar as tarefas agrícolas e todo o tipo de atividade econômica ou estética. Os meninos aprendiam a cuidar dos animais, a caçar e a pescar. As crianças aprendiam aquilo que fosse considerado mais adequado para o gênero ao qual pertencessem, sempre seguindo as matizes históricas. Como podemos perceber, a figuração da mulher traz, entre várias simbologias, a manutenção e a

coesão familiar. A educação dada pela mãe, bem como o exemplo dado pelos pais, garantia a perpetuação da organização social tal como acreditavam ser melhor para o coletivo.

Mandina Ly (1982) assegura que as mulheres eram reconhecidas em sua qualidade de provedora de alimentos de base e por sua possibilidade de dar filhos ao marido, isto reforçava seu direito ao usufruto da terra e do gado. Esta segurança dava à mulher “voz” – uma posição política – na comunidade. Uma mulher que não possuísse filhos ou somente filhas mulheres tinha sua posição social debilitada. Suas vantagens eram limitadas e não podia exercer influência nas decisões da comunidade: não tinha voz, nem voto ou mesmo possibilidade de influenciar nas votações, caindo em silêncio brutal e coisificador.

Nas regiões onde as mulheres eram as principais trabalhadoras agrícolas, o valor da noiva era considerado uma compensação paga pelo marido para a família da esposa, a fim de indenizá-la pela perda do direito de seu trabalho, de seu conhecimento e de seus futuros filhos, afirma Ly (1982).

O dote assegurava à mulher que seu marido lhe construiria uma casa, sua própria moradia e lhe daria, depois do casamento, terras para cultivar e gado. Se o marido se mostrasse excessivamente cruel, a mulher tinha direito de buscar proteção, na família do marido ou em sua própria família. Se o marido se tornasse impotente ou não tratasse a esposa corretamente, esta podia buscar ajuda entre os anciãos da família do homem ou da sua própria. Os filhos eram considerados propriedades do homem e, caso ocorresse o divórcio, a mulher não tinha nenhum direito de ficar com as crianças. Tais características moldavam a identidade do grupo.

A representação ideológica dos homens, mulheres e crianças na sociedade (nos âmbitos religioso, jurídico, político) é, evidentemente, um produto de seu papel na economia. Em todas as atividades que exercia na ossatura social, a mulher gozava de muito respeito e consideração. Era considerada, apesar de tudo, inferior ao homem. Se estabelecermos uma relação dialógica com a contemporaneidade, porém, caso sejam julgadas as relações antigas entre homem e mulher, segundo as normas vigentes entre as sociedades pré-coloniais, é preciso pensar que estas eram relações de complementaridade.

Chamava a atenção dos colonizadores europeus o formalismo e a distância que caracterizavam a relação dos africanos e suas esposas. Surpreendia-os a ausência das demonstrações de amor entre os esposos. Todavia, é necessário que se perceba que o olhar vinha de alguém que fazia parte de uma família nuclear burguesa e que possuía dentro de seu imaginário uma família formada por pai, mãe e filhos, que deveriam externar seu amor através de gestos de carinho, mesmo que mecanicamente repetidos, muitas vezes, e

impulsionados pelas normas e costumes. Os europeus admiravam-se do fato de as mulheres trabalharem. Diziam que as mulheres faziam trabalhos pesados, enquanto os homens ficavam nas cabanas conversando, obviamente, uma anotação de um homem, a partir de sua visão europeia de mundo. Percebe-se que a visão do europeu é comprometida devido à limitação cultural.

Portanto, é a partir do que observaram em África, que os europeus criaram sua concepção de africano, e é sob esta ótica que se fundamenta o imperialismo e a dominação colonial. Criou-se uma relação de poder e submissão. Foram as pessoas da metrópole que delimitaram a imagem da colônia, dos papéis atribuídos ao feminino e ao masculino, estabelecendo fronteiras imaginadas e físicas, e parte do entendimento existente hoje sobre o “oriente”, entre aspas, pois pode ser observado como qualquer lugar que anteriormente foi uma colônia, faz parte do senso comum, alimentou-se o imaginário sobre o exótico e, ainda nos dias de hoje, para alguns, estes dados são tidos como a realidade sobre os habitantes das antigas possessões ultramarinas. Nesse ponto, não existe uma relativização cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo fato de que trabalhava mais no campo familiar (principalmente do amendoim e do algodão), a mulher não tinha mais tempo suficiente para se dedicar à horticultura, de maneira que até mesmo para cozinhar passou a precisar do dinheiro que o homem lhe dava para adquirir os condimentos, que este conseguia, com sua atuação na mercantilização de almas fomentada pelo colonialismo.

No plano educativo, a escola, com sua visão racionalista do mundo, acabou com grande parte da influência que a mãe tinha sobre seus filhos, e a medicina moderna restringiu seu trabalho como curandeira. O que nos fica é que a imposição simbólica trazida pelo colonialismo, além de erosionar o sistema sócio-representativo, relegou a mulher ao mesmo espaço ocupado pela europeia nas relações antropológicas: o da margem. Contudo, a condição feminina é tão significativa na África, que mesmo com a máquina do racionalismo cientificista, o sistema colonial não conseguiu borrar a imagem primeira engendrada pela mulher: a da ordem social.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gastón. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**. 2. ed., rev. atual. 2 v. [S.l.]: Europa-América, 1999.
- MELETÍNSKI, Eleazar. **Os Arquétipos Literários**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002
- PALA, Achola; LY, Mandina. **La mujer africana e la sociedad precolonial**. Barcelona: Serbal/UNESCO, 1982.
- PATAI, Raphael. **O mito e o homem moderno**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- POLLAK, Michael. Memória E Identidade Social. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- _____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCIACCA, Michele Federico. **Silêncio e palavra**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia - UFRGS, 1967.
- SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp. 1992.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história. Novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

A PATOLOGIZAÇÃO DO BAIXO DESEMPENHO ESCOLAR: PERCURSOS E PROCESSUALIDADE DO SUJEITO NAS ESCOLAS DE CAMPO BOM/RS

Ely Subtil Marçal Filho¹

Orientadora: Dra. Eliana Perez G.de Moura²

Coorientador: Dr. Norberto K.³

Palavras-chave: Patologização. Constituição subjetiva. Baixo desempenho escolar.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a patologização do baixo desempenho escolar e sua repercussão sobre a constituição subjetiva do sujeito aprendente por dentro do percurso escolar. Seguindo os pressupostos psicanalíticos, particularmente Freud, Lacan e Winnicott, articulados as postulações da teoria sócio-histórica de Vigotiski pretende-se problematizar o reducionismo do modelo biomédico habitualmente aplicado sobre as dificuldades dos alunos e os conflitos sociais. Com os resultados alcançados na pesquisa espera-se poder contribuir para sensibilização dos profissionais quanto ao processo de patologização e medicalização do sofrimento psíquico do sujeito e a problemática do baixo desempenho escolar. O estudo toma como referência empírica quatro escolas de Ensino Fundamental e Médio do Município de Campo Bom - RS. Para cumprir o empreendimento de pesquisa levanta-se a seguinte questão-problema: Qual o percurso, que por dentro da escola, produz o fenômeno da patologização do baixo desempenho escolar do aprendente? Nesse sentido o presente projeto tem como objetivo geral conhecer, identificar e traçar o percurso que conduz ao fenômeno da patologização do aprendente em seu processo de escolarização. Os objetivos específicos são: identificar os casos de baixo desempenho escolar nas escolas de alto e baixo IDEB da cidade de Campo Bom; Identificar os critérios que justificam os encaminhamentos dos alunos para atendimento médico e/ou psicológico; e Analisar as justificativas de encaminhamentos dos aprendentes com baixo desempenho escolar.

¹ Mestrando do Curso de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

² Professora Dra do Curso de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

³ Professor Dr. do Curso de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Lacan define o estágio do espelho em 1936 para designar o momento ontológico do psiquismo humano em sua origem e desenvolvimento. Lacan (1998) fundamenta sua tese nas concepções de Hegel, o qual afirma a consciência de si como dependente da consciência do outro. Ficando assim de acordo com a definição freudiana de que o eu vem de fora, de outro sujeito. Disto se desdobrará a compreensão do registro da representação simbólica e com a especificidade de voltar-se para aquele que a segura, e a criança, agora em júbilo comunica sua descoberta para receber a confirmação do outro. Diz assim: sou eu. Nasce o psiquismo da criança ao tomar consciência de si própria. Define-se a metáfora do espelho como o rosto, a figura materna, ou quem a represente nesta função. O estágio do espelho diz de um novo ato psíquico da constituição subjetiva do ser humano, que se inscreve de modo a unificar por antecipação a prematura vivida pelas fantasias do corpo fragmentado. O lugar de Outro é fundamental para a constituição subjetiva da criança, pois no campo do narcisismo é que se funda a imagem do corpo da criança a partir do investimento libidinal da mãe e a ordem de seu olhar investido a ela. O luto só pode ser caracterizado por uma ruptura, uma perda, que rompe com a cadeia metonímica de sentido e nos remete a lógica das metáforas, do riso, da graça, do inesperado. Um salto de consciência! Castração simbólica e luto são características imprescindíveis a constituição subjetiva e contorno do gozo. O Édipo é um processo que começa com a fase fálica e termina com a castração, - uma operação estrutural que anula a universalidade imaginária do falo; e determina o reconhecimento da diferença sexual. Ou seja acabou o mundo do gozo desmedido, em que tudo é possível (Freud, 1923).

A possessão do objeto não gera condição de representatividade simbólica, dando lugar a vivências automatizadas e as atuações (*actings outs*), thda, serão os recursos disponíveis, apenas de comunicação. Foi em 1914/1996 que Freud diz do termo *acting out* se referindo à situação analítica de transferência/resistência,- a tendência a repetir no comportamento o passado esquecido, a experiência reprimida, transferida sobre o analista. Mas em “Além do princípio do prazer” (1920/1996) a atuação estará ligada ao fenômeno psíquico da compulsão a repetição. Para Freud (1905) a pulsão é uma exigência de satisfação situada entre o físico e o psíquico, e não se reduz a nenhuma desses aspectos. A pulsão somente será acessível por suas representações como uma espécie de amalgama entre ideia e afeto. Um comportamento impulsivo, agressivo é simbolicamente precário.

Ocorre que, há neste fenômeno do *acting out* um pedido de ajuda que só poderá ser compreendido à luz do que Winnicott (1975) define como condição continente gerado na relação com um outro suficientemente bom. Para Winnicott (1975) a simbolização engendra-

se no relacional da área dos fenômenos transicionais. De tal modo que para o autor essa seria a incursão do homem na vida cultural, pois o mundo simbólico deverá ser conquistado em um curso de processualidade do sujeito. Torna-se possível reconhecer e dar significados aos objetos externos. Para Winnicott (1975), a experiência cultural seria uma extensão dos fenômenos transicionais. Sendo: “O lugar em que a experiência cultural se localiza está no espaço potencial existente entre o indivíduo e o meio, no simbólico que nos insere nas atividades culturais.” (Winnicott, 1975, p. 139). Pondero que há dois aspectos do sofrimento psíquico: um é de que o tensionamento incursiona o sujeito à rede simbólica e discursiva de modo a criar, pensar e organizar o lugar em que vive; e o outro é que não sendo isto possível ele deverá responder com dificuldades de maior ou menor grau como é o caso a se pensar na questão das dificuldades do aprendente no seu processo de escolarização e do baixo desempenho escolar ante ao reducionismo biologizante.

A constituição da subjetividade, segundo Vigotski (1991) resulta de modo inexorável em certa medida das condições sociais para o desenvolvimento psicológico do sujeito. Mesmo porque o ambiente per si nada significa até que possamos atuar sobre ele, causando impacto direto de transformação ao mesmo tempo que percebemos tais mudanças. De tal modo que somos remetidos a um universo de significados da realidade. Porque somente um ser de relação em sociedade é capaz de produzir cultura. Ou seja, o sujeito existe porquanto seja constituído em contextos sociais, e que estes são resultados de sua ação com o outros, os quais se organizarão coletivamente em prol de seu viver. É a partir do conceito de mediação simbólica, conceito chave na epistemologia de Vigotsky (1989), que o homem se torna liberado das formas biológicas de comportamento, o processo mediado originará formas superiores de diferentes faculdades psicológicas (memória, atenção voluntária, pensamento, etc.). Portanto, a mediação simbólica é o operador lógico que articula a origem das funções psicológicas e a natureza de signos da atividade psíquica é a mediação simbólica.

A biologização da Educação surge na medicina e, por isto o termo medicalização, gerador de um novo campo de conhecimento. Há uma invasão do modelo biomédico na área da pedagogia, então só posteriormente com a proliferação do modelo biomédico em todas as outras áreas é que se estabeleceu o termo patologização (Collares e Moysés, 1999).

Segundo Guarido (2007) subjetividade demanda pensar a Psicologia por um paradigma que aproxime a compreensão subjetiva dos processos psíquicos para além do modelo natural da ciência, donde surgiu e desenvolveu como entidade (DSM-IV, Cid -10) – visão reducionista, determinista quantitativa e mecanicista. Demanda-se na problemática da patologização o deslocamento da área da saúde para área da humanas. Na perspectiva da

subjetividade, o exercício do pensamento vai além da linguagem, uma vez que constitui e organiza uma cultura, um *modus vivendi*. Existe uma relação complementar entre pensamento, linguagem, e um não se reduz e nem é explicado pelo outro. Mas resultam de efeitos e causam efeitos no ambiente vivido. A subjetividade se expressa na dialética entre social e o individual (Rey, 2005). Se paga o preço da angústia e do sofrimento psicológico (castração simbólica), ante a inexorável e constitutiva dúvida, uma vez que não se pode contar com a exclusiva posse do objeto. Portanto, profetizar diagnósticos pela simples observação direta do comportamento dos alunos encaminhados para avaliação psiquiátrica, neurológica e psicológica resulta de uma cultura naturalizante. Para Le Breton (2010), os sentimentos são codificados, há uma nomeação do discurso médico, a qual se socializa e formata/reduz a relação do sujeito com sua subjetividade/sofrimentos.

METODOLOGIA

A pesquisa adotará uma metodologia qualitativa exploratória, com a adoção da entrevista, como procedimento de coleta de informações, as quais serão realizadas junto a professores, orientadores e pais. A análise de encaminhamentos com baixo rendimento escolar será critério de escrutínio. A aproximação empírica foi desenvolvida no âmbito das atividades do grupo de pesquisas sobre Direitos Humanos, vinculado ao projeto de pesquisa OBEDUC, tomando as escolas de Campo Bom, como campo empírico e tomando como critério os índices de desenvolvimento da educação brasileira (IDEB) das escolas que atingiram o maior e o menor escores. Dos registros da aproximação empírica destaca-se os pontos para constituição das categorias: de indisciplina; hipercinesia; marginalidade; baixo desempenho escolar; a rotatividade e contradição de diagnósticos dos médicos; uma grande desconfiança de que os médicos psiquiatras não sabem de seus pacientes-alunos-problemas; os professores supõem poderem dar conta dos problemas do aprendente pela aproximação da família; a preocupação e o jeitinho dos professores de que o aluno com baixo desempenho escolar consiga um laudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se compreender que o sujeito aprendente é oriundo de uma comunidade, de uma cultura e trabalho com seus pares sociais situa a função biopsicossocial da escola. Então, se os conflitos sociais são reduzidos a uma política psico-biologizante, somente atende-se o discurso da queixa, da posse, de negação da castração. Contudo deve-se ponderar quanto a uma demanda gerada a partir do baixo desempenho escolar, e visar o sofrimento psíquico como um processo elaborador de constituição subjetiva e alteridade.

REFERÊNCIAS

BRETON, D. L. A produção farmacológica de si. **In: Adeus ao corpo: antropologia e sociedade.** Campinas: Papyrus, 2003 ed: Papyrus, 2003.

FREUD, S. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____, S. (1914). **Recordar, repetir e elaborar.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____, S. (1920). **Além do princípio do prazer.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____, S. (1923). **A organização genital infantil.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GUARIDO, R. A medicalização do sofrimento psíquico: o efeito do discurso psiquiátrico na educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.1, p. 151-161, jan./abr. 2007.

Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n1/a10v33n1.pdf> acessado em 07/05/14.

LACAN, J. (1949). Do estádio do espelho como formador da função do eu, tal como nos é revelada na psicanálise. **In: Escritos.** RJ: J. Zahar, 1998.

_____, J. (1953). Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise. **In: Escritos.** RJ: ed. J. Zahar, 1998.

REY, F. L. G. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

VIGOTSKI L.S **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____, L. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WINNICOTT, D.W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais. **In: O brincar e a realidade.** Imago, 1975. RJ.

WINNICOTT, D. W. (1975). A localização da experiência cultural. **In: O brincar e a realidade.** Imago, 1975. RJ

A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL ATRAVÉS DAS FESTAS POPULARES

Natashe Carolina Kich¹

Luiz Antonio Gloger Maroneze²

Palavras-chave: Manifestações culturais. Cultura local. Globalização. Turismo.

INTRODUÇÃO

As festas populares são manifestações culturais dos grupos sociais, são acontecimentos que estão de acordo com os símbolos do lugar. Podem ter motivações religiosas, cívicas, econômicas entre outras, apresentando sempre uma grande complexidade. São momentos em que a ordem sofre uma inversão e as normas são relativizadas. No mundo globalizado, há, de um lado, uma tendência à homogeneização das culturas e, de outro, uma corrente de valorização das culturais locais. Nesse contexto, as festas populares têm fundamental importância para a preservação da identidade local. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar como as festas populares atuam na preservação e na manutenção da identidade das comunidades locais em meio ao fenômeno da globalização e da massificação cultural e estudar a relação desses eventos com o turismo. Como metodologia para a realização do trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, tomando como base autores como Stuart Hall (2002), Néstor García Canclini (2010) e Renato Ortiz (1998).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sobre as festas, Birou (1966) diz que são uma necessidade social em que atua uma superação das condições normais de vida, um acontecimento que se espera, criando-se assim uma tensão coletiva agradável, na esperança de momentos extraordinários. O autor também coloca que a festa é a expressão de uma coletividade, uma válvula de escape da difícil vida cotidiana.

¹ Bacharel em Turismo (FEEVALE), Especialista em Gestão da Produção Cultural (CASTELLI), Mestranda em Processos e Manifestações Culturais (FEEVALE) e bolsista PROSUP/CAPES.

² Doutor em História pela PUCRS, professor do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais (FEEVALE).

Macedo (1986, p. 184 apud GASTAL, MACHIAVELLI E GUTERRES, 2013, p. 437) destaca que a festa “cimenta o sentimento coletivo”, sendo uma dimensão da vida. De acordo com o autor, as festividades contribuem para promover o sentimento especial de estar junto e configuram o espaço social privilegiado do episódio extraordinário. As festas são uma forma de expressão e afirmação de valores. Nelas está presente o empenho da construção de uma imagem que é a representação da visão ideal do grupo.

Segundo Amaral (2001, apud BRADACZ E NEGRINE 2006), a festa é uma das linguagens favoritas dos brasileiros. Através desses acontecimentos, o povo traduz suas experiências, expectativas e imagens sociais. De acordo com essa autora, durante as festas populares, o povo tem a oportunidade de resolver, pelo menos simbolicamente, algumas contradições da vida social. A autora coloca que, no decorrer da história do Brasil, os festejos têm uma dimensão de aprendizado da cidadania e apropriação da história pela própria comunidade.

Stuart Hall (2002, p. 67) cita Anthony McGrew (1992), que diz que a “globalização” se refere aos processos atuantes em uma escala global, que cruzam as fronteiras nacionais, agregando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e experiência, mais interconectado. Esse processo atuaria no sentido de criar novas dinâmicas identitárias, atuando, por exemplo, nas dinâmicas das festas e de suas atualizações.

De acordo com Cláudia Steffens de Castro (2008, p. 2), podemos perceber atualmente o ressurgimento das culturas populares com algumas de suas características regionais alteradas para atender um novo mercado de consumo de bens simbólicos em um mundo comandado pelos meios de comunicação e de informação. Segundo Castro (2008, p. 2), o que ocorre, na realidade, são processos de interação dos diferentes campos de comunicação dando novos formatos às identidades culturais. Assim, observa-se uma tratativa de convivência entre tradição e modernidade.

Canclini (2010) escreve que não controlamos os cenários em que são organizadas a maior parte da produção e do consumo atual, mas, mesmo dentro do processo de globalização, os atores sociais podem constituir novas interconexões entre culturas e redes que promovam as iniciativas sociais.

De acordo com Gastal, Machiavelli e Guterres (2013, p. 438), do ponto de vista do turismo, as festas tornaram-se importantes como atrativos que provocam a mobilização de turistas e visitantes, além de cooperar com a qualificação da imagem dos lugares que as realizem. Na sociedade globalizada, além dos benefícios econômicos, o turismo pode auxiliar

na valorização da cultura local. Para Barreto et. al. (2001), o contato estabelecido entre turistas e residentes do local, entre a cultura do turista e a cultura do morador local, desencadeia um processo de contradições e questionamentos, mas que acaba provocando o fortalecimento da identidade e da cultura dos sujeitos e da sociedade receptora, na maioria das vezes, o fortalecimento do próprio turista, que se redescobre na alteridade.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada foi pesquisa bibliográfica, com objetivo exploratório, que, de acordo com Prodanov e Freitas (2009), tem como finalidade obter mais informações sobre o tema investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As festas populares são eventos que possuem uma complexidade simbólica de grande amplitude. São tradições antigas ou recentes que, independentemente de origem – religiosa ou profana – são afetadas hoje pelo processo da globalização cultural. Na história, os sentidos são sempre alterados com o tempo. Hoje, no entanto, os processos são mais complexos por conta das novas mídias e da nova economia. Nessas festividades, percebe-se a cultura local na culinária, nas danças, nas vestimentas e nas cerimônias. Esses acontecimentos são de suma importância para a valorização da identidade local, além de gerarem sentimento de pertencimento ao grupo em contraposição aos “outros”, aos influxos dessa cultura mais aberta ao mundo.

Com o advento da globalização, alguns estudiosos presumiram que a cultura global massificada iria sobrepor-se às culturas locais tornando todas homogêneas. O que tem ocorrido com grande frequência, porém, é a valorização das culturas locais em função da atração que as diferenças causam. Portanto, no mundo globalizado, ocorrendo a valorização do local e da diferença, as festas populares são momentos de afirmação e de preservação da identidade e da cultura da comunidade. O turismo, se bem planejado e acontecendo de forma sustentável, pode ser uma opção viável das comunidades melhorarem suas condições econômicas durante os eventos e lançarem-se ou firmarem-se como destinos turísticos, podendo divulgar todos os atrativos da região. Nessas ocasiões, ainda podem ser vendidos produtos locais, artesanato, entre outros. Para que as festas populares possam preservar a identidade local, sugere-se que a comunidade seja mantida como principal organizadora e celebrante desses eventos.

Conservar a identidade cultural relacionada aos componentes da cultura é manter os elementos que constituem o patrimônio cultural imaterial que é transmitido de geração em geração e é constantemente recriado pelos povos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, o que contribui para promover o respeito à diversidade cultural e para preservar a identidade dos mais diversos povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa realizada, percebeu-se a importância das festas populares para a preservação e manutenção da identidade local no mundo globalizado. Também podemos afirmar que o turismo pode ser um grande aliado das comunidades, auxiliando-as em seu desenvolvimento econômico e social, além de colaborar para o cuidado com patrimônio material e imaterial.

A valorização das culturas locais no atual contexto é uma tendência extremamente vital para os grupos sociais, pois, o que antes não tinha ênfase ou mesmo era tido como atrasado ou corriqueiro, ganha novo significado, até mesmo para a própria comunidade. Em meio a uma série de elementos de culturas externas, valorizar, conhecer e promover a própria cultura é, antes de tudo, uma forma de conhecer-se a si mesmo.

REFERÊNCIAS

BIROU, Alain. **Vocabulaire Pratique des Sciences Sociales**, Paris: edition souvrières (Edição portuguesa -Dicionário das Ciências Sociais, Lisboa, Dom Quixote, 2a. ed., 1976), 1966.

BARRETTO, Margarita. BANDUCCI, Álvaro Jr (Orgs.). **Turismo e Identidade Local**. Campinas: Papirus, 2001.

CANCLINI, Néstor Garcia. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2010.

CASTRO, Cláudia Steffens. Educação para o Turismo: preservação da identidade regional e respeito à cultura imaterial. **Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 5, n. 4, out/nov/dez 2008. Disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_07_CLAUDIA_STEFFENS_DE_CASTRO_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf> . Acesso em 29 de jan. de 2015.

GASTAL, Susana de Araujo. MACHIAVELLI, Mariana Schwaab. GUTERRES, Liliane Staniscuaski. Festa Temática: da tradição à modernidade. **Turismo em Análise**, vol. 24, n. 2, agosto 2013. p. 432-458. Disponível <www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/302>. Acesso em 15 de jan. 2015.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. 3º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

A PRESERVAÇÃO DE ACERVOS DE OBRAS RARAS NO RIO GRANDE DO SUL: A MEMÓRIA ATRAVÉS DA MATERIALIDADE

Maria Célia Azevedo Lopes¹

Ernani Mügge²

Palavras-chave: Obras raras. Acervos no RS. Patrimônio documental. Preservação.

INTRODUÇÃO

O presente resumo refere-se a um estudo parcialmente realizado pela autora e que ainda se encontra em desenvolvimento, cuja temática são acervos de livros raros no Rio Grande do Sul (RS) e a questão da preservação deste patrimônio.

O patrimônio cultural constitui-se de bens materiais ou imateriais. Estes destacam-se dos demais pelo valor (histórico, estético, cultural, entre outros) que possuem, e, após serem identificados, avaliados e classificados passam a integrar o patrimônio cultural a ser preservado. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) afirma que “O patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas.” (UNESCO, 2015)

O livro faz parte do patrimônio documental. Por isso, é um importante meio de comunicação inventado pelo homem. Carregam, para além do seu tempo, a época que os produziu através do seu conteúdo ou materialidade. Alguns se destacam dos demais por serem considerados raros. Tal classificação ocorre a partir de uma minuciosa avaliação realizada no volume que busca identificar valores através de critérios de raridade adotados pelas instituições.

A Biblioteca Nacional (BN) é, no Brasil, a instituição referência em acervos de livros raros. Através do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), cadastra acervos de obras raras e dá assistência técnica nos projetos de preservação. Com objetivo de divulgar os acervos raros, no ano de 2012, a referida instituição publicou o *Guia do patrimônio bibliográfico nacional de Acervo raro*, que apresenta um mapeamento dos acervos

¹ Graduada em Biblioteconomia e Licenciatura Plena em História. Atualmente é aluna do Mestrado de Processos e Manifestações Culturais na FEEVALE.

² Orientador. Pós-Doc da Universidade Feevale.

de obras raras presentes nos estados brasileiros. Em relação ao RS, consta a informação de que vinte e sete instituições possuem tal acervo.

Sabe-se que a preservação, na contemporaneidade, é importante, pois este período é de transição, onde o livro deixou de ser o grande local de acesso ao conhecimento que fora no passado. O formato, o acesso ao conteúdo das obras e as formas de leitura modificaram-se rapidamente. Tal processo resulta em novos formatos de livros, que coexistem com o convencional, criado há aproximadamente dois milênios e que, ainda hoje, perdura.

Por essa razão, é necessário entender como se justifica a preservação destes acervos na contemporaneidade. O objetivo geral do presente trabalho é justificar a preservação de acervos raros a partir da análise de obras que se encontram salvaguardadas em instituições do RS indicadas no *Guia do patrimônio bibliográfico nacional de Acervo raro* da BN (2012)

Os objetivos específicos são:

- a) apresentar um mapeamento dos acervos raros no RS;
- b) descrever obras raras que sejam expoentes dos acervos;
- c) analisar o seu significado no conjunto do patrimônio documental;
- d) justificar a preservação destas obras.

O presente estudo é uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada através de trabalho de campo e pesquisa bibliográfica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A história do livro registra, até o momento, três formatos distintos: o rolo, o códice, e o virtual. Apesar dos diferentes formatos, tem sido, ao longo da história, um eficiente suporte da leitura, visto que, até hoje, é possível ler livros impressos há séculos. De acordo com valores atribuídos a eles, alguns se destacam por serem considerados raros. Para um dos grandes bibliófilos brasileiros, Rubens Borba de Moraes, “um livro começa sua carreira sendo “comum”; passa a ser “escasso”; torna-se “raro”; e acaba sendo “raríssimo” (MORAES, 1998, pg.44). É esta classificação, raro e raríssimo, que inclui um livro no patrimônio cultural a ser preservado.

No universo imensurável de livros impressos (ou até manuscritos), como classificar os raros? Eis uma questão que não pode ser respondida com uma simples definição, pois ignoraria a complexidade do conceito. Pinheiro afirma que “é impossível pré-determinar as características de um livro raro, pois cada um é um universo restrito de manifestações

culturais – originais e acrescentadas” (PINHEIRO, 2013, p.20) Desta forma, só será possível classificar uma obra rara fazendo a leitura de suas peculiaridades e valores atribuídos.

Uma grande referência na área de obras raras é a publicação: *O que é livro raro?* (1989), de Ana Virgínia Teixeira da Paz Pinheiro. Com o objetivo de contribuir para esta definição, a autora propõe uma metodologia que utiliza a atribuição de valores. Para Pinheiro, os critérios de raridade perpassam cinco grandes categorias: limite histórico, aspecto bibliológico, valor cultural, pesquisa bibliográfica e características do exemplar.

METODOLOGIA

Para este estudo, escolheram-se instituições referidas no *Guia* da BN, nas quais realizaram-se trabalho de campo com o objetivo de conhecer os acervos. Eles foram fotografados no todo e algumas obras consideradas expoentes. Também utilizou-se para a pesquisa o levantamento bibliográfico como embasamento teórico.

As obras raras utilizadas para análise são, para os responsáveis pelos acervos, expoentes dos mesmos. A primeira obra é *Solo de Clarineta*, livro de memórias de Veríssimo, em dois volumes, sendo o segundo concluído por Flávio Loureiro Chaves após a morte do escritor, em 1976, e que faz parte do acervo de obras raras da Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul (UCS). A segunda é *Delle Navigazioni et Viaggi*, em três volumes, publicada entre 1550 – 1559 pelo cartógrafo italiano Giovanni Battista Ramusio, e que se encontra salvaguardada no acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) A terceira obra é *Encyclopedie Française (1751 e 1772)*, coleção de 28 volumes, editada por Dênis Diderot e Jean D’ alambert, parte do acervo do Memorial Jesuíta da Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As obras analisadas foram classificadas como raras. Em cada uma, identificaram-se valores, de acordo com os critérios de raridade definidos pela instituição. É desta forma que os acervos são formados, sendo este o primeiro ato de preservação, pois as obras que recebem tal classificação são retiradas do acervo geral, acondicionadas e armazenadas em locais específicos, que visam à conservação de sua materialidade.

O conceito de preservação é apresentado por Silva, que afirma ser “qualquer ação que, recorrendo à plataforma tecnológica disponível, aos conhecimentos técnico-científicos existentes e às políticas institucionais, visa a garantir estabilidade química e resistência mecânica aos suportes onde está registrada a informação” (SILVA, 2005, p.180).

Portanto, preservar um livro é o resultado de ações políticas e técnicas, tomadas por um profissional que reconhece a importância de manter este patrimônio para garantir o acesso a estas obras pelas gerações futuras.

Um livro transporta, para o presente, fragmentos do passado longínquo, que não existe mais, a não ser em suas páginas e materialidade. Não será possível a qualquer ser humano presenciar todos os fatos ocorridos no curso da história da humanidade; entretanto, há meios de acesso, a pelo menos uma parte, através dos registros, o que possibilitará a construção de imagens, cenas, deste passado que faz parte da constituição da identidade dos indivíduos, ao qual, indiretamente, pertencem. Dessa forma, será uma importante memória a ser evocada. Afinal, é a partir da memória que o indivíduo e também a coletividade formam identidade e fixam raízes.

A preservação justifica-se, uma vez que as obras raras podem ser consideradas “lugares de memória” (NORA, 1993, p.12), ou seja, meios de acesso a uma memória. "A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto [...] (*ibidem* p.10) O autor afirma que os “lugares de memória” são criados pelo homem contemporâneo, com o objetivo de que a história e a memória supram a necessidade de identificação do sujeito globalizado e fragmentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados acima são iniciais. A pesquisa continuará, já que fará parte da dissertação de Mestrado desenvolvida pela autora. A temática são livros como manifestação cultural, cujo objetivo geral é correlacionar o livro em suas diferentes fases e suportes materiais com a sociedade que o produziu, através de um diálogo com a história e a contemporaneidade.

O livro é o resultado de uma montagem, consciente ou não, da história, da época e da sociedade que o produziu. É algo que fica, dura, deve ser preservado. É um monumento. Enquanto os homens e as sociedades sucumbirão ao tempo, eles permanecerão, pelo menos um pouco mais, dando testemunho, como um elo entre o presente e passado, a fim de manter sempre uma possibilidade de memória do que já ocorreu para os dias que virão.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Guia do patrimônio bibliográfico nacional de acervo raro**. Rio de Janeiro, 2012.

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. 3ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira . O espírito e o corpo do livro raro : fragmentos de uma teoria para ver e tocar. **Revista Museu : cultura levada a sério**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art>> Acesso em 20 jul. 2015.

_____. **O que é livro raro?** uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença edições; Brasília: INL, 1989.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Algumas Reflexões sobre a Preservação de Acervos em Arquivos e Bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

UNESCO. Site da Instituição. Disponível em: <<http://www.unesco.org/>> Acesso em 03 ago 2015.

A QUESTÃO DO PROTAGONISMO HISTÓRICO NO FILME *UMA HISTÓRIA DE AMOR E FÚRIA*

Cláudia Gisele Masiero¹

Cláudia Santos Duarte²

Janice Roberta Schröder³

Palavras-chave: Uma história de amor e fúria. Protagonistas anônimos. Vencedores e vencidos. Representação da história do Brasil.

INTRODUÇÃO

O estudo da obra fílmica *Uma história de amor e fúria* tem como tema a questão do protagonismo na representação dos fatos da história do Brasil, especialmente, no que se refere à atuação de grupos não hegemônicos que comumente são silenciados na construção dessas narrativas. A análise centra-se em três momentos da história do Brasil, representados pelo referido filme: as batalhas entre indígenas e europeus, logo no início do período colonial da América Portuguesa; a Balaiada, no Maranhão, na primeira metade do século XIX; e o movimento de resistência contra a ditadura civil-militar brasileira, na segunda metade do século XX. Por fim, numa espécie de projeção para o futuro, a narrativa apresenta um quarto momento, marcado pelas disputas por água, numa sociedade que enfrenta o sério agravamento dos problemas ambientais em 2096.

De certa maneira, a temática do filme, preocupada em dar voz aos protagonistas anônimos, alinha-se às características da história cultural. Assim, parece ficar clara a importância das discussões e reavaliações históricas trazidas por esse momento historiográfico, que, embora não seja tão recente, tem, cada vez mais, influenciado não só a produção acadêmica, mas, também, as manifestações culturais. O próprio filme é, dessa forma, um testemunho de uma nova construção histórica que vem sendo buscada, refletindo essas novas versões abarcadas pela área e que, por sua vez, é analisado pelas contribuições dessa mesma corrente.

1 Mestra em Processos e Manifestações Culturais, claudiasiero@gmail.com, Tutora EaD das disciplinas de Ciências Humanas.

2 Mestra em Processos e Manifestações Culturais, claudinhasduarte@gmail.com, Tutora EaD das disciplinas de Ciências Humanas.

3 Mestra em Processos e Manifestações Culturais, janicerobertas@hotmail.com, egressa do PPG em Processos e Manifestações Culturais.

A justificativa para tal abordagem centra-se na relevância da construção do enredo que se baseia em momentos vivenciados pela população brasileira, destacando o olhar dos grupos não hegemônicos sobre as ações e decisões das classes ou indivíduos dominantes, apontando seus pontos de vistas e o confronto com as vozes dos outros grupos sociais.

Essa perspectiva tem como objetivo investigar a dicotomia existente entre a história chamada oficial e o caráter extraoficial dos elementos que compõem os eventos apresentados pela obra cinematográfica em questão. Para tanto, procurou-se destacar os diferentes momentos históricos abordados pela obra fílmica; identificar e analisar as principais imagens e falas que estão em conformidade com o objetivo geral do estudo; e refletir sobre os enfoques dados pela construção narrativa.

Deste modo, a análise discursiva da obra, a partir do destaque de cenas e diálogos, apresenta uma perspectiva que dá relevância à participação de protagonistas anônimos em diversos fatos históricos brasileiros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O marco teórico que sustenta essa abordagem é definido, principalmente, pelos estudos de Ronaldo Vainfas, Eric Hobsbawn, Mikhail Bakhtin, Roger Chartier e Darci Ribeiro. A perspectiva de análise histórica proposta por esse estudo

não recusa de modo algum as expressões culturais das elites “letradas”, mas revela especial apreço, tal como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas: as festas, as resistências, as crenças heterodoxas. Em resumo, a nova história cultural revela uma especial afeição pelo informal, sobretudo pelo popular (VAIFAS, 2002, p. 56).

Com base nessas manifestações, este estudo interessa-se pelos discursos revelados pelo filme e, a partir deles, estabelece reflexões acerca do protagonismo histórico em determinados eventos brasileiros. Mikhail Bakhtin (2011) afirma que o discurso faz parte de um processo histórico e social que tem intencionalidade e um caráter que responde a uma ideia anterior a ele. Com base nisso, é inegável perceber que as obras cinematográficas são formadas por inúmeros discursos. E esses estão em constante diálogo com outros discursos, construindo, assim, as representações que identificam a forma como enxergamos o mundo em que vivemos.

A partir das abordagens do filme, fica clara a justificativa de Eric Hobsbawn para os estudos da história cultural: “ao rememorar a história da gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político retrospectivo que nem sempre teve;

estamos tentando, mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado” (1998, p. 219). Assim, o estudo da obra *Uma história de amor e fúria* busca empreender uma busca pela dimensão do passado que dá voz a novos atores sociais na centralidade de certas discussões.

METODOLOGIA

Análise discursiva da obra, por meio de algumas falas e cenas selecionadas, a fim de identificar as vozes sociais que entram em confronto nesses enunciados e que colocam em evidência o papel e o posicionamento de grupos não hegemônicos, ao longo dos episódios narrados acerca da história do Brasil. Essa análise é feita com base no referencial teórico já mencionado.

RESULTADOS

A proposta de análise identifica e confronta os discursos que partem principalmente de dois polos distintos: os considerados vencedores e/ou dominantes em contraposição aos vencidos e/ou dominados. Essas lutas têm tanta importância quanto, por exemplo, as lutas econômicas, para “compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p. 17). Por isso, se faz necessário relacionar os discursos com a posição de quem os utiliza.

Uma das passagens da narrativa destaca, nos anos 80, a fala de um morador da favela que diz: “Meus heróis nunca viraram estátua. Morreram lutando contra os caras que viraram”. Esse discurso carrega consigo a marca de uma história de lutas, derrotas e, especialmente, a supremacia de outros indivíduos sobre aqueles que a personagem considera como verdadeiramente seus heróis. Diante desse e de outros exemplos presentes no enredo do filme, o conceito de dialogismo bakhtiniano embasou a análise das relações de sentido que se estabelecem entre diferentes discursos, através da interação entre os enunciados, que podem fazer uso ou não da palavra.

DISCUSSÃO

O filme *Uma história de amor e fúria*, dirigido por Luiz Bolognesi, é uma obra cinematográfica do gênero animação, lançada em 2013. A narrativa conta a história de um homem que, com quase 600 anos de idade, teve a possibilidade de vivenciar diferentes fatos da história do Brasil. Ao longo dos seus seis séculos de vida surge como diferentes

personagens, em épocas distintas.

Assim, durante a narrativa, a personagem principal do filme vive diferentes experiências que conservam, pelo menos, uma grande similaridade: em todos os episódios o fato histórico central é contado do ponto de vista dos grupos subalternos daquela sociedade.

No filme, os discursos desses grupos dominados são claramente orientados a oferecer um contraponto à chamada história oficial, que, normalmente, tem como ponto de destaque os desfechos dos eventos históricos, sem levar em consideração as dissonâncias existentes.

Para Ribeiro (1995) a distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos. A ela se soma, porém, a discriminação que pesa sobre os negros, mulatos e índios, sobretudo os primeiros. Há na narrativa fílmica uma busca por representar os grupos tidos como principais na composição do povo brasileiro, índios, negros e brancos. E especialmente no que se refere as duas primeiras, parece haver a necessidade de mostrá-las como protagonistas, ao contrário de sua caracterização habitual na história do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revela a importância de um olhar histórico que possa dar visibilidade a questões e sujeitos que têm e tiveram participação fundamental nos desdobramentos sociais ocorridos ao longo da história do Brasil. Essa importância se dá, especialmente, no sentido de dar voz a atores sociais, inúmeras vezes, silenciados pela historiografia oficial e, dessa forma, repensar os caminhos trilhados pela sociedade brasileira.

O termo “fúria”, que compõe o título da obra, talvez, sugira que a história do país não tenha sido tão pacífica quanto figura no imaginário acerca do seu passado. Há um passado de lutas que merece ser representado e problematizado.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. **Estética da criação verbal**. Livraria Martins Fontes, 2011.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

RIBEIRO, Darcy. Classe, cor e preconceito. In. _____. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história. Os protagonistas anônimos da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NA REVISTA RAÇA BRASIL

Larissa Adams Braga¹
Magna Lima Magalhães²

Palavras-chave: Identidade. Mulher. Raça Brasil. Representação.

INTRODUÇÃO

As representações nos meios midiáticos contribuem para o entendimento de questões sociais e culturais, nesse sentido, o tema da pesquisa é a representação da mulher negra na Revista Raça Brasil nas colunas de moda e estilo. Justifica-se a proposta pela relevância de se abordar em meio acadêmico questões sobre a mulher negra brasileira, contribuindo para a discussão sobre racismo e afirmação de identidade. A questão norteadora do estudo é averiguar de que forma a mulher negra é representada na revista em estudo. Objetiva-se analisar a representatividade da mulher negra dentro do discurso de moda, utilizando como objeto de estudo as colunas de estilo presentes na Raça Brasil. Para iniciar a discussão, é necessário realizar uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos de representação, identidade e imaginário social. Também é fundamental contextualizar o cenário histórico que envolve as políticas de afirmação étnico-racial, bem como entender o histórico sobre o surgimento da Revista Raça Brasil e sobre o seu papel como instrumento midiático.

METODOLOGIA

A pesquisa se insere na linha de pesquisa “Memória e Identidade” do PPG Mestrado em Processos e Manifestações Culturais (FEEVALE), de caráter interdisciplinar, posto que o estudo da interlocução entre moda, comunicação e história se dá por uma revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos utilizados. Além do aprofundamento teórico proposto, é necessário fazer uma análise de conteúdo, a fim de constatar de que forma a representatividade da mulher negra aparece na Revista Raça Brasil. Diante de um acervo de

¹ Bacharel em Moda e Mestranda em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale (Novo Hamburgo, RS). Bolsista CAPES. E-mail: l.adamsbraga@gmail.com

² Doutora em História. Docente do curso de História e do Mestrado em Processos e Manifestações culturais da Universidade Feevale. Líder do grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade.

exemplares desde 1996 até o momento atual, 2015, são selecionados cerca de 5 exemplares para uma análise profunda, essa seleção é baseada nas diferentes fases das revistas, que ao longo dos anos foi mudando de editora e abordando assuntos diferentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO

No cenário brasileiro, os negros são representados de forma estereotipada na maioria dos meios de comunicação. Buscando se contrapor a uma visão estigmatizada do negro brasileiro, a Revista Raça Brasil propõe uma abordagem que constitua e fortaleça elementos étnicos que ressaltem a beleza, a capacidade de organização e a consciência política dos sujeitos negros.

A revista surgiu no ano de 1996, consequência da chamada nova imprensa negra. Segundo Santos (2007), isso é resultante da ampla consciência etnicista que ocorreu nos anos 1960 e teve suas forças retomadas a partir de 1990. Somado a isso, nessa mesma década, a identificação de uma significativa classe média negra no Brasil favorece o surgimento da revista que objetiva suprir esse público. Aborda temas como o racismo, discute a conscientização e valorização da figura do negro na sociedade, bem como incentiva a autoestima. Além disso, contempla temas relacionados ao mercado de trabalho, a moda e comportamento, caracterizando-se como uma revista de variedades voltada ao grupo étnico negro. Em circulação há cerca de vinte anos, a revista já passou por três editoras, sendo que em 2015 iniciou uma nova fase e está sob os cuidados da Editora Minuano.

Para analisar e relacionar representação e identidade a partir da revista Raça Brasil alguns teóricos são fundamentais para o estudo, são eles: Chartier (2002), Hall (1997), Backzo (1985), Maffesoli (2001)

Chartier (2002) aponta dois sentidos para a palavra “representação”, uma com a intenção de representar algum objeto ausente, fazendo uma ligação com a memória e a outra intenção seria de representar, simbolicamente, um objeto presente, valendo-se dos signos e significados atribuídos às coisas. De acordo com o autor, a representação de um grupo, pode também remeter à ideia de identidade, pertença e unidade, posto que, as diversas relações que os indivíduos ou grupos mantêm com o mundo social opera a partir de recorte e classificações “que produzem as configurações múltiplas graças às quais a realidade é percebida, construída, representada.” (CHARTIER, 2002, p.169)

Conforme abordado por Hall (1997), a representação conecta o significado e a linguagem à cultura. A representação significa o uso da linguagem para dizer algo com significado ou representar o mundo significante para outras pessoas, sendo assim, podemos

entender que representação é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e permutado para os membros de uma cultura. E isso envolve o uso da linguagem, de sinais e imagens que representam as coisas.

Discutir a representação leva a pensar acerca do entendimento de imaginário social, uma vez que as representações podem contribuir para a formação de um imaginário coletivo. Maffesoli (2001) diz que não existe o imaginário de um indivíduo, pois, todos sofrem pelo imaginário do grupo o qual estão inseridos:

O imaginário é alimentado por tecnologias. A técnica é um fator de estimulação imaginal. Não é por acaso que o termo imaginário encontra tanta repercussão neste momento histórico de intenso desenvolvimento tecnológico, ainda mais nas tecnologias de comunicação, pois o imaginário, enquanto comunhão, é sempre comunicação. (MAFFESOLI, 2001, em: Revista FAMECOS p.80)

Para Baczko (1985), a comunicação - principalmente em massa- é de extrema importância para a construção do imaginário social, servindo como um meio para disseminar ideias coletivas. Sendo assim, pode-se pensar a revista deste estudo como um meio de comunicação em massa que está ligado ao imaginário social e é capaz de disseminar ideologias.

Ao pensarmos sobre representações e imaginário social é pertinente mencionar a discussão acionada por Charaudeau (2009) que menciona o princípio da alteridade na constituição da identidade³. Segundo o autor, a identidade se constitui na diferença de “ser o que não é o outro”. Por essa perspectiva, a relação com o outro se institui através de trocas e o reconhecimento se dá na semelhança e na diferença. Segundo o pesquisador, as diferenças são extremamente necessárias para a construção de uma identidade, mas ao tomar consciência do outro, pode-se acontecer rejeição e não aceitação da diferença. Podemos relacionar à perspectiva do autor a discussão sobre preconceito, cujo tema é discutido na Revista Raça Brasil em suas matérias.

Entende-se a revista como um importante meio de representação positiva do negro brasileiro, sendo assim, busca-se pesquisar a representatividade da mulher negra nas colunas de moda, pois entendemos que:

[...] a moda se adapta ao comportamento da sociedade. O que ocorre na moda não é diferente de outras áreas: ainda há poucos políticos negros, poucos executivos negros em cargos de diretoria e poucos negros até mesmo na publicidade tradicional. Na atualidade, o discurso por inclusão e diversidade é muito forte, e nada mais

³ Neste contexto, há uma relação entre a representação de identidades coletivas com o imaginário social. Uma vez que estudamos a representação identitária em um meio midiático, que visa (re)afirmar o grupo étnico negro.

natural e urgente do que a moda abraçar esta causa e abrir espaço para que todos os biótipos possam trabalhar, e para que o público tenha diferentes referenciais. (JUNIOR. Revista Afro. Online, acesso em julho de 2015)

Além de a moda acompanhar o comportamento da sociedade, utilizamos a ideia de Simmel (2014) de que a moda é uma ferramenta para diferenciação social e uma afirmadora de identidades. O autor fala da moda como diferenciadora de classes e de gêneros, tanto como uma maneira de se individualizar, quanto de se encaixar em um grupo. Nesse sentido, essas colunas que abordam sobre moda e beleza negra enfatizam o papel da revista de expressar suas identidades e consolidar um grupo, fortificando-o.

Basicamente, a análise vai contemplar o discurso presente nas matérias voltadas à moda e beleza, enfatizando o cunho social da revista de combater estereótipos e preconceitos, que são constantemente contestados nessa revista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS

Por se tratar de uma pesquisa em fase inicial, os resultados são apenas parciais. Já notamos que a revista representa as mulheres negras de forma positiva, possibilitando uma constituição identitária respaldada na autoestima do ser negro. A proposta do meio de comunicação é de constituir um discurso midiático que promova o orgulho da cor, das características, da história e dos elementos culturais. Para tanto, a discussão sobre a consciência de ser negro e a valorização ocorrem em diferentes momentos, como a partir das “dicas” de moda e beleza, assim, a revista se aproxima do seu público alvo no intuito de promover uma valorização e uma desconstrução de estereótipos estabelecidos historicamente. Também podemos apontar como resultados parciais o levantamento e localização de cerca de 70 revistas que estão sendo lidas e, criteriosamente, separadas para análise. Desses exemplares que já se encontram em análise, já notamos diferenças impactantes entre exemplares do ano de surgimento da revista (1996) e os anos mais atuais, sendo que a revista começou a se destinar mais ao consumo no decorrer dos anos.

REFERÊNCIAS

BACKZO, Bronislaw. **A imaginação social**. Em: Leach, Edmund et all. *Anthropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985

CHARAUDEAU, Patrick. **Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional**. Em : PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro : Contra Capa, 2009, p. 309-326.

CHARTIER, Roger. **À Beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2002

HALL, Stuart. **The work of representation**. In: _____. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London/The London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/The Open University, 1997. (trad. Ricardo Uebel)

JUNIOR, Paulo Jorge. O momento das modelos negras na moda mundial Em. **Revista Afro**. (online) Disponível em: <<http://www.revistaafro.com.br/mundo-afro/o-momento-das-modelos-negras-na-moda-mundial/>> Acesso em 10 de julho de 2015.

MAFESSOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. (entrevista). **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 15, agosto de 2011.

SANTOS, João Batista Nascimento dos. O negro representado na revista *Raça Brasil*. **IDENTIDADE!** Vol. 11, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2229>> Acesso em maio de 2015.

SIMMEL, Georg. **Filosofia da moda**. [2 ed.] Lisboa, Portuga: Edições Texto e Grafia, 2014.

A RUA COMO ESPAÇO VIVIDO: CAXIAS DO SUL NARRADA POR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Eler Sandra de Oliveira¹

Ana Luiza Carvalho da Rocha²

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Cidade. Espaço Urbano. Etnografia.

INTRODUÇÃO

As pessoas em situação de rua, ao compor o espaço urbano também expressam através de seu modo de vida, as mudanças, sócio-político-econômicas ocorridas no curso da história da própria cidade. Neste sentido, tendo como marco referencial a Antropologia Urbana, a pesquisa desenvolveu-se a partir do acompanhamento sistemático do cotidiano dessas pessoas, observando como se processa essa relação com a cidade. A área geográfica delimitada para observação corresponde ao primeiro traçado urbano (1883) de Caxias do Sul, o qual é formado por um conjunto de 60 quadras.

É relevante destacar que desde o processo de arruamento urbano, estilo tabuleiro de xadrez, o desenho arquitetônico das ruas pouco se alterou. Contudo as relações produzidas neste espaço sofreram significativas mudanças; muitas delas impostas pelo próprio poder público municipal, que através de seus códigos de posturas e outros regramentos jurídicos, foi delimitando condutas no espaço urbano. Isto corresponde ao que Magni (2006) caracterizou como domesticação do espaço e tempo urbano. Neste sentido, a proposta de uma pesquisa etnográfica (ROCHA & ECKERT, 2012, p.22) que “*consiste em descrever práticas e saberes de sujeitos e grupos sociais por meio de técnicas(...)*” responde ao desafio de traçar novos olhares sobre esse fenômeno, bem como se apresenta como inovadora para esse contexto em discussão, ao trazer e analisar o olhar de pessoas em situação de rua na sua relação com a cidade de Caxias do Sul.

¹ Assistente Social da Fundação de Assistência Social de Caxias do Sul, Especialista em Saúde Mental Coletiva (ESP/RS) e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social-FEEVALE.

² Orientadora. Professora da Feevale. E-mail: analuiza2@feevale.br.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para desenvolver o percurso etnográfico contamos com o referencial de diferentes estudos (SNOW & ANDERSON, 1998; BURSZTYN, 2003; ROSA, 2005; MANGI, 2006; GRAEFF, 2012; ROSA, 2013 entre outros) sobre população em situação de rua. De modo geral, estes autores/pesquisadores, demonstram que mundialmente e em específico no Brasil, este fenômeno social vem se acentuando nas últimas duas décadas. Na mesma proporção, avança também a preocupação de gestores das áreas ligadas as políticas públicas de maior intervenção direta às essas pessoas.

Nesta pesquisa fizemos a opção pelo conceito de pessoa em situação de rua descrito no Decreto Federal 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Tal escolha deve-se ao fato de que para fins de implantação e /ou avaliação de políticas públicas, este é o conceito utilizado:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.01).

Soma-se a essa descrição, o fato de que as pessoas em situação de rua apresentam intensa mobilidade espacial, de forma involuntária ou não (MAGNI, 1993). A autora sustenta também a concepção de um nomadismo urbano:

A população de rua move-se constantemente num sistema nômade de moradia, acampando em “trechos” da rua (daí a denominação de “trecheiros”) em que encontrem relativo isolamento e proximidade de fontes de água para realizar suas atividades cotidianas. Em plena urbe moderna e seus avançados recursos tecnológicos, faz-se uso de técnicas rudimentares, como a fogueira, para aquecer, cozinhar, luminar e integrar o grupo. (MAGNI, 1993, p.50)

Mas, para compreender esses deslocamentos na cidade e entre cidades, é preciso antes de tudo, entender que a cidade é um produto histórico, dinâmico e contraditório (GRAVANO, 2013) e que elas representam espaços nos quais as contradições das sociedades complexas se tornam mais evidentes (OLIVEN, 2007). Isto exige situa-la como elemento da trama e não, unicamente, como o lugar onde as tramas acontecem. Nesta perspectiva, a noção de sociedades complexas apresentada por Velho (2012) também é central nesta discussão. Isto significa considerar a divisão social do trabalho e a heterogeneidade cultural.

METODOLOGIA

A pesquisa etnográfica foi organizada de modo a observar cotidianamente a triangulação entre as categorias de análise: Pessoas em Situação de Rua, as Ruas e Espaço Urbano. Um processo metodologicamente pautado na tríade: situar-se, observar e descrever (SILVA, 2009). Foram 5,6km de caminhadas diariamente para percorrer três ruas, e nas sextas, sábados e domingos o circuito completo. Os registros foram feitos através do uso da máquina fotográfica, gravador de voz, diário de notas, cartografia, diário de campo e uma replica do traçado de pesquisa, em tamanho 1,5m x 1,5m onde se fixava as fotografias, o que nos permitiu acompanhar a presença de pessoas em situação de rua e seus itinerários, bem como, as mudanças processadas no espaço físico.

RESULTADOS

Pela razão disciplinadora, na planejada paisagem urbana, tudo tem um lugar definido, as pessoas, as casas e as ruas. Há uma ordem que disciplina a disposição de tudo que compõe o espaço urbano (FOUCAULT, 2008) e isto pertence à lógica das estratégias, dos fortes, como define De Certeau (2014). Mas do outro lado, na antidisciplina e com os contra usos desta paisagem planejada, desenha-se pelas táticas das pessoas em situação de rua, novos traçados na cidade praticada (DE CERTAU, 2014). Deste modo, traçamos uma relação entre estabelecidos e outsider (ELIAS, 2000) na área central da cidade de Caxias do Sul.

Observamos que além do poder público municipal, a mídia e as empresas de segurança privada tem um papel expressivo no controle do espaço urbano, o que repercute nos modos de vida das pessoas em situação de rua na cidade. Dentre as principais implicações, está à restrição de circulação e permanência em alguns locais públicos, registro de violência por parte de agentes da segurança pública e privada, recolhimento de pertences pessoais, dentre outros. Constatamos também um aumento dos aparatos arquitetônicos (arquitetura da exclusão) que impedem as pessoas de sentarem e/ou permanecerem em determinados espaços.

DISCUSSÃO

Descrever Caxias do Sul, desta perspectiva técnica da etnografia de rua, tendo como principais interlocutores as pessoas em situação de rua, teve seus desafios, como por exemplo, lidar com os “*desaparecimentos*” dos interlocutores, que por recursos das táticas de sobrevivência, operavam micro migrações dentro da cidade, abrigavam-se temporariamente em casas de acolhimento, deixavam de permanecer em determinados locais por conflitos entre seus pares e/ou com agentes da segurança, seja pública ou privada.

Para que se fazer um olhar e escuta sensível aos fenômenos da rua, foi preciso deslocamentos conceituais para interpretar as múltiplas expressões de tais fenômenos. Deslocamentos, mudanças, isto tudo foi uma constante nesse processo de pesquisa. O próprio cenário destas caminhadas etnográficas foi alterando-se, principalmente no plano da estética da cidade (CALDEIRA, 2000). Contudo, a partir das narrativas dos interlocutores da pesquisa, observou-se que os percursos traçados pelas táticas de sobrevivência delinearam uma espécie de cartografia das desigualdades sociais no contexto urbano de Caxias do Sul.

Uma das expressões dessas desigualdades está na distinção entre ser reconhecido como “gringo” ou “de fora”. A cidade se fundou pelo processo migratório (HERÉDIA, 2010) e tem na figura do “gringo”, dos descendentes de italianos, o símbolo de sua prosperidade. Em contrapartida, os “de fora” são vistos como uma ameaça aos valores fundados nesta terra. Segundo os “gringos”, sua riqueza não está somente na próspera economia da cidade, mas nos cultos ao trabalho, na integração com seus pares (da mesma etnia) e na família patriarcal, conforme as leis da igreja católica.

Nesta perspectiva, as pessoas em situação de rua, sem casa, emprego e a prática religiosa do culto à família, mesmo quando nascidas em Caxias do Sul, são vistas como os “de fora”, aqueles que fracassaram na manutenção do projeto (VELHO, 2012). A rua e a casa estão em lados antagônicos, posto que do lado de fora está a rua e do lado dentro, a casa. Assim, dentro permanece tudo aquilo é desejado, cultuado e o inverso, se coloca do lado de fora, na rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa etnografia representa uma escuta sensível das expressões deste fenômeno na cidade de Caxias do Sul. Os resultados apontam, para uma continuidade, pois o tema é complexo e multifacetado. O tempo do mestrado exigiu recortes, que obrigam a pesquisadora selecionar minuciosamente os dados, conseqüentemente, muitos outros que foram processados na produção da etnografia, aguardam oportunidade científica, para ser melhor lapidados.

Do que se produziu, em termos gerais, corresponde aos resultados de outras pesquisas e produções que serviram de referência. A singularidade está no modo como a sociedade caxiense lida com a questão do estrangeiro (SIMMEL, 1983) bem como a valorização da casa (símbolo da fixação) e do trabalho regulamentado como critérios de inclusão, aceitação e visibilidade social. Por fim, neste contexto urbano, o estilo de vida nômade das pessoas em situação de rua, justifica a presença de serviços públicos da assistência social e saúde. Mas da

mesma forma, expõe a ausência de outras políticas públicas, recaindo a responsabilidade por essa condição social, às próprias pessoas em situação de rua, em algumas situações, mais do que conflitos que na visão de Simmel (1983) são saudáveis, estas relações geraram violências (ZALUAR, 2001) discriminação e estigmas (GOFFMAN,1993).

REFERÊNCIAS

BURSZTYN, Marcel (org.) No meio da rua: **Nômades, Excluídos e Viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.**

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

De CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** 35ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: la identidad deteriorada.** 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993

GRAEFF, Lucas. **Corpos precários, desrespeito e autoestima: O caso de moradores de Rua de Paris. Psicologia USP, vol. 23, núm. 4, set. –Dez., 2012, pp. 757-775 Instituto de Psicologia São Paulo, Brasil.**

GRAVANO, Ariel. **Antropologia de lo urbano.** 1ªed. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2013.

HÉREDIA, V. **Migrações Internas e mercado de trabalho.** Trabalho apresentado ao Seminário Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, deslocamentos. Universidade Federal de Santa Catarina, 23-26 agosto, 2010.

MAGNI, Claudia Turra. **A rua invisível: espaço de habitar.** In: PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura. **A rua invisível.** Porto Alegre, EU/ Secretaria Municipal da Cultura,1993.

_____, Claudia Turra. **Nomadismo urbano: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre.** Série Conhecimento 35. Santa Cruz: Edunisc, 2006.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. 6. ed. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornélia. **Etnografia de Rua**: Estudos de antropologia urbana. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec: Associação Rede Rua, 2005.

ROSA, Gabriel Luis. **A vida nas ruas e as formas de sociabilidade**: Estudo etnográfico das ressignificações do espaço urbano de Florianópolis (SC). Dissertação de Mestrado. 2013.UFSC.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SIMMEL, G. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.), **Simmel**, São Paulo, Ática, 1983.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da Rua. Petrópolis: vozes, 1998. 528p.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 7ª reimpressão da 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intramuros. **RBCS** Vol. 16, nº 45, fevereiro/2001.

A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA E DA PSICANÁLISE

Raquel Furtado Conte¹

Lisiane Machado de Oliveira Menegotto²

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Violência Intrafamiliar. Psicanálise.

INTRODUÇÃO

O tema central do trabalho é uma reflexão teórica da violência intrafamiliar, a partir da articulação entre a psicanálise e a antropologia. Para contribuir com a discussão relativa a essa questão, foi realizado um debate teórico, a partir de textos e livros sobre antropologia e psicanálise, que discutem o tema da violência. Estabeleceu-se como objetivo geral discutir as contribuições da psicanálise e da antropologia para a compreensão do fenômeno da violência intrafamiliar. Como objetivos específicos, buscou-se identificar os conceitos de indivíduo nas sociedades complexas para a antropologia e as noções de sujeito e cultura para a psicanálise. Para a discussão teórica sobre a antropologia, os autores que serviram de referência para o estudo foram Laraia (2009) com o conceito de cultura, Elias (1994) e suas contribuições sobre o indivíduo e a sociedade, bem como os conceitos de dinâmicas culturais, trajetórias sociais e narrativas de Eckert e Rocha (2005). Para a revisão teórica sobre os temas constituição do sujeito e inserção na cultura foram utilizados como referências os autores Freud (1915/1920/1976) e Lacan (1998). A antropologia pode contribuir para o estudo da violência intrafamiliar através dos métodos investigativos sobre a cultura e as tradições, por meio de narrativas e trajetórias sociais. No caso da psicanálise, verificou-se que o Outro, ou seja, a cultura, é constituinte do sujeito, sendo o campo das leis, valores, normas. etc. Assim sendo, a internalização da cultura, determinará, em grande parte, a constituição do sujeito e com isso suas formas de pensar, sentir e agir consigo mesmo e com os outros e o social. Dessa forma, a concepção de violência e seus significados, também, poderá ser vivenciada de forma singular pelos sujeitos, independente do fenômeno em si.

¹ Mestre em Psicologia do Desenvolvimento. Especialista em Psicanálise. Psicóloga Clínica. Professora do Curso de Psicologia- UCS. Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social- FEEVALE - Bolsista CAPES.

² Mestre e Doutora em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS). Professora do Curso de Psicologia e do PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este trabalho tem como foco de discussão a violência intrafamiliar, a partir da articulação teórica entre a psicanálise e a antropologia. Considerando esta articulação, entende-se que a interdisciplinaridade constitui uma forma de ampliar a visão sobre o tema em estudo. A antropologia pode contribuir para o estudo do tema através dos conceitos de indivíduo, sociedades complexas e dinâmicas culturais, através dos instrumentos das narrativas biográficas e trajetórias sociais. A psicanálise pode contribuir com seu método clínico, através da escuta do sujeito dentro de sua singularidade, por meio das formações do inconsciente manifestados na clínica pelo fenômeno da transferência e do social, por meio de suas manifestações culturais, trabalho, lazer, relações sociais, dentro outros campos. De acordo com Figueiredo (1996), a interdisciplinaridade se constitui num saber que surge no e como entre disciplinas, que deve atentar para os riscos que podem surgir nas fronteiras entre as disciplinas.

Violência intrafamiliar é compreendida pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2001) como:

[...] toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento do outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade e, em relação de poder à outra. (p. 15)

Dentre as principais correntes teóricas da violência intrafamiliar, o trabalho apresenta aquelas ressaltadas por Soares (1999) dividida entre: a da dominação masculina, a da dominação patriarcal e a relacional. Como contribuições da psicanálise para este trabalho serão discutidos os aspectos que orientam a forma de pensar o sujeito e o social: a constituição do sujeito psíquico e as bases biológicas e ambientais, a formação do inconsciente e a internalização da cultura. Os conceitos serão extraídos das obras de Freud tais como: “O Mal-estar na civilização” (1917/1930), “Além do princípio do prazer” (1919/1939) e “Os instintos e suas vicissitudes” (1920/1925). Dos estudos sobre a antropologia serão resgatados os conceitos de indivíduo e sociedade de Elias (1994) e sua relação com a concepção de sujeito para a psicanálise. Também serão definidos conceitualmente os termos para antropologia em relação a: dinâmicas culturais e os instrumentos utilizados para coleta de dados como as narrativas biográficas e trajetórias sociais. Esses instrumentos serão considerados como contribuintes para a construção da análise macrossocial dos sujeitos de pesquisa (ECKERT; ROCHA 2005), contribuindo para uma ampliação da forma de conceber a realidade social e processos culturais e históricos.

METODOLOGIA

Para este estudo, foi realizado um debate teórico considerando as contribuições da antropologia e da psicanálise ao tema da violência e mais especificamente à violência intrafamiliar. Para a discussão teórica sobre a antropologia, os autores que serviram de referência para o estudo foram Laraia (2009) com o conceito de cultura, Elias (1994) e suas contribuições sobre o indivíduo e a sociedade, bem como os conceitos de dinâmicas culturais, trajetórias sociais e narrativas de Eckert e Rocha (2005). Para a discussão teórica sobre os temas constituição do sujeito e inserção da cultura foram utilizados como referências os autores Freud (1915/1920/1976) e Lacan (1998). Após a leitura e identificação dos conceitos, foi realizada uma síntese integradora, com os pontos convergentes entre as disciplinas e suas implicações na compreensão do tema violência intrafamiliar. A forma de compreender a violência, seja ela nas mais diferentes formas de manifestações, pode nos levar a identificar diversas causas ou explicações, sendo que dependendo as razões atribuídas serão também as respostas dadas, a partir das quais as políticas públicas e os serviços especializados organizam suas intervenções.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo da interdisciplinaridade aponta para os riscos que devem ser considerados como: o de que cada disciplina não se descaracterize ou, de que uma disciplina não permita as contribuições de outras áreas sobre o objeto do estudo. As teorias sobre violência intrafamiliar identificam diversas formas de conceber o fenômeno, que podem dar maior ênfase para questões da cultura de uma sociedade, para questões de gênero ou para aspectos intrínsecos da relação. A forma de conceber o fenômeno também determinará as políticas e práticas de intervenção. A violência para a psicanálise só pode ser compreendida a partir do discurso do sujeito, portanto não é um fato social dado, nem possui um único significado universal. Ela não é definida como dado *a priori*, mas *a posteriori*, de acordo com a significação atribuída a ela. A sociedade, para a psicanálise se apresenta e afeta os sujeitos através de sua cultura, lei/ordem, que atribui ao sujeito a necessidade de deslocar seus impulsos sexuais e agressivos em prol do social. Para a psicanálise, a estruturação do sujeito, determinada pelas relações estabelecidas com seus objetos de amor primários, estão perpassados pela cultura, mas, sobretudo, por aquilo que seus antepassados também acolheram e incorporaram como lei. A antropologia pode contribuir para a compreensão dos aspectos sociais e culturais, através da abordagem do processo sócio-histórico que contribui para a formação da identidade do sujeito. Os instrumentos de pesquisa como as narrativas biográficas e trajetórias sociais dos

indivíduos podem ser úteis para a compreensão das dinâmicas culturais. Pode-se afirmar que os fatores culturais interferem nas dinâmicas sociais e nas tradições e crenças, que, por sua vez, interferem nas relações sociais e nos valores vigentes de uma determinada sociedade em um espaço e tempo histórico determinado. Neste sentido, a violência intrafamiliar também é influenciada em relação àquilo que é concebido como violência e aceito ou não por determinados grupos de indivíduos. Para a psicanálise, as atribuições e significados atribuídos às violências sofridas só poderão tornar-se expressivas a partir da escuta e compreensão de sua atitude frente àquilo que o sujeito ou grupos narram. A interdisciplinaridade pode ser viável quando se respeita os limites das disciplinas, sendo que nesse trabalho percebe-se que elas podem ser complementares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como contribuição desse trabalho é possível salientar o pensamento interdisciplinar que se evidencia, no sentido de considerar o sujeito em seus aspectos intrapsíquicos (mundo interno-inconsciente e representacional) e numa visão macrossocial. Percebe-se que a antropologia e a psicanálise são complementares e podem contribuir para a ampliação do fenômeno da violência intrafamiliar. Para isso, é possível ser incluído como categoria de análise geral dos sujeitos de pesquisa, os dados objetivos e reais, através dos instrumentos das narrativas biográficas e trajetórias sociais, agregando o olhar da psicanálise, priorizando um estudo de caso, a partir desses sujeitos para a coleta de dados mais específicos.

REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert. **A sociedade de indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FIGUEIREDO, Luis C. **Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos**. São Paulo: Vozes, 1996. 183 p.

FREUD, Sigmund. **Os instintos e suas vicissitudes**. 1915. In: _____. A história do movimento psicanalítico. Rio de Janeiro: Imagop. 115-144. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 14). (Originalmente publicada em 1996).

FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer**. 1920. In: _____. Além do princípio de prazer. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 11-75. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).

FREUD, Sigmund. **Mal-estar na civilização**. 1976. Rio de Janeiro: Imago (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 21). (Originalmente publicado em 1930 [1929]).

LARAIA, Roque de Barros. Cultura. **Um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, 23ª edição.

LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Brasília: OMS/OPAS. 2002. Disponível em:
<http://www.caxias.rs.gov.br/seg_publica/texto.php?codigo=160>. Acesso em: 25 de julho de 2105.

SOARES, Bárbara Musumeci. **Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Pp. 156-157. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

ANÁLISE DA MEMÓRIA DOS IDOSOS ACIMA DE 60 A 79 ANOS DO MUNICÍPIO DE IVOTI-RS

Daniela Henkel Blauth¹
Greice Teresinha de Oliveira²
Diego da Silva Souza³
Raquel Rossi⁴
Daiane Bolzan Berlese⁵
Gilson Luis da Cunha⁶
Geraldine Alves dos Santos⁷

Palavras-chave: Envelhecimento. Desempenho cognitivo. Cognição. Idoso.

INTRODUÇÃO

A expectativa de vida, em países desenvolvidos, tem aumentado espetacularmente, haja visto o importante aumento na população de idosos. Mesmo assim, esse tema não tem recebido a devida importância da sociedade e das classes políticas, que insistem em acreditar comodamente que esse assunto se resolverá naturalmente com o passar dos tempos.

No Brasil, segundo a Organização Mundial da Saúde (2006), entre 1950 e 2025, a população estimada para o ano de 2025 será de 220 milhões de habitantes, com uma população idosa de 30 milhões de pessoas. A população de idosos crescerá 11 vezes mais que a população em geral, sendo que, com este aumento, o Brasil estará com a 6ª maior população de idosos do mundo.

O aumento da expectativa de vida dos idosos é crescente e a preocupação com o déficit cognitivo durante o envelhecimento associa-se aos quadros patológicos. No envelhecimento patológico, as perdas cerebrais são as maiores questões que resultam em incapacidade e limitações decorrentes do processo de envelhecer. O envelhecimento é um processo em que ocorrem diversas mudanças com maior vulnerabilidade às adversidades. O

¹ Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Bolsista Capes

² Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Bolsista Fapergs

³ Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Bolsista Capes

⁴ Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Bolsista Capes

⁵ Professora de Bioquímica do ICS e Doutora em Bioquímica Toxicológica

⁶ Pós doutorando do Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Capes

⁷ Doutora em Psicologia. Professora titular do Programa em Diversidade Cultural e Inclusão Social

idoso tem maior dificuldade no enfrentamento de eventos estressores e é menos capaz de adaptar-se a situações de estresse (PARENTE; WAGNER, 2009).

A prevalência de demência em idosos varia de acordo com a idade. Os estudos epidemiológicos apontam a ocorrência de 1 a 2% dos indivíduos na faixa dos 60 a 65 anos; 20% na faixa dos 80 a 90 anos e 40% aos 91 anos ou mais (ALMEIDA, 2000). A avaliação cognitiva em idosos deve utilizar instrumentos úteis na avaliação global do paciente, permitindo um conjunto de informações que possibilita ao profissional da saúde obter um diagnóstico etiológico do quadro, um planejamento com estratégias e um prognóstico do paciente (AZAMBUJA, 2012).

Diante desse quadro, há uma crescente necessidade de intervenções que promovam o aumento do desempenho cognitivo e a saúde do estado mental em prol de um processo de envelhecimento bem sucedido. Tendo em vista a relevância deste tema para a promoção da saúde, o objetivo do presente estudo é analisar a memória em idosos acima de 60 anos residentes no município de Ivoti/RS.

METODO

O presente estudo é de natureza quantitativa e possui um delineamento transversal. A amostra deste estudo foi definida por conveniência, estratificada por idade e sexo. Foram selecionadas 165 idosos. Os critérios de inclusão foram ter entre 60 e 79 anos de idade, residir no município de Ivoti, possuir condições mentais e de saúde para ter independência e autonomia para participar do estudo e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os critérios de exclusão foram apresentar processos demenciais, síndrome de fragilidade, estar internado ou institucionalizado.

Neste estudo foram utilizadas as baterias neuropsicológicas que compõem uma sequência de testes que avaliam as funções cognitivas na área da memória. Algumas avaliações cognitivas em idosos foram realizadas com o objetivo de rastreio cognitivo. Nesta pesquisa foram utilizados os seguintes testes: Figura de Rey que avalia memória e a capacidade visuo construtiva; o subteste Dígitos da Escala WAIS-III que avalia a compreensão verbal, a memória operacional, a memória de trabalho e a velocidade de processamento; RAVLT que avalia a aprendizagem de memória e tardia, o processo de aprendizagem e o armazenamento da informação.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram investigados 165 indivíduos, dentre os quais 99 dos idosos, apresentaram ausência de déficit cognitivo. Conforme tabela 1 sobre a classificação da Figura de Rey.

Tabela 1 - Classificação do Escore Figura de REY (Memória) (n=165)

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Válidos	Ausência de Déficit Cognitivo	100	60,0	60,4	60,4
	Presença de Déficit Cognitivo	65	39,4	39,6	100,0
Total		165	100,0		

Em relação à memória operacional dos 165 indivíduos, 37% atingiram o escore médio, conforme apresenta a tabela 2.

Tabela 2 - Classificação do Dígitos (n=165)

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Válidos	1	,6	,6	,6
Muito Superior	4	2,4	2,4	3,0
Superior	8	4,8	4,8	7,9
Médio Superior	36	21,8	21,8	29,7
Médio	61	37,0	37,0	66,7
Médio Inferior	51	30,9	30,9	97,6
Muito Inferior	4	2,4	2,4	100,0
Total	165	100,0	100,0	

Conforme a tabela 3 identifica-se que a maioria das pessoas idosas analisadas, através do teste RAVLT- aprendizagem de memória, apresentou a presença de déficit cognitivo.

Tabela 3 - Classificação de RAVLT - Memória de aprendizagem (n=165)

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Válidos	Ausência de Déficit Cognitivo	43	26,1	26,4	26,4
	Presença de Déficit Cognitivo	121	72,7	73,6	100,0
	Total	161	98,8	100,0	
Total		165	100,0		

Conforme a tabela 4 identifica-se que 57,6% das pessoas idosas analisadas, através do teste de RAVLT- aprendizagem de memória tardia, apresentou presença de déficit cognitivo.

Tabela 4 - Classificação de RAVLT- aprendizagem de Memória tardia (n=165)

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Ausência de Déficit Cognitivo	67	39,4	39,4	39,4
Presença de Déficit Cognitivo	97	57,6	57,6	100,0
Total	165	100,0	100,0	

Memória é toda a forma de aquisição, formação, conservação e evocação das informações. A aquisição é a aprendizagem, grava-se o que foi aprendido e a evocação é a recordação e a lembrança. O indivíduo só pode recordar o que foi aprendido. As demências geralmente demonstram alteração na memória de trabalho, que serve para manter por alguns segundos ou um curto espaço de tempo a informação. A memória de trabalho é breve e seu processo fugaz; depende das atividades elétricas dos neurônios do córtex pré-frontal. A perda de memória pode se acelerar com a perda dos neurônios decorrente das doenças degenerativas como Alzheimer e Parkinson; são áreas afetadas que ocasionam a morte neural gradativa (IZQUIERDO, 2002).

Corroborando com os achados da presente pesquisa, Abreu e Mattos (2010) afirmam que a memória é uma das funções cognitivas que possibilita ao indivíduo remeter-se às experiências passadas, envolvendo os processos complexos de codificar, armazenar e resgatar as informações. Na recuperação da memória, há dois mecanismos utilizados: o resgate e o reconhecimento. No processo os indivíduos, com a doença de Alzheimer (DA), podem apresentar um comprometimento nas provas de reconhecimento e no resgate das palavras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação das funções cognitivas da memória mostra-se um elemento para auxiliar na prevenção, diagnóstico e tratamento das demências. Os dados demonstram que na amostra dos idosos acima de 60 anos do município de Ivoti/RS as variáveis memória de aprendizagem e tardia, memória operacional e visuo-construtiva são relevantes para a organização de estratégias de intervenção para a manutenção da capacidade cognitiva e consequente promoção da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, N.; MATTOS, P. Memória. In: MALLOY-DINIZ, L. F.; FUENTES, D.; MATTOS, P.; ABREU, N. **Avaliação Neuropsicológica**. Porto Alegre: Artmed, pag.76-85, 2010.

ALMEIDA, O. P. **Escala de avaliação clínica psiquiatria e psicofarmacologia: instrumentos para avaliação de pacientes com demência**. São Paulo: Lemos, 2000.

AZAMBUJA, L. S. Avaliação neuropsicológica do idoso. In: CAIXETA, L.; FERREIRA, S. B. **Manual de neuropsicologia dos princípios à reabilitação**. São Paulo: Atheneu, p.23-33 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PARENTE, M. A. M. P.; WAGNER, G. P. Teorias abrangentes sobre o envelhecimento cognitivo. In: PARENTE, M. A. M. P. (Orgs.). **Cognição e Envelhecimento**. Porto Alegre: Artmed, pag. 45-512009.

ANÁLISE DO TEMA “ECOLOGIA” EM LIVROS DIDÁTICOS DO SEXTO ANO/ENSINO FUNDAMENTAL: APRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE HOMEM E MEIO AMBIENTE

Vanessa Schweitzer dos Santos¹

José Galizia Tundisi²

Jairo Lizandro Schmitt³

Palavras-chave: Livro didático. Ensino fundamental. Ecologia. Meio ambiente.

INTRODUÇÃO

Os livros didáticos permanecem, especialmente no ensino público, como uma das principais ferramentas pedagógicas. No ensino das Ciências Naturais, apresentam-se muitas vezes como o único recurso disponível. Existem programas governamentais para sua distribuição gratuita nas escolas públicas, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). As obras são avaliadas pelo Ministério da Educação previamente à sua disponibilização. Entre estas opções, os professores têm autonomia para escolher os livros que melhor atendam ao Projeto Político Pedagógico da escola e a sua realidade.

Esta escolha deve considerar muitos aspectos: atualização da obra, aprofundamento do conteúdo, motivação para o estudo, recursos visuais e exercícios propostos. Além destes requisitos, áreas específicas possuem outras exigências para um material de estudo. É o caso, em Ciências da Natureza, das atividades práticas, da relação entre os conhecimentos e a preservação ambiental e também da abordagem em nível local, nacional e global.

Para Ciências, o livro tem papel fundamental nos conteúdos teóricos, proporcionando conhecimentos básicos para aplicação em outras atividades. O estudo de Ecologia necessita de boa fundamentação teórica, permitindo atividades variadas e motivadoras. Neste sentido, os livros didáticos são importantes ferramentas de estudo.

¹ Mestre em Engenharia Civil pela Unisinos. Licenciada em Biologia pela mesma instituição. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Qualidade Ambiental pela Universidade Feevale.

² Doutor em Ciências Biológicas (Botânica) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Qualidade Ambiental da Universidade Feevale.

³ Doutor em Botânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Qualidade Ambiental na Universidade Feevale.

Existem diretrizes nacionais sobre os temas trabalhados em cada nível de ensino, porém observam-se divergências nos livros, em relação aos conteúdos, seu aprofundamento, nos exercícios, na atualização e conexão com a realidade dos alunos. No estudo da Ecologia, no Sexto Ano do Ensino Fundamental, destacam-se três pontos a considerar na escolha do livro: atividades práticas, relação dos temas com a realidade sócio ambiental da escola e debate sobre a preservação ambiental, assim como o papel humano neste processo.

Neste contexto, este estudo analisou livros de Ciências, do Sexto Ano, em um recorte sobre o tema Ecologia. Verificou a apresentação das interações seres vivos/meio ambiente e a abordagem da espécie humana nestas relações. Observou também a apresentação de ambientes urbanos no contexto ecológico. Para a análise, definiram-se categorias, baseadas nas diretrizes nacionais para o ensino de Ciências e no referencial teórico relativo ao tema.

Espera-se que os resultados auxiliem os educadores na escolha do livro mais apropriado ao Projeto da escola e a realidade de alunos. Acredita-se que os itens avaliados possam ser utilizados para verificação nos livros disponibilizados pelo PNLD, indicando vantagens/desvantagens da sua adoção, assim como contribuam com o estudo da Ecologia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam que o estudo da Ecologia no Sexto Ano deve ampliar o “conhecimento sobre a diversidade da vida nos ambientes naturais ou transformados pelo ser humano, estuda a dinâmica da natureza e como a vida se processa em diferentes espaços e tempos” (BRASIL, 1998). Preconiza-se a valorização das relações de interação/dependência dos seres vivos entre si e com os recursos naturais e o ambiente, assim como dos ambientes urbanos (transformados pelos seres humanos) como espaços de interações ecológicas.

Quanto aos livros didáticos, disponíveis em todas as redes de ensino, desempenham diferentes funções: material de pesquisa, amparo ao professor na elaboração de aulas e fonte de estudo aos alunos (GOMES; SILVA, 2014). A aplicação deve ser feita de forma crítica e conforme as demandas de cada realidade escolar, não se recomendando seu uso como único recurso pedagógico/fonte de pesquisa. Mesmo quando recomendadas pelo PNLD, algumas obras exibem insuficiências, erros conceituais, imagens desproporcionais e/ou sem legendas, entre outras falhas (VASCONCELOS; SOUTO, 2003; GOMES; SILVA, 2014).

Castro et al. (2003) avaliaram 20 livros de Ciências, no tema Ecologia. Concluíram que muitos contêm abordagens superficiais e poucos são facilitadores na construção do conhecimento científico. Na pesquisa de Vasconcelos; Souto (2003) os livros foram avaliados

quanto à temática “insetos”. Observou-se a disposição linear das informações e a fragmentação do conhecimento. A maioria das atividades buscava a memorização de saberes e não sua contextualização interdisciplinar.

Portanto, os educadores precisam elaborar propostas, além das sugeridas nos livros (CASTRO et al., 2003; FORD, 2006). Complementar a aula teórica com atividades fora de sala, onde os alunos possam praticar a Ecologia (CASTRO et al., 2003). Vivenciar aspectos ecológicos em meio urbano é um desafio para professores e alunos. Reflete-se o afastamento entre *ser humano* e *o meio ambiente*, agindo o primeiro como superior/dominante do segundo, não como parte deste. Atividades escolares podem reverter este cenário, aproximando o humano do meio ambiente e promovendo um convívio harmônico. Para tanto, as ações pedagógicas precisam ser revistas e permitirem a desejada interação, ainda que em espaços urbanos. Livros didáticos são ferramentas de auxílio neste processo.

METODOLOGIA

Foram lidos e analisados criticamente 7 livros disponibilizados pelo PNLD/2014. Na Tabela 1 encontram-se as categorias de análise.

Tabela 1 – Categorias de análise dos livros didáticos

Categorias	Itens analisados
Conteúdo teórico	Clareza, conceituação adequada, adequação à série/idade dos alunos
Delimitação	Abordagem nacional ou global, textos de leitura complementar.
Exercícios e atividades	Adequação à série/idade, estímulo à investigação científica, atividades de pesquisa, atividades práticas.
Recursos visuais	Qualidade das ilustrações, contextualização, clareza das legendas.
Espécie humana	Abordagem do ser humano no contexto de interações ecológicas, apresentação de ambientes urbanos como espaços destas relações.
Preservação ambiental	Aspectos da preservação ambiental e sua contextualização.

RESULTADOS

Os Conteúdos Teóricos foram claros/contextualizados na maioria dos livros, em dois de forma extensa e em outro, reduzida/descontextualizada. Uma obra teve linguagem inadequada à série/idade média dos alunos. Quanto à conceituação de termos a maioria dos livros abordou descontextualizadamente, sem uma sequência lógica de apresentação. Em relação à Delimitação da abordagem, exemplos de biomas/fauna/flora brasileiros estão

presentes na maioria dos livros, com identificação da sua localização, além de exemplos globais. Textos complementares foram verificados em todos os livros, em diferentes tamanhos/formatos. Destaca-se que em uma obra traziam temas descontextualizados.

Quanto aos Exercícios e Atividades, na maioria dos livros foram bem elaborados, induzindo o raciocínio lógico, intercalando perguntas dissertativas com questões de múltipla escolha e interpretação de fragmentos textuais/ilustrações. Duas obras limitaram-se a exercícios do tipo “pergunta/resposta”. São propostas atividades práticas em todos os livros. Havia Recursos Visuais em todos os livros, contextualizados. Apenas um livro possuía qualidade ruim das ilustrações (aspecto escurecido e pouco nítido), sendo este o único com legendas desorganizadas. Apenas um livro disponibiliza numeração sequencial nas legendas, e quatro oferecem as dimensões das ilustrações.

A Espécie Humana está presente em apenas dois livros, representada no topo da cadeia alimentar. Não há menção de espaços urbanos, no contexto ecológico. A temática Preservação Ambiental foi desenvolvida de forma variada: na forma de pequenos textos relacionados à degradação, na proposição de soluções ou na apresentação da origem dos impactos.

DISCUSSÃO

A ausência da espécie humana nas discussões ecológicas fortifica a exclusão humana de tais dependências e seu afastamento da natureza. Assume papel de superioridade e dominação sobre os recursos naturais e seres vivos. Semelhantemente, não se associa a realidade sócio ambiental dos alunos, a maioria urbanos. Torna-se um conteúdo fortemente teórico, associado a espaços naturais preservados, embora as relações ecológicas sigam ocorrendo em espaços urbanizados. Assim, os alunos não percebem seu espaço como um local de interações ecológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que a maioria dos livros não cita a espécie humana quando aborda as relações ecológicas. Quando apresentam, o associam a um papel de superioridade/dominação da natureza. Fatores como este intensificam o afastamento humano da natureza, assim como sua percepção quanto à importância de sua preservação.

Quanto ao ambiente urbano, não é citado como um exemplo de espaço de interações ecológicas. A ausência destes exemplos favorece a separação entre “*homem*” e “*meio ambiente*”, tornando o estudo da Ecologia exaustivamente teórico e sem significado prático. Diminui também a conscientização sobre as ações de preservação ambiental.

Em relação às outras categorias, percebeu-se que o conteúdo foi adequado na maior parte dos livros, embora em alguns com a conceituação descontextualizada e sem sequência lógica. As atividades, na maioria das obras, intercalavam diferentes exercícios para indução do raciocínio lógico, investigação científica e posicionamento crítico. Diante da diversidade de abordagens da Ecologia nos livros, reforça-se a importância de escolhê-lo adequadamente. Evidencia-se a necessidade de ampliar a abordagem da temática com outras estratégias pedagógicas que complementem e reforcem aspectos que os livros não contemplam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental – Ciências naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 138 p.

CASTRO, Mariana Monteiro de; et al. Análise do conteúdo de ecologia em livros didáticos de ciências da 6ª série do ensino fundamental. **In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, VIII., 2007. Caxambu. Anais...** Caxambu: 2007.

FORD, Danielle J. Representations of Science within Children's Trade Books. **Journal of research in science teaching**, v.43, n.2; 2006. p.214-235.

GOMES, Maurício Francisco; SILVA, Letícia Almeida. Análise do conteúdo ecologia no livro didático considerando os estatutos do conhecimento Biológico. **Revista da Associação Brasileira do Ensino de Biologia**, 7 ed., 2014. p. 5799-5805.

VASCONCELOS, Simão Dias; SOUTO, Emanuel. O livro didático de ciências no ensino fundamental – proposta de critérios para análise do conteúdo zoológico. **Ciência e Educação**, v.9, n.1; 2003. p. 93-104.

ANÁLISE DOS RESULTADOS DO MEEN DOS IDOSOS ACIMA DE 60 A 79 ANOS DO MUNICÍPIO DE IVOTI-RS

Daniela Henkel Blauth¹
Greice Teresinha de Oliveira²
Diego da Silva Souza³
Raquel Rossi⁴
Daiane Bolzan Berlese⁵
Gilson Luis da Cunha⁶
Geraldine Alves do Santos⁷

Palavras-chave: Envelhecimento. Estado mental. Demência. Idoso.

INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento, na sociedade atual, passa por grandes transformações no âmbito social, familiar, biológico, cultural e psicológico. Durante a história da humanidade as pessoas nunca tiveram uma expectativa de vida tão longa, graças aos avanços na área da saúde e da educação. As perspectivas estatísticas indicam que haverá, a cada década, um número maior de pessoas com mais de 60 anos, com necessidades e desejos específicos.

Essa realidade mostra uma sociedade mais complexa, cuja pirâmide populacional está mudando muito depressa. Nas gerações passadas, as famílias tinham muitos filhos. Atualmente, optam por número menor ou não os ter. Em consequência, nas próximas décadas, os idosos serão maior número trazendo neste contexto, exigências cada vez mais diversificadas.

O aumento da expectativa de vida dos idosos é crescente e a preocupação com os déficits cognitivos durante o envelhecimento associa-se aos quadros patológicos. No envelhecimento patológico, as perdas cerebrais são as maiores questões que resultam em incapacidade e limitações decorrentes do processo de envelhecer. O envelhecimento é um

¹ Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Bolsista Capes

² Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Bolsista Fapergs

³ Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Bolsista Capes

⁴ Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Bolsista Capes

⁵ Professora de Bioquímica do ICS e Doutora em Bioquímica Toxicológica

⁶ Pós doutorando do Programa em Diversidade Cultural e Inclusão Social- Bolsista Capes

⁷ Doutora em Psicologia. Professora titular do Programa em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

processo em que ocorrem diversas mudanças com maior vulnerabilidade às adversidades. O idoso tem maior dificuldade no enfrentamento de eventos estressores e é menos capaz de adaptar-se a situações de estresse (PARENTE; WAGNER, 2009).

De acordo com Nitrini (2012) o conceito de comprometimento cognitivo leve (CCL) é definido pelo declínio da memória com queixas subjetivas, mas com a funcionalidade normal das funções cognitivas preservadas. O comprometimento cognitivo leve encontra-se na fase de transição entre o envelhecimento normal e a demência da doença de Alzheimer (DA). Os diversos estudos na área de memória comprovam que os casos de CCL têm alta taxa de progressão para DA, estes dados são entre 10 a 15% ao ano. Em idosos sem comprometimento da memória a taxa é de 1 a 2% ao ano.

As baterias neuropsicológicas compõem uma sequência de testes que avaliam o comportamento e a cognição sendo padronizados por um mesmo teste ou flexíveis, compostos por diversos deles dependendo da demanda do paciente. Algumas avaliações cognitivas em idosos são realizadas com o objetivo de rastreio cognitivo. São utilizados os seguintes testes: Mini Mental do estado mental (MEEM) é um teste rápido das funções cognitivas com tarefas de orientação temporal-espacial, atenção, memória, reforço, cálculo mental, raciocínio e julgamento, compreensão, denominação, repetição, ordem, escrita, fluidez verbal, praxias, decodificação visual e escrita. Para a população idosa é importante avaliar a função cognitiva específica em cada subtteste (AZAMBUJA, 2012).

Diante desse quadro, há uma crescente necessidade de intervenções que promovam a aumento do desempenho cognitivo e a saúde do estado mental em prol de um processo de envelhecimento bem sucedido. Tendo em vista a relevância deste tema para a promoção da saúde, o objetivo do presente estudo é analisar o déficit cognitivo em idosos acima de 60 anos residentes no município de Ivoti/RS.

METODO

O presente estudo é de natureza quantitativa e possui um delineamento transversal. A amostra deste estudo foi definida por conveniência, estratificada por idade e sexo. Foram analisados 161 idosos. Os critérios de inclusão foram ter entre 60 e 79 anos de idade, residir no município de Ivoti, possuir condições mentais e de saúde para ter independência e autonomia para participar do estudo e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os critérios de exclusão foram apresentar processos demenciais, síndrome de fragilidade, estar internado ou institucionalizado.

Neste estudo foi utilizado o Mini Exame do Estado Mental-MEEN, dividido em subáreas como: orientação, registro, atenção e cálculo, evocação, linguagem e habilidade construtiva. Os escores foram analisados a partir dos anos de escolarização dos idosos. (BERTOLUCCI et al., 1944).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram investigados 161 indivíduos, dentre os quais 49 do sexo masculino e 112 do sexo feminino. A tabela 1 apresenta a classificação da faixa etária.

Tabela 1 - Classificação da faixa etária

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
60 a 64 anos	53	33,1	33,1	33,1
65 a 69 anos	50	30,7	30,7	63,9
70 a 74 anos	26	16,3	16,3	80,1
75 a 79 anos	32	19,9	19,9	100,0
Total	161	100,0	100,0	

Em relação à escolaridade dos 161 indivíduos 75,8% tem o ensino fundamental incompleto, conforme apresenta a tabela 2.

Tabela 2 - Classificação da Escolaridade

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Não estudou/analfabeto	11	6,7	6,7	6,7
Ensino Fundamental Incompleto	122	75,8	76,2	82,9
Ensino Fundamental Completo	5	3,0	3,0	86,0
Ensino Médio Incompleto	4	2,4	2,4	88,4
Ensino Médio Completo	9	5,5	5,5	93,9
Ensino Superior Incompleto	5	3,0	3,0	97,0
Ensino Superior Completo	5	3,0	3,0	100,0
Total	161	100,0	100,0	

Conforme a tabela 3 identifica-se que a maioria das pessoas idosas analisadas, através do teste de rastreio cognitivo do Mini Exame do Estado Mental, apresentou ausência de déficit cognitivo.

Tabela 3 - Classificação do Desempenho Cognitivo (n=161)

	Frequência	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Ausência de Déficit Cognitivo	94	58,4	58,4
Presença de Déficit Cognitivo	67	41,6	100,0
Total	161	100,0	

O MEEM foi traduzido no Brasil por Bertolucci et al. (1994) com o objetivo de diferenciar pacientes psiquiátricos dos quadros orgânicos funcionais. Com o passar do tempo a escala passou a ser um instrumento de “screening” utilizada para orientar e avaliar pacientes com demência, para a realização de diagnóstico de doença de Alzheimer. O MEEM é uma escala de avaliação cognitiva prática e útil na investigação de pacientes com risco de demência bem adequada aos idosos.

Corroborando com os achados da presente pesquisa, Bertolucci et al. (1994), em um estudo desenvolvido através do MEEM, com indivíduos avaliados na triagem médica de um hospital-escola, utilizou pontos de cortes diferenciados de acordo com a escolaridade para o diagnóstico genérico de "declínio cognitivo". Os resultados confirmaram que a idade e o nível educacional se associaram de forma significativa com o desempenho de idosos no MEEM: quanto mais jovem e maior o nível educacional, maior o escore final do MEEM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do déficit cognitivo mostra-se um elemento importante de saúde pública para auxiliar na prevenção e diagnóstico das demências. Os dados do presente estudo demonstram que na amostra dos idosos acima de 60 anos do município de Ivoti/RS as variáveis estado mental, sexo e escolaridade são relevantes para a organização de estratégias de intervenção que auxiliem na manutenção da capacidade cognitiva e consequente promoção da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, L. S. Avaliação neuropsicológica do idoso. In: CAIXETA, L.; FERREIRA, S. B. **Manual de neuropsicologia dos princípios à reabilitação**. São Paulo: Atheneu, p.23-33, 2012.

BERTOLUCCI, P. H. F.; BRUCKI, S. M. D.; CAMPACCI, S. R.; JULIANO, Y. O mini-exame do estado mental em uma população geral: impacto da escolaridade. **Arq Neuropsiquiatr.**, v. 52, p.1-7, 1994.

NITRINI, R. Comprometimento cognitivo leve: conceito e critérios diagnósticos. In: CAIXETA, L.; FERREIRA, S. B. **Manual de neuropsicologia dos princípios à reabilitação**. São Paulo: Atheneu, pag. 12-21, 2012.

PARENTE, M. A. M. P.; WAGNER, G. P. Teorias abrangentes sobre o envelhecimento cognitivo. In: PARENTE, M. A. M. P. (Orgs.). **Cognição e Envelhecimento**. Porto Alegre: Artmed, pag. 45-51, 2009.

APONTAMENTOS SOBRE REPRESSÃO POLÍTICA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: O DOI/CODI/II EXÉRCITO E AS INICIATIVAS CÍVEIS DO MPF

Diego Oliveira de Souza¹

Diorge Alceno Konrad²

Palavras-chave: Repressão Política. Justiça de Transição. DOI/CODI/II Exército. Iniciativas Cíveis.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva apresentar alguns apontamentos sobre a trajetória de pesquisa acadêmica realizada no decurso de investigação historiográfica voltada a temática da repressão política, desenvolvida durante a Ditadura Civil-Militar, e as iniciativas judiciais de reparar e responsabilizar as violações sistemáticas de direitos humanos perpetradas por agentes estatais vinculados ao Destacamento de Operações de Informações (DOI), do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), do II Exército, em São Paulo.

A pesquisa realizada teve como objetivo geral sintetizar a atuação repressiva do DOI/CODI/II Exército, no momento do enfrentamento da resistência política da Ditadura Civil-Militar, em especial entre 1970 a 1977, através da visão militar e da contraposição surgida do emprego do conceito de justiça de transição, na busca por responsabilização e reparação de abusos sistemáticos de direitos humanos. Ademais, em decorrência dos desdobramentos das estratégias estatais destinadas à manutenção da Segurança Nacional, naquele mesmo espaço de tempo, o DOI/CODI/II Exército deteve aproximadamente 6.897 cidadãos, e foram identificados, oficialmente através da Presidência da República, 64 casos de mortes e desaparecimentos forçados pelo seu aparato funcional. Para se alcançar o objetivo proposto foram elaboradas as seguintes questões: (a) Em que local buscar as bases para legitimação da estrutura repressiva do DOI/CODI/II Exército, no panorama da formação do

¹ Autor. Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em História pela UFSM. Bacharel e Licenciado em História pela UFSM. Técnico do Ministério Público Federal (MPF).

² Orientador. Professor Adjunto do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP.

pensamento estratégico acerca da Política de Segurança Nacional? (b) Considerando-se os casos de mortes e desaparecimentos forçados, pelo aparato policial-militar do DOI/CODI/II Exército, expostos no livro *Direito à memória e à verdade*, relatório oficial da Presidência da República, em que medida o conceito de justiça de transição colabora com a construção do conhecimento histórico acerca da atuação repressiva do DOI/CODI/II Exército?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórico-metodológica da pesquisa partiu da utilização da interpretação do conceito de justiça de transição ou justiça transicional, no campo da História Social. Considera-se a História Social uma modalidade de produção historiográfica, a qual possui como nexos básicos de constituição a abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivas-sociais na explicação histórica (CASTRO, 1997, p. 54). Levando-se em consideração o pressuposto de que a sociedade pode ser vista como produto dependente de indivíduos que se comportam estrategicamente, vinculando-se assim relações sociais e comportamento individual, procurou-se abordar o conceito de Justiça de Transição e o individualismo metodológico, buscando-se integrar tais conceitos dentro da perspectiva teórica do marco analítico do marxismo.

Nesse sentido, considerando-se as motivações da Justiça Transicional, compreendidas através da tríade (a) razão como concepção de justiça, (b) emoção e (c) interesse, elencadas por Jon Elster, refletiu-se em torno da estrutura de escolhas individuais, compreendida especificamente através da razão como concepção de justiça, no tocante à promoção da responsabilização e da reparação dos danos praticados pelos agentes estatais vinculados ao DOI/CODI/II Exército.

METODOLOGIA

Entre os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, há de se mencionar que para tratar do julgamento do Caso DOI/CODI/II Exército, realizado pela Justiça Federal de São Paulo, em primeira instância, buscou-se o enfoque do comportamento estratégico por meio de ações, interesses e ideais. Especialmente, tratou-se da decisão judicial que extinguiu o processo, referente à responsabilização e à reparação pelas violações de direitos humanos, perpetradas pelos oficiais militares, Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel, no momento em que comandavam o DOI/CODI/II Exército. Desse modo, contrapondo-se ao holismo metodológico, como elemento capaz de contribuir para a explicação dos fenômenos

históricos, enfatizou-se o individualismo metodológico na compreensão do julgamento dos comandantes militares daquele organismo repressivo.

O individualismo metodológico, concebido nessa pesquisa acadêmica, correspondeu a compreensão dos fenômenos sociais a partir do nível individual, isso é, ao serem julgadas as iniciativas cíveis do Ministério Público Federal, no tocante aos crimes do DOI/CODI/II Exército, existiu a opção por não permitir o julgamento de tais medidas e manter a impunidade de tais crimes.

RESULTADOS

Entre os resultados obtidos na pesquisa acadêmica realizada, destaca-se de acordo com a problemática desenvolvida, as bases para o desenvolvimento da estrutura repressiva do DOI/CODI/II Exército, sua fonte de legitimação originária, no panorama da formação do pensamento estratégico acerca da Política de Segurança Nacional, adotada durante 1970-1977. Desse modo, devem ser buscadas nas sessões do Conselho de Segurança Nacional, o qual reunia o núcleo político da Ditadura Civil-Militar, as bases jurídicas e filosóficas para a atuação repressiva do DOI/CODI/II Exército. Por esse motivo, também foi de fundamental importância para a realização dessa pesquisa as fontes documentais oriundas do Arquivo Nacional e sua base de dados do projeto *Memórias Reveladas*, isto porque as informações constantes em seu acervo arquivístico colaboraram no desenvolvimento da reconstituição histórica das diretrizes dos órgãos de repressão política da Ditadura Civil-Militar.

DISCUSSÃO

Para a compreensão do posicionamento adotado pelos órgãos do Judiciário Federal, durante o julgamento das iniciativas cíveis do Ministério Público Federal, voltadas para romper o quadro de impunidade dos crimes praticados pelos agentes do DOI/CODI/II Exército, importa notar que diferentes ideias de justiça são aplicadas a todas as sociedades, sendo que existem as ideias de justiça dominantes, as quais podem excluir a validade e aplicação de determinadas outras ideias operacionais numa sociedade (HELLER, 1998, p. 48). Portanto, no desenvolvimento da pesquisa adotou-se algumas ideias de justiça, propostas por Agnes Heller, a partir da perspectiva do conceito formal de justiça, sendo elas as ideias de “a cada um a mesma coisa” e “a cada um de acordo com suas necessidades”, as quais foram e são sugeridas como ideias de justiça distributiva (HELLER, 1998, p. 47).

De outro lado, o desenvolvimento da ideia de comportamento estratégico e de escolha individual diante do processo de justiça transicional, pode ser observado nas palavras do

colombiano Pablo de Greiff (2012), para o qual a "Justicia transicional no es una forma blanda de justicia", conforme manifestação registrada, enquanto relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para a promoção da verdade, da justiça e da reparação, no seu primeiro informe ante o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Naquela ocasião, De Greiff definiu a Justiça de Transição como uma estratégia para conseguir fazer com que a Justiça corrija as violações massivas de direitos humanos em tempos de transição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da produção da pesquisa acadêmica, configurou-se um exercício inacabado de determinado fazer historiográfico, tendo em vista a impossibilidade de se reconstituir a atuação repressiva do DOI/CODI/II Exército em toda a sua plenitude. Entretanto, o que se materializou, nessa pesquisa, foi o exercício reflexivo que levou a questionamentos múltiplos, os quais trouxeram luz a aspectos antes despercebidos. Tudo isso, ocorreu por meio do diálogo crítico com as diversas fontes documentais (judiciais e extrajudiciais), oficiais e estratégicas, acompanhadas do relato de memórias, todos empregados na pesquisa realizada como uma representação do real.

Nesse sentido, a atuação repressiva do DOI/CODI/II Exército, concebida através da visão militar, compreendida nessa investigação historiográfica, diz respeito primeiro, a constatação, por parte dos agentes de segurança do Estado, da falta de preparo para o enfrentamento da “subversão”, após o governo contar a sua disposição com o amparo legal constituído pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, pela edição de vários decretos-lei, bem como pelas alterações introduzidas na Lei de Segurança Nacional (LSN). Em segundo lugar, corresponde a superação desta lacuna existente na estrutura de segurança do Estado, através do surgimento da Operação Bandeirantes (OBAN) e posteriormente, de forma institucionalizada, com a criação dos DOI-CODIs.

De forma contraposta, momento em que ocorre uma inflexão do presente sobre o passado, é a partir do conceito de Justiça de Transição que se compreende historicamente a atuação repressiva do DOI/CODI/II Exército, enquanto conjunto de atividades sistemáticas que podem ser caracterizadas como crimes contra a humanidade, tendo em vista as circunstâncias em que foram praticadas, sendo imprescritíveis a busca pela responsabilização e reparação dos abusos de direitos humanos perpetrados naquele organismo policial-militar.

Desse modo, considerando-se os casos de mortes e desaparecimentos forçados, pelo aparato policial-militar do DOI/CODI/II Exército, expostos no livro *Direito à memória e à verdade*, relatório oficial da Presidência da República, acredita-se que esta seja a contribuição

do conceito de Justiça de Transição para a realização da construção de conhecimento histórico acerca da atuação repressiva do DOI/CODI/II Exército.

REFERENCIAS

BRASIL. 8ª Vara da Justiça Federal em São Paulo. Ação civil pública nº 2008.61.00.011414-5. Autor: Ministério Público Federal. Réus: União, Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel. Juiz Federal Clécio Brasch. **Decisão**. São Paulo, 10 de novembro de 2008a. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2010.

BRASIL. 8ª Vara da Justiça Federal em São Paulo. Ação civil pública nº 2008.61.00.011414-5. Autor: Ministério Público Federal. Réus: União, Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel. Juiz Federal Clécio Brasch. **Sentença Tipo A**. São Paulo, 5 de maio de 2010. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2010.

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. **Exposição de Motivos nº 14-2S/68**. Brasília-DF, 22 de junho de 1968a. Documento Confidencial. Código de Referência: BR AN, BSB N8.0.PSN, EST.29. Arquivo Nacional.

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. **Ata da 42ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional**. 26 de agosto de 1968b. Documento Confidencial. 63 p. Código de Referência: BR AN, BSB N8.0.ATA.4/2, f. 39-70. Arquivo Nacional

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Petição inicial na Ação Civil Pública nº 2008.61.00.011414-5**. São Paulo, 12 de maio de 2008b. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Procuradoria Regional da União da 3ª Região. **Contestação na Ação Civil Pública nº 2008.61.00.011414-5**. São Paulo, 14 de outubro de 2008c. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Agravo de instrumento na Ação Civil Pública nº 2008.61.00.011414-5**. São Paulo, 28 de outubro de 2008d. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Réplica na Ação Civil Pública nº 2008.61.00.011414-5**. São Paulo, 26 de novembro de 2008e. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Petição inicial na Ação Civil Pública nº 2009.61.00.005503-0**. São Paulo, 27 de fevereiro de 2009a. Caso Manoel Fiel Filho. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Petição inicial na Ação Civil Pública nº 2009.61.00.025169-4**. São Paulo, 26 de novembro de 2009b. Caso Ossadas de Perus. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Petição inicial na Ação Civil Pública nº 2009.61.00.025168-2**. São Paulo, 26 de novembro de 2009c. Caso Desaparecidos Políticos - IML - DOPS - Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Petição inicial na Ação Civil Pública nº 0018372-59.2010.4.03.6100**. São Paulo, 30 de agosto de 2010a. Caso Policiais Cíveis no DOI-CODI de São Paulo. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Petição inicial na Ação Civil Pública nº 0021967-66.2010.4.03.6100**. São Paulo, 03 de novembro de 2010b. Caso OBAN. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2012.

MACIEL, Audir Santos. **Contestação na Ação Civil Pública nº 2008.61.00.011414-5**. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2008. Caso DOI/CODI/SP. Disponível em: <<http://www.prr3.mpf.gov.br/content/view/145/217/>>. Acesso em: 15 set. de 2013.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Contestação na Ação Civil Pública nº 2008.61.00.011414-5**. São Paulo, 14 de julho de 2008. Caso DOI/CODI/SP. Disponível em: <<http://www.prr3.mpf.gov.br/content/view/145/217/>>. Acesso em: 15 set. de 2013

Referências bibliográficas

ARTHUR, Paige. Como as “transições” reconfiguraram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição. In: REÁTEGUI, Félix (coord.). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à memória e à verdade**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

ELSTER, Jon. **Rendición de cuentas: la justicia transicional em perspectiva histórica**. Buenos Aires: Katz, 2006.

ELSTER, Jon. Entrevista a Esther Hamburger. Marxismo analítico, o pensamento claro. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 31, p. 95-105, out. 1991.

HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FÁVERO, Eugênia. Ação Civil Pública n. 2008.61.00.011414-5. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 145-182, jul./dez. 2008.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Crimes da Ditadura: iniciativas do Ministério Público Federal em São Paulo. In: KISHI, Sandra A. Shimada; SOARES, Inês V. Prado (Coord.). **Memória e verdade: a Justiça de Transição no Estado Democrático Brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 213-234.

GENRO, Tarso. Teoria da Democracia e Justiça de Transição. In: ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e teoria da democracia**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó: uma biografia do Doi-Codi (1969-1991)**, o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2014.

DE GREIF, Pablo. "**Justicia transicional no es una forma blanda de justicia**": nuevo relator de la ONU. Disponível em: <<http://www.semana.com/mundo/articulo/justicia-transicional-no-forma-blanda-justicia-nuevo-relator-onu/264569-3>>. Acesso em: 12 set. 2012.

KENNEDY, Duncan. **Izquierda y derecho: ensayos de teoría jurídica crítica**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

MARTINS, Estevão C. De Rezende. **Cultura e poder**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PEREIRA, Freddie Perdigão. **O Destacamento de Operações de Informações (DOI): Histórico papel no combate à subversão – Situação atual e perspectivas**. Monografia. ECEME: Rio de Janeiro, 1978. Documento Confidencial

PRZEWORSKI, Adam. **Qué esperar de la democracia: límites y posibilidades del autogobierno**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

SILVA, Eliezer Gomes da. **Direitos humanos no âmbito do Estado: Instituições Nacionais de Direitos Humanos e Ministérios Públicos na América Latina – para além dos Princípios de Paris**. Disponível em: <www.law.yale.edu/documents/.../SELA14_Silva_CV_Port_20140522.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015. Trabalho apresentado, em junho de 2014, na 20ª edição do Seminário Latino-Americano de Teoria Constitucional e Política (SELA), na capital do Peru, Lima.

AS DINÂMICAS CULTURAIS E OS POVOS TRADICIONAIS: OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE BELO MONTE

Roberta da Silva¹

Norberto Kuhn Júnior²

INTRODUÇÃO

O presente texto trata das dinâmicas culturais que atravessam os povos tradicionais diante dos impactos socioambientais causados pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Esse trabalho visa compor bases conceituais para a crítica ao modelo econômico que fundamenta um ideário de desenvolvimento baseado no modo de produção capitalista, caracterizado pela quebra de sistemas ecológicos, pela agressividade de produção e do consumo em confronto direto com a natureza, como é o caso da construção de Belo Monte. Esse trabalho intenta sinalizar os povos tradicionais como possíveis fatores de preservação do meio ambiente, por possuírem uma forma diferenciada de se constituírem enquanto sujeitos no mundo, de definirem a sua posição no mundo, e conseqüentemente as formas de relacionamento com os Outros e com o meio ambiente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os povos tradicionais possuem uma forma diferenciada de se constituírem enquanto sujeitos no mundo, de definirem a sua posição no mundo, e conseqüentemente as formas de relacionamento com os Outros. Possuem características de serem grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Os povos tradicionais são os grandes depositários de parte considerável do saber ambiental conhecido pela humanidade. Quando presentes em determinado ecossistema, funcionam como fator de preservação, em razão de sua relação com o meio ambiente totalmente distinta do modelo econômico da sociedade envolvente.

¹ Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE.

² Orientador da pesquisa. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996). Professor da Universidade Feevale, atuando, desde 1999, em diversos cursos de Graduação, nas disciplinas de Sociologia, Pensamento Contemporâneo e Metodologia Científica; desde 2010 é professor-pesquisador do Mestrado Profissional de Inclusão Social e Acessibilidade, ministrando as disciplinas de Políticas Públicas e Cidadania e Seminário de Pesquisa e Desenvolvimento. Contato: nkjunior@feevale.br

Para Maria da Glória Gohn (2010) os indígenas detêm saberes sobre a floresta, tanto da arquitetura de seu território, como de suas matas e animais, e possuem com a terra uma relação que não passa pela ideia de propriedade, é algo do mundo simbólico, do sagrado. Os povos tradicionais possuem um acordo ético em relação ao meio ambiente, conforme defende Manuela Carneiro da Cunha (2008) a importância em se preservar as culturas desses povos que se tornaram figuras-chave na conservação do planeta. Segundo a autora, os direitos que se reconhecem hoje a povos tradicionais em geral se fundamentam nos serviços ambientais que eles prestam, assim, ser povo tradicional é, no fundo, um contrato, um pacto de não agressão ao meio ambiente.

A Declaração RIO-92, estabelece no Princípio 22 que os povos indígenas e suas comunidades, assim como outras comunidades locais, desempenham um papel fundamental na ordenação do meio ambiente e no desenvolvimento devido a seus conhecimentos e práticas tradicionais. Também a Lei 9.985/00 – Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC trata das comunidades tradicionais como sendo fatores de preservação do meio ambiente nas Unidades de Conservação - UCs. Em seu artigo 20 alude que a existência das populações tradicionais baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Ocorre que as populações tradicionais sofrem pressões e ameaças não só em razão da ausência do Estado e de políticas públicas mas, em muitos casos, em consequência da gestão governamental, por meio de empreendimentos públicos, como ocorre por exemplo na usina hidrelétrica de Belo Monte onde são desconsideradas as terras indígenas e as unidades de conservação para a sua construção.

METODOLOGIA

A partir da necessidade da elaboração da pesquisa de revisão de bibliografia, bem como das próprias características que permeiam esse momento do trabalho de conformação de marco teórico, torna-se necessário utilizar o método de estudo bibliográfico, por recorrer ao uso de livros, revistas, artigos, além de pesquisas em bibliotecas virtuais, seguida de uma análise teórica das bases conceituais, constituindo-se no núcleo central da pesquisa.

RESULTADOS

Com base nos estudos realizados, é possível chegar a conclusão de que construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e conseqüentemente, a mineração, o garimpo, a extração de madeira, o uso do fogo, a caça predatória constituem atividades que, aliadas ao processo de transformação cultural dos povos tradicionais, colocam em risco esses espaços territoriais e culturais, causando impactos socioambientais irreversíveis.

DISCUSSÃO

É possível pensar que o Brasil é um país que há mais de 50 anos vem utilizando em grande escala seus rios para a produção elétrica, as bacias mais próximas dos grandes centros urbanos e industriais já tiveram o seu potencial praticamente esgotado, havendo pouco espaço para novos empreendimentos. Daí surge como alternativa governamental a utilização de áreas preservadas, inclusive por povos indígenas ou outros povos tradicionais, para tal finalidade.

É o que ocorre por exemplo, na usina hidrelétrica de Belo Monte³, na qual diversas etnias indígenas como Juruna, Arara, Xikrin do Bacajá, Asurini do Xingu, Kararaô, Araweté e Parakanã serão afetados pelo empreendimento (BRASIL, 2009), seja pelo desvio do rio, que desencadeará uma série de problemas, já que haverá impacto sobre o pescado, criará obstáculos para o fluxo da pesca e para a reprodução dos peixes, como também pelos efeitos do processo de ocupação que será gerado por trabalhadores e outras pessoas que se deslocarão para aquela região atrás de emprego e a realocação de algumas populações. Isso tem gerado tensões em torno da terra, dos recursos naturais, pressões sobre os territórios indígenas e conflitos de interesses.

Mais da metade da área da bacia do rio Xingu é formada por terras indígenas e unidades de conservação (BRASIL, 2009, p. 28). Segundo o Dossiê Belo Monte (ISA, 2015) não são apenas os indígenas que estão sendo afetados pelo empreendimento. Em relação ao reassentamento da população das áreas rural e urbana, obrigada a sair rápida e compulsoriamente de suas casas tem sido um processo traumático e desordenado para as mais de oito mil famílias consideradas “interferidas” pelo empreendimento. Na área rural, não foi respeitado o direito de agricultores e ribeirinhos diretamente afetados a serem reassentados em condições similares àquelas em que antes moravam (ISA, 2015).

De acordo com o Dossiê (ISA, 2015), os dados demonstram que a conversão de populações ribeirinhas em populações exclusivamente urbanas ou agricultoras vem se consolidando, devido à ausência de opções que assegurem sua manutenção na beira do rio. O

³Usina hidrelétrica que está sendo construída na bacia do Rio Xingu, próximo ao município de Altamira, no norte do Estado do Pará (ISA, 2015).

reassentamento, longe do rio, obriga os pescadores a deixarem de pescar, inviabilizando o modo de vida ribeirinho. Registrou também o dossiê (ISA, 2015), o aumento dos conflitos causados pela disputa pelas áreas de pesca restantes fora das Unidades de Conservação e das terras indígenas da região – e, por vezes, dentro dessas áreas protegidas também, isso porque, os pescadores tradicionais são obrigados a buscar novos locais de pesca em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, áreas já utilizadas pelos indígenas e ribeirinhos que ali residem. Assim, acirram-se conflitos sociais com a disputa por essas áreas.

Os dados do Dossiê Belo Monte (ISA, 2015) apontam que a construção de Belo Monte em Altamira gerou consequências negativas e irreversíveis à região. Movimentos sociais e lideranças indígenas da região consideram que os impactos socioambientais não estão suficientemente dimensionados. Desde o início, o projeto de Belo Monte encontrou forte oposição de ambientalistas brasileiros e internacionais e de algumas comunidades indígenas locais, o que gerou tensões desde a idealização da hidrelétrica.

As culturas não são realidades estáticas, estão sempre em movimento, modificam-se e evoluem ao longo do tempo. Assim, as dinâmicas culturais afetam os modos de vida dos povos tradicionais, é especialmente desafiadora das formas tradicionais de produzir pertença e identidade. Com as novas formas de produzir identidade, novas formas de alteridade também são produzidas.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Entrevista com Manuela Carneiro da Cunha: Povos tradicionais tem um pacto com o meio ambiente*. Instituto Sociedade, População e Natureza. 2008. Disponível em: <http://www.ispn.org.br/entrevista-com-manuela-carneiro-da-cunha/> Acesso em 8 de jun. de 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo. *Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos identitários e culturais: gênero, etnia, gerações. In: GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Ltda, 2010. P. 89-119.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. *Dossiê Belo Monte – Não há condições para a licença de operação*. Junho de 2015. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf> Acesso em: 14 de julho de 2015.

AS IMPLICAÇÕES TERAPÊUTICAS DAS VISITAS DOMICILIARES ÀS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN E SEUS FAMILIARES

Andiara O. Kreuz De Bastiani¹

Lisiane Machado de Oliveira Menegotto²

Palavras chave: Síndrome de Down. Visitas domiciliares. Psicologia. Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

Atualmente as pessoas com síndrome de Down circulam cada vez mais no espaço social, frequentam as escolas regulares, ingressam no mercado de trabalho e se fazem presentes na comunidade. Trata-se de conquistas alcançadas no que se refere às políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência decorrentes de um longo e vasto caminho que fora trilhado.

Este momento atual, sob o ponto de vista legal, que considera as pessoas com deficiência como sujeito de direito, visa possibilitar oportunidades para que elas desenvolvam suas potencialidades e gozem de direito à convivência justa. Para que isso se transforme numa prática, são necessárias mudanças na sociedade e nas pessoas com síndrome de Down e seus familiares. Sendo assim, no que se refere às mudanças nas pessoas com síndrome de Down e seus familiares, um acompanhamento comunitário e familiar se faz necessário. Diante disso, propomos nesse trabalho, uma discussão das contribuições da Psicologia numa proposta de visitas domiciliares, realizadas a partir de uma ONG que atua com familiares de pessoas com síndrome de Down. O presente trabalho tem por objetivo discutir as implicações terapêuticas das visitas domiciliares às pessoas e familiares de pessoas com síndrome de Down, refletindo acerca das relações que se estabelecem entre o psicólogo que realiza a visitas, os membros da equipe e a família da pessoa com deficiência.

¹ Psicóloga, mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Universidade Feevale

² Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS), Professora do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A discussão proposta nesse trabalho foi decorrente de uma pesquisa, de caráter qualitativo, baseada na experiência da primeira autora na realização das visitas domiciliares, ao longo de três anos de implementação de um projeto de ação social numa ONG. Sendo assim, foi realizada uma análise dessas visitas, considerando a perspectiva de pesquisar no perigo, da antropóloga Alba Zaluar (2009).

A ONG em questão é a Associação dos Familiares e Amigos do Down (AFAD-21). É uma associação civil, de direito privado, de caráter filantrópico, sem fins econômicos e lucrativos. Fundada em 20 de junho de 2000, na cidade de Novo Hamburgo, por pais e mães de pessoas com Síndrome de Down, proporciona diversas atividades, tais como: acolhimento, atendimento terapêutico, projeto de inclusão escolar, grupos de convivência para mães e bebês e adolescentes, grupo de convivência para familiares, oficinas lúdicas para crianças, oficinas de artesanatos para os cuidadores e as visitas domiciliares, que fazem com que a realidade “fale” por si só.

As visitas domiciliares foram conduzidas pela primeira autora. A população-alvo dessas visitas eram famílias em situação de vulnerabilidade social, em geral, moradoras de bairros situados na periferia da cidade. O objetivo do projeto era oferecer uma escuta ativa a essas famílias, buscando alternativas de produção do laço social.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As visitas domiciliares, nesse trabalho, são consideradas terapêuticas, pois possibilitam que a realidade “fale” por si. Segundo Zaluar (2009), não podemos deixar de ouvir o que pensam e sentem as pessoas afetadas, pois cabe a elas a última palavra. Muitas vezes elas não conseguem expressar, então, precisamos investigar. A autora defende a ideia de que desbravar o terreno, algo que para os psicólogos, é muito novo, diferente da Antropologia, por exemplo. A Psicologia Clínica consagrou-se na ideia de uma enquadre artificial, no consultório, seguindo o que propunha a lógica médica. Sendo assim, essa proposta representa uma inversão ao modelo médico.

Velho (1989) relata que existem categorizações, hierarquizações e organizações espaciais, onde as pessoas se definem pelos locais que moram, passando a existir um mapa social que representa a cidade. Diante dessa perspectiva, além de estar em campo, em um lugar desconhecido, foi preciso lidar com os temores do estigma que acompanhavam a localização dos bairros e os espaços urbanos.

Goffman (2003) conceitua os estigmas afirmando que vivemos em uma sociedade que estabelece um padrão e cataloga as pessoas de acordo com as atribuições que são consideradas comuns pela maioria. Neste caso, podemos pensar sobre os estigmas a partir de duas óticas, uma que diz respeito à deficiência da pessoa com síndrome de Down, considerando que os traços são visíveis e marcados no próprio rosto, já a outra perspectiva pode ser pensada através do bairro, do espaço urbano que habita essa pessoa e sua família, que muitas vezes é marginalizada por mais esta marca territorial que carrega.

Segundo Bauman (2009), deve-se perseguir aquilo que ele denominou de *mixofilia*, que é a tentativa de criar um ambiente propício para uma fusão de horizontes onde a diferença é não apenas respeitada, mas também valorizada. Quando sujeitos normais e estigmatizados se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam manter uma conversação, ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia, pois, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma. Podemos pensar as visitas domiciliares como um instrumento que viabiliza a criação de uma aproximação com as diferenças, de modo que em poucas oportunidades de visita o medo do diferente (local e sujeito) acaba sendo respeitado e valorizado.

Porém, é preciso ter muito cuidado com o “entrar e sair nessa prática”, sendo fundamental para a postura e ética profissional que nos permite agir, senão o risco de paralisarmos é grande pelo envolvimento e mistura de sentimentos que despertam este fazer. Este é um movimento muito difícil porque estando mergulhados na realidade do outro é impossível não se comover com as situações.

Matta (1978) relata que existem transformações fundamentais do fazer do etnólogo, que guardam uma estreita relação de homologia, sempre promovendo um encontro. Ao exemplificar traz o caso dos heróis clássicos:

[...] A viagem do etnólogo é como a viagem dos heróis clássicos, partida em três momentos distintos e interdependentes: a saída da sua sociedade, o encontro com o outros nos confins do seu mundo social, e finalmente, o retorno triunfal ao seu próprio grupo, com os seus troféus (DA MATTA, 1978)

De acordo com a prática vivenciada que está em reflexão no presente trabalho, o psicólogo, por sua formação diferenciada, tem um papel fundamental dentro das casas destas famílias (*a saída da sociedade*), qual seja, o papel da escuta. Muitas vezes os pais ficam relegados a um segundo plano, pois não se oferece nenhum tipo de suporte a eles. No entanto, eles precisam mais do que tudo ser escutados, acolhidos e ter um espaço para deixar

fluir todos os tipos de sentimento que emergem neste contexto (*o encontro com o outro*), já que sabemos que uma espécie de tristeza crônica velada pode acometer tais famílias reduzindo a qualidade de vida de todos os seus membros com amplas consequências. Escutar essa família e essa criança se faz de extrema importância, principalmente, se estamos falando de uma família que tem um bebê com Síndrome de Down, onde tudo é novo e diferente do que se imaginava e planejava.

São muitos os desafios de quem vai a campo em busca do retorno com os “troféus”. Matta (1978) afirma que existem aspectos românticos do fazer de quem está em campo, porém pouco se fala e se escreve sobre quando o pesquisador ou o profissional se vê obrigado a atuar como médico, contador de histórias, mediador, viajante solitário e até palhaço. Segundo o autor, o sentimento e a emoção são os hóspedes não convidados da situação etnográfica, que assume diversas formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as visitas domiciliares têm um valor terapêutico, permitindo entender a dinâmica familiar na qual a pessoa está inserida, além de possibilitar um espaço de escuta e favorecer a ampliação da percepção da equipe e da própria família acerca das questões suscitadas por esta. As visitas domiciliares possuem um caráter investigativo e terapêutico, que capacita as famílias a utilizar recursos próprios para resolução dos seus problemas, garantindo assim maior autonomia. Esta experiência possibilitou modificações não somente nas famílias, mas também na maneira de trabalho dos profissionais, agregando complexidade e dinamismo.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2009.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1982.
- DA MATTA, Roberto. **O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues**. In: Boletim do museu nacional, Rio de Janeiro, RJ, 1978.
- MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira. **Da filiação a Inclusão**: uma articulação entre psicanálise e educação. In: MOURA, Eliana Perez Gonçalves de (Org.). Educação, Cultura e Trabalho. Novo Hamburgo, RS : Feevale, 2006.

VELHO, Gilberto. **A utopia Urbana**: Um estudo de antropologia social. 5 ed. Rio de Janeiro, Zahar RJ, 1989.

ZALUAR, Alba. **Pesquisando no perigo**. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/mana/v15n2/a09v15n2.pdf>. Acesso em: 09/07/2015.

BEM-ESTAR SUBJETIVO DE PESSOAS IDOSAS RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS

Me. Arlete Caye¹

Nilton Sager²

Muriel Closs Boeff³

Esp. Maristela Cassia de Oliveira Peixoto⁴

Dr. Gilson Luís da Cunha⁵

Profa. Dra. Geraldine Alves dos Santos⁶

Palavras-chave: Instituições de longa Permanência para idosos. Idosos. Bem-estar subjetivo.

INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida da população mundial e em especial em países em desenvolvimento está desencadeando mudanças na sociedade. O Brasil tem apresentado nos últimos 10 anos um acréscimo de 3 anos de vida e uma média de vida de 74,9 anos, sendo que as mulheres vivem mais que os homens. A partir da década de 90, foram criadas políticas públicas no Brasil, visando melhorar os serviços de assistência destinados aos idosos, entre elas a criação do Estatuto da Pessoa Idosa em 2003. O número de Instituições de Longa Permanência para Idosos tem aumentado proporcionalmente ao avanço na expectativa de vida como alternativa para atender as necessidades dos idosos. Neste sentido o estudo desenvolvido objetivou avaliar a percepção do bem-estar e a satisfação com a vida das pessoas idosas residentes em Instituições de Longa Permanência no município de Ivoti/RS.

¹ Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Esp. em Psicologia Humanista – Abordagem Centrada na Pessoa. Licenciatura em História.

² Acadêmico do curso de Enfermagem. Bolsista CNPQ

³ Acadêmica do curso de Psicologia. Bolsista Feevale

⁴ Enfermeira, Esp. em Gestão de Serviços em Saúde. Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Professora titular da Universidade Feevale.

⁵ Biólogo, Doutor em Genética e Biologia molecular pela UFRGS e Bolsista de Pós Doutorado do Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

⁶ Doutora em Psicologia. Mestre em Psicologia Clínica. Especialista em Gerontologia Social. Professora titular da Universidade Feevale. Docente do Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O envelhecimento é um processo degenerativo, próprio de cada indivíduo, pois “nem todos os membros de uma população envelhecem da mesma forma; nem todos os órgãos e tecidos de um indivíduo envelhecem na mesma taxa” segundo Anking (2008, p. 26). Neste sentido, o processo de envelhecimento humano abrange diversos fatores, intrínsecos ou extrínsecos, deixando os indivíduos, com o passar dos anos, mais suscetíveis a mudanças do organismo, provocando perda de vigor e aumentando a possibilidade de morte em decorrência de patologias relacionadas à velhice (ARKING, 2008).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil a expectativa de vida em 1950 ficava em torno dos 44 anos, em 2000 era de 70 anos e a previsão para 2050 é que os brasileiros alcancem a média de 81 anos, o que praticamente dobra a expectativa de vida em 100 anos. A OMS alerta para as dificuldades associadas ao “envelhecimento expresso” nas sociedades emergentes e às mudanças sociais e de saúde necessárias para adaptar-se a este novo cenário (OMS, 2005). Segundo o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE (FEE, 2014), divulgado em dezembro de 2014, a cidade de Ivoti aparece em décimo lugar entre os municípios gaúchos para melhor viver.

A Resolução da Diretoria Colegiada, RDC nº 283 em 2005 passa a adotar o termo ILPI e estabelece normas de funcionamento destas instituições, definindo-a como: *"instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania"*. O termo Instituição de Longa Permanência para Idoso deriva do termo *Long Term Care Institution*. As ILPIs ou asilos foram instituídos para zelar pelos indivíduos considerados incapazes, dependentes e idosos a partir de 60 anos. Chaimowickz e Greco (1999) apontam como principais fatores para a institucionalização o diagnóstico de doenças crônico-degenerativas e suas implicações, a recente hospitalização e a dependência para realizar atividades da vida diária. O construto de Bem-Estar Subjetivo (BES) vem sendo discutido nos últimos 50 anos no campo da psicologia e busca relacionar a forma como as pessoas percebem sua vida de modo positivo ou negativo, além de avaliar subjetivamente a sua qualidade de vida. A definição do BES é complexa, pois engloba o campo cognitivo e afetivo, podendo ser encontrados outros conceitos associados ao Bem-Estar Subjetivo como: qualidade de vida, afeto positivo, afeto negativo, satisfação e felicidade (GALINHA; RIBEIRO, 2005). O indivíduo sociável e extrovertido que tende a ver os eventos ao longo da vida de forma positiva, tende a manter esta positividade na velhice, elevando os níveis de bem-estar, da mesma forma aqueles com um perfil introvertido e

ansioso, tendem a ser pessimistas e negativos com relação aos eventos ao longo da vida, acentuando este traço ao longo da vida (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

MÉTODO

A pesquisa teve um delineamento descritivo qualitativo e quantitativo. Foram 102 prontuários analisados nas 5 ILPIs, destes 83 assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e 68 participaram efetivamente da pesquisa, 33 pessoas idosas tiveram condições de participar da avaliação cognitiva e apenas duas não apresentaram déficit cognitivo e puderam ser entrevistadas. Foram utilizados como instrumentos uma entrevista semi estruturada, roteiro de dados sócio demográficos, Escala de Braden, Mini Exame do Estado Mental, Teste do relógio, Escala de Depressão Geriátrica, Atividades Básicas de Vida Diária, Atividades Instrumentais de Vida Diária, Atividades Avançadas de Vida Diária, Escala de Satisfação com a vida, Escala de Desenvolvimento Pessoal, Escala de Qualidade de Vida. Para a análise da entrevista foi utilizado o método de análise de conteúdo de Bardin (2011). Os dados quantitativos foram analisados através do programa SPSS v. 12. 0. Resultados: a pesquisa demonstrou que as mulheres representavam 76,9% e os homens 23,1% da amostra, a viuvez era o estado civil predominante (55,4%) e havia maior presença de idosos da faixa etária 80-89 anos (50,8%), Apenas duas idosas não apresentaram déficit cognitivo. Entre as idosas que não apresentaram déficit cognitivo, percebeu-se que gostariam de residir junto dos seus familiares, mas entendiam a necessidade de ficarem na ILPI e acabaram conformando-se. O fato de serem idosas e serem tratadas como pessoas incapacitadas por todos à sua volta, não contribui para que tenham uma visão favorável do seu envelhecimento, e ao falarem do seu passado, evidenciam as mudanças que ocorreram ao longo dos anos, e que nem sempre as transformações foram elaboradas, pois as perdas ficam mais evidentes, influenciando na percepção de bem-estar.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A coleta de dados permitiu o mapeamento dos idosos residentes em ILPIs no município de Ivoti. Inicialmente foi possível identificar a presença de 102 idosos distribuídos em 5 instituições de longa permanência particulares. Em síntese, 82,8% dos idosos avaliados apresentavam um grau de dependência elevado, outros 10,9% expuseram dependência moderada e apenas 6,3% dos residentes foram tidos como independentes. A presente pesquisa revelou que a presença feminina alcançou os 76,9% entre os residentes, confirmando a expectativa de vida das mulheres superior à dos homens, a pesquisa também demonstrou que

55,4% dos idosos eram viúvos. No Brasil, atualmente 55% da população idosa é constituído por mulheres com mais de 60 anos (IBGE, 2010). Observou-se que a média de idade destes idosos está acima do encontrado em outros estudos, mais de 50% estavam entre 80-89 anos, demonstrando que os idosos das ILPIs de Ivoti chegam e podem permanecer até idades superiores à expectativa média do idoso do Rio Grande do Sul. De todos os participantes idosos residentes nas cinco ILPIs do município de Ivoti, apenas 2 idosas alcançaram a pontuação mínima exigida, através do Mini Exame do Estado Mental para participar das entrevistas. Portanto as participantes desta etapa do estudo foram 2 pessoas idosas do sexo feminino, residentes entre 2 e 14 meses na Instituição, com idade média de 75,5 anos. Verificou-se que com relação ao estado civil, havia uma viúva e outra separada, ambas cursaram até a 4º série e tiveram filhos. As idosas recrutadas receberam nome fictício, inspirado em nomes de flores, com o objetivo de preservar a identidade das mesmas: A mais nova com 70 anos será referenciada no texto pelo pseudônimo “Verbena”, já a idosa de 81 anos será chamada de “Camélia”. A entrevista foi composta por 9 questões abertas, com duração média de 30 minutos. O estudo identificou que uma das idosas entrevistadas não apresentou depressão e a outra apresentou depressão leve.

CONCLUSÃO

Desta forma o estudo desenvolvido na cidade de Ivoti, demonstrou o alto nível de dependência dos residentes, a presença de idosos muitos velhos, com mais de 80 anos (66,2%), necessitando de maiores cuidados, além do nível elevado de comprometimento cognitivo.

Entre as idosas que não apresentaram déficit cognitivo, percebeu-se que gostariam de residir junto dos seus familiares, mas entendiam a necessidade de ficarem na ILPI e acabaram conformando-se. O fato de serem idosas e serem tratadas como pessoas incapacitadas por todos à sua volta, não contribui para que tenham uma visão favorável do seu envelhecimento, e ao falarem do seu passado, evidenciam as mudanças que ocorreram ao longo dos anos, e que nem sempre as transformações foram elaboradas, pois as perdas ficam mais evidentes, influenciando na percepção de bem-estar.

REFERÊNCIAS

ARKING, R. **Biologia do envelhecimento**: observações e princípios. Ribeirão Preto. SP: FUNPEC, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Porto: Edições 70, 2011.

BRASIL. LEI Nº. 10.741/2003 – **Lei Especial – Estatuto do Idoso**. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

CHAIMOWICZ, F.; GRECO, D. B. Dinâmica da institucionalização de idosos em Belo Horizonte, **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 33, n. 5, Out. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101999000500004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 fev. 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Índice de desenvolvimento sócio-econômico (Idese)**. 2014. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: dez. 2014.

GALINHA, I. C.; RIBEIRO, J. L. P. História e evolução do conceito de bem-estar subjectivo. **Psicologia, saúde & doenças**, v. 6, n. 2, p. 203-214, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=codmun=431080>>. Acesso em: nov. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília, Organização Pan-Americana da Saúde. 2005. Disponível em: <http://www.who.int/countries/bra/es/>. Acesso em: jan. 2014.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PAVAN, F. J.; MENEGHEL, S. N.; JUNGES, J. R. Mulheres idosas enfrentando a institucionalização. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 9, p. 2187-2189, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000900025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2015.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS EXPERIÊNCIAS NA MEDIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS NA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE SERTÃO/RS

Marcos A. de Oliveira ¹
Gustavo Roese Sanfelice
Denise de Oliveira ²

Palavras-chave: Socialização. Ensino-aprendizagem. Meios de comunicação;

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea se apresenta caracterizada pelo uso das tecnologias. Os recursos eletrônicos estão inseridos nas casas, nas empresas e nas instituições em suas diversas constituições, modificando as formas de comunicações. Neste cenário, uso dos recursos tecnológicos se apresentam como possibilidades de conhecimentos, de serviços, de entretenimento, de comunicações, entre outras.

Os elementos tecnológicos transparecem nas diversas dimensões de viver na sociedade tecnologizada, especialmente, nas interações entre as pessoas. Os artefatos eletrônicos fazem com que a comunicação seja intermediada pela máquina e não mais apenas pela voz humana. E a sofisticação dos recursos da tecnologia torna maior a amplitude de acesso à informação, assim como a qualidade de veiculação e de recepção se mostra em diferentes níveis de mídia. O acesso fácil e rápido (quase que instantâneo) à informação relativiza a questão do tempo e do espaço.

Entretanto, a interação de pessoas de idade mais avançada (ou segmento da população denominado de terceira idade) com a tecnologia ocorre, na maioria das vezes, de forma conflituosa, uma vez que a utilização de elementos tecnológicos representa um aprendizado novo para os integrantes da terceira idade, que saíram do mercado de trabalho ou da escola antes da generalização das tecnologias de informação.

¹ Mestre em Ciências – UFRRJ. Doutorando FEEVALE – Diversidade Cultural e Inclusão Social – marcos.oliveira@sertao.ifrs.edu.br

² Mestre em Administração-FURB/SC, Administração UNISUL/SC, Formação de Docentes para a Educação Básica e Profissional denise.oliveira@sertao.ifrs.edu.br

No intuito de contribuir com a inserção dos indivíduos integrantes da terceira idade no mundo digital e, com isso, romper o conceito de que o uso de tecnologias consiste em uma vantagem característica dos jovens, desenvolvem-se atividades lúdicas e didáticas para mediar o conhecimento no uso de tecnologias com um grupo de Terceira Idade do município de Sertão/RS, desde 2009. O objetivo principal das atividades visa contribuir na interação e na socialização dessa parcela da população com seus familiares e amigos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação ao longo da vida consiste em um elemento essencial para a busca da cidadania, da liberdade e do respeito recíproco entre a população adulta de uma sociedade moderna, possibilitando melhor vivência e interação humana. No entanto, o desenvolvimento de um sujeito não está atrelado somente em ações isoladas de cada indivíduo. A educação ao longo da existência de um indivíduo consiste em uma construção do saber e das habilidades, mas também da capacidade de discernir e agir (DELORS, 2004). Esse fator implica na compreensão da importância de se considerar também o mundo social externo no qual as pessoas se desenvolvem.

Assim, a aprendizagem humana durante a fase adulta representa o desenvolvimento de habilidades de lidar com incertezas e persistir diante das dificuldades, uma vez que além da reflexão e percepção, é possível desenvolver também capacidade para assumir uma postura geral estratégica e responsável do próprio caminho da aprendizagem (CLAXTON, 2005).

Em 2010, o número dos indivíduos com 60 anos ou mais de idade (denominados também de integrantes da terceira idade) representava 10,8% do total da população. A perspectiva para os próximos oito anos é para que esse percentual atinja 14,6% dos brasileiros. Dados destacam que em 2040, os indivíduos com 60 anos ou mais de idade representarão mais de 27% da população brasileira (IBGE, 2010), ocupando um espaço significativo na sociedade brasileira atual.

Cabe destacar também que a ênfase do ensino tem como foco a criança e o jovem. Entretanto, se o aprender acontece ao longo de toda a vida, deve-se também investir na conscientização de que se pode envelhecer com qualidade de vida e que aprender é sempre prazeroso, pois entre as características desse segmento (Terceira Idade), destacam-se os saberes que são validados pelas suas experiências de vida (GOULART, 2007).

Nesse contexto, a utilização dos componentes tecnológicos representa um aprendizado novo e importante para os integrantes dessa parcela da população, que saíram do mercado de trabalho ou da escola antes da propagação das tecnologias de informação. E tais constatações

despertam o questionamento: as famílias e as comunidades estão preparadas para o envelhecimento de sua população?

METODOLOGIA

Considerando esse novo universo de relações, de comunicações e de trânsito de informações e, ainda, que a expectativa de vida tem avançado em diversos países e a população dos indivíduos com mais de 60 anos (denominada também da terceira idade ou idosa) tem sido crescente, inclusive no Brasil, buscou-se desenvolver atividades apropriadas para mediar os conhecimentos e as experiências com as tecnologias de informação, especialmente, com o computador e a internet.

As atividades são realizadas duas vezes por semana, durante o período letivo, no tele centro da Prefeitura Municipal de Sertão/RS, o qual dispõe de 10 microcomputadores interligados com internet. As ações são elaboradas de acordo com os conhecimentos, limitações, interesses, necessidades ou restrições dos participantes. No desenvolver das atividades, são apresentadas ao grupo da terceira idade as possibilidades de acesso à comunicação de forma virtual em tempo real. Todas as ações propostas são desenvolvidas individualmente, respeitando o ritmo e o tempo de cada uma.

Inicialmente, abordam-se, as operações básicas como ligar e desligar o computador, apresentando cada um dos componentes do sistema. Na sequência, realiza-se o acesso de forma amistosa, com a utilização de programas (datilografia e mouse) que possibilitam o domínio de periféricos (mouse e teclado), desmistificando o microcomputador e seu meio básico de acesso ao mundo virtual. Além disso, realiza-se o manejo da calculadora do computador que proporcionou o aprendizado em executar todas as funções (simples e complexas) de uma calculadora eletrônica.

Nas atividades de acesso à internet orientada, sugerem-se alguns sites, entre os quais, cada participante escolhe o que mais lhe agrada. Na navegação livre os participantes utilizaram ferramentas de buscas na internet como, por exemplo, o site da empresa *google* (www.google.com.br) que possibilita a localização de páginas na internet que tratam de questões específicas, localizadas a partir da digitação de termos relacionadas.

Nas atividades de comunicação, realiza-se a criação de um e-mail pessoal para cada um dos participantes. Para tanto, todos os integrantes do grupo preencheram o cadastro no site www.gmail.com.br e depois aprendem como enviar um e-mail (inicialmente, enviam e-mails para os próprios colegas, depois enviam mensagens pela rede segundo suas próprias

necessidades e preferências). Também, aprendem a enviar anexos, baixar arquivos, entre outras funções.

Para verificação em relação aos procedimentos e aos métodos de aprendizagens, empregados nas práticas para o uso das tecnologias de informação, realizaram-se avaliações com os participantes, em que estes relatam suas experiências durante e após as ações do projeto. Outros aspectos das avaliações contemplam questões referentes aos meios da interação com a máquina, envolvendo as dificuldades e as facilidades dos participantes, as habilidades adquiridas, ao uso da internet e aos relacionamentos entre os idosos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre as dificuldades observadas nas atividades praticadas pelos integrantes da terceira idade, destacam-se o manuseio do mouse (atividades como arrastar, apontar e clicar no cursor), o uso do teclado (alguns haviam perdido o hábito de escrever), a escrita equivocada, a dificuldade para a seleção de partes do texto através do método de segurar o mouse e arrastar. Outra situação importante a ser ressaltada consiste na fragilidade da visão que dificulta a percepção de ícones e letras pequenas.

Em relação à navegação na internet, os sites acessados estão intimamente ligados ao seu cotidiano e seus valores na medida em que priorizam páginas contendo elementos como artesanato, culinária, saúde, etc.



Figura 1: Turma 1no início das atividades no tele centro da Prefeitura Municipal de Sertão/RS
Fonte: Elaborada pelos autores (2014)

As atividades têm se apresentado como importantes fatores de estímulos no cotidiano dos participantes. Suas indicações e argumentações contemplam suas superações das dificuldades no uso básico do computador e avanços nas suas interações como outras pessoas.

Observa-se que o uso das tecnologias contribui com a autonomia, a autoestima e com novas posições dentro do convívio social dos participantes, por meio da interação com as gerações mais novas. Igualmente, a participação no projeto representa um fator relevante no desenvolvimento cognitivo e social, na medida em que potencializa as possibilidades do homem atuar e interferir na sociedade, já que as atividades possibilitam troca de informações e conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades do projeto têm apresentado benefícios e sinais positivos de interação aos participantes. Verifica-se também que a faixa etária não consiste em um condutor de protótipo de comportamento e modo de vida. Outro fator importante incide no fato de que o uso da internet pode contribuir significativamente no desenvolvimento dos relacionamentos dessa parcela da população, por meio da interação com outras pessoas, das informações e dos entretenimentos possíveis. Adicionalmente, o projeto tem indicado que o aprendizado do uso das tecnologias pode oferecer benefícios à saúde, como, por exemplo: o exercício da memória; o desenvolvimento da autonomia e da autoestima; e o desenvolvimento de nova posição dentro do convívio social através da aproximação com as gerações mais novas. Dessa forma, as atividades representam importantes aspectos no desenvolvimento cognitivo e social na medida em que potencializam as possibilidades do homem atuar e interferir na sociedade, pela troca de informações e conhecimento.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, A.; VIEIRA, P. S. **Envelhecimento Humano: Múltiplos Olhares**. Passo Fundo: UPF, 2003.

CHRIST, C. R. **Uma Comunidade Virtual orientada à Terceira Idade**. Universidade Católica de Pelotas. Escola de Informática. Núcleo de Apoio à Projetos de Informática 2002.

CLAXTON, G. **O desafio de aprender ao longo da vida**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: 2010.

GOULART, D. **Inclusão digital na terceira idade: a virtualidade** como objeto e reencantamento da aprendizagem. Dissertação mestrado em Educação. Porto Alegre Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

KACHAR, V. **Terceira Idade e informática: aprender revelando potencialidades**. São Paulo: Cortez, 2003.

NUNES, V. **A inclusão digital e sua contribuição no cotidiano de idosos: Possibilidade para uma concepção multidimensional de Envelhecimento**. Dissertação mestrado em Gerontologia Biomédica, Porto Alegre Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

VERAS, R. **A novidade da agenda social contemporânea: a inclusão do cidadão de mais idade**. In: A Terceira Idade, v.14, n°28, SESC-SP, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

CULTURA DE VESTIR: A MODA COMO CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA MASCULINA E DE NORMATIVIDADE DE GÊNERO

Daniel Keller¹

Denise Castilhos²

Palavras-chave: Cultura. Moda. Gênero. Masculinidades.

INTRODUÇÃO

Discutir sobre os processos que constituem a cultura é uma forma de estabelecer um olhar sobre as práticas de construção identitária, no sentido de dar vazão às possibilidades de existências mais libertárias. Por outro lado, analisar a marcação do gênero através da moda é também um modo de rever os padrões impostos pela cultura – baseados, principalmente, no patriarcado e/ou comportamentos hegemônicos. Deste modo, fica clara a relação da moda como intervenção na produção e recepção das ideologias e compreensão das realidades, comprovando-se como prática e processo cultural.

Este trabalho tem como temática a moda masculina, e seu objetivo é analisar o papel da moda³ masculina como fenômeno cultural, marcação de gênero e construção identitária. Para a execução da pesquisa, se parte do seguinte problema: Quais são os elementos que constituem a moda como manifestação cultural, bem como de marcação de gênero?

Considerando o problema de pesquisa, este trabalho fará uso exemplos práticos que sustentem a teoria apresentada. Deste modo, as imagens da indumentária e de moda masculinas serão escolhidas no livro História do vestuário de Carl Köhler e acervos museológicos com o intuito de exemplificar características de diferenciação do vestuário masculino que tenham relação com as práticas sociais relacionadas aos gêneros (de modo a criar uma relação com o contemporâneo, também serão escolhidas imagens em revistas e sites). Assim, este estudo configura-se como um estudo de natureza aplicada, uma vez que busca entender uma pesquisa de ordem universal. Para a construção da pesquisa, partiu-se da

¹ Mestrando do programa de pós graduação em Processos e Manifestações Culturais (FEEVALE), bolsista FAPERGS, bacharel em Moda (FEEVALE), desenvolve pesquisas na linha de pesquisa Memória e Identidade.

² Doutora em Comunicação (PUC-RS), é docente no programa de pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais (FEEVALE), desenvolve pesquisas na linha de pesquisa Memória e Identidade.

³ No decorrer do trabalho o termo moda será utilizado de duas formas: Quando construído com “M” maiúsculo, o termo moda, é entendido como fenômeno social; moda com “m” minúsculo, expressa a renovação cíclica de tendências de vestuário.

hipótese de que a moda é uma manifestação capaz de materializar questões de gênero e também da relação deste fenômeno com a cultura, justificando a sua categorização de método hipotético-dedutivo e de objetivo exploratório.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Moda se constitui fundamentalmente como fenômeno de regulação e pressão, no sentido em que aplica um “dever” ou um modo de adoção ou assimilação de uma determinada estética. Lipovetsky (2009) ainda detalha que pode haver níveis diferentes de obrigatoriedade em determinados contextos sociais, movidos pela necessidade de adequação, pertencimento e, até mesmo, diferenciação.

Sobre a adequação dos usos, o sistema de desejos que movimenta a moda está calcado na sua possibilidade de distinção social. Recuperando os preceitos de Bourdieu (2007a) a respeito deste conceito, se percebe que o fenômeno de Moda também carrega uma constante conversão de bens em sinais distintivos, de modo em que faz uso de uma representação pública destes símbolos integrados às realidades sociais dos sujeitos que adotam um determinado modismo.

No entanto, para se caracterizar como uma moda, é necessário que exista uma adoção e assimilação dela por um determinado grupo. A disseminação de uma moda (também conhecida como uma tendência) é parte fundamental da constituição de uma referência estética ou estilística, principalmente, no sentido da imitação⁴.

Analizando a cultura a partir da perspectiva da microsociologia de Tarde (1976), a vida social está determinada por uma repetição universal – um fenômeno dinâmico manifestado sob três formas: a ondulação, a geração e a imitação. Sob este norte, a ondulação refere-se à ligação dos seres sociais entre si, influenciando-se mutuamente; geração é o conjunto de elementos propagados pelas ondas (podem ser ideias filosóficas, práticas culturais ou estéticas) que, por fim, podem originar uma imitação entre sujeitos.

Para Tarde (1976), existe uma diferenciação importante no uso do termo moda, neste caso específico da imitação, quando se aplica no sentido de costume. Sem estar ligado conceito de novidade, o costume, portanto, “é a normalidade rotineira da imitação que permite às entidades sociais reproduzirem-se de modo idêntico” (GODART, 2010, p. 27).

⁴ Lipovetsky (2009) afirma que existe uma coação coletiva, que estabelece um pertencimento ou identidade de grupo, mas também entende que existe uma autonomia individual. Apesar disso, existe uma implicação no uso de determinados trajes, como uma uniformidade relacionada às vogas, no sentido conformista. No entanto, também são úteis as contribuições de Veblen e Simmel para a moda que se baseia na diferenciação, no sentido simbólico da distinção e do status da renovação.

Nesta hierarquia social, estão inseridas (de forma material ou simbólica) um conjunto de elementos que atuam na marcação e diferenciações de gênero a partir da indumentária, tanto de distinção, quanto de imitação. O homem, portanto, difere-se da mulher também através da indumentária, na medida em que conta com um tipo de vestuário específico. Assim, os costumes não somente delimitam diferenciações de classe e hierarquia, mas também de gênero.

O gênero masculino, portanto, adequa-se às exigências específicas da moda masculina, ao encontro de seus pares de gênero – como um fortalecimento de uma identidade compartilhada. Mas, também, diferencia-se tanto das mulheres, como os demais homens que não podem ou “decidem” não adotar este habitus (BOURDIEU, 2007b). Estar adequado aos costumes de seus iguais estabelece uma hierarquia superior, na medida em que a moda reforça a sua masculinidade, acentuando as características da estrutura patriarcal (dominante e normativa).

Bourdieu (2014) torna claro o papel da definição de gênero como engrenagem de funcionamento dos “esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 2014, p. 21). Especificamente tratando da masculinidade, o autor convoca as relações com a virilidade como fator determinante sobre a visão do que é “ser homem”.

A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto qualidade do *vir*, *virtus*, questão de honra (nif), princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual – defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc – que são esperadas de um homem que seja realmente um homem (BOURDIEU, 2014, p. 25).

A definição dos papéis sociais masculinos é permeada pelo processo de construção simbólica. Esta determinação, no entanto, não se dá somente pelo caráter performativo, mas também com relação às questões de representação. O homem, portanto, encarna um habitus, dado através da cultura que estabelece suas dinâmicas e, além disso, as suas percepções e uso de seu próprio corpo.

METODOLOGIA

Para a análise da indumentária foram escolhidos elementos que aparecem nos costumes masculinos que agem no sentido de diferenciação simbólica de gênero e da honra. Para Sahlins (1979) a moda está diretamente ligada ao universo social, como um tipo de mapeamento cultural. O autor (IBIDEM, 1979) também estabelece um método de análise da

indumentária baseado em um sistema de comunicação, dando atenção aos tipos de vestuário a partir de sua materialidade.

Adequado à proposta deste estudo, a proposta de Sahlins (1979) analisa as vestes a partir da sua produção de sentido enquanto objetos físicos, sob uma perspectiva estrutural. A análise, portanto, acontece a partir das características físicas dos objetos (cores, materiais, formas) que podem influenciar na produção de significações sociais. Apesar de desconsiderar o contexto, Sahlins (1979) dá um direcionamento interpretativo da veste, ao mesmo tempo em que possibilita que o interpretante possa criar hipóteses relacionadas ao sistema em ação, ou seja, como aquela moda foi usada⁵.

RESULTADOS

A pesquisa ainda está em processo de seleção de imagens e peças da indumentária masculina. Inicialmente, conta com os referenciais apresentados por Köhler em sua publicação “História do vestuário”. Na segunda etapa, serão trabalhados com os acervos disponíveis no Museu Nacional do Calçado e Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS)⁶.

DISCUSSÃO

As diferenciações entre a indumentária masculina e feminina são estabelecidas, principalmente (mas não exclusivamente) a partir de contrastes físicos relacionados à cor, material, acabamento, ornamentação, formas (SAHLINS, 1979) que são orientadas a partir de significações culturais. A existência de peças exclusivamente masculinas indica um conjunto de ações específicas para cada gênero e, estas ações, por sua vez, estão influenciadas por um habitus (BOURDIEU, 2007b), que favorece em uma distinção e reforça as questões de masculinidade padrão (BOURDIEU, 2014).

⁵ É importante deixar claro que, para a realização desta análise do sistema em ação, é necessário que se exista uma análise prévia do sistema em si. Como o sistema a que se deseja analisar é o gênero, independente do contexto histórico, as hipóteses deste trabalho estão baseadas no conjunto de estudos publicados pelos autores. A constar: KELLER, Daniel. ; Denise Castilhos . Azul ou rosa: manifestações identitárias de gênero sob o viés normativo do consumo. *Percursos* (Florianópolis. Online), v. 16, p. 221-235, 2015. KELLER, Daniel. ; Denise Castilhos . Corpo masculino: a nudez como manifestação cultural na publicidade de moda. *Lecturas Educación Física y Deportes* (Buenos Aires), v. 19, p. 1, 2014. KELLER, Daniel. ; THON, Ida Helena ; Denise Castilhos . Exposição Masculinidades Hiato: Manifestações estético-culturais em objetos de moda. In: *ENP MODA - Encontro nacional de pesquisa em moda*, 2015, NOVO HAMBURGO. ENP Moda - Encontro nacional de pesquisa em moda, 2015. KELLER, Daniel. ; Denise Castilhos . Manifestações Culturais das Identidades de Gênero. In: *Seminário Internacional de Pós Graduação*, 2014, Novo Hamburgo. Seminário de Pós Graduação - Feevale. Novo Hamburgo: Feevale, 2014. KELLER, Daniel. ; Denise Castilhos ; CORSO, Aline . Ciberterritórios e masculinidades: o papel do discreto no aplicativo Scruff. *Conexão* (UCS), 2015.

⁶ O acesso ao acervo do MARGS está em negociação, mas será intermediado pelo grupo de pesquisa em História da Arte e Cultura de Moda, vinculado ao instituto de Artes da UFRGS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aprofundamentos dos estudos de gênero no Brasil caminham no sentido de criar problematizações relacionadas aos mais diversos contextos sociais. Assim, entender de que modo a cultura das aparências cria também uma materialidade para estes gêneros é uma forma de compreender as semelhanças e relações entre períodos históricos que influenciam na construção (mesmo que superficial) do que é ser homem.

Nas etapas futuras deste trabalho, entende-se que será necessária a combinação do método proposto por Sahlins (1979) com outras metodologias de análise do sistema de moda e da indumentária, que viriam a se complementar. Previamente, é possível afirmar que serão usadas as abordagens de Lipovetsky (2009) que analisa os contextos históricos que dividem o fenômeno de moda em períodos, de Barthes (1979) no caso de seleções de imagens em revistas interpretando-as através da análise semiolinguística, e, por fim, da pesquisadora brasileira Kathia Castilho (2005) que elabora um método a partir dos planos de conteúdo.

Está previsto um desdobramento importante deste trabalho voltado a entender os contextos históricos nos quais as indumentárias e a moda masculina e feminina estiveram mais próximas ou mais distantes. Este objetivo tem por finalidade demonstrar as ocorrências históricas que influenciam nas semelhanças ou diferenciações na aparência dos gêneros.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. Sistema da moda. São Paulo: Editora Nacional/EDUSp, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007a.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007b.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: 2014.
- CASTILHO, Kathia; MARTINS, Marcelo. Discursos da moda: semiótica, design e corpo. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2005.
- GODART, Frédéric. Sociologia da Moda. São Paulo: Senac, 2010.
- LIPOVETSKY, Gilles: O império do efêmero. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SAHLINS, Marshall. Notas sobre o sistema do vestuário americano. In: Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- TARDE, Gabriel de. As leis da imitação. Porto: Rés, 1976.

CURRÍCULO ESCOLAR E MAIS EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Camila Altmayer Valentini¹

Dinora Tereza Zucchetti²

Palavras-chaves: Programa Mais Educação. Diálogo. Educação integral.

Este trabalho resulta da Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, da Universidade Feevale. Trata-se de uma pesquisa elaborada a partir da aproximação da pesquisadora com a temática da Educação Integral, da inserção na investigação "Práticas de educação em espaços não escolares e os processos desencadeados, financiado pela CAPES/Observatório de Educação - OBEDUC, realizado na Universidade Feevale e de práticas realizadas no Programa Mais Educação, na função de monitora de oficina.

Tendo como questão 'Como o Programa Mais Educação, através das oficina de Orientação de Estudos e Leitura, constrói o diálogo com o currículo escolar nas escolas públicas municipais' analisou-se o diálogo entre o currículo escolar e o Programa Mais Educação, através da Oficina de Orientação de Estudos e Leitura, em escolas da rede municipal de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre. Entre os objetivos específicos, o Projeto Político Pedagógico das escolas em relação com a Educação Integral e o Programa Mais Educação verificando as estratégias de trabalho de monitores do Programa Mais Educação e de professores do currículo escolar para o compartilhamento e diálogo de atividades.

Para operacionalizar estes objetivos realizou-se entrevistas em dois espaços escolares, com quatro sujeitos envolvidos de cada instituição: diretores, professores comunitários, professores curriculares e monitores. A análise dos dados ocorreu através do processo de triangulação entre entrevistas, exame do Projeto Político Pedagógico de cada escola e observações, estas transcritas no diário de campo.

¹ Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Bolsista voluntária no Observatório de Educação CAPES/Universidade Feevale.

² Orientadora. Professora da Feevale. E-mail: dinora@feevale.br

O contexto histórico que o tema de pesquisa percorreu, a partir de diferentes realidades sociais e políticas, demonstrou que as experiências de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, Centro Carneiro Ribeiro e os Centros Integrados de Educação Pública, respectivamente, nasceram da necessidade de qualificar a educação pública. Não obstante, os dois educadores requeriam uma educação de qualidade para que os sujeitos tivessem subsídios para atuar em sociedade, nas transformações que se faziam necessárias. (EBOLI, 1969)

Desde Teixeira e Ribeiro parte-se para o estudo de conceitos basilares necessários para a realização da pesquisa, quais sejam: currículo escolar e diálogo. O primeiro é compreendido como a organização dos sistemas de ensino para os processos de ensino-aprendizagem. Trata-se da aprendizagem escolar que aborda as áreas formais do conhecimento humano: português, matemática, ciências, geografia, entre outras. (MENEZES E SANTOS, 2002)

O conceito de diálogo é embasado em Freire (2005) que o define como uma prática que provoca reflexão, tendo em vista que o sujeito reconhece o outro, em uma ação mediada pelo mundo. Nesta perspectiva, o diálogo no campo da educação oportuniza o repensar sobre as ações e práticas, em uma troca mútua de ideias, agindo para a transformação.

Reafirmando este compromisso, mediante o contexto educacional brasileiro atual, apresenta-se o Programa Mais Educação, como indutor à Educação Integral na rede de ensino público brasileiro. O Programa é organizado pelo Ministério da Educação do Governo Federal em parceria com outros ministérios e secretarias. O objetivo é ampliar a jornada escolar para no mínimo de sete horas, com a oferta de oficinas que transcendam as questões curriculares. (BRASIL, 2009)

No município em que a pesquisa ocorreu, localizado na região metropolitana de Porto Alegre/RS, todas as 53 unidades escolares de Ensino Fundamental oferecem o Programa, indicando que no ano de 2013 houve a universalização do PME nas escolas da rede municipal de ensino. O PME, no município, é articulado e coordenado pela Diretoria de Educação, com nucleamento na gerência de Educação Integrada.

Feita esta retomada, destacam-se os resultados da Pesquisa de Mestrado anunciada. A escola A aderiu ao Mais Educação no ano de 2009, sendo uma das primeiras escolas do município a implementar o Programa, o que subsidiou a organização espacial atual que oferta salas específicas para a execução das atividades do PME, aspecto este considerado positivo pelos entrevistados. Localiza-se em um bairro da periferia do município, que apresenta precariedades no que tange as condições de vida dos sujeitos, tais como acesso a moradia, saúde, cultura e lazer. Os alunos que participam do Mais Educação são os que apresentam

dificuldades de aprendizagens e comportamentais, além de encontrarem-se vulnerabilizados social e economicamente.

Os atores educacionais da escola **A** reafirmam durante as entrevistas sobre as situações vulneráveis que alguns alunos vivenciam referindo-se ao acesso à alimentação e cuidado. Em diferentes momentos, os entrevistados apontaram a inserção dos sujeitos no Programa Mais Educação por meio da necessidade de oportunizar um espaço em que estes estejam protegidos. O Programa Mais Educação, como uma política educacional, afirma e acentua estratégias de proteção social. Desta forma, na escola **A** a compreensão dos entrevistados sobre o PME reafirma-se primeiramente este papel protetivo, referenciando pouco ou anulando o desempenho pedagógico que o Programa propõe.

Já a escola **B** está inserida em um bairro de classe alta, onde os pais têm participação ativa na escola. Os alunos inseridos no Mais Educação são encaminhados por questões de aprendizagem ou aderem por vontade própria, o que requer a organização de uma lista de espera anual de alunos com interesse em participar do Programa. O PME foi implantado na escola no ano de 2013, através da política de universalização da proposta no município pesquisado. Nota-se que a escola ainda está em processo de organização no que se refere à estrutura espacial, tendo em vista que a falta de ambientes específicos para a execução das atividades é um apontamento recorrente dos sujeitos entrevistados. Também merece destaque a falta de referência sobre Mais Educação no Projeto Político Pedagógico da instituição, o que foi justificado pela divergência da data de elaboração do documento, 2012, e a implementação do Programa, 2013.

Para analisar o diálogo nas escolas, tema central deste trabalho, bem como verificar estratégias entre professores curriculares e monitores para o compartilhamento de aprendizagens, diferentes perguntas presentes nas entrevistas trataram o assunto de forma específica. Nas duas instituições pesquisadas constatou-se que a relação entre o PME e o currículo escolar é elaborada através da atuação do professor comunitário. Esse assume o papel de organizador e executor do Programa no que tange as questões administrativas e as práticas pedagógicas.

O compartilhamento de atividades entre os profissionais é inexistente, não há relação direta entre o que o professor curricular aborda na sala de aula e o monitor na Oficina de Orientação de Estudos e Leitura. Esta realidade constatada nas escolas **A** e **B** fragiliza a proposta do Mais Educação na prática, tendo em vista que essa oficina objetiva articular as propostas dos dois espaços, contemplando as diferentes áreas do conhecimento. Na escola **B**, devido a proposta da instituição em trabalhar temas universais para todas as turmas, algumas

propostas no Mais Educação e no currículo escolar se aproximam, fato este que não ocorre de maneira intencional por parte dos sujeitos envolvidos no Programa, mas por decisão do planejamento escolar.

No que tange a análise do diálogo numa perspectiva Freiriana, que o compreende como basilar na emancipação humana e necessário para a interação, promoção de laços e principalmente, para a ação reflexiva, conclui-se que não há forte referência a ele nas instituições escolares pesquisadas.

Considera-se para isso que o fato de que os sujeitos entrevistados, a exceção dos monitores, referem-se a esses considerando sua presença no PME, porém pouco os reconhecem como fundamental na execução do Programa. Para haver o diálogo, na perspectiva Freiriana, necessita-se primordialmente do reconhecimento do Outro, o que se apresentou confuso na ótica dos sujeitos. Percebe-se que a relação entre o conjunto de atores quando existente é fragilizada, o que nos permite afirmar que nas duas escolas pesquisadas não existe o diálogo na perspectiva proposta por Paulo Freire.

O diálogo parece ser substituído por uma estratégia de gestão que se baseia na articulação, presentes nas ações do professor comunitário, pois ele é quem domina todos os aspectos que se referem ao PME, sejam administrativos ou pedagógicos. Sob a ótica dos entrevistados ele apresenta-se como ator fundamental para a presença do Programa nas escolas, tendo em vista que sua função transcende o ato de coordenar. É um sujeito em ascensão, que ocupa um espaço com uma amplitude maior do que aquela referida sobre seu papel, nos documentos. Mas ao mesmo tempo, fala de uma centralidade da prática pedagógica que muitas vezes é justificada pela fragilidade de vínculo de trabalho do monitor, tendo em vista que este possui horários nas instituições escolares apenas para atuar nas oficinas. Fato que impossibilita a aproximação deste sujeito com os outros tempos e espaços das escolas.

O professor comunitário e/ou coordenador do Mais Educação através das descrição de suas funções e a partir da falas dos outros sujeitos envolvidos no estudo demonstraram que a possibilidade do "diálogo" entre o currículo escolar e o Programa Mais Educação existe, como uma função articuladora, não numa perspectiva Freiriana. Neste sentido, abre-se novas questões, que sugerem novas pesquisas, entre elas: Quais as diferenças perceptíveis no modo de educar quando a prática pedagógica considera a experiência do diálogo como apelo de gestão na escola? Também considerando a procura de relação entre o monitor e professor curricular, destaca-se a importância de melhor verificar, com maior profundidade, como é feita a articulação e o diálogo realizados pelo professor comunitário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Programa Mais Educação**: gestão intersetorial no território. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. 102p.

EBOLI, Terezinha. **Uma experiência de educação integral**: Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Salvador: MEC/INEP, 1969. 84p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.184p.

MENEZES, Ebenezer T.; SANTOS, Thais H. "Currículo escolar" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em:<<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=72>>. Acesso em: dia ago. 2013.

DESIGUALDADES, POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Gustavo Moura de Oliveira¹

Jéssica Caroline Wallauer²

Palavras-chave: Desigualdades. Políticas Públicas. Economia Solidária.

INTRODUÇÃO

O Brasil é historicamente um país desigual. Basta deter-se às diferentes etapas de sua evolução econômica e social para aferir essa conclusão: 1) período de colonização; 2) trabalho escravo; 3) adesão ao capitalismo e ao neoliberalismo (QUIJANO, 2005). São períodos históricos que remetem a desigualdades tanto materiais como imateriais – a rigor, marcadas por dicotomias: empregados e empregadores, pobreza e riqueza, brancos e negros, homens e mulheres, etc.

Assumindo a desigualdade como premissa inicial, o presente esforço propõe investigar como a Economia Solidária (ES) se constitui em alternativa para a redução das desigualdades, através do combate a pobreza e da promoção da consciência coletiva e cidadã, efetivando-se, assim, como um movimento contra-hegemônico ao sistema capitalista e reduzindo as desigualdades. O papel do Estado, contudo, a partir de suas políticas públicas, se constitui como mais um elemento que merece importante atenção neste movimento.

Será exposto por fim aspectos da incubadora pública de ES de Novo Hamburgo (RS) a fim de compreender as relações locais entre as políticas empreendidas nesta cidade, visando a promoção e fortalecimento da ES como forma desenvolvimento sustentável, rompendo com a lógica do modelo de economia dominante e diminuindo as desigualdades.

FACES DA DESIGUALDADE

As desigualdades, seja no Brasil como nos demais países do mundo, transcendem a questão econômica, de poder aquisitivo e acumulação de capital. As desigualdades são

¹ Graduado em Administração. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISNOS. comanchi@hotmail.com.

² Graduada em Economia. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISNOS. jessicawallauer@gmail.com.

também imateriais, como optou-se por tratar neste texto, ao referir-se às questões culturais. Porém, a lógica do pensamento econômico liberal tende a fazer com que o senso comum dê conta de naturalizar tais desigualdades apenas como materiais. Segundo Souza (2009), cria-se um “pensamento comum” de que todos os sujeitos têm as mesmas oportunidades como ponto de partida, restando apenas a eles mesmos decidir seu futuro e suas condições de vida. As desigualdades imateriais podem maximizar as materiais, ou vice e versa. Portanto, as relações sociais provocam produção e reprodução das desigualdades imateriais que, à medida que se maximizam, refletem também nas questões econômicas (materiais). Em outras palavras, os ricos possuem relações culturais e privilégios, por exemplo, que proporcionam um ponto de partida muito mais vantajoso que os pobres.

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas aparecem como uma ferramenta do Estado para enfrentar os problemas sociais e objetivar os avanços necessários para proporcionar uma vida justa à todos. São consideradas políticas públicas todas as ações de um projeto de governo que objetive avanços sociais ou econômicos. De acordo com o que Souza (2006) traz para o debate, é do tensionamento entre as demandas da sociedade, organizada ou não como movimentos sociais, que o que a autora chama de “autonomia relativa do Estado” aparece como fator determinante para a criação, implementação e avaliação de políticas públicas. Em outras palavras, por mais que uma política pública seja demandada pela sociedade, ou seja, de baixo para cima, é o Estado (ou os governos) que tem o poder de implementação de cima para baixo.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA (ES) E A QUESTÃO DA DESIGUALDADE

Uma vez que a economia tradicional e dominante, não suporta todos os cidadãos em seus postos de trabalho, outras formas aparecem como alternativa produtivas. Segundo Veronese (2009b), a ES aparece como alternativa à baixa oferta de emprego no modelo de economia dominante, o que é confirmado por Gaiger e Laville (2009, p. 162): “A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado”. Entre os valores fundamentais das experiências de economia solidária, a partir de práticas baseadas em autogestão, estão: democracia; participação; igualitarismo; cooperação; viabilidade; responsabilidade social; e desenvolvimento humano (GAIGER, 2003). Ao que

Asseburg e Ogando (2006), ainda adicionam a solidariedade. Isso mostra que a ES é uma alternativa de inclusão dos cidadãos no trabalho e, além disso, sob uma forma “não alienante”, resgatando aqui o conceito de alienação do sujeito, de Karl Marx³.

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM NOVO HAMBURGO (RS)

A Incubadora Pública de ES do município de NH se consolidou em janeiro de 2013, através de um convênio da prefeitura municipal, através da Diretoria de ES, com a SENAES. Contando com amplo espaço físico, localiza-se no centro da cidade. Atualmente atende cerca de 150 mulheres, todas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), o que reafirma o papel da ES como uma forma de redução das desigualdades e superação da pobreza. Prioritariamente, a incubadora forma competências técnicas relacionadas ao artesanato, com utilização de resíduos oriundos de diversas fontes. Porém, já existem movimentos para oficinas de fabricação de móveis, serviços diversos (jardinagem, limpeza residencial, entre outros), confecção de calçados, etc..

Os ganhos econômicos não são considerados relevantes no caso das mulheres incubadas. Normalmente elas veem na ES uma alternativa para complementação de sua renda principal, que pode ser proveniente de programas assistenciais ou mesmo de atividades autônomas e/ou informais. As mulheres recebem lanches e vale transporte por participarem do projeto, além de existir uma política de comercialização do que é produzido na incubadora. Também empresas (para captação de resíduos recicláveis), a Universidade Feevale (para assessoria em formações), as demais secretarias municipais – além de feiras semanais e em eventos culturais na cidade – aparecem como atores importantes no desenvolvimento de uma rede eficiente.

A incubadora apresenta também papel fundamental na formação de consciência coletiva e cidadã das pessoas envolvidas. De acordo com a gestora, das 150 mulheres que estão incubadas, a grande maioria apresentou alto poder de compreensão sobre as questões de pertencimento, autonomia e emancipação. Grupos se formaram por afinidade e sempre trabalharam com nível elevado de comprometimento. As formações de consciência coletiva sobre autogestão, associativismo, cooperação, emancipação, etc., são trabalhadas, a rigor, pela

³ Para Karl Marx, sujeito alienado é aquele que não consegue perceber a possibilidade de uma mudança. O sujeito que não se reconhece no produto de seu trabalho, que não se satisfaz na sua atividade de trabalho, que não se reconhece enquanto membro de um gênero e que não reconhece a alteridade é um sujeito impotente. É a reprodução perfeita das estruturas vigentes em uma sociedade pautada pelo trabalho e em que a estrutura econômica assume papel determinante.

própria gestora no dia-a-dia e também como parte do “plano de curso”. Já as formações técnicas, atualmente, são realizadas através de parceria com o SENAC⁴.

ALGUNS LIMITES PARA A FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS EES

Após a participação dos autores em um encontro do Fórum Municipal de ES, pode-se constatar que um dos maiores desafios para o movimento de ES no município é a formação dos grupos com vistas a criação de um EES. De acordo com o relato de um participante do encontro, é de difícil compreensão a resistência dos participantes da ES na cidade em formar grupos de trabalho, para que encaminhem a certificação estadual reconhecendo-os com um EES e também para que possam otimizar seus esforços, já que um EES certificado pode, por exemplo, comercializar para o estado. Outra dificuldade sinalizada pela gestora da incubadora durante entrevista, foi em relação as questões de comercialização. Segundo ela, “as mulheres acabam orientando seus produtos de acordo com o que gostam de fazer, sem pensar no consumidor, o que dificulta, muitas vezes, a comercialização do que é produzido”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras análises conclusivas, ainda que apontam que o Estado tem papel relevante para a sobrevivência do movimento de ES através de políticas públicas que promovam, no seu ponto de partida, e que assistam os EES durante sua consolidação e depois de consolidados. O que se pôde perceber, após a revisão teórica e a fase de campo, é que a economia solidária aparece como uma alternativa real de redução das desigualdades, tanto as materiais, através da complementação da renda de famílias que recebem recursos de programas como o PBF, por exemplo, como das imateriais, ao trazer para o debate juntos aos sujeitos envolvidos, questões ligadas as minorias sociais e a preconceitos, além de trabalhar diretamente a formação de consciência coletiva e cidadã. Mesmo que de forma mínima, considerando a grandeza territorial e populacional de um país como o Brasil, a ES é um espaço onde se percebe redistribuição (mesmo que em níveis baixos) e reconhecimento às diferenças.

Sendo assim, conclui-se que políticas públicas que promovam a formação, tanto técnica como de consciência coletiva e cidadã, dos sujeitos envolvidos, que viabilizem a criação de novos EES, que articulem e fortaleçam as redes, e que coloquem em evidência a ES como uma alternativa para maior equidade e combate a pobreza, podem, a médio e longo

⁴ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

prazo, ajudar à torna-la cada vez mais uma realidade e a aumentar sua abrangência em detrimento ao modelo tradicional e dominante de economia que, notoriamente, não suporta todos os sujeitos no seu sistema de produção e que não distribui a riqueza acumulada de forma justa.

REFERÊNCIAS

ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária diante das Desigualdades**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 3, 2007, p.499 a 533.

ASSEBURG, Hans Benno; OGANDO, C.B. **A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: resultados do primeiro mapeamento nacional. A perspectiva dos direitos humanos**. San José, UNESCO, 2006, 82p.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais: Desigualdades sociais numa era global**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2013.

BRESSIANI, Nathalie. **Redistribuição e Reconhecimento: Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth**. Caderno CRM, Salvador, v. 24 n. 62, p. 331-352, Maio/Ago. 2011.

CATTANI, Antonio David; OLIVEIRA, Marcelo Ramos (orgs.). **A sociedade justa e seus inimigos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012, 184p.

FERRARINI, Adriane Vieira. **Pobreza: possibilidades de construção de políticas emancipatórias**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio. **Empreendimentos Econômicos Solidários**. In: CATTANI, A. D. (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Veraz editores, 2003, p.135-143.

GAIGER, Luiz Inácio; LAVILLE, J.-L. **Economia Solidária**. In: CATTANI, A. D. (org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina/CES, 2009, p.162-168.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F.; CASTRO, Fabio Avila. **O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012**. (August 14, 2014). Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2479685>.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. En libro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005. pp.227-278. Disponível em World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>.

SCALON, Celi. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas:** notas para um debate. Contemporânea: Dossiê Diferenças e (Des) Igualdades. ISSN: 2236-532X n. 1 p. 49-68 Jan.-Jun. 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias n.16 Porto Alegre jul./dez. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

VERONESE, Marília Veríssimo. **Economia solidária e desigualdades imateriais.** 33º Encontro anual da ANPOCS, 2009a. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1909&Itemid=229.

_____. **Subjetividade, trabalho e economia solidária.** Revista Crítica de Ciências Sociais: Os desafios da economia solidária, 84 | 2009b, p. 153 a 167. Disponível em: <http://rccs.revues.org/416>.

DILEMAS DA ESCOLA NA SOCIEDADE LÍQUIDA: A IMPORTÂNCIA DOS TEMAS TRANSVERSAIS E A NECESSÁRIA FORMAÇÃO CIDADÃ, PARA ALÉM DA IMPARCIALIDADE

Ivan Daniel Müller¹

Orientador: Gustavo Sanfelice

Palavras-chave: Educação. Sociedade líquida. Cidadania. Temas transversais. PL 190-2015.

INTRODUÇÃO

Vivemos atualmente em uma sociedade líquida, fluída e volátil (BAUMAN, 2001) e que portanto, necessita de novos ou outros paradigmas na educação. Se antes, na sociedade moderno-sólida a educação adquiria um sentido de: “*para toda a vida*” (BAUMAN, 2002), agora, esse novo formato social pressupõem uma escola também adaptada, porém, ainda detentora de um papel extremamente significativo e obviamente, desafiador.

Conforme salienta Bauman (2007, p.164) o imperativo mais importante da *educação para toda vida* hoje, seria uma educação sem respostas prontas, mas que sobretudo vise tornar esse mundo em rápida mudança, mais hospitaleiro para a humanidade. Ou, em outras palavras conforme define o sociólogo polonês: o que mais necessitamos não é adaptar a educação ao mercado de trabalho, mas sim ressucitar a arte da interação e diálogo com os outros e fomentar uma *educação para a cidadania* ao longo de toda a vida (BAUMAN, 2007).

Eis aqui portanto, a extrema necessidade da abordagem em sala de aula de temas como Ética, Justiça, Direitos Humanos, Solidariedade, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Realidade Local, dentre outros. Tais temas atualmente, no caso brasileiro, encontram-se presentes nos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e dizem respeito às diferentes etapas e disciplinas que compõem o currículo escolar como um todo.

Através de um embasamento teórico portanto, tal pesquisa procura alertar para a extrema importância da abordagem efetiva e constante desses Temas Transversais nas diferentes disciplinas da Educação Básica, haja visto que frequentemente a abordagem das

¹ Pós-graduado em Educação (IFSUL), graduado em Educação Física (FEEVALE), mestrando do Curso Diversidade Cultural e Inclusão Social (FEEVALE) e graduando em Ciências Sociais (UFRGS).

mesmas está relegada à ação individual de professores e/ou da supervisão pedagógica das escolas, ou, ancorada numa falsa percepção de “senso comum” de que o ideário dominante nessa sociedade mercadológica e líquida seja imparcial e neutro.

PROBLEMA DE PESQUISA

Qual a importância dos Temas Transversais na Escola brasileira contemporânea?

OBJETIVO GERAL

Utilizando-se da teoria de Zygmunt Bauman, e dos escritos de Jessé de Souza evidenciar o quão central é o papel dos Temas Transversais na Educação Básica Brasileira e o quanto os mesmos podem estar relegados, a ação individualista dos professores.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Através do referencial bibliográfico evidenciar o quão equivocado está o Projeto de Lei (PL 190-2015) que tramita na Assembléia Legislativa Gaúcha, sobretudo porque atribui neutralidade ao ideário dominante.

- Evidenciar o quão o ideário dominante de nossa sociedade líquida e mercadológica atual, está aquém de conceitos como Ética, Cidadania, Justiça Social e Solidariedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Bauman (2007) o desafio maior da educação atual, está em construir uma educação sem respostas prontas, mas que vise sobretudo a fomentar uma *educação para a cidadania* ao longo de toda a vida, buscando humanizar mais o mundo em que vivemos.

Quanto ao sistema educacional brasileiro, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) prevêm a necessária implantação dos Temas Transversais às diferentes etapas e disciplinas que o compõem como um todo. Temas como Ética, Justiça, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural se fazem presentes e evidenciam, a partir da busca de uma educação mais humanizadora e cidadã, a necessidade e importância da abordagem desses, por diferentes disciplinas que compõem o currículo da escola contemporânea.

METODOLOGIA

A metodologia está baseada na revisão bibliográfica, especialmente ligada às obras de Zygmunt Bauman e Jessé de Souza.

RESULTADOS

Evidencia-se portanto, através dos estudos direcionados aos escritos de Zygmunt Bauman (2001, 2002, 2007) e Jessé de Souza (2006), a extrema importância dos Temas Transversais nas diferentes disciplinas e áreas da Educação escolar brasileira. Embora aborde alguns temas polêmicos, tabús, é importante, para além das convicções únicas já não mais necessárias, a criticidade orientada pela razão e pela humanização, e a certeza de que vivenciamos uma sociedade mercadológica que também é ideológica.

DISCUSSÃO

Bauman (2007) propõe que a educação atualmente deve, para além de respostas prontas, fomentar uma *educação para a cidadania* ao longo de toda a vida, sendo desse modo, mais humanizadora.

Os diferentes discursos de ódio que circularam nas redes sociais brasileiras nos últimos tempos por exemplo, têm demonstrado significativamente que a Educação brasileira ainda tem um longo caminho e desafio a seguir. Se é verdade que a possibilidade de produção midiática por parte dos indivíduos pode servir ao bem, descentralizando o poder da comunicação (direito universal), o mau uso choca; e deveria preocupar a todos. A educação formal não é a única responsável pela humanização dos indivíduos, mas, sem dúvida, esse quadro evidencia que ainda falha – e muito.

Para minha surpresa, há, quem pense o contrário em relação ao papel da escola, e lhe atribua um papel bem menos importante. Argumentando combater a doutrinação política nas escolas, um deputado gaúcho do Partido Progressista (PP) acaba de apresentar na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul um Projeto de Lei, (PL 190-2015) que, em suma, determina que a escola deva estar preocupada tão somente com o conhecimento científico, não se atendo a questões políticas e nem ideológicas. Ora, a educação cidadã é, sim, ideológica. Porque afinal consagra valores éticos, comportamentos morais e sociais. É a partir da abordagem de conceitos como justiça, solidariedade, respeito ao próximo e igualdade que iremos formar cidadãos, e não somente conhecedores da ciência. Não se trata de doutrinação. É humanização.

O sociólogo Jessé de Souza (2006) chama a atenção justamente para o fato de que a realidade social não pode ser compreendida com um simples olhar, de senso comum, e é exatamente aí que deve estar a preocupação fim da sociologia, orientadora também dos processos norteadores da escola, como os PCN's. Em seu livro intitulado *A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira*, Souza revela o quanto os preconceitos presentes na sociedade

contemporânea por exemplo, são derivados de questões históricas, e estão ligados a um discurso econômico e egoísta.

Trata-se de um preconceito velado, sobretudo, e que ultrapassa a questão racial: cidadão é aquele que se adapta à meritocracia e alcança o “sucesso” pelas suas “próprias forças”; quem não trabalha ou não está apto a essa concorrência não é digno do convívio em sociedade. O preconceito hoje, antes de mais nada, é econômico. Negros, mulheres, ou homossexuais, sofrem mais. Herdamos historicamente concepções de estereótipos; implícitos, simbólicos. O que vale mesmo, contudo, é saber quem produz mais, quem tem mais dinheiro. As pessoas aderem ao discurso da “igualdade de oportunidades”; “você quer, você consegue”. Não se dão conta, porém, que o sistema econômico vigente é baseado na desigualdade, essencial para a sua sustentação. Essa concepção de individualismo, separação corpo e alma, e de que somente o trabalho dignifica, decorre também de um processo histórico, derivado especialmente das concepções religiosas em sentido amplo. No capitalismo, a disciplina do corpo passa a abranger cada vez mais a noção de “incorporação de conhecimento útil” e com a decadência da religião na sociedade moderna, Estado e Mercado passam a classificar todas as questões associadas a melhor/pior, superior/inferior, cidadão/subcidadão, ligadas a essa “incorporação”.

Isso é o que explica o fato de que trabalhadores “intelectuais” recebam mais que “manuais”. A escola, que teoricamente proporcionaria igualdade pelo acesso ao conhecimento, não dá conta desse propósito porque compõem um sistema que valoriza, o que Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1983) chama de capital cultural, indissociável de questões culturais e econômicas. Não trata-se somente de esforço próprio para se tornar “culto”, digno de consumir.

Não se espera, obviamente, que nossos políticos ou o “senso comum” conheçam de fato a pedagogia de Paulo Freire, que visa a, sobretudo, reforçar a capacidade crítica dos indivíduos frente a realidade vivenciada, nem que dominem o “real sentido” que uma escola tem, de formar cidadãos com consciência moral e ética e, a partir disso, também dominadores do conhecimento científico, da tecnologia. A nós, professores, cabe essa certeza. Mas será que estamos cumprindo nosso papel nesse sentido?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica o alerta da necessidade de que se abordem em sala de aula, conteúdos contra os diferentes discursos de ódio e preconceito, que falem de justiça social, ética, cidadania, enfim, política. Professores que tenham sempre o cuidado de não sair por aí declarando-se

“vencedores”, de não comprarem o discurso mercadológico e midiático como sendo neutro. Definitivamente, ele é fruto de uma concepção de mundo baseada no ideário dominante, conforme nos mostra Jessé de Souza (2006). É preciso perceber que a estrada vai além do que se vê. Afinal, se a sociedade impõe padrões, cabe a professores questioná-los.

Sabe o que falta, de verdade, políticos, professores? A percepção de que o outro é digno, indiferentemente de qualquer outra coisa. O Brasil melhor que todos queremos, não passa por outro caminho senão pelo combate à desigualdade econômica e social, pela humanização, antes de tudo. E os Temas Transversais e a Educação Cidadã têm uma imensa responsabilidade. Que não tenhamos dúvida, ainda estamos falhando, e muito. Certamente não é retirando da escola seu caráter político e ideológico que resolveremos. Que formemos cidadãos capazes de fazerem suas escolhas. E que sejam capazes de fazê-las por suas próprias mentes críticas, enfim, políticas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Desafios educacionais da modernidade líquida**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 148, p. 41-58. jan./mar. 2002.

_____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Projeto de Lei – PL 190/2015**. Dispõe sobre a criação, no Estado do Rio Grande do Sul, do Projeto “Escola sem Partido” no âmbito do ensino público ou privado. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/190/AnoProposicao/2015/Origem/Px/Default.aspx>>. Acesso em: 27 de Julho de 2015.

SOUZA, J. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DIREITOS HUMANOS DO IDOSO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Karine da Silva¹

Gustavo Roesse Sanfelice²

Palavras-chave: Direitos humanos. Idoso. Envelhecimento.

INTRODUÇÃO

Envelhecer faz parte da vida, porém esta fase está chegando cada vez mais tarde e se tornando mais longa. A qualidade de vida e, especialmente, do envelhecimento vai nortear a visão de mundo no qual o indivíduo está inserido, adaptando-o à sua forma e ao seu modo de viver. Os procedimentos terapêuticos atuais mais avançados possibilitam retardo no processo do envelhecimento, relacionando o elemento biológico ‘corpo’ com a mente (CABRITA E ABRAHÃO, 2014).

O processo de envelhecimento humano tem sido associado às mudanças de ordem biopsicossocial, que apresentam um efeito significativo na redução da saúde física e mental, diminuindo a qualidade de vida. Tais mudanças, vivenciadas pelos idosos, corroboram o sentimento de perda de controle sobre si e sobre o ambiente, sendo comumente percebidas como potencialmente estressantes (MELO et al, 2012).

O conhecimento de algumas características da depressão e do estresse na nossa população pode configurar-se como uma contribuição, para melhor identificá-las como um problema epidemiológico relevante entre os idosos. Além disso, as demandas sociais, econômicas e sanitárias, essenciais para a obtenção de condições adequadas de vida, estão fazendo do envelhecimento um tema emergente de investigação nas distintas áreas do conhecimento.

Boaventura de Souza Santos escreve sobre a construção da igualdade e da diferença. Para o autor, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social. A desigualdade e a exclusão têm de serem justificadas como exceções ou incidentes de um processo da sociedade, que lhe reconheça legitimidade. Perante

¹ Enfermeira, mestranda do PPG Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale.

² Doutor em Ciências da Comunicação, docente e pesquisador na Universidade Feevale.

essas, a única política social legítima é a que define os meios para minimizar uma a outra (SANTOS, 2006).

Frente ao contexto da realidade brasileira, pretendo buscar as definições dos direitos humanos do idoso, para percebermos os investimentos em medidas concretas que operacionalizem as diretrizes de políticas públicas que se destinem a assegurar proteção social frente às necessidades dos idosos.

ENVELHECIMENTO

As estimativas de mudanças nas proporções de idosos se refletem primeiramente nas taxas de fecundidade do passado. Os decréscimos projetados nas taxas reprodutivas na maioria dos países irão reduzir a proporção de jovens e aumentar a de idosos, em curto prazo. Mas também devem estar vinculados a um grande número de fatores interligados, tais como grande porcentagem da população jovem (mortalidade concentrada nos primeiros anos de vida); quando a mortalidade decresce, pois as taxas de crescimento aumentam ou se mantêm elevadas; quando as taxas de fertilidade decrescem e a mortalidade continua a cair, e por fim quando a mortalidade observa-se que em todos os grupos etários continua a cair (RAMOS; VERAS; KALACHE, 1987).

O Brasil atualmente avança para tornar-se um país constituído por uma população idosa num momento de desigualdades e problemas sociais, ficando difícil a previsão da capacidade do país de dar respostas adequadas às demandas desta população. A modernização do país tem afastado mecanismos tradicionais de amparo ao idoso, dentre estes, a rede familiar, e o ingresso da mulher nas frentes de trabalho, produzindo alterações nas estruturas familiares, nos quais se procura outras formas de atendimento ao idoso fora do círculo familiar (SILVA, 2005). Segundo Lima-Costa e Veras (2003) chegar à velhice, atualmente, passa a ser uma regra mesmo nos países mais pobres. O envelhecimento da população é um desejo natural de qualquer sociedade, mas viver mais é importante desde que se consiga agregar qualidade de vida aos anos adicionais de sobrevida. Frente a este contexto, surgem desafios para a Saúde Pública, apontados pela Organização Mundial da Saúde: manter a independência e a vida ativa com o envelhecimento; fortalecer políticas de prevenção e promoção da saúde, especialmente aquelas voltadas para os idosos; manter e/ou melhorar a qualidade de vida com o envelhecimento.

DIREITOS HUMANOS

A questão social do envelhecimento ainda não tem a visibilidade que necessita ter, pois no Brasil convivemos com contradições regionais e desigualdades sociais que refletem a injusta distribuição de renda da população, presentes em todas as etapas ao longo da vida do brasileiro. A velhice tem como uma de suas marcas a aposentadoria, a saída da vida produtiva, observando-se as situações de perdas de recursos e rendimentos, tornando-se frequente dependente de outros membros da família, pois contraditoriamente, passam a necessitar ainda mais de recursos financeiros, devido ao alto custo dos gastos com situações de saúde/doença (BORGES, 2003).

Neste contexto de conceito do idoso ou do “ser velho”, quando discutimos os Direitos e sujeitos, podemos enfatizar os avanços das políticas sociais, em especial, quando se trata da justiça penal, os sujeitos de direitos tornaram-se testemunhas do seu próprio caso. Porém algumas outras experiências tem mostrado que a questão não pode ser tratada genericamente, sem levar em conta as demandas e expectativas do sujeito. É preciso alinhar e construir a ideia da cultura dos Direitos Humanos com os sujeitos sociais. Pois assim ficarão retratados os direitos do sujeito; mas sendo importante e necessária também, a discussão frente a quem é o sujeito de direito.

Segundo o texto de Rifiotis (2007), quando se discute os sujeitos de direito a configuração de sujeito se apresenta a partir da ênfase social nos direitos que está marcada pela responsabilidade do Estado em garanti-los, seja através de mecanismos coercitivos ou por sua atuação positiva. Porém sabe-se que pensar sujeitos de direito é pensar num sujeito social que se apropria e resignifica seus direitos de modos específicos e contingentes relativamente ao campo de possibilidades, a partir das quais ele organiza a sua ação, neste caso contemplando o idoso, frente a suas possibilidades e limitações, principalmente físicas e intelectuais.

METODOLOGIA

A metodologia escolhida para este trabalho foi um levantamento de artigos de base de dados e textos trabalhados na disciplina de Diversidade, Conflitos Sociais e Direitos Humanos. Definidos por serem artigos completos, sobre idosos, disponíveis na língua portuguesa, com descritores que envolvessem: idoso, envelhecimento e direitos humanos. A pesquisa ocorreu no primeiro semestre de 2015. Os artigos e textos escolhidos têm por objetivo dissertar sobre o envelhecer e os direitos humanos do idoso no contexto brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A longevidade do ser humano apresenta-se na sociedade contemporânea como uma conquista social, a velhice passou a figurar como realidade permanente em todo o mundo. No Brasil, o envelhecimento nas últimas décadas é um fenômeno crescente. Este fato presente e constante tem pressionado as agendas governamentais no sentido da adoção de medidas que atendam as necessidades do público idoso, contingente cada vez mais expressivo no conjunto da população. A velhice não pode mais ser encarada como uma “eventualidade”, como era caracterizada essa fase da vida quando se tratava de atribuir benefícios sociais aos idosos, mesmo nos sofisticados sistemas de proteção social em vigor nos países desenvolvidos. O avanço da ciência e o desenvolvimento de novas tecnologias possibilitam uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, o aumento da expectativa de vida da população, mesmo considerando a heterogeneidade em que as pessoas dessa condição etária estão submetidas, cercada por uma série de questões de natureza social, política, econômica e cultural.

Na sociedade brasileira contemporânea o idoso ou ser envelhecido, portador de necessidades especiais, por vezes é estigmatizado, mesmo tendo os direitos humanos estabelecidos.

A sociedade por vezes estabelece os meios de categorizar as pessoas e os atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma das categorias, sejam elas os ambientes sociais ou as relações sociais em ambientes estabelecidos; quando um “estranho” nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua "identidade social".

Neste contexto BOSI (2009) através do livro *Memória & sociedade: lembranças de velhos*, discuti a perspectiva do envelhecer através do questionamento: Para que servem os velhos? Para lembrar, lembrar muito e lembrar bem.

Mostram que a função social exercida durante a vida ocupa parte significativa da memória dos velhos e isso não ocorre por acaso. A memória, na velhice, é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já *trabalharam*. Assim, é uma narrativa de homens e mulheres que já não são mais membros ativos da sociedade, mas que já foram. Isso significa que os velhos, apesar de não serem mais propulsores da vida presente de seu grupo social, têm uma nova função social: lembrar e contar para os mais jovens a sua história, de onde eles vieram, o que fizeram e aprenderam. Na velhice, as pessoas tornam-se a memória da família, do grupo, da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a velhice não pode mais ser encarada como uma mera “eventualidade”, como era caracterizada essa fase da vida quando se tratava de atribuir benefícios sociais aos idosos, mesmo nos sofisticados sistemas de proteção social em vigor é preciso desenvolvimento de políticas públicas para garantir a proteção social deste idoso na sua sobrevivência, proporcionando a ele qualidade de vida.

Pode-se afirmar que a ética e os direitos humanos devem ser os elementos norteadores destas políticas de ações de saúde no país, assim como das políticas públicas.

Muito além do conhecimento do Estatuto do Idoso, é fundamental mostrar que a função social exercida durante a vida ocupa parte significativa da memória dos velhos, sendo eles merecedores de proteção social, garantindo melhor qualidade de vida e aumento da expectativa de vida, considerando as questões de natureza social, política, econômica e cultural.

REFERÊNCIAS

BORGES, M. C. **Os idosos e as políticas públicas e sociais no Brasil**. In: O. R. SIMSON, A. L. NERI, M. CACHIONI (Eds.) (pp.79-104), SP; Alínea, 2003.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos** - 15.ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CABRITA, BAC; ABRAHÃO, AL. **O normal e o patológico na perspectiva do envelhecimento: uma revisão integrativa**. *Saúde Debate* | Rio De Janeiro, V. 38, N. 102, P. 635-645, JUL-SET 2014. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042014000300635&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: maio 2015

LIMA-COSTA, M. F.; VERAS, R. **Saúde pública e envelhecimento**. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, June, 2003. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: julho 2015

MELO, R LP; EULÁLIO, MC; GOUVEIA, VV; SILVA, HDM. **O Efeito do Estresse na Qualidade de Vida de Idosos:O Papel Moderador do Sentido de Vida**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v26n2/02.pdf>. Acesso em: maio de 2015

RAMOS, L.R.; VERAS, R. P.; KALACHE A. **Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira**. *Rev. Saúde Públ.* São Paulo, v.21, p.211-24, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006

SILVA, MRF; YASBECK, MC. **Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil.**R. Katál. Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 102-110, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v17n1/a11v17n1.pdf>. Acesso em: maio de 2015.

RIFIOTIS, T. **Direitos humanos: Sujeito de direitos e direitos do sujeito.** In: Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/index.htm>. Acesso em: julho de 2015.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Democracia de iguais, mas diferentes.** Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/mariavictoria/mariavictoria_democraciainiguais.html. Acesso em: julho 2015.

DRAMAS, PEREGRINAÇÕES E DESCONFIANÇAS: UMA ETNOGRAFIA DAS PRÁTICAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM UMA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Alexandre José da Silva¹

Valdir Pedde²

Palavras-chave: Ministério Público. Cidadania. Judicialização. Etnografia.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva analisar, em uma perspectiva menos jurídica e mais antropológica, as práticas do Ministério Público e seus desdobramentos em termos de cidadania em uma Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Região Metropolitana de Porto Alegre. A partir de um esforço interdisciplinar e uma aproximação etnográfica, pretende-se, para além da legislação institucional, dos discursos oficiais e dos organogramas de gestão, explicitar as práticas de uma instituição viva e complexa com seus conflitos, ambigüidades e contradições. Aqui – neste recorte – menos interessam as leis definidoras de direitos, instituições e burocracias e mais as práticas do Órgão nos processos judiciais, nos expedientes administrativos e nas relações com a sociedade. Assim, a pesquisa prioriza o estudo do movimento de pessoas em busca da efetivação de direitos junto a uma Promotoria de Justiça e do contramovimento do Ministério Público em busca da concretização dos referidos direitos. Além disso, dá ênfase às trajetórias, narrativas e subjetividades de familiares que, em um contexto de desigualdade social e violação de direitos, peregrinam em busca de direitos sociais, como o direito à saúde. Assim, o problema de pesquisa foi desenhado para revelar essa complexidade: **Como as práticas do Ministério Público promovem ou dificultam o exercício da cidadania das pessoas que buscam a efetivação dos direitos sociais de crianças e adolescentes com deficiência junto a uma Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - PJIJ?** O objetivo geral é analisar as práticas do Ministério Público e como elas promovem ou dificultam a cidadania das pessoas que buscam a efetivação de direitos. Já os objetivos específicos são: a) apresentar a evolução do Ministério

¹ O autor é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Unisinos. Servidor concursado do Ministério Público Estadual. Mestrando em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela FEEVALE. Bolsista CAPES.

² Orientador. Professor da Feevale. E-mail: valpe@feevale.br

Público e seu novo perfil na Constituição Federal de 1988, bem como seus atuais instrumentos de atuação extrajudicial e judicial; b) descrever os dramas, as peregrinações e as desconfiâncias de indivíduos em busca da efetivação de direitos sociais para crianças e adolescentes junto à PJIJ; c) explicitar os conflitos, as tensões e as contradições do Ministério Público na sua atuação para concretização dos referidos direitos sociais via PJIJ; d) verificar se existe um padrão de atuação com base nos conceitos (resolutista, demandista, tutelar, revolucionário, mediador, proativo, reativo, promotor de fato, promotor de gabinete) encontrados na revisão da literatura sobre as “teorias” críticas acerca das práticas do Ministério Público; e) descobrir se as práticas observadas conduzem a uma emancipação cidadã ou a uma dependência estatal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição Federal de 1988 confiou ao Ministério Público a missão de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses indisponíveis da sociedade. A partir de então, a Instituição passou a atuar – além da já tradicional atividade no combate ao crime – com maior intensidade na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, dos idosos e pessoas com deficiência, do patrimônio público e probidade administrativa, do meio ambiente e consumidor, o que lhe conferiu gradativamente legitimação e visibilidade social. Hoje, passados mais de 25 anos, o Órgão é reconhecido como guardião dos direitos fundamentais do cidadão e agente transformador da realidade social. Assim, no aspecto formal, não resta dúvida de que o Ministério Público possui a missão de defender a nova ordem político-jurídica de 1988, de ser agente de transformação social, de exercer o papel de fomentador da cidadania e de indutor e fiscalizador de políticas públicas. Logo, conforme a revisão da literatura, seus membros são promotores de fato (SILVA, 2001) e possuem práticas mediadoras (ROS, 2009), pró-ativas (LOUREIRO, 2010) e resolutistas (GOULART, 2013). **Todavia, o que poderia revelar uma investigação mais “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002)?** Assim, o próximo passo foi realizar uma revisão da literatura para obter substrato teórico para enfrentar a temática proposta. No caso, a revisão foi dividida em três espécies: a) a literatura sobre a instituição Ministério Público, b) a literatura acerca do conceito de cidadania e c) a literatura atinente ao método etnográfico. O primeiro objetiva conhecer a história, a evolução e o perfil atual do Ministério Público. Além disso, pretende apresentar os estudos e as “teorias” críticas acerca das práticas dos membros do *Parquet*. Nesse tópico, foram utilizadas obras de direito constitucional e autores especializados na legislação institucional (MAZZILI, 2012; GOULART, 2013; GARCIA, 2008; MARUM,

2006; MORAES, 2007; SILVA, 2012; LENZA, 2012; SADEK, 1997; SILVA, 2001; ROS, 2009; ARANTES, 2007). O segundo objetiva destacar a complexidade e historicidade do conceito de cidadania, o que requer uma viagem às raízes da nossa cultura política e social. Aqui foram utilizados autores de obras clássicas da história, sociologia e antropologia (CARVALHO, 2013; SOUZA, 2012; DAMATTA, 1997; SALES, 1994; PINSKI e PINSKI, 2003; CERQUIER-MANZINI, 2010). O terceiro pretende servir de guia para a realização da etnografia por um pesquisador cuja formação é jurídica e não antropológica. Nesse particular, foram escolhidos autores afetos à antropologia e ao seu característico método de pesquisa (GEERTZ, 2008; LIMA, 2012; MAGNANI, 2002; PEIRANO, 1995; ROCHA e ECKERT, 2008; SILVA, 2009; SCHUCH, 2006; BIEL, 2008, OLIVEIRA, 2000).

METODOLOGIA

A estratégia escolhida para cumprir os objetivos propostos e permitir uma escrita sensível, multidisciplinar e reflexiva foi utilizar o método etnográfico, originário da antropologia, como prática privilegiada para coleta de dados e para posterior produção de conhecimento. Ele é composto de técnicas e de procedimentos associados a uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do pesquisador junto ao grupo social a ser estudado, o que permite enfatizar o cotidiano e a subjetividade dos sujeitos pesquisados por meio da observação direta, de entrevistas, de diário de campo, etc.. A etnografia ajudará, além de obviamente responder o problema de pesquisa, a explicitar as contradições ocultas e revelar peregrinações invisíveis. Todavia, é necessário deixar claro que não falo na condição de antropólogo, mas sim de alguém que, após ler textos de juristas, cientistas políticos, sociólogos e antropólogos, escolheu um caminho, um método, uma forma de olhar e interpretar um pequeno recorte da vida social no mundo contemporâneo.

RESULTADOS

A aproximação etnográfica, em um viés menos jurídico e mais antropológico, despertou um olhar sensível, multidisciplinar e reflexivo para a observação, descrição e análise de uma instituição “grande, complexa e multifacetada” (ROS, 2009, p. 47). A pesquisa possibilitou dar visibilidade ao movimento de indivíduos em direção ao Ministério Público em busca direitos e o contramovimento do Ministério Público em direção aos indivíduos para concretizar aqueles direitos. Nessa perspectiva, foi possível observar os indivíduos com seus dramas, peregrinações e desconfianças e, do outro lado, o Ministério Público com suas leis, processos e contradições. No campo das práticas jurídicas, a pesquisa empírica ajuda a

explicitar “paradoxos cuidadosamente ocultos” (LIMA, 2012, p. 37) e a revelar “processos macroestruturais” (BIEHL, 2008, p. 419).

DISCUSSÃO

A presente pesquisa ajudou a provocar o debate e a reflexão sobre as práticas do Ministério Público. A revisão da literatura e a metodologia utilizada tencionaram paradigmas e explicitaram conflitos. O “MP” real é vivo, complexo e ambíguo. A prova disso são os depoimentos que revelaram os dramas, as peregrinações e desconfianças dos indivíduos que buscam seus direitos junto à PJJ. E, por outro lado, retrataram as leis, os processos e as contradições do “MP” na tentativa de concretizar os direitos sociais violados de crianças e adolescentes. Atualmente a questão é saber – se a Instituição e seus membros – estão mesmos dispostos a ocuparem novos espaços políticos, dialogarem com outros atores sociais e até intervirem no processo de formulação de políticas públicas. Eis aí o ponto crucial – o ponto que distingue um MP demandista e um MP resolutivo. A grande descoberta da presente pesquisa – com o auxílio do olhar etnográfico – é mostrar como o Ministério Público consegue desempenhar simultaneamente tantos papéis complexos, complementares e contraditórios. Foi revelar como consegue com suas práticas promover o exercício da cidadania e simultaneamente dificultar o exercício da cidadania, ou seja, ser transformador da realidade social e, ao mesmo tempo, reproduzidor das estruturas de dominação. Ele transita entre os extremos dos modelos de atuação resolutista e demandista, pró-ativo e reativo, promotor de gabinete e de fato etc. Assim, neste momento, a resposta ao problema de pesquisa não é o “ou” excludente e sim o “e” relacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa é fruto de um esforço interdisciplinar para refletir de forma menos jurídica e mais antropológica sobre uma importantíssima instituição do sistema de Justiça no Brasil. Um estudo que busca suas respostas nas tramas das práticas institucionais e no complexo conceito de cidadania, mas também nas maneiras de pensar e agir de pessoas reais que buscam – para muito além das teorias da ciência política e jurídica – seus direitos no Ministério Público e na judicialização como uma estratégia de sobrevivência em um contexto de igualdade jurídica e desigualdade social. Uma pesquisa que desperta, com base na teoria social, sensibilidades e humanidades. Um olhar aberto e reflexivo capaz de não perder de vista as dialéticas da vida social e, ao mesmo tempo, de “criticar todos os mitos e todas as

mentiras que a sociedade usa para sobreviver e para reproduzir os privilégios dominantes” (SOUZA, 2012, p. 16).

REFERÊNCIAS

ARANTES, Rogério Bastos. Ministério Público na fronteira entre justiça e a política. **Revista Justitia**, São Paulo, v.64, n.197, p.325-338, jul./dez. 2007.

BIEHL, João. Antropologia do Devir: psicofármacos, abandono social, desejo. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 51, n 2, p. 413-449, 2008.

BRIAN, Fernanda. Uma abordagem interdisciplinar para o direito: a contribuição da antropologia. **Revista do Ministério Público do Estado de Goiás**, Goiânia, v. 12, n. 19, p.135-144, out. /dez. 2009.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 17ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. **O que é Cidadania**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GARCIA, Emerson. **Ministério Público: Organização, Atribuições e Regime Jurídico**. 3ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOULART, Marcelo Pedroso. **Elementos para uma teoria geral do Ministério Público**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 16ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LIMA, Roberto Kant de. **Antropologia Jurídica**. In: Antônio Carlos de Souza Lima (Coord.). **Antropologia & Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro/RJ: Contra Capa/Laced/Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

LOUREIRO, Ythalo Frota. A atuação proativa do Ministério Público na busca da efetividade dos Direitos Fundamentais. **Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público do Ceará**, Fortaleza, ano 2, n. 1, jan/jun. 2010. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/esmp/publicacoes/ed12010/artigos/2ATUA_MP_fundamento.pdf> Acesso em: dez. de 2014.

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MARUM, Jorge Alberto de Oliveira. **Ministério público e direitos humanos: um estudo sobre o papel do ministério público na defesa e na promoção dos direitos humanos.** Campinas, SP: Bookseller, 2006.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público.** 8ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional.** 22ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo.** 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PEIRANO, Mariza. **A favor da Etnografia.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PINSKI, Jaime; PINSKI, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania.** 2ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. **Illuminuras Revista Eletrônica do BIEV/PPGAS/UFRGS**, v. 9, n. 21, p. 1, 2008.

ROS, Luciano da. Ministério Público e Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: em busca de um padrão de interação. **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1-, 2009, p. 29-53.

SADEK, Maria Tereza. **O Ministério Público e a Justiça no Brasil.** São Paulo: IDESP/Sumaré, 1997.

SALES, Teresa. **Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira.** **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.25, ano 9, junho de 1994 (p. 26-37). Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm> Acesso em: set. de 2014

SCHUCH, Patrice. Direito e Sensibilidades: **Uma Etnografia das Práticas de Justiça da Infância e Juventude.** In: GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; MACHADO, Lia Zanotta (Org.). Antropologia e direitos humanos. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 57-120.

SILVA, Cátia Ainda. **Justiça em Jogo: Novas Facetas da Atuação dos Promotores de Justiça.** São Paulo: Edusp, 2001.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 35ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania.** 2ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

EFEITOS DO RITUAL E DA COMUNICAÇÃO INTERNA NA CULTURA ORGANIZACIONAL – UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA DISTRIBUIDORA DE COLCHÕES LTDA.¹

Robson Rodrigo Alves do Amaral²

Vania Gisele Bessi³

Palavras-chaves: Cultura Organizacional. Comunicação. Rituais.

INTRODUÇÃO

No ambiente acadêmico e empresarial, o tema comunicação é comumente e amplamente explorado, visto seu papel determinante nos processos das organizações. De acordo com Putnan, Phillips e Chapman (1999, apud MARCHIORI, 2008) talvez nenhuma outra temática permeie tão profundamente os estudos organizacionais.

Segundo Marchiori (2008), a comunicação vem se consolidando como uma ferramenta de apoio para o gerenciamento de mudanças e de cultura. Para isto, as empresas precisam estar atentas ao monitoramento das informações e abertas às discussões junto aos seus *stakeholders*, vislumbrando neste processo uma possibilidade de (re)construções nas relações, gerando sentido e valor ao compartilhamento de conhecimento.

Ao encontro disto, surge a cultura organizacional, conceito antropológico oriundo dos estudos sociais e políticos de autores como Durkheim, Drucker e outros, no início do século XXI e, trazido mais claramente para o âmbito das organizações por Schein, Deal e Kennedy a partir da década de 1980 (Marchiori, 2008). A cultura organizacional, de acordo com Schein (2009) é um fenômeno constante desempenhado e criado por um conjunto de estruturas, rotinas, regras e normas que orientam e restringem o comportamento.

Na ótica da cultura organizacional, cerne deste estudo, o processo de comunicação pode ser entendido como uma constituição de elementos fundamentais para a criação, transmissão e solidificação do simbolismo em uma organização (FLEURY *et al*, 2011). Para

¹ Trabalho realizado na disciplina de Cultura e Clima Organizacional, curso de Pós Graduação em Gestão de Recursos Humanos, Universidade Feevale, Novo Hamburgo – RS, 2015.

² Graduado em Administração. Pós-graduando em Gestão de Recursos Humanos, Universidade Feevale, Novo Hamburgo - RS. Email. robson_rodrigo_88@hotmail.com.

³ Doutora em Administração, Professora do Mestrado em Indústria Criativa. Universidade Feevale, Novo Hamburgo - RS. Email. vania@feevale.br.

tanto, faz-se primordial mapear os instrumentos, veículos, meios e a interação entre os indivíduos para esta tarefa de aculturação organizacional.

Analisando as definições de cultura e comunicação organizacional vem à tona a inter-relação e dependência entre as temáticas. Beyer e Trice (1986, apud FLEURY et al, 2011) explicam que “para criar e manter cultura, estas concepções, normas e valores devem ser afirmados e comunicados aos membros da organização[...]”. Neste sentido, pode-se entender que ao explorar o campo da cultura organizacional inevitavelmente haverá o enfoque na comunicação, assim como, os estudos da comunicação culminam numa abordagem do contexto cultural dos indivíduos.

Diante disto, é proposital a abordagem simultânea entre comunicação e cultura neste artigo, visto que o mesmo apresenta um estudo de caso em uma organização, a qual sofreu mudanças numa destas formas de aculturação: o ritual. Comunicação e cultura organizacionais mal difundidos podem ter ocasionado ruídos na comunicação e desvios no aculturação desta organização.

Neste contexto, este estudo tem como objetivo diagnosticar os efeitos do ritual café da manhã e da tarde, na empresa Distribuidora de Colchões Ltda., assim como identificar possíveis causas que impulsionaram o gerente a promover algumas alterações neste evento. Para tanto, o referencial teórico versa sobre cultura e comunicação organizacional e sua inter-relação; conceitua-se ritual na cultura organizacional e; confronta-se o referencial teórico com os resultados da pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CULTURA ORGANIZACIONAL

A cultura organizacional possui diversas definições entre os autores desta temática. Wagner e Hollenbeck (2012, p. 442) consideram apenas as suposições informais ao definirem que “a Cultura de uma organização é a maneira informal e compartilhada de perceber a vida e a participação na organização, que matem seus membros unidos e influencia o que pensam sobre si mesmos e seu trabalho”.

Considerando seus elementos formais, Vecchio (2008, p. 340) define cultura organizacional como “os valores e normas compartilhados que existem em uma organização e são ensinados aos novos empregados”. Corroborando com ambos os autores, abrangendo os movimentos formais e informais da cultura, Sergiovanni, Corbally, (1984, apud MARCHIORI, 2008, p. 8) menciona que esta envolve:

valores, símbolos e significados em objetos materiais e práticas ritualizada. (...) O conteúdo da cultura inclui costumes e tradições, e relatos históricos, sejam eles míticos ou reais, compreensões tácitas, hábitos, normas e expectativas, significados comuns associados e objetos fixos e ritos estabelecidos, suposições compartilhadas e significados intersubjetivos.

Para Schein (2009) a cultura organizacional é desenvolvida por experiências compartilhadas, no entanto, o líder é quem desencadeia este processo. Neste sentido, para o autor, a cultura é construída pelas crenças, valores e suposições de seus fundadores; experiências dos membros mais antigos e; as novas crenças, valores e suposições trazidos por novos colaboradores.

Embora a empresa possua uma cultura dominante, a entrada de novos integrantes e a interação entre grupos e departamentos podem estabelecer valores e normas paralelas, as chamadas subculturas. Para Robbins (1999) as subculturas surgem como reflexos dos problemas, situações e experiências comuns que os membros vivenciam. Schein (2009) argumenta que assim como culturas definidas podem ter sido pequenas, as subculturas podem ocupar um papel de cultura estabelecida. Os rituais podem colaborar para este processo.

2.1.1 Rituais

Os rituais desempenham papel fundamental no estabelecimento e preservação da cultura organizacional. Segundo Wagner e Hollenbeck (2012, p.445) os rituais são ações regularmente repetidas que reforçam constantemente normas e valores fundamentais. Schein (2009) defende que ritualizar comportamentos tidos como importante é uma ferramenta poderosa para fortalecer a cultura, todavia, alerta que o estudo demasiado dos rituais pode retratar apenas uma parte das suposições culturais da empresa, não esclarecendo o esquema maior das coisas que levam os indivíduos a aderirem aos rituais.

2.2 CULTURA E COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Na fixação da cultura organizacional, Schein (2009, p.230) elenca alguns mecanismos, como o comportamento dos líderes na gestão de recursos financeiros e humanos; a utilização do simbolismo existente nas fachadas prediais, na estrutura organizacional, nos sistemas e procedimentos, nas filosofias, credos e códigos, nos ritos e rituais. Diante deste contexto, pode-se entender que a cultura é consequência da comunicação destes elementos.

Reforçando este ponto de vista, Freitas (1991, p.34) descreve que,

(...) as culturas são criadas, sustentadas, transmitidas e mudadas através da interação social.
(...) As organizações, pois, são vistas como fenômeno de comunicação, sem o qual

inexistiriam. O processo de comunicação inerente às organizações cria a cultura, revelando suas atividades comunicativas [...]. Cultura deve ser tratada como comunicação.

Corroborando, Ien (1994, apud MARCHIORI, 2008) define que não há cultura e nem realidade significativa sem comunicação.

METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva com estudo de caso. Sua abordagem é qualitativa. A observação assistemática foi utilizada como instrumento de coleta de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante os últimos dois anos, a empresa estudada passou por uma transformação em seu quadro de pessoas. Um novo gerente foi alocado, vindo da matriz, o contingente de pessoas foi totalmente reformulado e, além disto, duplicado face ao aumento das vendas. Com isso, as experiências adquiridas na matriz e as demais ao longo da carreira do novo gerente, foram se estabelecendo na filial juntamente com as vividas pelos novos funcionários, dando seqüência, implementando e extinguindo normas, procedimentos e comportamentos.

Para transmitir alguns valores da organização, como igualdade e valorização do ser humano, o gerente além de se preocupar com a comunicação como forma de interação e familiarização, deu seqüência à prática da matriz dos cafés. O ritual era livre de escalas, os colaboradores além de se alimentarem, conversavam sobre diversos assuntos e criavam suas afinidades. Assim, aos olhos do gestor o evento promoveria o entrosamento entre os indivíduos, a unicidade de comportamentos e a valorização de cada integrante do grupo.

Os cafés da manhã e da tarde, ao longo dos meses, aproximaram alguns indivíduos da empresa. Todavia, tal evento também serviu para criar um subgrupo, o que ocasionou a segregação dos indivíduos não aceitos por este. Fofocas e personalidades dissonantes tornaram-se constantes, criando um clima de divisão no ambiente de trabalho. Wagner e Hollenbeck (2012, p.444) argumentam que este ritual estabelece importantes relações no meio laboral, mas alertam que possibilita fofocas e reafirmação de grupos informais.

Frente a este fato, surge a hipótese do gerenciamento falho da comunicação interna e interação entre os indivíduos, apontado por Fleury (et. al., 2011, p.24). Schein (2009) define o vital papel do líder na fixação da cultura, transmitindo seus valores e crenças. Neste sentido, não seria leviano considerar que o acultramento por intermédio da comunicação tenha sofrido desvios das suposições do gerente, considerando o isolamento sofrido por alguns de seus

colaboradores. Este desfecho culminou na decisão do gerente em fixar uma escala de pessoas e horários para tomar café.

Outrossim, este cenário reflete o surgimento da subcultura, onde persiste o pressuposto cultural dominante, de interação e integração, porém, reflete os problemas de relacionamento entre os pares, efeito este citado por Robbins (1999). Ou seja, ao invés de uma interação geral, houve uma interação subgrupal. Este fenômeno justifica o alerta de Lacombe e Heilborn (2003), quando argumentam que a subcultura é resultado da diversificação de indivíduos, todavia, não pode haver confronto com a cultura dominante, pois, deste modo ela se transforma em contracultura se tornando prejudicial ao clima organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou apresentar efeitos do ritual como agente de aculturação. As aproximações de algumas pessoas e as criações de um subgrupo evidenciaram a proposta de interação do ritual. Por outro lado, a segregação de alguns indivíduos e o surgimento de fofocas foram resultados negativos do processo. Apoiando-se no referencial teórico e na coleta de dados, se procurou alçar causas para instituição de escala de horários e pessoas. Tal fato foi atribuído ao gerenciamento falho da comunicação e interação dos colaboradores. Outrossim, ficou evidenciado o surgimento de uma subcultura que trouxe limites a interação, distorcendo as suposição de convivência e interação da gerência.

Por fim, embora este estudo tenha se apoiado nos autores do comportamento e cultura organizacional, a pesquisa não busca esgotar os motivos pelos quais os rituais influenciam nas relações de trabalho e na criação da cultura e subculturas.

REFERÊNCIAS

FLEURY, Maria Teresa Leme, et. al. **Cultura e poder nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FREITAS, M.E. de. **Cultura organizacional: tipologia e impacto**. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. **Administração princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional: um olhar estratégico sobre a organização**. 2. ed. Revisada e ampliada. São Caetano, SP: Difusão Editora, 2008.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

SCHEIN, Edgar H. Cultura organizacional e liderança. Trad. Ailton Bomfi Brandão. Rev. Humberto Mariotti. São Paulo; Atlas, 2009.

VECCHIO, Robert P. **Comportamento organizacional: conceitos básicos**. Trad. Roberto Galmam. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

WAGNER, John A. HOLLENBECK, John R. **Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva**. Trad. Silvio Floreal Antunha. São Paulo: Saraiva, 2012.

ENTRE O PALIMPESTO DO TERRITÓRIO E OS MUROS DA ESCOLA: os indicadores de qualidade na educação

Carla Tatiani Kossman Fassbinder¹

Valdir Pedde²

Palavras-chave: Educação; Território; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de aprendizagem e de interação do aluno com a sociedade e “pensar sobre a educação requer entendê-la como fenômeno dinâmico, complexo e mutável” (TOSTA, 2011, p. 8). Deste modo, apesar das transformações sofridas no decorrer da história da humanidade, a escola representa a instituição que elegemos para socializar o saber, um lugar onde o saber formal é transmitido às novas gerações, objetivando a formação integral do ser humano, ou seja, “a educação é uma coisa eminentemente social” (DURKHEIM 2007), assim sendo, caberia à escola formar cidadãos críticos, reflexivos e autônomos, capazes de compreender a realidade em que vivem e estarem preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade com o princípio do eu e do outro, do respeito, da convivência e da diferença. No entanto, a educação formal enquanto instituição social, ela própria, está atravessada pelas crenças sociais, pelas tradições, pelos conceitos e preconceitos articulados dentro desta mesma sociedade. Em vista disso, a educação formal constitui-se como uma instituição atravessada pelas Representações Coletivas da sociedade em que ela está inserida (Durkheim, 1989). De modo um tanto frouxo conceitualmente, podemos afirmar que estas Representações Coletivas são constituídas, entre outras questões, pela memória (Halbwachs, 2004) e pelo imaginário de uma sociedade (Maffesoli, 2007) assim sendo, territórios são produzidos através de interações entre pessoas, entre pessoas e instituições, e entre pessoas e lugares.

Destarte, tendo em vista o esforço das políticas públicas de participação no Brasil, que visam ampliar e efetivar os direitos de cidadania e a redução das desigualdades sociais no

¹ Graduada em História e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. Bolsista Capes. E-mail: carlafassbinder@feevale.br.

² Orientador - Líder do Grupo de Pesquisa Metropolização e Desenvolvimento Regional, Prof. do Programa de Pós Graduação em Diversidade e Inclusão e Editor-Chefe da Revista Gestão e Desenvolvimento na Universidade Feevale. E-mail: valpe@feevale.br.

país, a educação se torna primordial, uma vez que a gravidade das disparidades sociais está vinculada ao aumento dos fenômenos de pobreza e exclusão social. Dentre as políticas públicas de educação destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, baseada no princípio do direito universal à educação para todos e programas voltados para a melhoria da qualidade do ensino, com ênfase para o IDEB³ um indicador de avaliação, gerando políticas públicas e ações locais que impactem significativamente as condições de desempenho educacional dos estudantes, que se dá através da análise das médias de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática de cada escola pública do Brasil. Assim, a partir de uma pesquisa de cunho etnográfico realizada em escolas da rede municipal de Estância Velha, busca-se compreender melhor o modo como essas territorialidades são construídas e implicam no estabelecimento de diferentes relações e desempenhos quando avaliados pelo IDEB.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As conexões que o sujeito estabelece para com outras pessoas, instituições e espaços, não são aleatórias e são, portanto, o resultado de experiências vividas e compartilhadas por um determinado grupo ou sociedade. Pois, como diria Clifford Geertz (1989), estamos imersos numa teia de significados com infinitas ligações e possibilidades.

Sabe-se que o território, enquanto espaço vivido é repleto de significações e sentidos. Haesbaert (2005) já nos apontava que o território é um espaço que inspira (ou pode inspirar) a identificação dos sujeitos a uma afetiva apropriação do espaço vivido. Essa apropriação constitui-se em um espaço simbólico “carregado de marcas do ‘vivido’” (HAESBAERT, 2005, p. 6774-75), ou seja, é um espaço socialmente construído. O território também pode ser pensado como quer Milton Santos (2000), como um lugar carregado de sentido, que possui suas rugosidades e que permite aqueles que nele se situam diferentes leituras dele próprio, mas que é, também, uma forma de ordenamento do real a partir de esquemas simbólicos comuns a determinado conjunto de indivíduos que compartilham um mesmo espaço. O espaço da escola, portanto, enquanto território de significado para o sujeito é mais do que um

³ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios (fonte: Portal INEP).

“ter” uma escola, mas é, sobretudo, um “ser” com a escola, onde a identidade do sujeito é construída na e pela relação.

DISCUSSÃO

Com vistas a se distanciar das análises de um foco mais sociológico e/ou da sociologia da educação que acentuam, por vezes, tão somente preocupações sobre a reprodução social, procuramos pensar a escola a partir de um viés constitutivo que referenda a construção de uma territorialidade e pertencimento, dando relevo as relações e construções simbólicas da dimensão humana.

Trazer o sujeito para dentro da análise é, portanto, necessário. Pois, é através dele e das relações que este estabelece para com outros indivíduos, para com o Estado e para com o espaço que poderemos compreender o porquê de duas escolas da mesma rede de ensino, encontrarem-se em situação tão diversa. E, neste sentido, olhar o microcosmo – e a significação que essa assume para aqueles que estão vinculados a uma ou outra escola – é, para nós um caminho interessante a ser perseguido.

No que se refere ao entorno dessas escolas, tem-se que, logo de chegada, quando nos direcionamos a cada uma delas, as diferenças ficam muito claras na medida em que, apesar de estarem acerca de sete minutos de carro uma da outra, estas nos remetem a realidades completamente diversas. Apesar de ambas serem, de certa forma, próximas, a primeira delas, E.M.E.F. Otávio Rocha (alto IDEB), é um lugar bom para estar na medida em que, já estamos nela, sem estarmos nela, pois, pouco muda na paisagem urbana até que cheguemos nela.

A descrição acima colocada não se aplica a E.M.E.F. Ervino Arthur Ritter (baixo IDEB). Em primeiro lugar, a chegada a ela ocorre acompanhada de uma visão horizontal, visto que a escola se encontra em uma zona residencial e distante do centro da referida municipalidade. A construção do prédio foi iniciada na década de 90, porém ficou abandonada por aproximadamente um ano, sendo, inclusive, invadida por uma família. O corpo discente é composto por moradores do bairro e de bairros vizinhos (Lago Azul, Lira e Campo Grande), O bairro em que a escola está inserida encontra-se em expansão, pois sua localização oferece acesso facilitado às cidades contíguas, como Portão, Novo Hamburgo e Ivoti. Em consequência, forma-se ao entorno da escola uma comunidade vinda de distintas cidades e estados em busca de oportunidades de emprego nestes municípios. Essa situação se reflete na escola, pois ela tornou-se uma escola de “mistura étnica e ao mesmo tempo sem pertencimento à cidade e que, conseqüentemente afeta a escola pertencente ao bairro” (Entrevista professora A. R. 23/04/2014).

Na escola de alto IDEB, o espaço da escola é tido como um espaço de vivência, de partilha, de convívio de gerações na medida em que, é bastante comum, em alguns momentos do calendário letivo, e principalmente nas atividades que exigem a participação da comunidade escolar, encontrar até três gerações de uma mesma família que têm a escola E.M.E.F. Otávio Rocha como seu lócus de pertencimento e a ela se referirem como “a escolinha que estudei”, “a escola que quero que meu filho estude”, “a nossa escola”, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, podemos observar que há elementos próprios do território que podem contribuir para o desempenho dos educandos nos testes padronizados, uma vez que algumas escolas não possuem condições favoráveis para oferecer um ensino de qualidade, mas são avaliadas da mesma forma como aquelas que possuem condições melhores e, por conseguinte, acabam sendo prejudicadas nas avaliações. Destarte, há também a distinção entre os bairros centrais ou periféricos, zonas de alta vulnerabilidade social, capitais cultural, social, econômico e simbólico, entre outros fatores que podem contribuir para a distinção nos indicadores de avaliação. Neste sentido, a avaliação padronizada de forma vertical, resultou em críticas, entre elas as realizadas por Freitas (2007). Este autor, mostra que existe um estímulo para reduzir a reprovação e, por conseguinte, a permanência do aluno na escola através do aumento dos índices do IDEB, sem que signifique o aumento do desempenho do aluno. Segundo ele “diante deste quadro, escolher apenas uma variável, desempenho do aluno, para analisar a educação básica brasileira, como o IDEB faz, é certamente temerário em face deste complexo de variáveis” (FREITAS, 2007, p. 972).

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, abr. 2007.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HAESBAERT, Rogério Costa. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: CONGRESSO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 5. 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo: USP, 2005. Disponível em:<[http://www.planificacion .geoamerica .org /textos /hães baert_multi.pdf](http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf)>. Acesso em: jun. 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciencia universal**. São Paulo: Record, 2000.

TOSTA, Sandra Pereira; LOPES, Wesley. **Etnografias na Educação: um olhar sobre as culturas em escolas no Brasil**. In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL – RAM Disponível em:< <http://www.isabelcarvalho.blog.br/wp-content/uploads/2010/08/2011-RAM-Sandra-Tosta-Culturas-na-Escola.pdf> > Acessado em: mai. 2014.

ENVELHECIMENTO BEM SUCEDIDO E QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS

Me. Raquel M. R. Wosiack¹

Me. Diego Silva Souza²

Daniela Henkel Blauth³

Dr. Gilson Luis da Cunha⁴

Profa. Dra. Geraldine Alves dos Santos⁵

INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento é um fenômeno natural da espécie humana, entretanto o ser humano está apresentando a tendência de aumento da expectativa média de vida. A longevidade, neste sentido, está se tornando um fenômeno que provoca muitas discussões e especulações sociais, econômicas, biológicas e emocionais. Por isso, considerar a velhice como a idade de declínio mental e corporal, como o momento da involução dos sentidos e das funções vitais, é adotar uma visão muito restrita do processo de envelhecimento.

Apesar de a população idosa aumentar significativa e rapidamente ao redor do mundo, o suporte para esta nova condição não segue o mesmo ritmo. Devido a isto, muitos estudos têm sido realizados com o objetivo de fornecerem dados que auxiliem no desenvolvimento de políticas públicas adequadas para esta população. Isto porque os idosos necessitam de cuidados específicos capazes de conduzir a um envelhecimento bem sucedido. Para tal é preciso que se conheça um conjunto de fatores que interferem e compõe o dia a dia de um idoso.

Contudo, para que o idoso tenha uma melhor qualidade de vida no seu envelhecer é preciso que a visão que se tem da velhice comece a ser mudada. Isto só ocorrerá quando o idoso for considerado capaz de desempenhar novos papéis sociais e também for incorporado na busca da qualidade de vida de toda a sociedade.

¹ Mestre em Educação, bolsista CAPES, Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão social Universidade Feevale.

² Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social, bolsista CAPES, Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social Universidade Feevale.

³ Pós graduada em Neuropsicologia, Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

⁴ Doutor em Genética e Biologia Molecular, bolsista CAPES, Pós-doutorando Universidade Feevale.

⁵ Doutora em Psicologia, professora da Universidade Feevale.

Portanto, ao se constituir em novo ator social, o idoso participará continuamente de “questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis e não somente será valorizado pela capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho” (WHO, 2005, p.13).

Sabe-se que conceituar qualidade de vida não é uma tarefa fácil. Isto porque qualidade de vida é um conceito polimorfo e é preciso entender-se esta complexidade para poder-se melhor agir. Estimá-la, medi-la, compará-la, é mais complexo ainda. Qualidade de vida é a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, como também no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais ele vive e ainda em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (THE WHOQOL GROUP, 1995).

Desta forma, devido à importância atribuída hoje à qualidade de vida, tanto para avaliação de resultados, condutas, tratamentos e políticas, quanto para avaliação de atendimento e serviços, um número muito grande de instrumentos de qualidade de vida está disponível (PASCHOAL, 2002) entre eles o WHOQOL-OLD, que foi desenvolvido pelo grupo de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005).

Pelos motivos expostos acima, o objetivo deste estudo é o de analisar como está a qualidade de vida de idosos moradores da cidade de Ivoti/RS.

METODOLOGIA

Este estudo possui um delineamento quantitativo transversal. A pesquisa foi realizada no município de Ivoti/RS em parceria com o Conselho Municipal do Idoso e a Secretaria de Saúde e Assistência Social, ambos do Município de Ivoti/RS. A amostra deste estudo foi composta por 109 pessoas idosas na faixa etária compreendida entre 60 e 79 anos de idade, de ambos os sexos.

Para avaliação da qualidade de vida foi utilizado o instrumento WHOQOL-OLD com o objetivo de mensurar a satisfação do indivíduo com sua vida e sua percepção a respeito da influência que as doenças causam em sua vida. Este instrumento contém 24 itens com resposta tipo Likert de 1 a 5, divididos em seis facetas. Análise dos dados utilizou análise estatística descritiva através do SPSS V.22.0.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Feevale sob número 747.080. Todos os participantes assinaram o TCLE de acordo com a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados demonstraram que dos 109 participantes, 28,1% eram homens e 71,9% eram mulheres. A média de idade dos participantes ficou em 67,62 anos. Sendo que 64,2% encontram-se na faixa de 60 a 69 anos e 35,8% na faixa de 70 a 79 anos. Portanto a maioria dos participantes são mulheres na faixa etária de 60 a 69 anos. A REDE-FIBRA(NERI, 2011) também identificou que em relação ao gênero a maioria dos idosos é de mulheres,

A média geral de pontuação do Woqol-Old foi de 95,08 sendo que a máxima poderia ser 117 e a mínima 64. Considera-se assim que a qualidade de vida dos participantes é alta.

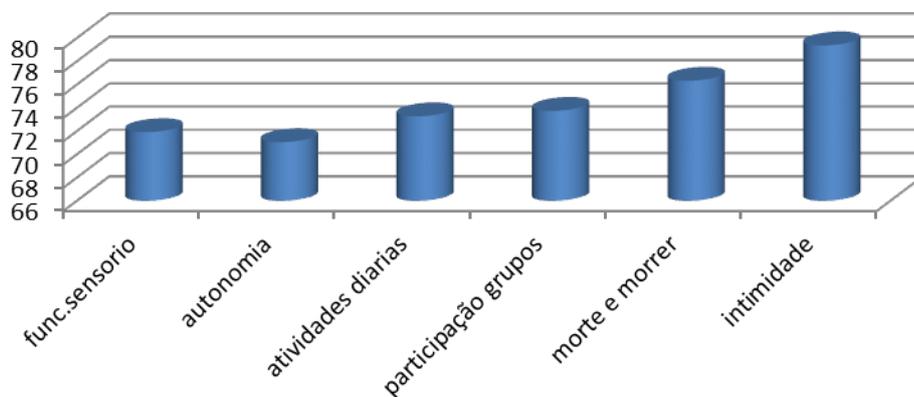


Gráfico 1- Escore das facetas do Whoqol-Old

A faceta “Funcionamento sensorio” avalia o funcionamento sensorial e o impacto da perda das habilidades sensoriais na qualidade de vida. Pelo gráfico 1 pode-se perceber que 71,90% dos participantes informaram que este aspecto não interfere na sua qualidade de vida ou se o faz é mínima a dificuldade, já que a média foi de 3,88.

A faceta que pontuou mais alto foi a que se refere à intimidade, pois 79,36% dos idosos entrevistados avaliam como boa ou muito boa sua capacidade de ter relações pessoais e íntimas. A pontuação mais alta seria de 5 pontos e a média das respostas ficou em 4,17.

Ao comparar-se o resultado da qualidade de vida em relação ao sexo através da análise estatística do Qui quadrado, não foi encontrada diferença significativa, portanto, nesta população homens e mulheres apresentam qualidade de vida semelhantes.

Porém ao realizar-se a análise de correlação de Pearson entre a qualidade de vida e a idade, percebeu-se que quanto maior a idade, menor a qualidade de vida em relação à faceta “funcionamento dos sentidos” ($p=0,04$). Este fato está de acordo com o encontrado na literatura, pois segundo Papalia (2006), “o início da senescência, é um período marcado por

evidentes declínios no funcionamento corporal” (p.670). No processo natural de envelhecimento, a visão, a partir dos 60 anos, passa a apresentar sinais de deterioração e o mesmo pode ocorrer com os outros sentidos dificultando a vida dos idosos em vários aspectos, afetando tanto a faceta que se refere às relações sociais quanto a de intimidade. Paschoal (2002) complementa informando que os fatores relacionados à idade afetam a saúde, dimensão muito importante para a qualidade de vida na velhice. Além desta, outras situações como aposentadoria, viuvez, dependência, perda da autonomia, de papéis sociais e diminuição da rede social de apoio colocam obstáculos a uma vida com mais qualidade, o que reforça a afirmação da complexidade do constructo qualidade de vida.

CONCLUSÕES

A realização deste estudo foi de grande valia, já que se constatou convergência com alguns dados encontrados em outras pesquisas, principalmente no que se refere ao tema feminilização do envelhecimento e ao aumento das limitações físicas com o avançar da idade.

Os idosos participantes manifestaram satisfação ao saberem que suas vivências serão consideradas para serem estabelecidos programas para os idosos na cidade de Ivoti/RS.

Percebe-se mais uma vez que a avaliação da qualidade de vida é extremamente subjetiva e depende da percepção que os idosos têm de seu próprio envelhecimento. Desta forma, reforça-se o entendimento de que cada população precisa ser estudada antes de serem estabelecidas políticas públicas adequadas para determinado grupo de idosos. O que pode ser muito importante para um grupo, pode não ter tanto valor para outro.

REFERÊNCIAS

NERI, A. L.; Guariento, M. E. **Fragilidade, saúde e bem-estar em idosos: dados estudo FIBRA**. Campinas: Alínea e Átomo, 2011.

OMS. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília; Organização Pan- americana, 2005.

PAPALIA, D. E. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PASCHOAL SMP. Qualidade de Vida na Velhice. In: FREITAS. E. ; PY, L; NERI , A.; CANÇADO, F., GORZONI M., ROCHA S., editores. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2002. p.79-84.

THE WHOQOL GROUP 1995. The World Health Organization quality of life assessment(WHOQOL): position paper from the World Health Organization. Social Science and Medicine. 10 : 1403-1409

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Envelhecimento ativo:** uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

ESTIGMAS: QUANDO AS DIFERENÇAS COMPROMETEM O PROCESSO INCLUSIVO

Andiara O. Kreuz De Bastiani¹

Thaís Blankenheim²

Lisiane Machado de Oliveira Menegotto³

Regina de Oliveira Heidrich⁴

Palavras-chave: Estigmas. Diferente. Inclusão. Exclusão.

INTRODUÇÃO

Os estigmas possuem uma antiga história de significados e hoje são tomados por resquícios históricos e culturais que foram se modificando ao longo dos anos. O termo surgiu inicialmente para designar o papel social que a pessoas exercia na sociedade, o que não difere da sociedade atual, pois continuamos construindo a identidade social daqueles que nos rodeiam de acordo com suas diferenças. O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca da estigmatização no que se refere ao processo de inclusão “do diferente” na sociedade atual.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para pensar essas questões realizou-se um debate teórico sobre estigmas e inclusão, a partir de conceitos elaborados por Zygmunt Bauman, sociólogo polonês que reflete acerca da modernidade e Erving Goffman, antropólogo, sociólogo e escritor canadense que se dedicou a pensar os elementos particulares da vida social, dentre eles os estigmas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

¹ Psicóloga, mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Universidade Feevale

² Psicóloga, mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Universidade Feevale

³ Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS), Professora do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale

⁴ Pós-doutora (UTL), Professora do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale

Vivemos em uma sociedade que estabelece um padrão e cataloga as pessoas de acordo com as atribuições que são consideradas comuns pela maioria. Segundo Goffman (1982), há um resquício histórico e cultural sobre o tema estigma, pois os gregos criaram o termo para se referir a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral da pessoa que os apresentava. Os sinais avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída e, por isso, devia ser evitada pelos demais, especialmente em lugares públicos. Essas marcas eram feitas com cortes ou fogo no corpo. Mais tarde, na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo *estigma*: o primeiro referia-se a sinais corporais de graça divina sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de algum distúrbio físico (GOFFMAN, 1982). Atualmente, o termo é usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à desgraça do que à sua evidência corporal que, mesmo existindo em alguns casos, não é necessária uma evidência física para que alguns sujeitos sejam estigmatizados.

Goffman (1982), aponta que um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem para fazê-lo pertencente a uma categoria considerada normal, pois segundo o autor, acredita-se que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, muitas vezes sem pensar. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que a pessoa representa. A partir disso, Goffman (1982) afirma que tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original do sujeito e, ao mesmo tempo, a imputar ao interessado alguns atributos desejáveis. Percebe-se, nesse sentido, que os estigmatizados assumem um papel fundamental na vida dos ditos normais, pois colaboram estabelecendo uma referência entre os dois e demarcam assim as diferenças no amplo contexto social.

Os estigmatizados, nessa perspectiva, são alvos da projeção de nossa fragilidade e da precariedade da condição humana. Bauman (2009), em uma de suas obras, traz como exemplo o caso de pessoas que perderam o sustento e foram obrigados a deslocar-se e deixar os locais onde eram considerados refugiados para se transformarem em imigrantes econômicos. Assim, eles vêm para a cidade e se transformam em símbolos dessas misteriosas forças de globalização. Trazem consigo o horror das guerras distantes, da fome, escassez e representam o nosso maior pesadelo: o medo do desequilíbrio econômico, o medo de perder os meios de sobrevivência. Nesse sentido, demarcamos fronteiras, pois não queremos conviver com isso que nos causa horror.

A partir do trecho exemplificado acima podemos pensar no “diferente”, seja pela questão de uma deficiência, distinção racial, econômica, sexual, como algo que também representa, projetivamente, as nossas deficiências, as nossas limitações. O desconhecido, sendo assim, é preferível ser objeto de exclusão e de segregação. Segundo Bauman (2009), nos espaços urbanos existe uma grande desintegração da vida comunitária. São manifestações da *mixofobia*, uma reação à variedade de tipos humanos e estilos de vida, que se encontram nas ruas da cidade. Uma vez que a multiforme cultura se impõe, as tensões referentes à estrangeiridade acabarão não por conviver com isso, mas por favorecer as tendências segregacionistas. Como as pessoas têm dificuldades de conviver com a diferença, não é surpreendente que elas experimentem uma crescente sensação de horror diante da ideia de se encontrar frente a frente com estrangeiros. Estes tendem a parecer cada vez mais assustadores, por serem estranhos e incompreensíveis. Diante disso, há um estabelecimento sobre qual categoria a pessoa deve pertencer, considerando os seus atributos, estigmatizando e classificando os sujeitos de acordo com normas e padrões sociais. Isso a torna um ser sem potencialidades, que não raramente permanecerá excluída da produção técnica, científica e humana.

A sociedade, nesse sentido, é a grande limitadora e delimitadora da capacidade de ação de um sujeito estigmatizado, marcando-o como um ser desacreditado. Quanto mais aparente for a marca, menores são as possibilidades desse sujeito e mais dificuldade terá em reverter a imagem formada pelo padrão imposto pela sociedade. Tolerar a diferença do outro, de acordo com Bauman (1999), seria uma maneira de reconhecer que todos têm individualidades e que aceitar o diferente é defender nossa própria existência. O autor ainda ressalta que muitos fazem desse binômio individualidade-tolerância uma maneira de ignorar qualquer diferença, inclusive as grandes misérias humanas.

Segundo Bauman (2009), deve-se perseguir aquilo que ele denominou de *mixofilia*, que é a tentativa de criar um ambiente propício para uma fusão de horizontes onde a diferença é não apenas respeitada, mas também valorizada. Quando sujeitos normais e estigmatizados se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam manter uma conversação, ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia, pois, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma (GOFFMAN, 1982).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os efeitos nocivos do estigma no processo de inclusão social dos sujeitos, reconhecemos o valor de estudos que, através de um debate interdisciplinar, possam contribuir para uma reflexão de caráter científico. Por isso, estudos que coloquem em evidência esse debate poderão contribuir para um esvaziamento de rótulos e estigmas que são transmitidos de geração para geração e se apresentam como entraves no processo de inclusão.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1982.

FONTES DE APOIO SOCIAL A IDOSOS PORTADORES DE DOENÇA CRÔNICA E O IMPACTO DA DOENÇA PARA O CUIDADOR

Karine da Silva¹

Valesca Panichi²

Regina Heidrich³

Palavras-chave: Doença crônica. Idoso. Cuidado.

INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento humano tem sido relacionado as mudanças de ordem biopsicossocial, que apresentam um efeito significativo na redução da saúde física e mental, diminuindo a qualidade de vida. Diante deste processo e mediante a precariedade de acesso aos serviços de saúde, a insuficiência e má distribuição dos recursos financeiros, em conjunto com políticas públicas ineficazes, matizam o cenário social. Há um crescente número de casos de doenças crônicas, entre as quais se destaca a doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). Entre as consequências dessa patologia destacam-se: maior tempo de internação hospitalar, recuperação lenta, grande frequência de reinternações e invalidez, que se refletem em maiores gastos com os sistemas de saúde (ANDRADE et al, 2013).

Perceber que não é possível separar o psíquico do orgânico é muito importante, pois o processo saúde-doença perpassa não apenas o aspecto biológico, mas envolve também o contexto social, político e cultural do indivíduo, incluindo sua família. O papel de cuidar é desgastante, por conta disso, conhecer quem são os cuidadores e a situação em que eles se encontram, pode ajudar a pensar em formas de atenuar esse desgaste, prevenindo problemas de saúde física e emocional, o que tem efeito na melhora da qualidade de vida tanto do paciente quanto do cuidador (FERREIRA et al, 2012).

Portanto, a proposta deste estudo é uma revisão para identificar as fontes de apoio social a idosos portadores de DPOC e investigar o impacto da doença crônica na vida do familiar cuidador, bem como verificar as alterações na vida e nos sentimentos em decorrência do convívio com a doença.

¹ Enfermeira, mestranda do PPG Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale.

² Psicóloga, mestranda do PPG Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale.

³ Doutora em Educação, docente e pesquisadora na Universidade Feevale

O IDOSO E A DOENÇA CRÔNICA

Diante do aumento da expectativa de vida associado a um crescente número de portadores de doença crônica, ocorrem perdas sucessivas de independência e autocontrole e a necessidade da presença de cuidadores. Contudo, as limitações progressivas impostas pela doença, além de dificultarem a realização de atividades básicas da vida diária, também dificultam o estabelecimento e manutenção de relações sociais, deixando o idoso cada vez mais isolado e vulnerável a problemas de saúde, como ansiedade, depressão e distúrbios cognitivos (ANDRADE et al, 2013).

Os significados das doenças crônicas não pertencem exclusivamente ao indivíduo doente, é também propriedade de seus familiares e de sua rede social. Portanto, a rede social, familiares e cuidadores podem auxiliar na redução ou aumento dos sintomas, no exagero ou na diminuição das dificuldades, ou ainda nos impedimentos ou facilidades relativas ao tratamento (FERREIRA et al, 2012).

APOIO SOCIAL E O CUIDADOR

A estimulação de novas redes de apoio social é vista como um importante recurso para a manutenção e melhora da saúde e qualidade de vida dos idosos; e podem ser categorizadas a partir de alguns aspectos, como: propriedades estruturais (tamanho, estabilidade, complexidade, etc.); natureza das relações (formais ou informais, envolvendo amigos ou familiares) e graus de desejabilidade (como livres ou compulsatórias, agradáveis ou desagradáveis). Existindo ainda a classificação por tipos de apoio social, baseada nos estilos de interação que eles proporcionam, a saber, apoio emocional, apoio informacional e apoio instrumental (ANDRADE et al, 2013).

METODOLOGIA

A caracterização desta pesquisa consiste: quanto a natureza é de origem básica, quanto à forma de abordagem do problema é quantitativa, de fins exploratória e quanto aos procedimentos a característica é bibliográfica. A metodologia escolhida foi um levantamento de artigos catalogados no site BIREME – Biblioteca Virtual de Saúde, definidos por serem artigos completos, sobre idosos, disponíveis na língua portuguesa, entre os anos de 2012 a 2015, com descritores que envolvessem: qualidade de vida, doença crônica, atividades cotidianas e estresse psicológico. A pesquisa ocorreu no mês de maio de 2015, sendo disponibilizados sete artigos completos. Destes, foram selecionados dois artigos com maior similaridade de assuntos, com o objetivo de identificar e estimular fontes de apoio social a

idosos portadores de DPOC e investigar o impacto da doença crônica na vida do familiar cuidador do paciente crônico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas fontes de apoio social ao idoso portador de DPOC, a família ainda é a fonte primária. E dentro da família as mulheres são as maiores provedoras do cuidado, embora cada vez mais inserida no mercado de trabalho, ela continua assumindo a maior responsabilidade do cuidado, identificando que existe uma expectativa social de que a atividade do cuidar seja naturalmente feminina. Pode-se ainda identificar como outra fonte de apoio social, o reporte ao cuidado recebido do médico que o acompanha, demonstrando em seus discursos, admiração, agradecimento e confiança (ANDRADE et al, 2013).

O portador de DPOC, pelas dificuldades respiratórias próprias da doença, desenvolve no decorrer da patologia limitações físicas e sociais, restringindo a autonomia na execução de algumas atividades; podendo comprometer desde um simples banho até uma caminhada. Frente a estas limitações, o idoso apresenta diminuição da sua autoestima e verifica baixa na sua autoeficácia, limitando-se a um isolamento social. A exclusão ocorre por um sistema de pertença hierarquizada, dominado pelo princípio da segregação, pertencendo-se pela forma como se é excluído. Na desqualificação consolida-se a exclusão e é a perigosidade pessoal que justifica a exclusão (SANTOS, 2010).

O paciente com DPOC passa por um processo semelhante ao descrito por Santos (2010) quando excluído por sua doença das atividades que realizava, ou os eventos sociais que a doença não lhe permite mais participar. O paciente com DPOC fica excluído, exilado, normalmente refém do seu lar. Esta é uma das necessidades do auto-cuidado para lhe gerar o mínimo das condições de qualidade de vida. Quanto mais afastado de círculos sociais, mais impedido de realizar as atividades de vida diária, mais gera sentimento de desesperança e pode ocorrer um adoecimento psíquico que o fragiliza ainda mais.

Para o estímulo e ampliação das fontes de apoio social, há trabalhos sendo desenvolvido dentro do referencial de psicologia positiva, buscando desenvolver aspectos que fortaleçam o doente frente a sua patologia. Outra forma de potencializar os processos cognitivos do paciente portador de doença crônica são atividades que busquem o aumento da memória, podendo ser desenvolvidas dentro de uma proposta de grupo. Salienta-se que o compartilhamento das experiências baseadas no comportamento de aspectos referente ao autocuidado entre os pacientes também é benéfico.

Em referencia aos aspectos de conhecer o cuidador do paciente acometido por doença crônica identifica-se que o cuidado ainda é comum e cultural da figura feminina, como no trabalho desenvolvido por Andrade et al (2013). Muitas vezes as filhas assumem o papel de cuidadoras por não haver outra pessoa que aceite este papel. Há casos em que os cônjuges cuidam e declaram como justificativa o acordo firmado no casamento, o de cuidar do outro, é sentido como uma obrigação pela esposa (FERREIRA et al, 2012).

Os cuidadores casados apresentaram menor alteração na rotina de trabalho. Acredita-se que o companheirismo da vida conjugal permitiria um menor impacto no trabalho, apesar do aumento da carga de atividades. Os cuidadores com parentesco mais próximo (cônjuges, filhos e irmãos) são os que mais sofrem mudanças na sua atividade sexual, além disso, os solteiros são os menos afetados neste quesito, o estudo sugere que quanto maior a idade, menor a alteração de sentimentos em relação à doença e seu diagnóstico.

O cuidar de paciente portador de doença crônica é um processo desgastante e estressante. No presente estudo encontrou-se um indicador grave de desgaste: o pensamento suicida só apareceu em cuidadores de pacientes com pouco tempo de diagnóstico (menos de três anos). No entanto, mostrou também reações adaptativas como menor impacto negativo no cuidador de pacientes com maior número de comorbidades. É importante salientar, identificado no estudo, que os cuidadores provenientes da Região Nordeste do Brasil apresentaram melhor resposta adaptativa diante do convívio com a doença. No entanto, os cuidadores provenientes da Região Sul do país foram os que apresentaram mais reações negativas decorrentes da convivência com a doença crônica. Contudo, a literatura sugere que no Nordeste do país encontram-se os menores índices de desenvolvimento humano, ou seja, a exposição a maiores adversidades desde a infância pode facilitar maior adaptabilidade nestas situações (FERREIRA et al, 2012).

Para Bauman (2009) a base do sentimento de insegurança do sujeito é o individualismo moderno. Ela é dividida entre a supervalorização do individualismo, consistindo na fragilidade e vulnerabilidade deste indivíduo desprovido da proteção que antigos vínculos lhe garantiam. Para o doente crônico, a necessidade do cuidado é premente, portanto, o apoio social advindo da família é fundamental no seu processo de cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se com este trabalho que estimular e promover bons hábitos de vida e saúde deve fazer parte de uma vida plena. As fontes de apoio do idoso são a família e os

médicos que tratam o DPOC. A incapacidade funcional prejudica a socialização, bem como ocorre sentimentos mútuos de preocupação e cuidados (ANDRADE et al, 2013).

“A sociedade humana é diferente do bando de animais, nela alguém poderia ajudar um inválido a sobreviver. Ela é diversa porque tem condições de conviver com inválidos – tanto que poderíamos dizer, historicamente, que a sociedade humana nasceu com a compaixão e com o cuidado do outro, qualidades apenas humanas.” (BAUMAN, 2009, p. 90)

Dentre o perfil do cuidador levantado pelo trabalho de Ferreira et al (2012), identificou-se que este é de parentesco próximo ao paciente de doença crônica, adulto jovem e do sexo feminino. Que o cuidador proveniente da região Nordeste do Brasil tem melhor resposta adaptativa ao convívio com a doença crônica do que o cuidador proveniente da região Sul do país. E, o impacto na população estudada apresenta-se de maneira plural, exercendo desconforto e sofrimento para os cuidadores, afetando sua vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D.M.; EULÁLIO, M.C.; MELO, R.L.P.; Fontes de apoio social a idosos portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 115-123, jan./mar., 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

FERREIRA, Hellen Pimentel; MARTINS, Lourdes Conceição; BRAGA, Alfésio Luís Ferreira; GARCIA, Maria Lúcia Bueno. O impacto da doença crônica no cuidador. **Rev. Soc. Bras. Clín. Méd**; 10(4)jul.-ago. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GESTÃO EM SAÚDE NO ENVELHECIMENTO NAS UBS DA CIDADE DE NOVO HAMBURGO/RS

Raquel Cristine Wallauer Silveira¹

Luiz Fernando Framil Fernandes²

INTRODUÇÃO

Pensar sobre os processos de envelhecimento, suas teorias e definições, envolve as modificações na relação da pessoa com o tempo e com o mundo, visto que o processo de envelhecer é singular. O envelhecimento da população brasileira tornou-se um grande desafio para as políticas públicas e os setores sociais, causando um grande impacto nos custos da saúde, se fazendo necessário então melhorar as políticas públicas de atendimento no processo de envelhecimento (PEREIRA 2006/2010 apud ARAÚJO et al., 2011). No Estado do Rio Grande do Sul, a população de idosos cresce, evidenciando que a sociedade necessita de subsídios e aprimoramentos para operar em benefício desta crescente população (BRASIL 2004 apud FREITAS; QUEIROZ; SOUSA, 2010). O tema escolhido para a presente pesquisa refere-se à gestão das UBS da cidade de Novo Hamburgo e a partir da compreensão das estratégias de atendimento ao idoso almeja-se contribuir para um modelo de gestão que contemple as necessidades específicas da população idosa promovendo subsídios para a busca de políticas públicas voltadas à prevenção e promoção da saúde, especificamente na saúde do idoso.

OBJETIVOS

O objetivo primário deste estudo foi analisar os princípios da gestão (CHIAVENATO 2001) em saúde no envelhecimento (PAIVA et al., 2010) e os seus respectivos processos de acesso e organização nas UBS da cidade de Novo Hamburgo/RS.

Com abordagem secundária, esta pesquisa almejou identificar os objetivos, as metas e ações propostas pelo Ministério da Saúde e seu cumprimento, para assim descrever as estratégias para a gestão em saúde no envelhecimento nestas UBS e desta forma entender o processo de acesso do idoso aos serviços de saúde.

¹ Universidade Feevale/RS

² Universidade da Região da Campanha

METODOLOGIA

Como metodologia utilizou-se a abordagem qualitativa descritiva, tendo como instrumento de coleta de dados uma entrevista semi estruturada, elaborada pela autora, juntamente com anotações de campo e observações do local e do público estudado (PRODANOV; FREITAS, 2009). A amostra foi adquirida por seleção racional, composta por indivíduos idosos (60 anos ou mais), gestores ou profissionais responsáveis pelos processos de gestão dentro das UBS. Sendo assim, para análise desta pesquisa, foi utilizada a técnica de triangulação por fontes e reflexiva.

RESULTADOS

A análise indicou que o perfil dos usuários analisados se enquadra na descrição de indivíduo idoso, onde a maioria já esta aposentada e não possui plano de saúde. Os achados da pesquisa ainda apontam que o acesso do idoso e o seu atendimento nos serviços de saúde dentro das UBS agradam e satisfazem este público, e que as metas e ações para desenvolver uma boa gestão em saúde no envelhecimento é uma preocupação existente dentro das Unidades de Saúde e também assinalam que as práticas realizadas nos serviços prestados na área da saúde são consideradas produtos e desta forma, passíveis de exigência de qualidade e, por conseguinte, de serem submetidas a medidas avaliativas, pois os cidadãos passaram a entender a qualidade como direito social.

REFERENCIAS

ARAÚJO, L.F. et al. Evidências da contribuição dos programas de assistência ao idoso na promoção do envelhecimento saudável no Brasil. **Rev. Panam. Salud. Pública**, v.30, n.1, p.80-6. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

PAIVA, S.M.A. et al. Teorias Administrativas da Saúde. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v.18, n.2, p.311-6, abr/jun. 2010.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.E. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

INFÂNCIA E O BRINCAR FRENTE AO MOVIMENTO DE EXPANSÃO DOS DIREITOS UNIVERSAIS

Aline de Carvalho¹

Gustavo Roesse Sanfelice²

Palavras-chave: Direitos Humanos. Infância. Brincar.

INTRODUÇÃO

O presente resumo apresentará como tema a constituição da infância e do brincar sob a ótica da expansão dos direitos universais. As discussões iniciais estão organizadas a partir de conceitos e reflexões trazidas por Segato (2006) em culminância com a abordagem dos direitos humanos em relação à infância. Sua relevância está na possibilidade de análise e reflexão acerca do seguinte problema: de que forma a infância pós-moderna tem se constituído frente à expansão dos direitos universais? O brincar tem sido valorizado e incentivado como garantia da criança como um sujeito de direitos? Por conseguinte, relacionarei estas reflexões com a possibilidade de análise da infância sob a nova realidade social, destacando que sua constituição se dá a partir do meio que faz parte. Autores como Pereira e Souza (2003), Ketzer (2003), Buckingham (2006), Luz e Kuhnen (2012), Staviski; Surdi e Kunz (2013) serão alguns dos autores abordados no decorrer da análise. Por fim, discutir-se-á possibilidades de expansão dos direitos universais para além da lei, do papel. Mais do que isso, a discussão apresentará possíveis caminhos para a existência de um indivíduo sensível à existência do outro.

A antropologia, enquanto disciplina que busca estudar o homem em seus diversos contextos, caminha para a ponderação e garantia de seus direitos, destacando a existência de uma tensão entre o relativismo de sua área e o universalismo dos direitos humanos.

Segato (2006) apresenta a diferença entre lei e moral para a compreensão do conceito principal de sua discussão – as comunidades morais. De acordo com a autora, há evidências incontestáveis da diversidade de visões de mundo e sistemas de valores que hoje integram a nossa sociedade. Com elas, devemos perceber claramente a diferença e a distância entre lei e

¹ Graduada no curso de Licenciatura em Educação Física – Universidade Feevale. Bolsista CAPES e mestranda do Curso Diversidade Cultural e Inclusão Social – Universidade Feevale

² Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

moral, entre sociedade nacional e comunidades morais. Exemplificando, o costume “nativo”, de povos originários ou ocidentais, não pode ser considerado equivalente à lei constantemente gerada e transformada como consequência das lutas entre grupos de interesse dentro das sociedades nacionais e da comunidade internacional.

[...] é evidente a dificuldade, a partir da perspectiva antropológica, de conviver com o projeto universal – senão universalizante – dos direitos humanos. A antropologia, ao longo do século XX, tentou trabalhar a consciência da humanidade para perceber e aceitar a variedade das perspectivas culturais e dos conceitos de bem. A empreitada, contudo, alcançou seu limite no momento presente, quando as culturas consideradas mais distantes, segundo a perspectiva ocidental, têm de dialogar e negociar seus direitos nos foros estabelecidos por seus respectivos Estados nacionais. Isso não torna obsoleto o projeto da antropologia como área de conhecimento, mas, de certa maneira, o desloca (SEGATO, 2006, p. 216).

Neste sentido, destaca-se a reflexão sobre o relativismo das culturas e o universalismo dos direitos humanos como possibilidades de se repensar estratégias antropológicas para a resolução deste dilema. Sobre isso, torna-se evidente a dificuldade de conviver com o projeto universal em meio à diversidade de particularidades, especialmente em relação à infância.

INFÂNCIA E DIREITOS HUMANOS

No Brasil, os direitos fundamentais à infância e adolescência encontram-se assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) que constitui uma legislação. Segundo os princípios da proteção integral, crianças e adolescentes devem ser tratados como sujeitos de direitos (cidadãos) e como grupo prioritário, tendo em vista o estágio de desenvolvimento biopsicossocial, cujas peculiaridades lhes atribuem necessidades especiais e imediatas.

Pereira e Souza (2003) destacam a infância como uma categoria natural, mas profundamente histórica e cultural, constituinte da sociedade e do momento histórico em que se vive. Autores como Ketzer (2003) e Buckingham (2006) afirmam que diferentes culturas e experiências produzem infâncias muito distintas e rodeadas por um universo midiático, de consumo e de transformações sociais, tornando essencial compreender a infância como parte integrante deste novo contexto.

Sobre isso, os autores Staviski, Surdi e Kunz (2013) problematizam a realidade: muitas vezes não há tempo para ser criança na atualidade, uma vez que há uma aceleração para tudo na sociedade, ocorrendo a percepção de que nunca há tempo suficiente. Mais especificamente em relação às crianças, os autores destacam a relevância da existência de

tempo para brincar, para ser criança, uma vez que é através disso que nos relacionamos com o mundo. Por conseguinte, destacam:

Refletir sobre o tempo na educação de crianças é confirmar que a pressa pode comprometer a busca de uma educação equilibrada. Alguns processos não podem seguir a lógica do culto à velocidade. Cada criança tem seu tempo, e tentar não submeter o tempo subjetivo do indivíduo a um tempo homogêneo da sociedade é uma maneira de encontrar a criança na sua luta pela sobrevivência e de sermos facilitadores para que esta tenha o seu tempo de ser criança respeitado (STAVISKI; SURDI; KUNZ, 2013, p.126).

A literatura já tem percebido e refletido sobre a importância de espaços ao ar livre para o desenvolvimento infantil. Contudo, a falta de acesso aos espaços públicos, o aumento da violência, do tráfego de veículos e da falta de estrutura disponibilizada são fatores que dificultam o acesso das crianças a esses locais, o que conseqüentemente impossibilita o brincar em espaços que não sejam a escola ou a própria moradia das famílias (LUZ; KUHNEN, 2012).

Colaborando com os autores citados até aqui, Pereira e Souza (2003) priorizam a reflexão sobre o processo de enclausuramento das crianças, no sentido de cada vez mais permanecerem em espaços escolares ou em pequenos espaços. Frente a isso, destacam a relevância de se refletir sobre o espaço-tempo em que vivemos atualmente:

Começa, então, um longo processo de enclausuramento das crianças, mas também dos adultos, que se estende até os nossos dias, e que vai desde a escolarização aos modos mais sofisticados e sutis de confinamento espacial. É necessário, portanto, construir instrumentos teóricos que nos permitam pensar a organização do espaço-tempo em que vivemos hoje [...] (PEREIRA; SOUZA, 2003, p. 37).

A partir disso, é fundamental a ponderação em relação ao se-movimentar e à forma com que o mesmo tem ocorrido, já que os espaços para essa movimentação estão cada vez mais restritos ao contexto escolar. Os direitos da criança estão sendo garantidos em sua totalidade?

De acordo com Segato (2006), a lei está muito além de sua função normativa, uma vez que faz-se necessária a percepção de sua importância pedagógica do discurso legal que, por sua simples circulação, é capaz de inaugurar novos estilos de moralidade e desenvolver sensibilidades éticas desconhecidas. Assim, não basta à lei existir, pois para sua eficácia plena, ela depende da divulgação ativa de seu discurso e, inclusive, da propaganda. Nesta reflexão, a autora sugere a incorporação de um terceiro princípio de justiça ao fenômeno da moral e da lei. A mesma refere-se ao impulso ou desejo que nos possibilita, mesmo que

habitemos aldeias ou metrópoles, contestarmos a lei e nos voltarmos reflexivamente sobre os códigos morais que nos regem.

Em diferentes contextos, a ética é o que nos permite estranhar nosso próprio mundo, atentando para a moral que nos orienta e a lei que nos limita. Por isso, compreende-se sua relevância como princípio da história dos direitos humanos. Nesta perspectiva, torna-se fundamental a reflexão: de que forma a lei tem chegado à infância? O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) tem garantido na prática o brincar como um direito às crianças?

3 METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se como uma revisão teórica a partir dos conceitos estudados na disciplina de Diversidade, Conflitos Sociais e Direitos Humanos, integrante do Mestrado de Diversidade Cultural e Inclusão Social, da Universidade Feevale – Novo Hamburgo/RS, especialmente referente ao brincar como um direito das crianças, frente à expansão dos direitos humanos. O procedimento metodológico utilizado no trabalho foi a pesquisa bibliográfica, baseada em materiais já publicados sobre a temática abordada. O critério de escolha ocorreu a partir de reflexões apresentadas em artigos analisados referentes ao brincar e aos direitos humanos, através de uma pesquisa na base de dados Scielo, priorizando aqueles abordados na disciplina já citada anteriormente.

DISCUSSÃO

Diversas bibliografias já encontraram um ponto em comum em relação à infância: há muita mudança na vida das crianças ao longo das últimas três ou quatro décadas. Mudanças relacionadas ao estilo de vida, ao lugar em que as crianças hoje ocupam em suas famílias, aos novos brinquedos e preferências infantis e à limitação significativa dos espaços abertos destinados às atividades do brincar. Tais fatores devem ser levados em conta na compreensão da infância atual. Buckingham (2007), apesar da existência de diversos discursos, problematiza esta situação:

[...] embora os debates sobre a infância no contexto atual sejam muitas vezes contraditórios, todos parecem convencidos de que passamos por um período de grandes mudanças, tanto no que diz respeito aos conceitos de infância quanto à experiência vivida pelas próprias crianças (BUCKINGHAM, 2007, p. 38).

De acordo com o autor, as mudanças são muitas e apesar da existência de discursos e debates variados, elas já são percebidas, pois a infância não é a mesma de décadas atrás. A

essência das experiências vividas pelas crianças na infância de hoje está intimamente relacionada às atividades relacionadas ao brincar e essa é a ferramenta fundamental para compreender o motivo de tantas modificações ocorridas.

Conforme afirma Rifiotis (2006, p.235) é preciso contribuir positivamente com a agenda dos Direitos Humanos,

destacando a importância de pensar os sujeitos de direitos contextualmente, ou seja, a dimensão vivencial das suas experiências, seus dilemas e modalidades de enfrentamento, a reapropriação que fazem dos discursos e práticas judiciarizantes, sempre atentos aos limites da nossa própria percepção.

O autor ainda destaca e problematiza que as experiências históricas no Brasil têm mostrado a existência de uma dissonância entre a determinação jurídica e sua aplicabilidade. Segundo ele, “não é preciso detalhar os problemas concretos da efetividade do acesso à justiça e da garantia de direitos criados” (Rifiotis, 2006, p. 237).

De acordo com Brown (2006), o tempo de brincar com grandes grupos, em espaços abertos, diminuiu consideravelmente e é apenas mais um exemplo das transformações relacionadas à infância. Sendo assim, torna-se evidente a necessidade de reflexão acerca desta realidade, para que a criança possa – independente das transformações sociais – ter garantido não somente lei os seus direitos, mas fundamentalmente em suas vivências diárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões apresentadas, chega-se ao questionamento: os direitos humanos mais inerentes e fundamentais à pessoa humana tem se concretizado para crianças? Frente a realidade exposta e sabendo que a criança se constitui a partir do brincar, cabe a reflexão de que o mesmo nem sempre tem acontecido com frequência, em espaços que permitam seu desenvolvimento.

A partir da revisão teórica realizada, chegou-se às seguintes considerações:

a) O brincar precisa ser compreendido como a principal forma que a criança possui de relacionar-se e de constituir-se no mundo, recebendo a devida importância da sociedade e da legislação, que de acordo com o presente estudo, nem sempre compreendem sua relevância.

b) Infância e brincar são inerentes à formação da criança. Por esse motivo, a criança precisa ser reconhecida como um sujeito de direitos, tendo seus direitos garantidos, não apenas aqueles que são essenciais à sua sobrevivência, mas os que fazem parte da sua essência – e entre eles, está o brincar.

Assim, entre estes inúmeros paradigmas, encontra-se o novo e desafiador papel da antropologia – a capacidade de atuar no processo de expansão dos direitos humanos em combinação as particularidades culturais e a jurisdição, especialmente à infância. Muito mais do que isso, talvez seja necessário caminhar para um “nós” que esteja sensível à existência do outro em sua total integridade e inserção cultural, histórica e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BUCKINGHAM, D. **Crescer na Era das Mídias**: após a morte da infância. Tradução de GIRARDELLO, Gilka; OROFINO, Isabel. Florianópolis, 2006.

BROWN, D. O brincar, o pátio do recreio e a cultura da infância. In: MOYLES, J. R. (Org.). **A Excelência do Brincar**: a importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais. Porto Alegre: Artmed, 2006. Cap. 4. p. 63-79.

KETZER, S. A criança, a produção cultural e a escola. In: JACOBY, S. (org.). **A criança e a produção cultural**: do brinqueado à literatura. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2003.

LUZ, G. M.; KUHNEN, A. O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Florianópolis, v. 26, n.3, p.552-560, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v26n3/v26n3a15.pdf>> Acesso em: 12 maio 2014.

PEREIRA, R.; SOUZA, S. Infância, conhecimento e contemporaneidade. In: KRAMER, S.; LEITE, M. (Orgs). **Infância e produção cultural**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

RIFIOTIS, T. **Direitos humanos**: sujeitos de direitos e direitos do sujeito. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/15_cap_2_artigo_07.pdf> Acesso em 15 de maio de 2015.

SEGATO, R. L. **Antropologia e direitos humanos**: alteridade ética no movimento de expansão dos direitos universais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a08v12n1.pdf>> Acesso em 12 de junho de 2015.

STAVISKI, G.; SURDI, A.; KUNZ, E. Sem tempo de ser criança: a pressa no contexto da educação de crianças e implicações nas aulas de Educação Física. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 113-128, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v35n1/a10v35n1.pdf>> Acesso 08 maio 2014.

MUSEU DO TREM/SL: O PLANO MUSEOLÓGICO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS

Daniela Schmitt¹

Luiz Antônio Gloger Maroneze²

Palavras-chave: Museu do Trem. Plano Museológico. Profissionais de Museu. Memória. Identidade.

INTRODUÇÃO

O trabalho é resultado da assessoria museológica realizada no período do primeiro semestre do ano de 2015. Verificou-se a possibilidade de apresentar uma instituição museal que se propõe a dialogar com o meio acadêmico. Para isso, apresenta-se em especial o plano museológico do Museu do Trem com o intuito de evidenciar a sua relevância cultural e social, bem como o seu caráter interdisciplinar.

Em 2003 a Museologia deu um grande passo no país com a criação da Política Nacional de Museus. A partir de uma política cultural voltada para os museus cria-se o Estatuto de Museus e o Instituto Brasileiro de Museus/Ibram (autarquia do Ministério da Cultura). A Lei 11.904/2009 que instituiu o Estatuto dos Museus torna-se a base para a gestão museal. Em especial, consideraremos o artigo 23.

Art.23. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e função específica na sociedade. (BRASIL, 2009)

A elaboração do Plano Museológico se organiza a partir da construção de um Diagnóstico Institucional que reflete as ações, os espaços e a equipe do museu. A missão do Museu do Trem é de assegurar a dimensão do Museu como território de salvaguarda e de difusão da história da ferrovia e da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFGRS) e da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima no Rio Grande do Sul (R.F.F.S.A.). Reafirmá-lo

¹ Muséóloga formada pela Universidade Federal de Pelotas, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais/Feevale.

² Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, professor do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais/Feevale.

como lugar reflexivo dos diferentes espaços-tempos vinculados à memória local, regional, estadual e nacional.

O Museu do Trem de São Leopoldo/RS, Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul, é o principal equipamento público na temática ferroviária em toda a região sul do Brasil. Responsável pela salvaguarda e o cuidado da primeira Estação Ferroviária construída no Estado do Rio Grande do Sul, possui em suas dependências a guarda de parte do acervo da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (R.F.F.S.A), de sua seção no Estado gaúcho.

O Museu do Trem foi inaugurado em 1976, primeiramente sob responsabilidade do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo³. Em 1983 a R.F.F.S.A. retoma a responsabilidade pelo Museu do Trem, dando origem ao Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul, inaugurado em 1985. Já em 1990, a R.F.F.S.A. decidiu fechar o Museu, porém o mesmo foi tombado como patrimônio histórico por intermédio do Secretário da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. No ano seguinte foi realizado um termo de comodato entre a R.F.F.S.A. e a Prefeitura Municipal de São Leopoldo, que tem a função de zelar e manter a instituição museológica atualmente.

Com os trabalhos sociais e museológicos, o Museu do Trem preocupa-se com o desenvolvimento de sua função social e, por isso, elaborou seu plano museológico com o intuito de desenvolver suas ações em consonância com a sociedade. Para isso, o Museu busca ser um espaço de diálogo e de interação. Ao apresentar e implementar o seu plano diretor a instituição se adapta diante de um contexto contemporâneo voltado as discussões museais e, ainda, se enquadra junto ao Estatuto de Museus, Lei nº 11.904/2009.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo o Estatuto de Museus:

[...] os museus são instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, p.01)

³ Fundado em 20 de setembro de 1959. É uma entidade cultural privada sem fins lucrativos mantido por sócios mantenedores.

Percebe-se o museu como responsável pela seleção do que quer ressignificar, porém é através de seus gestores que a memória sofrerá flutuações, em função das articulações, dos interesses pessoais. Sendo assim, se pode concordar com Pollak (1992) que “a memória é um fenômeno construído”.

Pollack (1992, p.05) diz que “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”. O museu por meio de seus profissionais adota um discurso deixando de lado em alguns momentos outras memórias, outros signos. Por isso, o plano museológico é essencial, pois ele deverá assegurar a memória dos diferentes grupos sociais no espaço museal. Ou seja, ele será um fortalecedor da memória e da identidade local/global permitindo que exista o vínculo entre patrimônio, museu e público.

METODOLOGIA

A partir do exposto, da análise do perfil institucional e das características do Museu do Trem, a metodologia proposta tem como base os procedimentos que buscam articular o estudo (presenciais e à distância) e as ações relativas a três caminhos que foram percorridos para a elaboração do plano apresentado, a saber: construção do diagnóstico institucional; elaboração dos sistemas de pesquisa, salvaguarda e comunicação museológicos; preparação de estratégias de monitoramento e avaliação.

A metodologia consistiu na análise quantitativa e qualitativa compreendendo a participação dos profissionais do Museu. Sendo assim, como exposto acima, a proposta metodológica entende que o Plano Museológico deve estar amparado em três etapas:

- Diagnóstico Institucional;
- Programa de Ações Museológicas;
- Monitoramento Sistemático das Ações Museológicas.

Buscou-se diversificar as fontes de análise, verificando os planos, os relatórios, os projetos e os outros documentos que indicam a dinâmica do Museu. Desta forma, de maneira pontual e progressiva. A última fase do trabalho foi dedicada à formalização do texto final do Plano Museológico, à proposição dos principais vetores do Programa de Linhas de Ações Museológicas e da indicação das questões que deverão se enquadrar em um Planejamento Estratégico.

RESULTADOS

O diagnóstico institucional teve caráter participativo. Foi realizado com a comunidade leopoldense a fim de dialogar as ações a serem desenvolvidas nos onze programas. Ao total foram realizados três encontros abertos ao público e sete encontros internos com a equipe da instituição. Ambos com o intuito de dialogar sobre o Museu do Trem.

Durante o primeiro encontro foram verificados os problemas e as potencialidades do Museu e foram evidenciados a partir dos apontamentos alguns pontos faltantes no espaço do Museu, como: a inexistência de um Conselho Consultivo; a falta de profissionais para algumas especialidades técnicas; o acúmulo e a simultaneidade de tarefas técnicas, administrativas e operacionais; o espaço para a Reserva Técnica, entre outras áreas técnicas, administrativas e operacionais que precisam ser redefinidas e adaptadas; o uso restrito de recursos interativos que possam aprimorar a realização de serviços internos e mesmo a articulação entre os profissionais.

Para isso, as providências a serem tomadas pela instituição foram elencadas nos programas e linhas de ação de forma a contribuir com a equipe priorizando as metas a serem alcançadas.

DISCUSSÃO

O Museu tem como visão ser um centro de preservação de referência no que diz respeito ao Patrimônio Cultural voltado a ferrovia no Estado do Rio Grande do Sul bem como no país. Ser exemplo de ações museológicas voltadas à sociedade priorizando o diálogo.

Com o intuito de ser um espaço interdisciplinar o Museu do Trem adotou os seguintes programas sugeridos pela Lei 11.904/2009: institucional, de gestão de pessoas, de acervos, de exposições, educativo e cultural, de pesquisa, arquitetônico-urbanístico, de segurança, de financiamento e fomento, de comunicação, sócio-ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período para a execução das ações propostas no plano museológico do Museu do Trem será de cinco anos. Todavia, é viável que as ações sejam adaptadas diante dos resultados das avaliações. A avaliação será realizada pela equipe em que será considerado o livro de sugestões do Museu.

Durante as discussões com a equipe do Museu, bem como com o seu público, percebeu-se a necessidade de troca de informações e da importância de capacitação da equipe. Para isso, o plano museológico terá o papel de dar suporte para as ações desenvolvidas na

instituição. É fundamental o trabalho em equipe, e nesse caso é essencial que existam mais profissionais envolvidos. O desafio é conciliar a continuidade do trabalho museal em uma instituição pública. O facilitador seria a parceria com outras instituições culturais e educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Estatuto de Museus**. Disponível em: http://www1.museus.gov.br/IBRAM/PAG/legislacao_detalhe.asp?cn=32. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

COSTA, E. P. Princípios Básicos da Museologia. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museu. Secretaria de Estado da Cultura, 2006, 100 p.

CURY, M. X. O sujeito do Museu. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n. 4, 2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009. p.86-97.

MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. **Museologia e Patrimônio** - vol.II n. 1, 2009.

NORA, Pierre. **Memória: da liberdade à tirania**. MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 4, 2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. P. 200-212.

RUSSIO, Waldisa. Texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). Produzindo o passado, São Paulo: Brasiliense, 1984.

NA BATIDA DO PÉ... AO SOM DO TAMBOR: O ENSAIO DE PAGAMENTO DE PROMESSAS DOS TEIXEIRAS DE QUICUMBI EM MOSTARDAS/RS

André Witt¹

Magna Lima Magalhães²

Palavras-chave: Quicumbi. Teixeira. Promessa. Cultura.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende discutir e apresentar a manifestação cultural e religiosa denominada Ensaio de Pagamento de Promessas dos Teixeiras de Quicumbi, como uma forma de concepção étnica e identitária da comunidade quilombolas dos Teixeiras em Mostardas/RS. As transformações sociais e tecnológicas presentes na atualidade fazem questionar a permanência dessas manifestações tradicionais como o Ensaio de Pagamento de Promessa em uma sociedade complexa.

A transformação das atividades humanas e o acesso às informações em tempo real ressaltam a importância de resguardar manifestações nas quais a memória é tida como elemento fundamental para a existência das mesmas, portanto, a necessidade de desenvolver uma pesquisa voltada a essa temática é relevante para conhecer e valorizar um dos aspectos culturais que caracterizam essa comunidade.

Sendo assim, pretende-se contextualizar a história e o espaço atual do Ensaio para perceber a sua trajetória em meio as inúmeras transformações sociais, bem como compreender seus signos e seus significados, além disso, enfatizar a necessidade da preservação desse aspecto cultural da etnia negra, que está vinculada a um tempo histórico escravagista em uma localidade reconhecida historicamente pela ocupação e colonização açoriana.

¹ Mestranda do PPG em Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale; especialista em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, Fapa. E-mail: deia_witt@hotmail.com

² Doutora em História, Unisinos. Professora permanente do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale. E-mail: magna@feevale.br.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O interesse por conhecer ainda mais o que envolve o ritual do Pagamento de Promessas me fez pensar na possibilidade de tornar essa temática o objeto de estudos para ser analisado no mestrado em Processos e Manifestações Culturais, cujo foco interdisciplinar permitiria a utilização da antropologia e da história para compreender o Ensaio de Pagamento de Promessas. A antropologia vem contribuir no sentido de entender as relações estabelecidas entre os indivíduos, ou seja, suas redes de sociabilidades, bem como, das manifestações culturais desenvolvidas dentro dessa dinâmica. Autores como Mauss (2003), Godelier (2001), Levi Strauss (1978), Geertz (2011) auxiliam no processo de compreensão do vínculo estabelecido entre o indivíduo e o coletivo por meio do Ensaio de Pagamento de Promessas, assim como do processo ritualístico que envolve essa manifestação cultural.

Em relação à história, o contexto em que surge o Ensaio de Pagamento de Promessas, a formação do espaço geográfico, origem e formação da comunidade em que se encontram os adeptos do ritual, são explorados por meio de fontes históricas. Além das fontes materiais, as fontes orais são de extrema valia, entre elas entrevistas e observações. Aliadas a essas fontes, a utilização de teorias, como a dos estudos culturais que têm como base a compreensão da história por meio de seus aspectos culturais, autores como Burke (2008) destaca a importância da Nova História Cultural para a análise dos fenômenos culturais como parte intrínseca de um processo histórico. De acordo com Burke (2008, p. 69), “o novo estilo de história cultural deve ser visto como uma resposta aos desafios já descritos, à expansão do domínio da “cultura” e a ascensão do que passou a ser conhecido como “teoria cultural””.

METODOLOGIA

Para analisar o Ensaio do Pagamento de Promessas dos Teixeiras de Quicumbi foram necessárias entrevistas, observação participante, conversas informais registradas em diário de campo, bem como análise de áudios de cânticos e documentários. Ao todo foram 19 (dezenove) entrevistas, com dançantes e pessoas do município mostardense ligadas, de alguma forma, ao Ensaio de Promessas dos Teixeiras de Quicumbi. Durante algumas entrevistas, consegui, por meio de olhares e suspiros, perceber a admiração que os envolvidos no Ensaio têm pela tradição da ritualística ainda hoje expressada na região. As maiores contribuições para a compreensão do Ensaio, na realidade, foram obtidas por meio da observação participante, pois foi durante as pequenas apresentações do grupo à comunidade, bem como do Ensaio realizado no dia 24 de janeiro de 2015, que pude perceber como o

Ensaio transcende a esfera religiosa e busca seu reconhecimento como patrimônio cultural da identidade negra naquela região.

O trabalho de campo etnográfico, do qual me apropriei para compreender o Ensaio de Pagamento de Promessas, visa, entre outros, descrever, além do que é visto, o que é sentido e percebido, pois foi por meio de sentimentos e percepções aliados a um aprofundamento teórico pertinente que compreendi todas as etapas do desenvolvimento ritualístico do Ensaio de Pagamento de Promessas, assim como a intensidade da vivência daquele momento entre os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ensaio de Promessas está inserido em uma sociedade em contínua transformação, o antigo dando espaço ao moderno, o manual ao tecnológico, a lentidão ao rápido e ágil acesso, enfim, são mudanças que acompanham a vida e a rotina dos indivíduos da sociedade do século XXI.

Vivemos em uma era digital que permite a aproximação virtual, mas, ao mesmo tempo, distancia da vida real, tarefas que demandariam o contato humano são substituídas pelas facilidades do mundo tecnológico: transações bancárias, compras *on-line*, bate papo com os amigos, enfim, há diversas maneiras de o ser humano ser mediado pelo computador.

Conforme Beneduzi,

As transformações sociais e econômicas de que se investiu o século XIX, atinge uma dinâmica ainda mais visível e emblemática na *cybersociedade* da virada do século XX para o XXI. A nova realidade social-marcada por tempos múltiplos, por tempos imaginários, pela discussão entre o tempo físico e o tempo subjetivo – cria um distanciamento sempre maior entre a realidade vivida e a percepção que se constrói sobre ela. “ (2008, p.20)

Haverá lugar para as tradições neste mundo tecnológico e dinâmico? As tradições, como o Ensaio de Pagamento de Promessas de Quicumbi se mantêm e se expressam pela força do sentimento de pertença que seus integrantes têm enquanto grupo. A fé que move seus participantes é algo surpreendente, a crença na benevolência de Nossa Senhora do Rosário é algo que vai além da fé inabalável, pois denota um amor, uma certeza convicta do poder sobrenatural exercido pela divindade.

Essa fé, essa crença é o que mantém a rede de relações estabelecidas por meio do ritual, mas para a existência do mesmo, é necessária a renovação dos componentes que, devido à idade, acabam por não constituir mais a fileira de devotos. A renovação se dá pela

incorporação de novos adeptos, as crianças e jovens da comunidade, são eles que vão dando continuidade à manifestação cultural.

Hoje se percebe que o Ensaio de Pagamento de Promessas tem mais pessoas idosas do que dançantes jovens. Esse é um problema grave em relação à perpetuação do ritual, e é possível notar essa preocupação nas falas dos entrevistados, isso vem sendo discutido, embora ainda não haja solução, pois, para compor as noites de Ensaio, todos os dançantes da região, seja do Rincão, de Casca ou de Tavares se unem para poder realizar o pagamento da promessa e, assim manter viva esta tradição que vem sendo repassada de geração a geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, desde o início de sua colonização, foi formado por uma mistura étnica de brancos europeus, índios nativos, negros africanos e, mais recentemente, por inúmeras etnias que encontram no Brasil uma pátria acolhedora. O confronto com os nativos, a dizimação de algumas tribos, as ruínas das Missões, as senzalas com seus troncos, deixaram marcas que muitos gostariam de esquecer, mas o não lembrar não apaga as atrocidades cometidas contra os antepassados desta terra, que deixaram cicatrizes em nossa história.

A linha teórica dos estudos culturais vem discutir esta diversidade por meio das questões culturais. Esse novo olhar da história permite que se conheça a genialidade desses povos. A Nova História possibilitou estudos voltados a temáticas culturais que antes não eram valorizadas. Esses estudos, muitas vezes, utilizam-se da memória para compreender os acontecimentos de outro tempo, que não foram registrados de forma material, mas apenas por meio de lembranças daqueles que vivenciaram determinado momento histórico. A memória possibilita reconstruir histórias de vida, bem como acontecimentos marcantes. Por meio das lembranças, o grupo de Ensaio de Promessas dos Teixeiras de Quicumbi em Mostardas/RS consegue preservar suas raízes, assim como suas tradições, costumes, sua fé e também seu ritual. A memória é, sem dúvida, uma fonte rica que permitiu que, ainda hoje, os preceitos desta manifestação fossem repassados aos mais novos.

O ritual do Ensaio de Pagamento de Promessas é realizado por dançantes, sendo que a premissa necessária é que sejam homens negros. Para a continuidade desta manifestação os mais jovens deveriam, desde pequenos, serem instruídos a participar do Ensaio, mas ao chegarem a juventude, muitos resolvem procurar melhores ofertas de trabalho em centros urbanos, como por exemplo, na região metropolitana de Porto Alegre. As transformações tecnológicas e o mundo globalizado oferecem melhores oportunidades de conforto e facilidades que o mundo rural não oportuniza, portanto, esses jovens saem da localidade onde

residiam desde pequenos e, assim, a manutenção do ritual, ou seja, a renovação dos dançantes fica comprometida pela inexistência de novos participantes. O futuro é incerto em relação a perpetuação desta manifestação, mas o que podemos perceber é que devido a crença e a admiração que os dançantes possuem de sua tradição, enquanto houver tambores tocando e dançantes devotos o “Ensaio de Pagamento de Promessas dos Teixeiras de Quicumbi” irá continuar.

REFERÊNCIAS

- BENEDUZI, Luiz Fernando. Nostalgia do tempo em um tempo de nostalgia. In: PESAVENTO, Sandra (org.); SANTOS, Nadia Maria W.(org.); ROSSINI, Miriam de Souza (org.). **Narrativas, Imagens e práticas sociais – Percursos em História Cultural**. Porto Alegre: Editora Asterisco, 2008. p. 19-40.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- _____. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- _____. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. A essência das religiões. 3ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. **Mito e realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1972.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUEDES, Marisa Oliveira. **Ensaio de Promessas no município de Mostardas**. 2006. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/ensaio-de-promessa/27019/>. Acesso em: out. 2013.
- LOBO, Janaina Campos. **Entre Gingas e Cantigas: etnografia da performance do Ensaio de Promessas de Quicumbi entre os morenos de Tavares**, Rio Grande do Sul. 2010. 158f. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social).
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.200-212. Disponível em:
http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf Acesso em: abr. de 2015.

PRASS, Luciana. **Maçambiques, Quicumbis e Ensaios de Promessa**: um reestudo etnomusicológico entre quilombolas do sul do Brasil. 2009. 312f. Porto Alegre: UFRGS/PPGMUS, 2009. Tese (Doutorado em Música – Etnomusicologia). QUILOMBO dos Teixeira. Mapa. Disponível em Google Maps. Acesso em maio 2015.

O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AD E SEUS REGISTROS: AVALIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Raquel Aires do Amaral¹

Lisiane Machado de Oliveira Menegotto²

Palavras-chave: CAPS AD. Registros. Processos de Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços substitutivos de atenção especializada em saúde mental que, compõe o Sistema Único de Saúde (SUS). Eles constituem a principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica do país. (BRASIL, 2004). O Centro de Atenção psicossocial (CAPS) AD II presta atendimento a usuários com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas. Quaisquer substâncias: álcool, cocaína, crack, medicamentos... (BRASIL, 2002). O objetivo dos CAPS é a formação de uma rede de cuidados voltada para a reabilitação e a reinserção social das pessoas de uma forma aberta e territorializada, bem como a melhoria da qualidade de vida do usuário por meio de atenção integral. Para isso, é necessário trabalhar outras questões que vão além da saúde, através de parcerias, com os serviços da Atenção Básica e demais espaços do território, que incluam o usuário em outros espaços de cidadania. Está previsto ainda que os CAPS organizem a rede de atendimento em seu território, deem suporte ao trabalho e supervisionem à atenção em saúde mental na atenção básica, bem como regulem a porta de entrada da rede em assistência em saúde mental da sua área. (BRASIL, 2004). Dentro dessa perspectiva, visando a formação e fortalecimento da rede de cuidados em saúde mental para a população usuária de substâncias psicoativas, de um município da região metropolitana de Porto Alegre (RS), criou-se o projeto de implantação do matriciamento, em um CAPS AD. Para desenvolver esse plano de ação e qualificar os processos de trabalho do serviço estabeleceu-se um cronograma de implantação. A primeira etapa da implantação, foi a realização de uma análise documental de uma planilha excel onde constam dados de usuários.

¹ Residente em Saúde Mental no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde (RMS) - Feevale, Psicóloga.

² Doutora em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS), Psicóloga, Tutora da RMS (Feevale), Docente da Universidade Feevale.

Esta análise permitiu a identificação de como se procedem os registros de prontuários do serviço, verificar quantos usuários foram atendidos no CAPS AD desde sua implantação, quantos foram a óbito e quantos permanecem em atendimento. Este trabalho tem por objetivo apresentar os dados levantados nesta análise. Entende-se que esse levantamento possibilita avaliar, de um modo geral, como estão ocorrendo os registros dos processos de trabalho neste serviço. Nesse sentido justifica-se a realização deste trabalho pois, os resultados da análise permitirão a qualificação dos processos instituídos. A realização da presente pesquisa fez parte das atividades que compuseram o plano de ação de uma residente psicóloga do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade Feevale.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O matriciamento em saúde mental permite que haja uma discussão e interlocução entre diferentes serviços, que tratam do usuário de saúde mental. Encontra-se em Nunes (2007) que o matriciamento é um arranjo de gestão e dispõe-se a ser um coletivo organizado com um objetivo comum de trabalho. Espera-se através dele introduzir, nos processos de trabalho, um espaço de troca entre os profissionais e co-responsabilização entre diversos níveis de atenção buscando qualificar o cuidado em saúde mental e articular a rede de serviços de saúde. Compreende-se que, para que se possa desenvolver o trabalho do matriciamento de maneira qualificada, é imprescindível que o CAPS esteja bem organizado, desde os seus registros até os processos de trabalho. Entretanto, em recente estudo realizado, Larentis e Maggi (2012) constataram que, a forma como estão organizados os CAPS ainda apresenta limitações e necessita de qualificações. As autoras sugerem que as limitações se devem ao fato de o CAPS ser um serviço ainda recente, do ponto de vista da sua implantação. Os CAPS foram regulamentados em 2002. (BRASIL, 2002). Nesse sentido, as autoras propõe que, devem ser realizados estudos avaliativos desses serviços que possam colaborar com o levantamento de necessidades e implantação de mudanças importantes. (LARENTIS; MAGGI, 2012).

METODOLOGIA

O CAPS AD mantém no serviço, uma planilha Excel onde ficam registrados dados dos usuários que acessaram o serviço. Esta planilha contém os seguintes dados: nome do usuário, número de prontuário e a data de ingresso do usuário no serviço. Observou-se, que havia uma única planilha de registro, desde 2002, quando o serviço foi implantado. Nesta planilha constavam dados de usuários que ainda estão em atendimento, junto daqueles que não mais frequentam o serviço. Até mesmo os dados de usuários que já foram a óbito. Ou seja, os

dados de usuários que já não estão mais sendo atendidos se misturam àqueles que frequentam o serviço atualmente. Para a implantação do matriciamento, decidiu-se então, organizar esses dados, para se ter uma noção real do número de atendidos no corrente ano, o que nos permitiu identificar de onde proveem a demanda do serviço. Foi possível ainda, identificar a região da cidade que apresenta maior número de usuários em atendimento. A partir da reorganização da planilha Excel dos dados, foram geradas três tabelas: A tabela 1 que agora contém dados de “usuários ativos”, ou seja, aqueles que estão frequentando o serviço atualmente. Nela, constam dados de nome do usuário, número de prontuário, data de início do tratamento, endereço, contato e nome de técnico de referência. Na tabela 2 ficaram registrados os usuários “inativos”, ou seja, ficou o registro de usuários que já estiveram em atendimento no serviço, que tem um prontuário no CAPS AD e que atualmente, não são mais atendidos, seja por estarem de alta, por terem sido transferidos para outros serviços ou por terem abandonado o tratamento. Na tabela 3 registrou-se o nome dos usuários que foram a óbito.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão realizada apresentará dados preliminares do levantamento. Os dados finais serão apresentados na data de apresentação do trabalho no evento. A reorganização da tabela permitiu o levantamento de alguns dados. Encontrou-se que, desde a implantação do serviço, até o final de março de 2015 haviam passado pelo serviço três mil e setenta e dois (3.072) usuários, constantes no registro da tabela. Destes, houve 33 óbitos notificados, sendo os mais recentes ocorridos no corrente ano. Foram registrados três óbitos em 2015. Nas três situações, a causa morte, teve correlação direta com o uso de substâncias e os três usuários vinham sendo acompanhados sistematicamente no CAPS AD. Observa-se então, que o uso abusivo de substâncias, por tempo prolongado, pode ter uma correlação positiva com possíveis causa-morte de usuários. Isto se dá, em função do deterioro que as substâncias vão provocando, gradativamente, no organismo. Em relação aos registros, observa-se que, a organização dos dados permite a qualificação dos processos de trabalho. Ocorre que, a equipe assistencial, parece mais ocupada com o fazer em si, do que com o registro de dados. Para alguns o registro lhes parece mera burocracia. O que acaba produzindo uma certa dissociação dos processos. Se faz necessário entender que, registros permitem a constante observação do que se tem produzido ao longo do tempo e, conseqüentemente, viabilizam uma constante crítica a respeito do trabalho realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, ainda há muito a se produzir no sentido de qualificação dos processos de trabalho e registros do CAPS AD, bem como da organização do próprio serviço. Uma vez que, o processo de registros se faz importante não só para constituição de um histórico do serviço, como também serve para fins de comprovação do trabalho realizado. Compreende-se que estudos como este potencializam a qualificação do processo de trabalho dos CAPS e permitem a divulgação do trabalho que vem sendo realizado nesses serviços.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. **Portaria 336**, de 19 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_336.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

_____. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

LARENTIS, Chalana Piva; MAGGI, Alice. Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas e a Psicologia. **Aletheia**, n.37, p.121-132, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://observasmjc.uff.br/psm/uploads/25-_Centros_de_aten%C3%A7%C3%A3o_psicossocial_%C3%A1lcool_e_drogas_e_a_psicologia.pdf>. Acesso em: 12 ago. 15.

NUNES, Gustavo. Apoio Matricial como Tecnologia de Gestão e Articulação em Rede. In: CAMPOS, G. W. S; GUERRERO, A. V. P (orgs). Manual de Práticas de Atenção Básica. Disponível em: <http://andromeda.ensp.fiocruz.br/teias/sites/default/files/biblioteca_home/manual_das_praticas_de_atencao_basica%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

O PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E O JOVEM: UMA DISCUSSÃO SOBRE ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Andréia Reis¹

Lisiane Machado de Oliveira Menegotto²

INTRODUÇÃO

Diante da dificuldade em se aproximar dos jovens de hoje, em conseguir que estes permaneçam atentos ao que lhe é proposto em sala de aula ou qualquer atividade grupal, e o quanto isto é uma preocupação geral de quem trabalha com esta faixa etária, pensou-se em elaborar um estudo que permitisse discutir possibilidades de intervenção que visem acessar o universo desse jovem. A presente pesquisa foi desenvolvida no contexto de um grupo de orientação profissional, tendo como objetivo investigar as expectativas e as o nível de satisfação com relação ao trabalho de orientação profissional. Buscou-se também discutir estratégias de intervenção que possibilitem o acesso ao universo dos jovens e provoquem neles a reflexão sobre seu propósito de vida, sobretudo, no que se refere às escolhas profissionais.

Segundo Silva (2011), Piaget fala que diferentemente da criança, o adolescente pensa hipoteticamente, sendo capaz de construir sistemas, teorias. Possui uma grande capacidade de reflexão, tornando o trabalho ainda mais interessante, pois possui a capacidade de pensar sobre o próprio pensamento. Isso não implica dizer que todo adolescente é totalmente lógico nas suas ações. Ressalta ainda que seja necessário um ambiente adequado e propício para que o indivíduo desenvolva suas potencialidades, favorecendo não só seu crescimento físico, mas também o emocional e o social.

Considerando a escolha profissional, o adolescente se vê diante de inúmeros caminhos. Lassence (1999) também destaca a importância de um ambiente propício à reflexão:

As demandas do adolescente sempre estão circunscritas a esferas bem mais próximas a ele: quer um curso, um plano de estudos, uma profissão, um status. E suas dificuldades também surgem da distância entre o que quer conscientemente e o que sabe que vai encontrar: um mundo complexo, muitas vezes assustador, com inúmeros caminhos. Assim, auxiliá-lo é ampliar sua rede interpretativa, ampliar seus horizontes, trabalhar sua ansiedade, levá-lo a identificar filtros e possibilitar uma exploração o

¹ Psicóloga.

² Orientadora.

mais realista possível dentro das condições que possui no momento. (LASSENCE, 1999, p.34)

Assim, o ideal é criar um programa que forneça subsídios para que o jovem ingresse, de modo mais realístico e adequado no mercado de trabalho e que sejam profissionais comprometidos com a qualidade de suas tarefas, tanto quanto com o social, a quem essas tarefas se destinarão. A questão se mostra relevante quando pensamos nas estratégias de acesso ao universo adolescente. Super (1963) ressalta que ao expressar uma preferência de futuro, uma pessoa põe em terminologia ocupacional sua ideia da espécie de pessoa que é. Entrando em uma ocupação, ela busca implementar um conceito de si mesma, um desejo de auto realização e a representação apropriada ao seu autoconceito.

A compreensão da identidade profissional pressupõe a compreensão de suas sobre determinações subjetivas, desta forma, pressupõe a compreensão, inicialmente, das relações do indivíduo com sua cultura, gênero e possibilidades de mercado. E isso pressupõe, por sua vez, uma visão teórica clara das relações entre o indivíduo e a sociedade. O adolescente não é um indivíduo em desenvolvimento per si, mas um ser em desenvolvimento contextualizado em relação com diversos âmbitos: escolar, familiar e produtivo. E é nesse contexto específico que se dá a atividade em orientação de futuro.

Bohoslavsky (1974) propõe que na orientação de futuro o adolescente encontre uma forma de ser feliz realizado. É esse objetivo que devemos atender, vislumbrando as perspectivas de tornar este jovem mais apto a tomar decisões, tendo como base o maior espectro possível de aspectos.

Jordaan (1963) comenta que a forma como o indivíduo se desenvolveu até a adolescência irá determinar muitas crenças sobre si e o mundo o momento de percepção disto proporciona a elaboração de seu autoconceito. Qualquer afirmação do indivíduo sobre si ou sobre outros é, essencialmente, uma escolha, pois cada afirmação rejeita seu oposto. Importante que se observe que a forma como uma pessoa interpreta seu autoconceito é mais importante do que uma verificação exata deste, pois comportar-se-á de acordo com estas interpretações. Um conceito fundamental na teoria refere-se a exploração. Ainda Jordaan, o comportamento exploratório poderia ser caracterizado pelas seguintes expressões: experimentar, investigar, pesquisar, questionar, procurar, praticar, testar e orientar-se.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi implementada num contexto de um grupo de jovens, de ambos os gêneros, com a faixa etária entre 15 e 22 anos de idade, membros da comunidade local. O

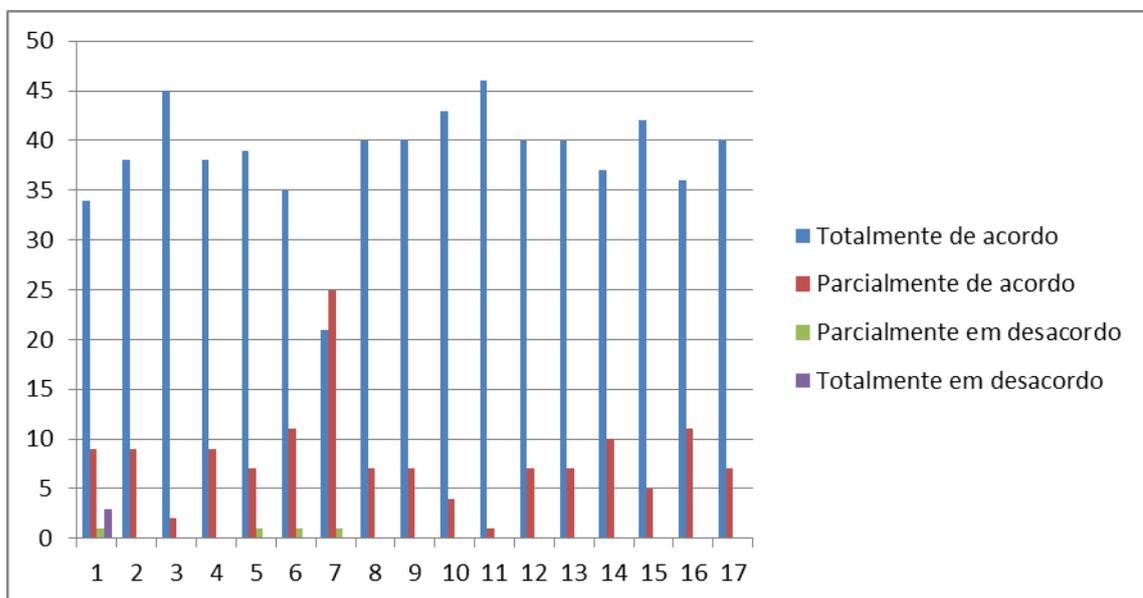
grupo para o trabalho contou com 47 jovens e tinha como propósito a orientação profissional. Foi conduzida uma pesquisa, de caráter quantitativo, em dois momentos do trabalho: uma no início e outra no final. A pesquisa consistia investigar o nível de expectativas e de satisfação dos jovens, com relação ao trabalho, através de oficinas com dinâmicas de grupo, técnicas, testes de aptidão e habilidades, assim como uma pesquisa de satisfação no final das oficinas.

Os grupos foram divididos em módulos, no sentido de trabalhar o autoconhecimento e introduzi-los a uma reflexão sobre o futuro profissional. Cada encontro possuiu uma temática específica - experimentar, investigar, pesquisar, questionar, procurar, praticar, testar e orientar-se.

Os encontros eram permeados por músicas, vídeos e acesso a mídias de várias formas. Os jovens estavam sempre em interação com a facilitadora e o grupo.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apontaram, após aplicação de uma pequena pesquisa , para níveis altos de satisfação, como demonstra o gráfica abaixo:



LEGENDA

1. O convite indicou claramente as expectativas da oficina
2. Os objetivos da oficina foram claros
3. O treinamento foi de alta qualidade
4. Os temas abordados foram relevantes
5. O material fornecido era compreensível
6. Minhas habilidades e conhecimentos sobre o assunto aumentou

7. A oficina respondeu minhas dúvidas sobre o tema
8. Os materiais utilizados na oficina foram eficazes
9. A oficina permitiu a participação ativa do grupo
10. Os materiais e os exercícios foram úteis para o seu conhecimento
11. A oficina foi bem conduzida
12. As informações foram transmitidas claramente
13. O facilitador encorajou a participação do grupo
14. O facilitador respondeu às preocupações claramente
15. O facilitador respeitou os diferentes níveis de habilidades dos participantes e seus valores
16. Os objetivos da oficina foram alcançados
17. Estou satisfeito com o conhecimento adquirido sobre o assunto

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa consta um item para que os jovens realizassem comentários e considerações. Nestes, os mesmos teceram os seguintes :

- Isso foi muito legal;
- Tudo foi muito ótimo, com muitas descobertas, conhecimento e respeito. Foi maravilhoso;
- Por mim, não precisa ter fim, gostei muito de tudo;
- O curso foi nota dez, com um método muito bom para aplicar os ensinamentos;
- O curso foi excelente, onde podemos aprender diferentes temas, nos conhecer melhor e fazer novas amizades, aprendendo a trabalhar em grupo;
- As aulas foram legais, curso foi bom, aprendi muito;
- Foi muito bom , fiquei mais forte para realizar meus sonhos e fares as coisas sem medo;
- Adore;
- Foi muito bom e muito conhecimento, curso foi muito bom, esclareci dúvidas;
- Muito bom, satisfação;
- Estou muito feliz agora, mas que antes;
- Foi a melhor coisa que aconteceu;

- Pelo que imaginei de como seria o curso antes, estou super feliz de ter feito e tirado muitas dúvidas;

A partir dos resultados obtidos constata-se o quanto é possível pensar em intervenções diferentes e inovadoras com este jovem da atualidade, com ludicidade e criatividade.

REFERÊNCIAS

BOHOSLAVSKY, R. Orientação vocacional: estratégica clínica. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

LASSANCE, Maria Célia. Técnicas para o trabalho de orientação profissional. Porto alegre: Ed Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, Paulo Sérgio . Viana, Meire Nunes Stania Nágila Vasconcelos Carneiro O desenvolvimento da adolescência na teoria de Piaget. Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS), Brasil 2011

SUPER, D. (org); ST ARISHEVSKY,R; MATLIN,N; JORDAAN,J.P. Career development: a self-concept theory. New York: College Entrance Examination Board, 1963.

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA MELHORIA DO APROVEITAMENTO ESCOLAR DE ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Marilene De Fátima Pacheco Dos Santos¹

Dinora Tereza Zucchetti²

Palavras-chave: Educação. Educação básica. Jornada ampliada. Programa Mais Educação.

INTRODUÇÃO

Tomando como referência o Programa Mais Educação – PME do Ministério de Educação e Cultura – MEC na escola pública da Rede Municipal de Novo Hamburgo/ RS, propomo-nos a analisar se houve influência do PME na melhoria no aproveitamento escolar nos anos iniciais do ensino fundamental. Tal questão resulta da análise estatística do total de alunos reprovados entre os anos de 2007 a 2013² na rede pública municipal. Nesse contexto, perguntamos: teria o Programa Mais Educação contribuído para a melhoria do aproveitamento escolar, considerando a queda dos indicadores de repetência de 10,39% para 5,21%, no referido período que coincide com a oferta do Mais Educação em 2008 na cidade?

A realidade descrita permite-nos formular, além da pergunta se o Programa Mais Educação teria contribuído com a queda dos indicadores, mais um conjunto de outros questionamentos. A partir do momento em que a escola proporciona ao aluno jornada ampliada, com atividades oferecidas no contraturno, pode beneficiar o seu aluno a ter um melhor rendimento e aproveitamento escolar? Sendo a aprendizagem um processo de mudança de comportamento, construída por meio de vivências experienciadas em suas interações, de maneiras diversas para aprender a apreender, estão as atividades oferecidas no contraturno facilitando o processo cognoscitivo ensino-aprendizagem? A família e/ ou responsáveis, os próprios alunos percebem as oficinas do PME como facilitador do processo de aprendizagem?

¹ Formação acadêmica: Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Psicopedagoga APAE/ NH, Sócio Fundadora e Arte Educadora na Associação Mentes Coloridas. E mail mari_fps@hotmail.com.

² Professora Doutora em Educação. Áreas de atuação: educação; educação não escolar; políticas específicas de educação. Linha de Pesquisa: Inclusão Social e Políticas Públicas

² Anexo A. Fonte: Relatório do ano 2013 – SMED/NH.

Importante dizer que a educação no Brasil vem passando por reformulações e adaptações em suas políticas públicas, grandes mudanças vêm sendo propostas. Mudanças que estão em consonância no mundo, ao longo das últimas décadas, que ganharam corpo, principalmente nos anos 90. O resultado é que a internacionalização, a mundialização e a globalização dos mercados econômicos vêm influenciar as políticas públicas no Brasil, as quais tiveram que ser redefinidas.

Essa internacionalização se concretizou no Brasil a partir de sua participação na "Conferência de Educação para Todos", em Jomtien (1990), na Tailândia, que resultou na assinatura da Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Nesse sentido, há necessidade de construirmos propostas de políticas no campo da educação escolar que de fato possam fazer cumprir o que consta como primeiro fundamento da Lei de Diretrizes e Bases 9394/ 96, em seu artigo 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p.01).

Isso quer dizer, faz-se necessário o aprofundamento, ampliando, assim, o debate que envolve a temática da educação. No Brasil, a Conferência Nacional de Educação – CONAE se constitui um importante espaço democrático para a construção de diretrizes para a política nacional de educação e dos seus marcos regulatórios, na perspectiva da inclusão, da igualdade e da diversidade. Esse documento se torna objeto de estudo e de deliberação, incluindo o debate de todos os níveis de ensino, em um fórum de mobilização nacional pela qualidade e pela valorização da educação com a participação de amplos segmentos educacionais e sociais.

A CONAE (2010) apresenta o documento compreendendo eixos temáticos que buscam orientar a formulação de políticas de Estado para a Educação Nacional, nos diferentes níveis, etapas e modalidades, com proposições e estratégias, indicando as responsabilidades, as corresponsabilidades, as atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados (União, Estados, DF e Municípios), tendo por princípios a garantia da participação popular, a cooperação federativa e o regime de colaboração. Consta no documento-referência a que veio a CONAE (2010)

Nesse sentido, é fundamental pensar políticas de Estado para a educação nacional, em que, de maneira articulada, níveis (educação básica e superior), etapas e modalidades, em sintonia com os marcos legais e ordenamentos jurídicos (Constituição.Federal.de. 1988, PNE/2001, LDB/1996, dentre outros), expressem a efetivação do direito social à educação, com qualidade para todos. Tal perspectiva implica, ainda, a garantia de interfaces das políticas educacionais com outras

políticas sociais. Há de se considerar o momento histórico do Brasil, que avança na promoção do desenvolvimento com inclusão social e inserção soberana do País no cenário global (CONAE, 2010, p. 8).

A partir dessa interlocução estabelecida na I CONAE (2010) na perspectiva de articular o sistema nacional de educação na ocasião da implementação e avaliação do Plano Nacional de Educação – PNE e dos correspondentes planos decenais dos estados, Distrito Federal e municípios considerando o que foi proposto, que na II CONAE (2014) pode assim articular a implementação das metas propostas ao PNE (2014-2024). Entre as Metas e estratégias propostas incluídas no documento, a Meta 6 em especial incorpora a questão de interesse deste estudo, levando em conta que o Programa Mais Educação é considerado um indutor da Educação Integral. Pela primeira vez, os documentos, explicitam e criam estratégias para que se ofereça educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender pelos menos 25% dos alunos das escolas brasileiras até o ano de 2024.

Em Novo Hamburgo/ RS na Primeira Conferência Municipal (2010) teve início a discussão referente ao Pacto da Educação para Todos, tendo como tema a escola cidadã, participação, qualidade e aprendizagem com a proposta de registrar as principais políticas e ações na área da educação.

Entre outras discussões O Pacto pela Aprendizagem desenvolveu uma estratégia com foco nas seguintes ações: mobilização dos professores nas escolas que, sem descuidar da totalidade da turma, realizaram um acompanhamento especial aos repetentes; articulação dentro do governo entre a Secretaria de Educação e Desporto, Secretaria de Desenvolvimento Social e Secretaria da Saúde; busca de mobilização dos grupos familiares. O resultado destas ações articuladas garantiu avanços importantes já no primeiro ano do Pacto, atingindo a meta proposta de reduzir em 50% a reprovação dos alunos. Teria o Programa Mais Educação contribuído com a melhoria deste aproveitamento escolar?

MÉTODO

Esta pesquisa se insere numa abordagem *ex post facto* com característica qualitativa, o método utilizado é a pesquisa de campo qualitativa com entrevistas através de perguntas orientadoras. A coleta de dados considera as técnicas de observação sistemática não participante na vida real descrita em diário de campo e a realização de entrevistas de tipo dialogada, que considera questões de linguagem simples e direta, gravadas e decupadas posteriormente. Os alunos ouvidos nesta pesquisa deverão estar na presença dos seus

responsáveis e/ou representantes da escola. Após a realização das entrevistas, essas serão transcritas e posteriormente serão analisadas através da Análise de Conteúdo. Após o levantamento dos dados, os fatos observados e registrados, será feita a descrição, procurando classificar, explicar e interpretar os fenômenos que implicam os sujeitos desta pesquisa, os alunos e os seus responsáveis participantes do PME das escolas municipais da rede municipal de Novo Hamburgo/ RS.

CONSIDERAÇÕES

É importante ressaltar que a Educação Integral no âmbito escolar não é somente a jornada ampliada do tempo que os alunos permanecem na escola, ela transcende essa perceptiva, é mais que uma forma de democratização do ensino-aprendizagem, constitui-se como uma garantia para a permanência no aluno na escola, uma vez que a aprendizagem deve ser o somatório das atividades da escola, seja ela desenvolvida pelo currículo regular ou pelas atividades complementares.

Conforme o previsto, neste momento, estamos realizando a coleta de dados com escrita de diário de campo e entrevistas dialogada em grupo, com os sujeitos da nossa pesquisa alunos e seus responsáveis. A entrevista dialogada em grupo com uma abordagem do método de grupos focais, técnica da interação grupal, exploração do ponto de vista dos participantes de pesquisa.

Das 5 escolas municipais a serem pesquisadas 2 já foram realizadas, 1 agendada e as outras 2 em processo de agendamento, sendo que, destas que estão sendo agendas tivemos uma delas que vai ser um segundo agendamento. O prazo estabelecido no cronograma para a coleta de dados que seria o mês de julho não pode ser cumprido em função da greve dos professores municipais, das fortes chuvas que ocorreram na região inundadas algumas escolas e/ ou residências.

REFERENCIAIS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Tradução Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. CONAE – **Conferência Nacional de Educação**: Construindo o Sistema Nacional Articulado. O Plano de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Documento referência, 2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2014.

_____. CONAE – **Conferência Nacional de Educação**: O PNE Articulação do Sistema Nacional de Educação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Documento referência, 2014. Disponível em:

<http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia_conae2014.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2014.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB. (1996). **Lei nº 9394**.

Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: mar. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Coleção Leituras. 21. Ed. São Paulo: paz e Terra, 1996.

MOLL, J. (Org.). **Educação Integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília, Ministério da Educação, 2009. (Série Mais Educação). Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf>. Acesso em: 15 de mai. De 2015.

MOLL, J. (e Colaboradores). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**. A agenda da educação integral. Compromisso para sua consolidação como política pública. Porto Alegre: Penso, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

ROCHA, Silvio. (Org.). **Escola Cidadã em Novo Hamburgo**: participação, qualidade e aprendizagem. Prefeitura de Novo Hamburgo, 2012.

ANEXO A - ESTATÍSTICA DE FINAL DE ANO – SMED/NH



Município de Novo Hamburgo
Secretaria Municipal de Educação - SMED
CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

Ano	Matrícula Final da RME	Total de Alunos Reprovados	
		Nº Alunos	%
2007	21.467	2.230	10,39
2008	21.086	2.121	10.06
2009	20.616	2.207	10,71
2010	20.301	1.813	8,92
2011	19.855	908	4,57
2012	19.161	1094	5,71
2013	18571	967	5,21

Fonte: Estatística de final de ano – SMED/NH

OS TABLETS NA SALA DE AULA: SELEÇÃO E ANÁLISE DE APLICATIVOS PARA PRODUÇÃO ESCRITA

Jose da Silva Nunes¹

Patrícia B. Scherer Bassani²

Palavras-chaves: Dispositivos Móveis. Produção escrita. Aplicativos.

INTRODUÇÃO

Dispositivos móveis, como *tablets* e *smartphones*, vêm se destacando como tendência no contexto educativo e isso coloca a escola e os professores frente a inúmeras oportunidades e desafios - Como utilizar os dispositivos móveis de forma efetiva e de acordo com os objetivos de aprendizagem propostos em sala de aula? Que tipos de aplicativos podem ser utilizados?

Este estudo tem por objetivo selecionar e analisar diferentes aplicativos para *tablets*, que podem ser utilizados no contexto de sala de aula, para registros de texto, integrando imagem, vídeo e som. Este artigo está vinculado à pesquisa intitulada *Práticas pedagógicas no ciberespaço: interação e cooperação na web com desktops, laptops e tablets nos anos iniciais do ensino fundamental* (BASSANI, 2013), financiada pelo CNPq.

O texto está assim organizado: a seção 2 apresenta formas de classificação de aplicativos móveis; o percurso de pesquisa, envolvendo a definição das categorias de análise, a seleção e os testes com aplicativos, está detalhado na seção 3. Por fim, na seção 4, as considerações finais do estudo são apresentadas.

APLICATIVOS MÓVEIS:

Nickerson, Varshney, Muntermann e Isaac (2007) propõem uma taxonomia para aplicações móveis, baseada nas características da interação entre o usuário e a aplicação. A taxonomia está organizada a partir de sete dimensões: a dimensão temporal (síncrona, ou assíncrona), a dimensão de comunicação (informacional/*reporting*/interacional), a dimensão

¹ Pós-graduada em Processos e desenvolvimento de aquisição de linguagens na Universidade Feevale(2009). Licenciada em Letras Português, Inglês e literaturas. E-mail josesnunes7@gmail.com. Bolsista PACF.

² Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul(2006). Professora titular do PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale E-mail patriciab@feevale.br

de transação (permite compra), ou não-transacional (não permite), a dimensão pública ou privada, a dimensão de multiplicidade (ou participação), a dimensão de localização (baseada em localização e não-baseada em localização), a dimensão de identidade.

Importante destacar que o trabalho de Nickerson et al (2007) busca classificar as aplicações a partir das possíveis interações entre o usuário e a aplicação com base em características técnicas das aplicações. Entretanto, existem estudos que apresentam propostas de classificação a partir do uso pedagógico que é possível fazer das diferentes aplicações, como proposto no projeto *iPads for Learning* (2011). Conforme essa proposta, os aplicativos podem ser divididos em nove categorias, assim classificadas: uso pessoal/organizacional, criatividade/multimídia, colaborativos, artes, matemática, inglês, ciência, humanidades e notícias. Neste estudo, entende-se que os aplicativos das três primeiras categorias (pessoal/organizacional, criatividade/multimídia, colaborativos), podem ser utilizados em vários contextos/disciplinas para a sistematização de estudos. Dentre as várias possibilidades de aplicativos disponíveis, o presente estudo tem como foco a análise de aplicativos que possam fazer registro de texto, permitindo o uso como um caderno digital.

METODOLOGIA

Conforme dito anteriormente, este estudo é vinculado à pesquisa Práticas pedagógicas no ciberespaço: interação e cooperação na web com desktops, laptops e tablets nos anos iniciais do ensino fundamental (BASSANI, 2013) e foi desenvolvido com abordagem metodológica qualitativa, de natureza exploratória. O estudo tem como objetivo selecionar e analisar diferentes aplicativos para *tablets*, que podem ser utilizados no contexto de sala de aula, para registros de texto, integrando imagem, vídeo e som. O processo da pesquisa envolveu três etapas: a definição das categorias de análise; a seleção dos aplicativos; testes com aplicativos.

DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Neste estudo foram definidas as categorias de análise a partir da articulação entre os estudos teóricos(Nickerson et al, 2007) e a reflexão sobre as possibilidades de utilização de um aplicativo na perspectiva da produção escrita. Assim, destacam-se as seguintes categorias: acesso, edição coletiva, formato do texto, multimídia, formato de saída e compartilhamento.

SELEÇÃO DOS APLICATIVOS

A seleção dos aplicativos foi realizada no dia dois de junho de dois mil e quinze (02/06/2015), com base em pesquisa na *AppleStore*. Portanto, foram selecionados aplicativos para *tablets* modelo iPad (Apple). A pesquisa foi feita na lista dos aplicativos intitulados *tops free* (aplicativos gratuitos), utilizando a palavra chave **caderno**. Para fins deste estudo, foram selecionados os 20 primeiros aplicativos listados: Copy now, Evernote scannable, Sketches, Dress up, Bamboo, Drope note, Caderno free, Paper 53, Note ledge, Bloco de nota +, Paper desk, Pen & inc um caderno de aquarela, Caderno para escrever SCM publishing, Caderno digital Anglo, Excel notepad memorando, Correio popular e Diário do nordeste.

Com base nos aplicativos selecionados para análise foram definidos dois critérios de seleção: *a relevância* (número de estrelas evidenciados pelos usuários na loja da *AppleStore* e *a possibilidade do aplicativo ser utilizado como um caderno* - nesse caso foram excluídos da análise os aplicativos Copy Now e Evernote Scannable, pois tem função de cópia/digitalização de documentos; Dress Up, pois está direcionado a troca de roupas de personagens e permite apenas alguns comentários sobrepostos ao desenho; o Caderno Anglo, pois destina-se apenas aos alunos do Sistema de Ensino Anglo; Diário Popular e Correio do Nordeste, pois são jornais online.

Nessa perspectiva, considerando-se a relevância e a possibilidade do aplicativo ser utilizado como um caderno, foram selecionados 10 (dez) aplicativos para a etapa de testes. Após a seleção dos aplicativos, foram realizados testes com base nas categorias propostas na seção 3.1.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando-se a categoria acesso, todos os aplicativos analisados podem ser utilizados *offline*. Isso possibilita que sejam utilizados em escolas onde não há sinal de wi-fi disponível. Entretanto, o aplicativo Caderno para escrever SCM precisa de cadastro prévio, o que pode dificultar e até inviabilizar o uso por alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Percebe-se que a categoria edição coletiva não é contemplada pelos aplicativos analisados. Se por um lado isso facilita o uso do aplicativo, uma vez que não é necessário senha de acesso nem necessidade de acesso à internet, por outro lado, cada trabalho fica registrado no *tablet*. Considerando o contexto da pesquisa, isto faz com que o professor realize o registro do *tablet* utilizado pelo aluno, caso o trabalho não finalize no mesmo dia.

Em relação ao formato do texto, a grande maioria dos aplicativos (nove) permitem a escrita livre, enquanto alguns permitem também escrita via teclado. A Figura 3 mostra o

exemplo do aplicativo Bamboo, que permite escrita a mão livre. Entre os aplicativos analisados, apenas o Note Ledge permite a inserção de todos elementos multimídia (imagem/foto, áudio e vídeo). No geral, os demais aplicativos permitem inserção de texto e imagem/foto.

O formato de saída (exportar para outro formato) é importante, pois muitas vezes há interesse em utilizar o trabalho realizado no *tablet* em outras atividades. Os aplicativos variam entre .jpg e .pdf. Entretanto, verifica-se que alguns não oferecem a possibilidade de exportação. A possibilidade de compartilhamento também é relevante. A maioria dos aplicativos permite enviar o trabalho realizado por e-mail. Isso possibilita que o trabalho seja aberto e visualizado em outros dispositivos.

A partir do estudo realizado, verifica-se que os aplicativos Bamboo (escrita livre e inserção de imagens), Caderno Free (escrita livre e/ou teclado, inserção de imagens e áudio), Note Ledge (escrita livre e/ou teclado, inserção de imagens, áudio e vídeo), Bloco de Notas + (escrita livre e/ou teclado, inserção de imagens) e Paper Desk (escrita livre e/ou teclado, inserção de imagens e áudio) possuem características interessantes para serem utilizados para produção textual multimídia, permitindo processos de autoria na perspectiva do fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de dispositivos móveis, como *tablets* e *smartphones*, vêm se destacando como tendência no contexto educativo. Esse cenário coloca a escola e os professores frente a inúmeras oportunidades e desafios como: utilizar os dispositivos móveis de forma efetiva e de acordo com os objetivos de aprendizagem propostos em sala de aula e que tipos de aplicativos podem ser utilizados.

Nesta pesquisa foram selecionados e analisados aplicativos disponíveis para *tablets* modelo iPad, com sistema IOS, a partir da loja virtual AppleStore. Além dos aplicativos aqui analisados, entende-se que existem vários outros que podem ser localizados na loja virtual, a partir de palavras-chave diferenciadas (aqui foi utilizada apenas a palavra-chave **caderno**). Outra questão importante é que a lista de aplicativos varia a cada consulta. Portanto, se hoje a mesma consulta for realizada, possivelmente novos aplicativos podem ser listados para análise. Trabalhos futuros envolvem testes com o uso de aplicativos no contexto da sala de aula. Também é importante realizar a mesma análise com aplicativos gratuitos disponíveis para o sistema Android (aplicativos disponíveis na PlayStore).

AGRADECIMENTO

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro à pesquisa.

REFERÊNCIAS

BASSANI, Patrícia Scherer. **Práticas pedagógicas no ciberespaço: interação e cooperação na web com desktops, laptops e tablets nos anos iniciais do ensino fundamental**. Projeto de Pesquisa. Edital Universal – MCTI/CNPq No 14/2013. Novo Hamburgo, 2013.

BRASIL. (2012). **Informativo Tecnologias na Educação**. Brasília. 20 nov. 2012, Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18241:ministro-entrega-tablets-para-iniciar-formacao-de-professor-do-ensino-medio&catid=372:agenda

CASTAÑEDA. L. Adell, J. (2013). **La anatomía de los PLEs**. In: Castañeda, L., Adell, J. Entornos personales de aprendizaje: claves para el ecosistema educativo en red (pp. 11-27). Alcoy: Marfil, 2013

JOHNSON. L. Adams Becker, S., Estrada, and V., Freeman, A. (2014a). **NMC Horizon Report: 2014 K-12 Edition**. Austin, Texas: The New Media Consortium.

JOHNSON. L., Adams Becker, S. Estrada, V., and Freeman, A. (2014b). **NMC Horizon Report: 2014 High Education Edition**. Austin, Texas: The New Media Consortium.

NICKERSON. R., Varshney, U., Muntermann, J. and e Isaac, H. (2007). **Towards a taxonomy of mobile applications**. Proceedings of the Thirteenth Americas Conference on Information Systems, Keystone, Colorado, USA.

TIC EDUCAÇÃO. 2013. (2014). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.

UNESCO. (2014). **Diretrizes de políticas da UNESCO para a aprendizagem móvel**. Brasília: UNESCO, 2014. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227770por.pdf>

PESQUISANDO NO PERIGO: A HOMOPARENTALIDADE E SEUS DILEMAS MORAIS

Thaís Blankenheim¹

Lisiane Machado de Oliveira Menegotto²

Palavras-chave: Homoparentalidade. Moral. Estigma.

INTRODUÇÃO

Partindo da ideia presente no artigo “Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais” de Alba Zaluar (2009), de que o estudo dos novos objetos urbanos se depara em dilemas quando a cultura em questão é considerada juridicamente fora da lei e moralmente inaceitável, esse trabalho tem como objetivo refletir acerca dos obstáculos presentes na sociedade diante da questão da homoparentalidade na atualidade.

Pode-se pensar que os estudos relacionados às sexualidades diferentes, que não estão enquadradas na heterossexual, são considerados “pesquisas no perigo”, termo utilizado por Zaluar (2009), antropóloga brasileira. Ela nos faz refletir sobre os dilemas presentes no estudo dos novos objetos urbanos e sobre as suas dificuldades quando a cultura em questão é considerada juridicamente fora da lei e moralmente inaceitável. Estudos sobre a homoparentalidade seriam um exemplo disso. Possivelmente, pelos atravessamentos morais, a homoparentalidade, ou seja, a condição de ser pai ou mãe exercida por pessoas homossexuais, sozinhas ou em conjunto, ainda é pouco discutida e estudada no cenário nacional.

Quando a sexualidade foge do contexto heterossexual, é considerada, muitas vezes, como desviante. Essa ideia surge e confirma-se, especialmente, nos discursos científico e religioso a respeito da homossexualidade. No âmbito científico brasileiro, até as décadas de 1980 e 1990, a homossexualidade ainda era considerada um transtorno sexual e, por isso, era alvo de tratamentos e tentativas de “cura”, principalmente pelas ciências médica e psicológica (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2008). Mesmo com avanços no campo da pesquisa e a retirada da homossexualidade da condição de patologia, algumas pessoas e grupos que se posicionam de

¹ Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.

² Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS), Professora do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.

forma contrária ao tema, ainda se apoiam nas perspectivas de desvio e de cura. Da mesma maneira, o preconceito e a reprovação em relação aos homossexuais continuam vigentes em grupos ligados a algumas religiões fundamentalistas cristãs. Essa ideia é corroborada por Brandão (2002), que afirma que o Catolicismo ainda reprova a relação entre pessoas do mesmo sexo.

Nessa perspectiva, serão discutidos, nesse estudo, os dilemas ainda vigentes na sociedade, que acabam por caracterizar as pesquisas sobre homossexualidade e homoparentalidade como “pesquisas no perigo”. Além disso, será realizado um debate teórico das questões que legitimam esses impasses e interferem nas decisões jurídicas e nas concepções morais sobre o tema.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa trata de um estudo teórico com base na reflexão de Alba Zaluar, a respeito das pesquisas no perigo. As ideias serão apresentadas a partir de um debate com autores que abordam sobre a sexualidade, a moral e os estigmas, como Michel Foucault e Erving Goffman, e a partir de questões científicas e religiosas que legitimam alguns entraves para o avanço da temática da homoparentalidade na sociedade.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foucault (1984), importante teórico nas áreas da moral e da sexualidade, entende que a relação sexual é sempre pensada, moral e socialmente, a partir do ato da penetração e de uma polaridade que opõe atividade e passividade. Sendo assim, ela é percebida como do mesmo tipo que a relação entre superior e inferior, aquele que domina e aquele que é dominado, o que submete e o que é submetido.

Não sendo dessa forma, qualquer outra manifestação da sexualidade pode causar certo estranhamento. Foucault (1984) mostra que já nos textos do século XIX existe um perfil-tipo do homossexual ou do chamado invertido: seus gestos, sua postura, a maneira pela qual se enfeita, como também a forma e as expressões de seu rosto, sua anatomia, a morfologia do seu corpo fazem, regularmente, parte de uma descrição desqualificadora. Esse perfil refere-se, ao mesmo tempo, a uma inversão dos papéis sexuais e ao princípio de um estigma natural.

A partir disso, podemos pensar que alguns estigmas são construídos a respeito da homossexualidade. Segundo Goffman (1982), os gregos criaram o termo “estigma” para se referir a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral da pessoa que os apresentava. Os sinais avisavam que o portador

era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída e, por isso, devia ser evitada pelos demais, especialmente em lugares públicos (GOFFMAN, 1982).

Atualmente, o termo é usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à desgraça do que à sua evidência corporal. Aqui, desgraça poderia estar associada ao perfil do homossexual, presente no imaginário social. A partir disso, Goffman (1982) afirma que tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original do sujeito e, ao mesmo tempo, a imputar alguns atributos desejáveis, mas não desejados. Diante disso, homossexuais podem sofrer com o julgamento de que não seriam capazes de criar e educar uma criança de forma saudável.

Esses preconceitos e estigmas têm origem e são reforçados, principalmente por dois campos: o científico e o religioso. Historicamente, por volta de 1870, a medicina constituiu a homossexualidade como objeto de análise médica e, então, vieram muitas intervenções e controles na busca por uma sexualidade dita normal (FOUCAULT, 1996). A homossexualidade, considerada no meio científico como patologia, começou a ser pensada de uma maneira diferente no Brasil somente em 1985, quando o Conselho Federal de Medicina (CFM) a retirou da condição de transtorno sexual. Nessa mesma perspectiva, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia estabelece a Resolução CFP nº 001/99, que afirma que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão e, junto a isso, coloca diretrizes para nortear a prática dos profissionais, no sentido de eliminar procedimentos que ofereciam a ‘cura’ de alguma orientação sexual que estivesse fora do padrão heterossexual (CFP, 1999).

Paralelo a isso, o preconceito e a reprovação em relação aos homossexuais continuam vigentes em pessoas ou grupos que ainda se apoiam nesses pressupostos científicos e, da mesma forma, em grupos ligados a algumas religiões fundamentalistas cristãs. Essa reprovação recebe um forte incremento de grupos religiosos com presença política importante em todos os níveis de tomada de decisão, sobretudo as pressões da Bancada Evangélica do Congresso Nacional.

Nessa perspectiva, percebem-se entraves morais que acabam provocando entraves políticos, jurídicos e sociais nas discussões sobre o assunto. Em contrapartida, mesmo que de maneira muito recente e lenta, alguns avanços vêm acontecendo no sentido de retirar a condição de clandestinidade em que se encontravam os homossexuais. A principal conquista ocorreu no dia 05 de maio de 2011, momento em que foi aprovado pelo Supremo Tribunal Federal o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar, podendo, assim, consolidar a relação por meio da união estável. Com essa decisão, os homossexuais passaram

a ter alguns direitos que por muito tempo eram exclusivos dos heterossexuais, inclusive o direito a adotar crianças, não dando preferência a casais heterossexuais (COSTA; FILHO, 2015).

A adoção e as tecnologias relacionadas à reprodução são os principais meios para que os homossexuais ascendam a condição de serem pais ou mães. Além disso, é caracterizada homoparentalidade quando famílias comandadas por homossexuais que anteriormente tiveram filhos em relações heterossexuais. Concepções estigmatizadas de que a criança não poderia se desenvolver plenamente sem um pai e uma mãe (homem e mulher) ou que crianças criadas por homossexuais seriam influenciadas a serem homossexuais ainda são vigentes no cenário brasileiro. Essas concepções começam a ser desmistificadas a partir de estudos como o de Zambrano et al. (2006), que propõe, baseado em pesquisas sobre o tema, a inexistência de diferenças em relação à habilidade para cuidar dos filhos e à capacidade parental de pessoas heterossexuais e homossexuais. Além disso, aponta não haver diferenças significativas entre o desenvolvimento das crianças criadas por famílias heterossexuais quando comparadas às inseridas em famílias homossexuais.

Assim, pode-se constatar que, no Brasil, mesmo que não existam impedimentos legais para que homossexuais sejam pais e mães, o principal entrave é no âmbito moral, o que reflete uma sociedade que, embora esteja mudando seus conceitos, faz isso de maneira lenta (FUTINO; MARTINS, 2006). Sendo assim, as novas culturas, ainda “perigosas” e pouco estudadas, estão no mundo necessitando de registro, conhecimento e entendimento e enfrentando dilemas referentes à violação de direitos humanos, o que ainda é muito frequente em minorias étnicas e de gênero (ZALUAR, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos constatar que não existem impedimentos legais para a homoparentalidade no Brasil, embora a população pouco conheça a legislação sobre o tema. Os principais obstáculos relativos à homoparentalidade estão apoiados nos discursos científico e religioso, que sustentam preconceitos e estigmas. Diante disso, pesquisas sobre o assunto são extremamente relevantes, pois podem contribuir para a quebra de preconceitos e estigmas tão enraizados histórica e culturalmente em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; OLIVEIRA, Josevânia da Silva Cruz de. “A adoção de crianças no contexto da homoparentalidade”. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 60, n. 3, p. 40-51. 2008.

BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. **Parcerias homossexuais: aspectos jurídicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução CFP nº 001/99. Brasília, DF: CFP, 1999.

COSTA, Hélio de Sousa; FILHO, Francisco Edilson Loiola. A união homoafetiva e sua regulamentação no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4361, 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/39874>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FUTINO, Regina Silva; MARTINS, Simone. Adoção por homossexuais: uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. **Aletheia**. n.24, p.149-159, jul./dez. 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1982.

ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. **Mana**. n.15(2), p.557-584, 2009.

ZAMBRANO, Elizabeth. et al. **O direito à homoparentalidade: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais**. Porto Alegre: Venus, 2006.

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO LECIONAR DE DISCIPLINAS DE REDES DE COMPUTADORES PARA DEFICIENTE VISUAL

Vladimir Figueiredo Fraga ¹

Regina de Oliveira Heidrich ²

Palavras-chaves: redes de computadores. deficiente visual. aprendizagem. estratégias.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoa com deficiência visual, em estudo a cegueira, em disciplina com elevado grau de atividades práticas, envolvendo manuseio de ferramentas, configuração de dispositivos e equipamentos, representa desafio em termos de recursos, prática docente, dedicação discente, considerações legais e éticas.

A convenção da Organização das Nações Unidas foi incorporada à legislação brasileira em 2008 (CONVENÇÃO, 2007, p. 11), portanto seis anos antes desta prática docente, que transcorreu no segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015. A experiência docente, neste trabalho descrita, ocorreu em escola técnica na cidade de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

OBJETIVOS

Definir técnicas pedagógicas para a aprendizagem, práticas em sala de aula e laboratório, considerando turmas compostas por discente deficiente visual, além de tecnologia assistiva necessária para o aprendizado em aulas teórico-práticas.

METODOLOGIA

Foi utilizada abordagem qualitativa, com objetivo explicativo, através do estudo de caso específico de duas turmas em duas disciplinas lecionadas em sequência, ambas compostas por pessoa cega, em uma disciplina pré-requisito (Arquitetura e Redes de

¹ Bacharel em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Formado em Formação Pedagógica de Docentes pela UERGS, cursando Mestrado Acadêmico em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade Feevale. E-mail: vladimir.fraga@gmail.com.

² Orientadora. Doutorado em Pós Graduação em Informática na Educação e Profa. do Mestrado Acadêmico em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. E-mail: rheidrich@feevale.br.

Computadores I), inicialmente com dezenove discentes, e em outra, posterior (Arquitetura e Redes de Computadores II), com dezoito discentes.

RESULTADOS

Não há impedimento algum na aprendizagem de conteúdo teórico. O termo teórico, neste contexto, refere-se a atividades de leitura e digitação, como ouvinte/participante de explicações digitadas e orais, incluindo o entendimento de gráficos, diagramas e mapas, com o auxílio de leitor de tela e material em relevo. Não há problema também no que se refere a avaliações teóricas individuais, com utilização de editor de texto onde é possível responder questões com o auxílio de leitor de tela, além de construção de material em relevo, também por parte da discente cega (Figura 1), para representar estruturas de redes de computadores.

Considerando tarefas práticas, onde são utilizadas ferramentas, dispositivos, equipamentos e programas de computador, cujos objetivos são montar, configurar e programar (ou seja; executar intervenções concretas no ambiente) as dificuldades são significativas. Os impedimentos são em maior parte tecnológicos e de tempo. A tecnologia utilizada não está desenvolvida o suficiente para que a aluna estivesse apta a executar todas as tarefas práticas individualmente, de maneira segura, autônoma e em tempo hábil. Em outras palavras; a tecnologia permite apropriação do conteúdo, compreensão, estruturamento, organização e interpretação, porém não utilização, em sua totalidade, sem assistência individual exclusivamente dedicada e capacitada ou sem que a aluna faça parte de um grupo. Opções no referente a atividades práticas:

1. Alteração de atividades e instrumentos avaliativos de individuais para em grupo.
2. Avaliação com base em conhecimento teórico, porém não sua aplicação prática direta e autônoma.

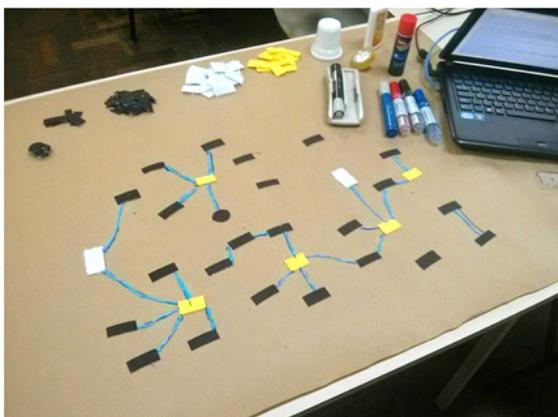


Figura 1 Estação para Montagem de Projeto de Rede



Figura 2 Materiais Diversos



Figura 3 Etiquetadora Braille

Roteiro Simplificado para Construção Manual de Diagramas em Relevo

1. Colocar folha A4 comum com o diagrama impresso em cima de um pedaço de EVA.
2. Recortar todos os símbolos no EVA, utilizando como gabarito a folha A4 comum com o diagrama.
3. Colar os pedaços de EVA recortados sobre o diagrama impresso em folha de gramatura 100.
4. Os quadrados e círculos, que delimitam seções, salas, cabeamento ou pontilhados referentes a conexões sem fio, devem ser feitos preferencialmente seguindo o mesmo padrão em diferentes diagramas, utilizando cola em relevo, ou pedaços de barbante, dentre outros materiais com diferentes texturas.
5. Traduzir o maior número de informações presentes nos diagramas em Braille. Caso não seja possível utilizar Braille por falta de espaço, utilizar números diferentes para cada componente e seção, sendo possível colocar as descrições referentes aos números em um arquivo texto passível de leitura por notebook com programa leitor de tela (ex.: NVDA, Orca, Jaws).

Com a utilização de grupos para realização das avaliações práticas, as contribuições que a tecnologia permite no momento são passíveis de avaliação em termos teóricos, ou seja, sobre o auxílio dela, prestado ao grupo, no que se refere a procedimentos e comandos a executar. Por este motivo, ambas as opções fazem referência, em última instância, a segunda opção apresentada anteriormente.

Considerando planos de trabalho e avaliações práticas, foram cogitadas as seguintes opções, sendo que, por escolha da aluna, em comum acordo com o professor, foi selecionada a primeira opção, dentre as duas apresentadas a seguir.

1. Manter tarefas e avaliações individuais, com geração de plano de trabalho e cronograma adaptados, principalmente no referente a atividades práticas.
2. Formular tarefas em grupo, assim como avaliações, sendo que a avaliação do grupo deve ser feita analisando apenas os resultados e não as contribuições individuais de cada componente do grupo, pois neste último caso a aluna estaria em desvantagem, em caso de tecnologia assistiva insuficiente. Quando utilizada tecnologia que apresente elevado grau de risco a segurança, é importante observar a periculosidade envolvendo essa opção.

O plano de trabalho e o cronograma comum foram construídos, originalmente e em maior parte, com tarefas e avaliações individuais, sendo que estas foram mantidas para a turma ampla, e a aprendizagem e avaliação da aluna ocorreram com base em plano de trabalho e cronograma adaptados, principalmente atividades práticas.

A legislação inclusiva resulta em elevado grau de alterações na prática docente, sendo que existem alternativas objetivando permitir assistência individualizada, por parte do professor, através da manipulação do cronograma comum e do cronograma adaptado, sendo possível criar uma sincronia entre as atividades estipuladas em cada um deles, permitindo, em determinados momentos, uma assistência dedicada, por exemplo, a discentes deficientes visuais, resultando, entretanto, em algum grau de segregação dentro de um ambiente dito de inclusão, sendo que tal segregação pode ser exemplificada através de algumas práticas em sala de aula e laboratório, a seguir.

Segue exemplos utilizados nas aulas de Arquitetura e Redes de Computadores II, disciplina do segundo módulo do curso Técnico em Informática para Internet, sendo cada encontro com em torno de 3.5 horas de duração e envolvendo em maior parte atividades práticas, com dezessete discentes no total, sendo uma deficiente visual.

Em uma das aulas, foi programado, no cronograma comum, apresentação de trabalho individual, utilizando *datashow*, formado pela apresentação de diagrama comum e descrição técnica de configurações para um projeto de rede de computadores, sendo que cada aluno foi avaliado, para obtenção de grau de um a dez, relativo a nota do trabalho, avaliação com peso de um terço da nota semestral da disciplina. No cronograma adaptado, construído para a aluna deficiente visual, no mesmo dia estava programada atividade de ouvinte das apresentações feitas pelos colegas. Objetivando permitir a avaliação da turma ampla pelo docente, e ao mesmo tempo prover assistência para a aluna deficiente visual, o professor efetuou audiodescrição das apresentações.

Em outra aula da mesma disciplina, enquanto no cronograma comum foi estipulada avaliação teórica individual, no cronograma adaptado foi prevista leitura, utilizando leitor de telas, de textos exibidos em *notebook* institucional utilizado pela aluna, interagindo com o professor através da utilização de leitor de telas, aplicativo bloco de notas, fones de ouvido e dois teclados, um para a aluna e outro para o professor, permitindo comunicação entre eles de maneira a não prejudicar o andamento das avaliações do cronograma comum, sendo que estas foram efetuadas na mesma sala de aula e ao mesmo tempo.

Em uma terceira aula, enquanto os alunos, utilizando cronograma comum, programavam máquinas virtuais para construção de roteador em Linux, com comandos e

orientações fornecidas de forma impressa pelo professor, a aluna deficiente visual, utilizando cronograma adaptado, construiu um diagrama de redes de computadores utilizando pedaços de EVA, régua e canetas, em uma cartolina (Figura 1). Em seguida o professor preencheu com cola os traços feitos com caneta, permitindo que a aluna, posteriormente, visualiza-se com as mãos o projeto construído por ela.

Verificou-se que estipular tarefas com fornecimento de material comum e adaptado, previamente preparado, e contendo instruções, permite que o professor forneça atenção para casos de dúvidas somente, possibilitando maior disponibilidade de tempo entre grupos com diferentes características, havendo, entretanto, incremento de trabalho extraclasse para o professor.

A definição de atividades práticas nas quais a turma ampla possa trabalhar de maneira autônoma, permitindo maior atenção aos discentes de acessibilidade por parte do professor, é viável, porém extremamente exigente em termos de planejamento, recursos necessários e tempo de preparação, em adicional complexidade quando envolvendo *hardware* e *software* com configurações específicas para cada aula prática, além de diagramas em relevo.

O acompanhamento, durante as atividades, por pessoa não especializada no conteúdo e técnicas pedagógicas específicas, efetuado em uma das aulas para o caso de inclusão aqui descrito, não contribuiu para o melhor andamento dos trabalhos, sendo que se tornou apenas uma camada de complexidade adicional a ser gerenciada pelo professor, principalmente quando não fornecido tempo para planejamento entre o professor e a assistência individualizada, sendo também que tal abordagem pode resultar em incremento de práticas segregatórias, por motivo de divisão da turma, dificultando a interação entre os discentes.

Constitui-se como alternativa possível, a construção de plano de trabalho e cronograma adaptados, e avaliações com base em conhecimentos teóricos somente, enquanto atividades práticas não puderem ser desenvolvidas com tecnologia assistiva previamente preparada e plenamente funcional, principalmente em situações envolvendo periculosidade. Portanto, o aprendizado e a avaliação apenas de conteúdo teórico, mesmo em disciplinas com atividades práticas, podem ser cogitados como estratégia em situações de tecnologia assistiva insuficiente, sendo que, enquanto for considerado que algum discente estiver sendo prejudicado por problemas tecnológicos, deve ser utilizado um plano de trabalho e avaliações adaptadas, ou em grupo, sendo que neste último caso, considerações quanto à periculosidade devem ser debatidas com a turma ampla.

DISCUSSÃO

Em relação a avaliações em grupo, executá-las considerando somente os resultados representa demasiada periculosidade, sendo que deve ser dada preferência a um plano de trabalho adaptado nas atividades práticas enquanto a tecnologia assistiva for considerada insuficiente. Não deve ser utilizada dupla docência simultânea ou assistência pedagógica, durante as aulas e ao docente - por únicos motivos de atendimento a casos inclusão - objetivando não criar práticas pedagógicas que resultarão em segregação, sendo que auxílio deve ser prestado através de tecnologia assistiva e consideração das atividades de preparação e configuração de material diferenciado em períodos de carga horária do professor.

A definição sobre a utilização de mais de um plano de trabalho e cronograma, sobre a definição de atividades individuais ou em grupo, assim como a estipulação de quais atividades são em demasiado perigosas, devem ser feitas em conjunto e em concordância com a instituição, o professor e a turma, principalmente enquanto não existirem normas de segurança detalhadas para cada tipo de deficiência e atividade prática permitida. Trazer tal debate para sala de aula reduz o número de horas-aula à disposição para execução das atividades em si, o que gera ainda mais impacto em termos de cumprimento de currículo mínimo, portanto tal estratégia deve ser alvo de análise criteriosa. A estratégia de incluir discentes cegos em turmas comuns e com manutenção/alteração de atividades e avaliações para em grupo, assim dispersando dificuldades e responsabilidades entre a turma, diminuindo a quantidade de tarefas de responsabilidade do docente, pode ser utilizada, porém apenas em casos de completa impossibilidade de outras soluções.

Os tipos e graus de deficiências dos discentes inseridos nas turmas amplas de cursos técnicos envolvendo disciplinas com atividades práticas, considerando também a periculosidade de determinadas tarefas, gera enorme complexidade em termos de cronogramas adaptados e recursos a preparar com antecedência, a ponto de inviabilizar a utilização de planos de trabalho e cronogramas adaptados. Os períodos de preparação necessários podem variar enormemente mesmo com pequenas variações nas características e quantidades de discentes com alguma forma de limitação, seja motora, cognitiva, sensorial ou intelectual. Torna-se inviável a utilização de diversos cronogramas adaptados para a mesma turma, sendo também impossível a alocação diferenciada de períodos de preparação para cada docente com base em características intrínsecas de cada turma. A única solução que viabiliza a inclusão generalizada e em larga escala de casos de deficiências severas, faz-se através da dissipação das dificuldades entre a turma ampla, e utilização de técnicas pedagógicas e dinâmicas em sala de aula não previamente planejadas, sendo necessário uso intenso de

tecnologia assistiva, além de infraestrutura adequada, de maneira a contrabalancear as complexidades geradas. Tal abordagem também reduz práticas segregatórias. Em termos de recursos humanos fazem-se necessários intérpretes, auxiliares para deslocamento, profissionais da saúde, psicopedagogos e especialistas em periculosidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contextualização em termos de recursos a disposição para esse relato de experiência, no tempo em que ocorreu, segue.

Foi disponibilizada pessoa para acompanhamento nos intervalos, para a aluna deficiente visual, além de acompanhamento no início e final das aulas, para deslocamento da chegada da aluna na instituição até a sala de aula. No primeiro semestre de 2015 foi fornecido oficialmente suporte institucional para elaboração de diagramas em relevo, entretanto os diagramas elaborados não foram úteis devido a problemas na codificação Braille. No tempo em que transcorreu esta prática docente não existia laboratório de acessibilidade, sendo que o único recurso de *hardware* de acessibilidade disponibilizado foi uma etiquetadora Braille (Figura 3), além dos materiais disponibilizados para confecção manual dos diagramas em relevo, descritos anteriormente. Foi disponibilizado curso externo gratuito para confecção manual de códigos em Braille, além de orientações de servidor especializado.

Em torno da metade do primeiro semestre de 2015 foi adquirido *software* com leitor de telas JAWS e instalado em *notebook* institucional, permitindo que a aluna deficiente visual não precisasse mais transportar seu equipamento privado para as aulas, sendo que foi oferecido, por este professor, *notebook* institucional com leitor de telas gratuito Orca e NVDA até o momento de aquisição do leitor de telas referido, sendo que o JAWS foi considerado mais apropriado pela aluna, após teste das alternativas.

A infraestrutura em termos de laboratório e *hardware* específicos para aulas práticas de redes de computadores é considerada deficitária, por este professor, em se tratando do necessário para aprendizagem mesmo em situações que não requisitam tecnologia assistiva, sendo que, para atividades práticas de configuração de redes de computadores para deficientes visuais, a condição deficitária em termos de *hardware* e *software* é calamitosa e de difícil solução, por envolver o processo produtivo de empresas multinacionais fabricantes de *hardware* e *software* que estão submetidas a diferentes jurisdições.

Os principais recursos, em termos de tecnologia assistiva para deficientes visuais e não somente específicos para o aprendizado de redes de computadores, e que se fizeram ausentes, foram impressora de diagramas em relevo e impressora Braille. Em termos de tecnologia

assistiva para deficientes visuais e específicos para aprendizagem de informática, foram deficitários sistemas operacionais e leitores de tela. No que se refere a recursos específicos para o aprendizado de redes de computadores para deficientes visuais, fizeram-se ausentes ferramentas, dispositivos e equipamentos (ex.: *switches*, roteadores e pontos de acesso) fabricados considerando as normas de acessibilidade para deficientes visuais.

REFERÊNCIAS

(CONVENÇÃO, 2007) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoacomdeficiencia.pdf> acessado em 20/07/2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale. 2013.

SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: FACILITADORAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Daisy Eckhard Bondan¹
Regina de Oliveira Heidrich²

Palavras-chave: Sala de atendimento educacional especializado (AEE). Educação Inclusiva. Política Pública.

INTRODUÇÃO

Com a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, a escola necessitou se reorganizar, pois o modelo de ensino, até o momento utilizado, que era formal e pautado em uma educação para toda a vida não conseguiu sustentar a diversidade advinda desta nova política, sendo este, o grande desafio dos profissionais que atuam na educação.

Neste trabalho pretende-se refletir a partir do seguinte questionamento: as salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), disponibilizadas pelo Governo Federal, através do MEC/SECADI, promovem e facilitam o ensino aprendizagem das crianças com deficiência, no ensino regular, conforme se propõe a Política Pública de Educação Inclusiva?

Percebemos que, a cada ano, vem crescendo o número de matrículas de alunos com deficiência na rede regular de ensino, conforme dados do Censo Escolar de 2014, retirados do site do Ministério da Educação (Portal MEC), que refere que “as matrículas de pessoas com deficiência, em escolas regulares, cresceu mais de 400% nos últimos 12 anos no Brasil, passando de 145 mil em 2003 para 698 mil em 2014. No último quinquênio, foram registradas mais 214 mil entradas de estudantes especiais em classes comuns”.

A partir destes dados, muito expressivos, divulgados pelo Governo Federal, nota-se a necessidade de suporte para este novo público que chega à escola. Sendo assim, este trabalho, dentre os seus objetivos, se propõe a sensibilizar os profissionais frente a este novo espaço disponibilizado na escola regular e possibilitar ao aluno uma forma adequada de ensino aprendizagem, potencializando as suas habilidades.

O estudo foi realizado através de uma análise exploratória de artigos e livros relacionados a temática das Salas de Atendimento Educacional Especializado e Educação

Inclusiva, bem como dos materiais disponibilizados pelo MEC (livros de apoio ao profissional da sala de AEE e equipamentos), para estes espaços, buscando refletir para o aprimoramento deste atendimento, nas escolas regulares de ensino.

EMBASAMENTO TEÓRICO:

Nos tempos atuais, onde o presente e o futuro são muito próximos, onde o que se pensa para o futuro, consegue-se, em curto período de tempo, emergir para o presente, surgem recursos de acessibilidade para muitos tipos de deficiência, visando o auxílio nas atividades de vida diárias, para tarefas escolares, para fala, para leitura, entre outros. Diversos acessórios e softwares, fazendo a infância desta criança mais rica, dinâmica e autônoma e tornando-os sujeitos de direito – direito de ser, estar e pertencer a uma sociedade, onde a diversidade está presente.

As políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência, que vem surgindo cada vez com mais força, nestes últimos anos, estão sendo implementadas, nas Redes Públicas de Ensino, para que a sociedade seja mais inclusiva e diversa. Nesse sentido, o Governo, preocupado com esta nova demanda educacional estabeleceu regras de efetivação de uma escola para todos, visando o fortalecimento nos sistemas de ensino através de Políticas Públicas.

O início para o processo da Educação para todos se deu a partir da Constituição da República, em 1988, que buscou o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e garantia ao direito à escola para todos.

Nos anos subsequentes até o ano de 2008, foi elaborado um documento pelo Grupo de Trabalho Nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de Junho de 2007, buscando uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Ainda no ano de 2007, na perspectiva desta Política Pública, criou-se a Portaria Normativa de nº 13/07, que propôs o “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”, que integrou o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

A partir de 2008, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, possibilitou para as crianças com deficiência frequentarem as escolas regulares, com o auxílio das salas de atendimento educacional especializado, promovendo um novo olhar para a inclusão e, iniciando assim, uma reestruturação desta instituição escolar,

mesmo que lentamente, para a eficiência do aprendizado de todos os sujeitos, de forma significativa, buscando alcançar uma escola para todos.

A nota técnica da SEESP/GAB nº 11/10 trouxe orientações para a Institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas comuns e em 2011, a resolução nº 27/11 e o Decreto nº 7.611/2011 disponibilizaram recursos para dar acessibilidade às escolas que receberam as salas de AEE, bem como matrícula dupla de alunos público alvo da educação especial, em classes comuns do ensino regular.

Ao pensarmos em uma escola inclusiva, ao qual a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva se propõe, precisamos trazer para reflexão o nosso modelo atual de ensino e a partir dele, verificar as possibilidades de implantação deste novo modelo de escola, pois conforme essa política, não é o aluno com deficiência que tem que se adaptar para ter acesso ao conhecimento, mas é a escola que precisa se adaptar e adaptar seus materiais e métodos para que o aluno com deficiência tenha acesso ao conhecimento. Será que isto está sendo efetivado, através das salas de AEE?

A sala de atendimento educacional especializado vem a ser um espaço da escola comum, onde se disponibilizam materiais didáticos, pedagógicos e de tecnologia assistiva e onde trabalham profissionais com formação específica para o atendimento dos alunos com dificuldades educacionais especiais em razão de algum tipo de deficiência (auditiva, visual, motora, cognitiva, verbal), de transtornos globais de desenvolvimento ou de altas habilidades/superdotação. Esta sala pode favorecer e construir uma pluralidade de ações que vão desde o atendimento direto do aluno ou a grupos de alunos, até uma ação em rede, onde profissionais de diferentes áreas atuam, para buscar a melhoria do ensino-aprendizagem do aluno.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado, dentro de uma metodologia qualitativa, através da análise exploratória de artigos e livros relacionados a temática das Salas de Atendimento Educacional Especializado e Educação Inclusiva e também da análise dos materiais disponibilizados pelo MEC, na implementação destas salas, nas escolas da rede pública de ensino, buscando trazer à reflexão a importância deste novo serviço disponibilizados na escola.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Quando pensamos em novo espaço para o aprimoramento ou potencialização do aprendizado, através de uma nova abordagem que emergiu com a Política Pública de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, precisamos refletir sobre algumas questões que a escola atual nos apresenta e que MANTOAN, (2015), aborda em seu livro, onde faz questionamentos sobre quem deve mudar neste novo modelo de ensino e se deve-se ter ensino especializado para todos os alunos ou ensino especial para algumas crianças. Estamos em um período de transição, onde o ensino está em crise. Uma crise de identidade, onde será necessário uma mudança de paradigmas, de atitude, de práticas...onde, cada vez mais, precisamos pensar que somos sujeitos diferentes entre si, com crenças, culturas, raças, “imperfeições”, porque todos somos “imperfeitos” se olharmos do ponto de vista da normalidade, pois o que afinal de contas é normal? Vivemos de pré-julgamentos que nos dão a dimensão da normalidade, mas até quando pensaremos assim?

Tratamos de encontrar meios para facilitar a introdução de uma inovação, fazendo o mesmo que fazíamos antes, mas com outra designação ou em um local diferente – como é o caso de incluir alunos nas salas de aula comuns, mas como todo o *staff* do ensino especial por detrás, para que não seja necessário rever as práticas excludentes do ensino regular. (MANTOAN, 2015 p. 55)

Se, as crianças, desde o início do seu desenvolvimento forem estimuladas para a cultura da diversidade e convivência com a diferença, pode ser que um dia tenhamos um mundo mais humano, mais aberto às potencialidades de cada sujeito, um mundo onde o diferente será querer ser igual. Pode ser utopia, mas se continuarmos a deixar a infância e as crianças serem crianças, independentes de suas capacidades físicas e intelectuais e sempre proporcionando o diálogo com os outros além das nossas fronteiras, podemos transformar sim, esta utopia em realidade, através de políticas que sejam efetivas para a melhoria do ensino e que proporcionem uma mudança de postura, saindo de um ensino fragmentado e conservador, para um ensino global e significativo.

REFERENCIA

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e Educação Especial: Sala de Recursos como Prioridade na Oferta de Serviços Especializados. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, p.59-76, Maio-Agosto, 2011. Edição Especial. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000400006...arttext Acesso em: 23/05/2015

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. MEC/SEESP, Brasília, 2010.

CARLETO, Eliana A. Sala de Recursos Multifuncionais: Inclusão ou Exclusão Escolar? In: Sousa, Ivete Cristina; Silva, Renata L.F. Coelho; Ferreira, Sirlei A. Martins (Org.). Revista História e Diversidade, Vol.2, nº 1, (2013). Disponível em: www.unemat.br/revistas/historiaediversidade/.../eliana_aparecida_carleto,.. Acesso em: 23/05/2015.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015. 96 p.

Matrículas de alunos com deficiência na Educação cresceram 38,6% em 5 anos. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/sala-de-imprensa/releases/33768/matriculas-de-alunos-com-deficiencia-na-educacao-cresceram-386-em-5-anos/>. Acesso em: 09/07/2015.

SÍNDROME DA FRAGILIDADE: ANÁLISE DA DEPRESSÃO EM IDOSOS NÃO FRÁGEIS E PRÉ FRÁGEIS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS

Diego da Silva Souza¹

Greice Teresinha de Oliveira²

Daniela Henkel Blauth³

Raquel Maria Rossi Wosiack⁴

Gilson Luis da Cunha⁵

Geraldine Alves Dos Santos⁶

Palavras-chave: Fragilidade. Depressão. Cognição. Estratégias de enfrentamento.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um tema emergente na atualidade, com destaque em países desenvolvidos e em desenvolvimento. No Brasil, os dados censitários do IBGE (2009) apontam para um crescimento da parcela idosa da população de 8,8% para 12,32% entre os anos de 1998 e 2010. Neste contexto torna-se de grande relevância os estudos que buscam entender o envelhecimento em suas mais variadas dimensões de forma a prevenir o grande número de doenças crônicas. Entre elas, a síndrome da fragilidade destaca-se, por acarretar um problema social, uma vez que a mesma apresenta-se altamente prevalente em idades avançadas e pode conferir riscos de quedas, incapacidade, hospitalização e mortalidade nos indivíduos idosos (FRIED ET AL 2001).

Sendo assim, o objetivo do presente estudo é avaliar a síndrome da fragilidade em idosos residentes no município de Ivoti/RS, tendo como objetivos específicos descrever a distribuição da fragilidade nestes idosos e avaliar a variável depressão nos estágios de não fragilidade e pré fragilidade.

¹ Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Psicólogo. Doutorando do Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social – CAPES.

² Educadora Física. Mestranda do Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social – FAPERGS.

³ Psicóloga. Mestranda do Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social - CAPES.

⁴ Psicóloga. Doutoranda do Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social – CAPES.

⁵ Biólogo. Doutor em Genética e Biologia Molecular pela UFRGS e Bolsista de Pós Doutorado do Programa do Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social – CAPES.

⁶ Doutora em Psicologia. Professora titular da Universidade Feevale. Docente do Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Fried et al (2001) os sintomas que se manifestam com a síndrome da fragilidade são: perda de peso, fraqueza, fadiga, inatividade e diminuição na ingestão alimentar. Já os sinais mais comuns seriam anormalidades no equilíbrio e na marcha, sarcopenia, diminuição da massa óssea e perda do condicionamento físico. Baseando-se nisto, esta autora propôs um fenótipo da fragilidade, onde o idoso deveria apresentar ao menos três entre os seguintes componentes para ser considerado como frágil: perda de peso não intencional; diminuição da força de prensão manual da mão dominante de acordo com o sexo e o índice de massa corporal; exaustão; lentidão ao percorrer uma distância de 4,6 metros de acordo com sexo e altura; e baixo índice de atividade. Além disto, a autora reforça a importância em estabelecer condições explícitas para a caracterização da fragilidade por parte dos profissionais da saúde possibilitando organizar as intervenções necessárias para se minimizar os efeitos da síndrome sobre a saúde do idoso.

METODOLOGIA

A amostra deste estudo foi composta por 197 sujeitos, de ambos os sexos, com idade acima de 65 anos residentes no município de Ivoti/RS. Foram utilizados como instrumentos para coleta de dados: Formulário de dados sócio demográficos; Mini Exame do Estado Mental (MEEM); Escala de Depressão Geriátrica em versão reduzida de Yesavage (GDS-15); Instrumento de avaliação do suporte pessoal percebido - Interpersonal Support Evaluation List – ISEL (COHEN et al., 1985; MARTIRE; SCHULZ; MITTELMARK; NEWSON, 1999); Escala de avaliação de eventos estressantes e o Inventário de Enfrentamento da Califórnia (ALDWIN et al., 1996).

A síndrome da fragilidade foi avaliada de acordo com o fenótipo proposto por Fried et al (2001), levando-se em conta: perda de peso não intencional, conforme auto relato; fadiga, avaliada por auto relato; força de prensão manual, avaliada com o uso de um dinamômetro hidráulico portátil na mão dominante; nível de atividade física através do *Minnesota Leisure Activity Questionnaire*; velocidade da marcha, em um percurso de 4,6 metros em linha reta.

Na análise dos dados foi realizada em um primeiro momento uma avaliação da distribuição da síndrome da fragilidade do idoso e, em um segundo momento, uma análise de regressão linear da variável dependente depressão nas fases de não fragilidade e pré fragilidade com nível de significância $\leq 0,05$. Foi utilizado o programa estatístico SPSS v. 22.0. Os participantes da pesquisa foram avaliados através do MMEM e os que foram

identificados como apresentando déficit cognitivo não realizaram as avaliações psicológicas e sociais.

RESULTADOS

Na primeira etapa, quando foi avaliada a Síndrome da Fragilidade, constatou-se que, dos 197 idosos da amostra, 86 (43,65%) foram classificados como não frágeis, 93 (47,21%) como pré frágeis e 18 (9,14%) apresentaram-se como frágeis.

A seguir serão apresentados os dados referentes à análise da variável dependente depressão nas fases de não fragilidade e pré fragilidade.

Tabela 1 - Regressão Linear Múltipla da variável Depressão em pessoas idosas não frágeis

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficiente padrão	t	Sig.
	B	Erro padrão			
Escore de suporte social	-,209	,073	-1,647	-2,857	,006
Pontuação total no Minimal	,156	,057	1,718	2,744	,008
Escore do fator 1 de Enfrentamento	1,027	,489	,635	2,099	,039

Fonte: Banco de dados da Rede Fibra Ivoti (2008-2009).

No modelo representado pela tabela 1, identificou-se uma relação direta da depressão dos idosos não frágeis com as variáveis déficit cognitivo e uso da estratégia de enfrentamento com foco na expressão de emoções negativas, em excessos comportamentais e em comportamentos de risco. Também foi identificada uma relação indireta da depressão com o suporte social.

Tabela 2 - Regressão Linear Múltipla da variável Depressão em pessoas idosas pré frágeis

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficiente padrão	t	Sig.
	B	Erro padrão			
Escore de suporte social	-,296	,075	-1,919	-3,932	,000
Número de eventos de bem-estar	,341	,107	,313	3,174	,002
Escore do fator 1 de enfrentamento	,984	,489	,554	2,013	,048
Idade do entrevistado	,075	,022	1,877	3,325	,001

Fonte: Banco de dados da Rede Fibra Ivoti (2008-2009).

Em relação à tabela 2, que representa os idosos pré frágeis, verificou-se uma relação direta com as variáveis número de eventos estressores relacionados ao bem estar, uso da

estratégia de enfrentamento com foco na expressão de emoções negativas e a idade dos entrevistados. Também foi identificada uma relação indireta da depressão com o suporte social.

DISCUSSÃO

Com relação à distribuição da fragilidade da amostra, pode-se considerar que esta população apresenta índices de fragilidade um pouco acima de estudos internacionais, uma vez que Fried et al. (2001) encontraram uma prevalência da fragilidade em 6,9% dos idosos que vivem em comunidade nos Estados Unidos.

Quanto à depressão, ocorreram semelhanças entre os modelos referentes à influência do suporte social e das estratégias de enfrentamento. Enquanto o suporte social mostrou-se indicativo de menores índices de depressão, o enfrentamento baseado nas expressões de emoções negativas, apresentou-se como um fator de incremento da mesma. As estratégias de enfrentamento também são influenciadas pela depressão e por todos os sintomas físicos da síndrome da fragilidade o que leva ao uso do foco na expressão de emoções negativas, em excessos comportamentais e em comportamentos de risco. Este funcionamento, somado ao suporte social, facilita o ajustamento do indivíduo diante da perda de independência e do déficit cognitivo que leva à perda do controle do ambiente (AFONSO, 2012).

A idade mostrou-se associada ao aumento da depressão nos idosos pré frágeis, bem como o déficit cognitivo para os idosos não frágeis. Pesquisas demonstram uma possível associação entre fragilidade, idade e alterações cognitivas, como o estudo de Jurschick e colaboradores (2012), onde verificaram que a presença de idade acima de 85 anos, sintomas depressivos, comorbidades e comprometimento na cognição, associa-se à fragilidade.

Em relação aos eventos estressores relacionados ao bem estar, apresentaram-se associados ao aumento da depressão dos idosos pré frágeis. Os eventos estressores nestas situações de dependência geradas pela síndrome de fragilidade na velhice, mobilizam afetivamente o sujeito idoso e a falta de cuidados de saúde e de apoio da rede social pode aumentar o risco de fragilidade (NUNES; FERRETI; SANTOS, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de 9,14% dos sujeitos terem sido classificados como frágeis, a maior parte da amostra (90,86%) não apresenta a síndrome da fragilidade. E, embora a variável depressão possa influenciar o desenvolvimento da síndrome da fragilidade, é necessária atenção às diferenças das influências da manifestação da mesma nas diferentes fases da fragilidade, em

especial nas fases de não fragilidade e pré fragilidade, havendo a necessidade de se implementar ações diretas e indiretas de prevenção à síndrome nas políticas públicas de maneira mais precisa.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. Stress, coping e resiliência em pessoas idosas. In: PAÚL, C.; RIBEIRO, O. (Coord.). **Manual de gerontologia**. Lisboa: Lidel, 2012.

ALDWIN, C. M., SUTTON, K. J.; LACHMAN, M. The development of coping resources in adulthood. **Journal of Personality**, v. 1, n. 64, p. 837-871, 1996.

COHEN, S.; MERMELSTEIN, R.; KAMARCK, T.; HOBBERMAN, H. M. Measuring the functional components of social support. In: G. SARASON, G.; SARASON, E. B. R. (Orgs.). **Social support: theory, research, and applications**. Seattle, Washington: University of Washington, 1985. p. 73-94.

FRIED, L.P.; TANGEN, C.M.; WALTSON, J; NEWMAN, A.B.; HIRSCH, C.; GOTTDIENER, J.; SEEMAN, T.; KOP, W.J.; BURKE, G.; MC BURNIE, A. Frailty in Older Adults: Evidence for a phenotype. **J Gerontol.**, 56A, M146-M156, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFICA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Brasília: IBGE, 2009. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindic sociais2009/indic_sociais2009.pdf>. Acesso em: maio. 2012.

JURSCHICK, P.; NUNIN, C.; BOTIGUE, T.; ESCOBAR, M. A.; LAVEDA, A.; VILADROSA, M. Prevalence of frailty and factors associated with frailty in the elderly population of Lleida, Spain: The FRALLE survey. **Archives of Gerontology and Geriatrics**, v. 55, n. 3, p. 625–631, 2012.

MARTIRE, L. M., SCHULZ, R., MITTELMARK, M. B.; NEWSOM, J. T. Stability and change in older adults' social contact and social support: the Cardiovascular Health Study. **Journals of Gerontology: Psychological Sciences**, v. 54B, n. 5, p.302-311, 1999.

NUNES, M. I.; FERRETTI, R. E. L.; SANTOS, M. **Enfermagem em geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Ganabara Koogan, 2012.

UM HISTORIADOR NA HISTÓRIA: NOTAS SOBRE O PENSAMENTO DE JACOB BURCKHARDT

Daniel da Silva Becker¹
Jurandir Malerba (Orientador)²

Palavras-chave: Jacob Burckhardt. História Intelectual. Historiografia. Era das Revoluções.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação analisa os escritos do historiador suíço Jacob Burckhardt (1818-1897), autor do célebre livro sobre a “Cultura do Renascimento na Itália” (1860), dentro do contexto da “Era das Revoluções”, principalmente entre as décadas de 1840 e 1860. Para isso partimos de uma noção de historiografia que busca detectar na história escrita elementos da própria experiência temporal de seus autores. Através de seus escritos Jacob Burckhardt pretendeu um tipo de imersão no passado, possibilitando que elementos deste passado atuassem na própria forma como se posicionou em relação ao seu presente.

A PROPOSTA DA PESQUISA

O advento da Revolução Francesa em 1789 agregou um novo sentido à noção de modernidade e de sua experiência. Começava para a Europa do século XIX aquilo que Erich Auerbach (1994) chamou de um “processo de *concentração temporal*, tanto, dos acontecimentos históricos em si, como do conhecimento dele por todos (...)” (p. 409, grifos meus). Esse fenômeno de concentração temporal, provocado por um mundo em constante mudança, teve um impacto profundo na forma como os homens daquela época passaram a apreender o seu presente, mas também, no significado e sentidos que poderiam ser atribuídos ao seu passado e futuro.

Uma das questões a ser explorada neste ponto diz respeito à própria *experiência de vida do historiador na história* (cf. SCHORSKE, 2000) e a sua relação com o estudo do *passado-come-história*. Em outras palavras, estabelecer as profundas relações de

¹ Licenciado em História (2014). Bolsista de mestrado do CNPq em história na PUCRS. Integrante do Grupo de Pesquisa em Teoria e História da Historiografia da PUCRS, coordenador pelo Prof Dr. Jurandir Malerba.

² Doutor em História Social pela USP. Professor do PPGH da PUCRS, orientador de mestrado e doutorado. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

convergência entre história e historiografia. Minha hipótese de trabalho é a de que a forma como os historiadores do século XIX se relacionaram com o passado foi afetada por um sentimento existencial especial de passagem do tempo. O fio condutor desta análise será fornecido pela leitura dos escritos do historiador suíço Jacob Burckhardt (1818- 1897), desde os seus anos formativos, como estudante de história em Berlim, até o final da década de 1860.

Compreender a sua crítica em relação às revoluções, torna-se fundamental para um maior entendimento de seu complexo pensamento em torno do desenvolvimento do Estado Moderno e, em especial, da emergência do Estado-Nação. Os anos de juventude de Burckhardt foram marcados pela sua rápida aproximação com o movimento nacionalista na Prússia e, ao mesmo tempo, o seu consequente repúdio devido à intensificação dos conflitos entre liberais e conservadores por toda a Europa Ocidental na primeira metade do século XIX.

BURCKHARDT E A ERA DAS REVOLUÇÕES

Para Burckhardt, o século XIX começou como “uma *tabula rasa* em relação a tudo” (BURCKHARDT, 2003, p. 159 [1842]). A revolução, na sua opinião, havia desestabilizado o presente, “praticamente todos os povos europeus tiveram seus pés removidos do chamado terreno histórico”, e afastado qualquer possibilidade de restauração do passado. Anos mais tarde, em novembro de 1867, ele escreveria: “O principal fenômeno de nossos dias é a sensação do provisório” (BURCKHARDT, 1999, p. 224). Para ele, os anos de 1815, com a derrota de Napoleão, até 1848, com o final da Monarquia de Julho, foram apenas uma “simples intervalo no grande drama”.

Na visão do historiador, a Revolução foi a grande força mobilizadora da mudança durante todo o século XIX. Seu temor com relação às massas, à democracia, ao capitalismo e ao socialismo, aguçou a sua sensação de que o resultado inevitável da revolução seria um conflito de proporções muito maiores do que as que o seu século presenciara. Como destacou Hayden White (1995), “do seu desencantamento extraiu uma teoria da sociedade e da história que era tão precisa na previsão das crises do futuro quanto era sintomática das doenças que iriam produzi-las” (p. 247).

A Revolução, neste sentido, havia adentrado na constituição do próprio indivíduo, tornando-se uma parte integral de seus sentimentos por justiça e de sua própria consciência: “Coisas, portanto, que nós não podemos mais separar de nós mesmos” (BURCKHARDT, 1999, p. 223). Mesmo assim, a busca por uma estabilidade ainda aconteceria no âmbito mais interior do mesmo indivíduo: “há uma coisa que revolução alguma poderia lhe roubar: sua

verdade interior” (BURCKHARDT, 2003, p. 160 [1842]). No caso do historiador suíço, esta verdade residia na história, um tipo de “poesia em sua escala mais grandiosa”.

Nas suas Reflexões sobre a História, do início da década de 1870, o historiador suíço escreverá que os “violentos transtornos” originados com a Revolução Francesa, por sua própria natureza, *obrigam* o estudo do passado. Isto porque, “um período turbulento como o dos últimos oitenta e três anos de revolução tem necessidade de um contrapeso espiritual se não quiser parecer totalmente desequilibrado” (BURCKHARDT, 1945, p. 28-29). O contrapeso espiritual oferecido pelo historiador suíço foi a promoção da história da arte e da história cultural e sua ênfase não no Estado, como única maneira de compreensão do passado, mas na inter-relação entre “cultura”, “religião” e “estado”.

Diante da sensação de instabilidade, Burckhardt encontrou na história e na beleza da Itália um espaço capaz de articular as múltiplas experiências emergentes de seu mundo. Aqui a própria história torna-se uma obra de arte, sendo seu objetivo último oferecer uma resignada contemplação da realidade. Esta decisão parece selar-se definitivamente já na década de 1840, quando toda a Europa se encontrava envolta num clima de tensão que culminaria na Primavera dos Povos de 1848. A partir de então, Burckhardt ficara convencido do perigoso potencial não apenas do nacionalismo e do liberalismo, mas também do socialismo, do “povo” e de todos os “ismos”. A Itália, neste contexto, passa a figurar como uma espécie de ponto de escape para o historiador: “(...) estou fugindo para o belo e indolente Sul, *onde a história está morta*, e eu, que estou *tão cansado do presente*, serei revigorado pela *vibração da antiguidade* como que por uma maravilhosa e pacífica tumba” (BURCKHARDT, 2003, p. 198 [1846], grifos meus). Ficava nítido para o suíço qual seria a sua principal luta numa era de revoluções: a defesa da “velha cultura da Europa”.

Mas apenas na segunda metade da década de 1850 é que os projetos de Burckhardt começam a adquirir um perfil mais nítido. O historiador optou pelo campo da história da arte³, especializando-se, inicialmente, naqueles períodos de transição, preocupado em compreender o destino da cultura em tempos de crise (cf. WHITE, 1995, p. 247). É este o problema que está por traz das páginas de *A Era de Constantino, o Grande* (1852) e de *A Cultura do Renascimento na Itália* (1860).

³Para Burckhardt (1945) a cultura “responde as nossas necessidades terrestres e espirituais e constitui a soma de todas as criações espontâneas que melhoraram a condição material dos homens (situação social e progresso técnico) ou que expressaram a vida intelectual e moral (artes, literatura e ciências)”(p. 39) . A cultura seria um espaço de liberdade, uma “floração espontânea” que, diferente do Estado ou da Religião, não pretende se impor como universal.

Nas páginas de *A Cultura do Renascimento*, o passado tornou-se experiência para o próprio historiador, num diálogo constante com o seu presente. E, neste sentido, o quadro por ele construído da Itália renascentista mostra ao leitor uma época de esplendor e realização. Um período onde a cultura conseguiu se sobressair ao poder do Estado e da Religião, dispersando o “véu” que pairava sobre a consciência do homem e que lhe impedia de ver o mundo ao seu redor e o seu próprio ser. “Na Itália, pela primeira vez, tal véu dispersa-se ao vento; desperta ali uma contemplação e um tratamento *objetivo* do Estado (...). Paralelamente a isso, no entanto, ergue-se também, na plenitude de seus poderes, o *subjetivo*: o homem torna-se um *indivíduo* espiritual e se reconhece enquanto tal” (BURCKHARDT, 1991, p. 111).

Mas este Renascimento, que contrasta de forma tão clara com a vida resignada e simples de nosso autor, fora apenas um *interlúdio*, no melhor sentido da palavra. O Renascimento, para Burckhardt, foi o oposto da sociedade europeia de meados do século XIX, onde a cultura encontrava-se em decadência diante do poder (centralizador) do Estado-Nação. É nesse sentido que, para o autor, a felicidade só poderia ser encontrada nos pequenos estados (*Kleinstaat*), local onde se daria o pleno exercício do sentido da cidadania, como fora na *polis* grega: “o pequeno estado existe para que haja no mundo um canto de terra onde o maior número de habitantes possa gozar da qualidade de cidadãos no verdadeiro sentido da palavra. Apesar da prática da escravidão, as cidades gregas, em sua época gloriosa, alcançaram este objetivo melhor do que todas as repúblicas atuais” (BURCKHARDT, 1945, p. 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No senso comum de que a historiografia do século XIX foi majoritariamente uma escrita de história nacional, a obra de Jacob Burckhardt é sempre citada como uma das grandes exceções à regra. Durante muito tempo, os seus escritos foram considerados como de natureza meramente contemplativos, estéticos e distantes de qualquer engajamento político maior. No entanto, explorar o contraponto cultural produzido pela obra de Jacob Burckhardt revela um arguto observador de seu tempo que, na tentativa de dar sentido para as mudanças pelas quais a sociedade da época passava, acabou por construir uma visão de história repleta de implicações políticas, que serão retomadas por muitos intelectuais europeus ao longo do século XX (GOSSMAN, 2002).

A grande tese presente em *A Cultura do Renascimento*, apenas para citar a sua obra mais famosa, do renascimento italiano como a mãe da modernidade tornou-se, no dizer de

Martin Ruehl (2010, p. 4), a mãe das interpretações subsequentes. Sua obra teve um impacto profundo na consciência histórica do mundo alemão entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Para a burguesia cultivada alemã deste período (*Bildungsbürgertum*), como muito bem demonstrou Ruehl, o Renascimento representou “um novo começo heroico da História europeia, que serviu como genealogia e legitimação de seus próprios esforços emancipatórios” (p. 3).

REFERÊNCIAS

AUERBACH, Erich. **Mimesis**. A representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BURCKHARDT, Jacob. **Relexiones sobre la historia del mundo**. Buenos Aires: Ateneo, 1945.

BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália**. Um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BURCKHARDT, Jacob. **Judgments on History and Historians**. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.

BURCKHARDT, Jacob. **Cartas**. Rio de Janeiro: Liberty Classics/Topbooks, 2003.

GOSSMAN, Lionel. Jacob Burckhardt: Cold War Liberal?. **The Journal of Modern History**, n. 74, p. 541, 2002.

RUEHL, Martin A. **The Making of Modernity: The Italian Renaissance in the German Historical Imagination, 1860-1930**. 2010. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Princeton University, Princeton, 2010.

SCHORSKE, Carl. E. **Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

UMA ESCOLA, DIFERENTES PERSPECTIVAS

Maria do Carmo Rosa Pereira

Marinês Andrea Kunz

Palavras-chave: Escola. Pedagogia. Educação. Relação de Poder.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre a escola – a instituição – a partir do documentário *Pro Dia Nascer Feliz* (2006), dirigido e roteirizado pelo cineasta João Jardim e tem como objetivo específico identificar as possíveis relações de poder que possam permear o ambiente escolar, balizado por estudos de Pierre Bourdieu (1992). Com esse intuito, foram selecionados três recortes da narrativa fílmica; o primeiro deles será analisado tendo por base considerações de Miguel Arroyo (2012) em sua obra *Outros sujeitos, outras pedagogias*. O segundo será cimentado pelas reflexões de Maurice Tardif (2012), em capítulo intitulado *O trabalho docente, a pedagogia e o ensino*; o terceiro recorte terá como fio condutor as análises de João Manuel de Castro Faria Salgado (2012) e de Tiago Bento Silva Ferreira (2012), no artigo *Educação para a paz: uma perspectiva dialógica*. Trata-se de uma pesquisa cujo problema é verificar se a escola reproduz a relação de poder existente na sociedade na qual está inserida. Far-se-á, ainda, reflexões sobre o processo de aprendizagem, balizadas pelos estudos do professor David Rodrigues (2014).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ter a escola como fulcro desta pesquisa permite que se perceba essa instituição para além de uma visão anacrônica, posto que, independentemente do local onde está instalada, a escola é algo vivo, pulsante e observá-la de diferentes ângulos abre a possibilidade de se resgatar o que nela há de melhor.

Ainda sob essa ótica, torna-se imprescindível afirmar que pensar a escola é algo que requer, necessariamente, múltiplos olhares, uma vez que ela é permeada por sujeitos diversos, os quais carregam consigo seus saberes, suas vivências, suas crenças, suas ideologias.

Com o intuito de refletir, brevemente, sobre as relações de poder que possam permear o ambiente escolar empregar-se-á, como fio condutor, considerações do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1992). Para Bourdieu (1992), é de fundamental importância a dimensão

social na qual se constituem as relações entre os atores sociais e as estruturas de poder, que se reproduzem, ou reproduzem o próprio sistema objetivo de dominação, o qual é interiorizado como subjetividade. Nesse sentido, entende-se que a sociedade deve ser apreendida como estratificação de poder. Quando o autor escreve sua obra *A reprodução*, define a escola como o espaço onde encontramos formas de serem legitimadas as desigualdades sociais presentes na estrutura mais ampla, na medida em que esta mesma escola deve ser entendida de acordo com as dimensões das classes sociais. É um espaço social que, segundo o autor, encontra-se relacionado à reprodução das relações de dominação presentes na sociedade. (BOURDIEU, apud NERY, 2009, p. 130).

Ainda nessa esteira, Bourdieu (1992) contesta a concepção de que a escola seria promotora de ascensão social e de liberdade para o indivíduo, visto que em sua pesquisa sobre a escola francesa e sua estrutura o pensador apreende que ela, em termos reais, não promovia a liberdade individual nem favorecia a ascensão social, posto que nela se encontravam reproduzidas, fundamentalmente, as relações de classe; assim, como espaço de reprodução, favoreceria a própria legitimação das desigualdades sociais. (BOURDIEU, apud NERY, 2009, p. 131).

Pode-se inferir, a partir dessas reflexões do autor, que a escola não é neutra, uma vez que, em seu microcosmo, passa a produzir - e a reproduzir - as mesmas relações de classes existentes fora dele, bem como é possível depreender que, em se tratando de pedagogia, há uma verticalidade na relação entre professor/aluno; o primeiro, como detentor da verdade; o último, como mero receptor; e que, quiçá, em busca de perpetuar essa hegemonia, a escola, algumas vezes, adote medidas coercitivas.

Sob essa perspectiva, o educador Maurice Tardif (2012) afirma que a coerção consiste nos comportamentos punitivos reais e simbólicos desenvolvidos pelos professores em interação com os alunos na sala de aula e que esses comportamentos são estabelecidos ao mesmo tempo pela instituição escolar, a qual lhes atribui limites variáveis de acordo com a época e o contexto e, ainda, pelos professores, que os improvisam em plena ação, como, segundo o educador, sinais pragmáticos reguladores da ação realizada no momento: olhar ameaçador, insulto, ironia, apontar como o dedo, etc. Tardif (2012) ainda alerta para o fato de que essas práticas consistem, também, nos procedimentos adotados pelas instituições escolares para controlar as clientelas: exclusão, estigmatização, isolamento, seleção, transferência, etc. (TARDIF, 2012, p. 137-138).

Ainda sob essa ótica, questiona-se se haverá uma forma de se romper com esse paradigma, que estratifica e segrega; se podem ser adotadas outras pedagogias a fim de

atenuar, mesmo que minimamente, essas marcas sociais; se é possível serem legitimadas práticas que retomem o caráter social da escola e seu papel como agente transformador, a fim de se buscar o desenvolvimento pleno e autônomo de seus alunos e o resgate de suas cidadanias.

Em se tratando do documentário *Pro Dia Nascer Feliz* (2006), houve a estratificação de três cenas – as quais serão designadas de I, II, III – e faz-se imprescindível ressaltar que o motivou a escolha de cada uma delas foi a representação que fazem da escola, como instituição.

A cena I – que corresponde ao intervalo de 03:38 a 17:31 – é protagonizada por Valéria – uma adolescente que subverte as expectativas que se tem, mesmo que de forma estereotipada, do aluno nordestino e morador de uma das cidades mais pobres do país: Manari, Pernambuco. Essa adolescente ama literatura, é uma aluna comprometida e que objetiva ser professora; entretanto, as condições sociais lhes são adversas: durante as duas semanas de filmagem do documentário, ela pôde ir à escola apenas três vezes em decorrência da falta de transporte escolar – o que denota, possivelmente, que a escola, principalmente em se tratando de uma localidade pobre, não é o alvo das prioridades dos governantes, posto que seus moradores são o que o sociólogo Miguel Arroyo (2012) denomina de *Outros*. Para ele, quando os sujeitos da ação educativa são *Outros*, as concepções pedagógicas que orienta as práticas da educação escolar ou popular são obrigadas a serem outras. (ARROYO, 2012, p. 49).

No que tange à cena II, ela é pautada na prática docente – ilustrada por meio da fala de duas educadoras de escolas públicas: as professoras Celsa e Suzana (intervalos respectivos: 39:23 a 41:50 e 42:06 a 42:55).

Nesse contexto, a professora Suzana afirma:

Eu não acredito mais na escola nos moldes que ela existe, Sabe? Eu acho que ela tinha que ser repensada porque a gente tá (sic) vivendo uma escola do século passado. Ela não cumpre mais a sua função. Hoje, lá fora, é muito mais interessante, tem muito mais informação. O professor não está preparado pra esse tipo de aluno [...].

Em relação à cena III – de 01.15:24 a 01.18:00 – ela é pautada na violência, que permeia toda a narrativa do documentário – em maior ou menor intensidade – seja travestida na forma de violência física, verbal ou sistêmica. Nesse recorte, há, novamente, a fala da professora Suzana, que relata a apatia que atinge seus alunos; ao mesmo tempo, ela faz um contraponto para justificar que a vida desses adolescentes é tão difícil, tão sem atrativos que,

para eles, ir para a FEBEM – nomenclatura à época do documentário – ou morrer tem o mesmo efeito – subjaz aqui a baixa autoestima desses alunos.

METODOLOGIA

Adotou-se nessa pesquisa um estudo de caso, subsidiado por pesquisa bibliográfica, haja vista o caráter empírico desse trabalho.

RESULTADOS

Verificou-se, por meio dessa pesquisa, que a escola reproduz as relações de poder da sociedade na qual está inserida - ela é o microcosmo -, conforme comprovam os estudos do sociólogo Pierre Bourdieu (1992), ratificados nas cenas analisadas nesse estudo.

DISCUSSÃO

Nessa pesquisa, buscou-se aporte teórico para entender as imbricadas relações que perpassam o ambiente escolar, o qual, muitas vezes, é marcado por conflitos, que advêm da intolerância, da falta de alteridade e de respeito. Verificou-se, por meio da análise de cenas e do aporte teórico, que a escola pouco tem feito para minimizá-los, ou, talvez, aja de maneira inócua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, buscou-se entender a escola que temos hoje, que não difere significativamente das pertencentes há um tempo pretérito – tem-se o depoimento da professora Suzana, no documentário *Pro Dia Nascer Feliz* (2006), que corrobora com essa afirmação, bem como as reflexões do educador Maurice Tardif (2012).

Ainda sob essa ótica, é importante considerar que um dos fatores que tem o poder de transformar a escola em um ambiente de trocas de saberes e de vivências é a adoção de uma pedagogia humanizada, que priorize a plenitude dos sujeitos e a legitimação de suas culturas – como as práticas de aprendizagens elencadas pelo professor David Rodrigues (2014).

É premente registrar, também, que esse estudo é apenas uma tentativa de analisar a escola, no entanto, espera-se que ele sirva de referência, posto que trata de um tema complexo, que possibilita múltiplos olhares e deseja-se sugerir que sejam feitos outros estudos voltados para o documentário *Pro Dia Nascer Feliz* (2006), pela riqueza desse material e pela multiplicidade de significados que ele abarca.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Zouk, 2007.

_____. **A reprodução**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1992.

BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu. OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos de. (organizadoras). **Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural**. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 51-65.

JARDIM, João. **Documentário Pro Dia Nascer Feliz**. 2006. Disponível em <<http://youtube.com.br>. Acesso em 01.12.2014.

NERY, Maria Clara Ramos. E outros. **Fundamentos da Educação**. Curitiba: Ibex, 2009.

RODRIGUES, David. Eu Ensino. Tu aprendes? **Presença Pedagógica**. Ano 19, v. 20/n. 119 set/out, p. 33-34.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 112-149.